

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



António Manuel Azevedo Ochoa

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

Orientador:

Professor Doutor Paulo Machado

Lisboa, 22 de abril de 2016



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



António Manuel Azevedo Ochoa

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Desempenho do Programa Escola Segura
em contexto urbano: obstáculos e
oportunidades**

Orientador:

Professor Doutor Paulo Machado

Lisboa, 22 de Abril de 2016

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Paulo Machado.



Estabelecimento de Ensino:	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
Curso:	XXVIII CFOP
Orientador:	Professor Doutor Paulo Machado
Título:	DESEMPENHO DO PROGRAMA ESCOLA SEGURA EM CONTEXTO URBANO: OBSTÁCULOS E OPORTUNIDADES
Autor:	António Manuel Azevedo Ochoa
Local de Edição:	Lisboa
Data de Edição:	Abril de 2016

Dedicatória

À Rita, ao Simão e à Nela
Que constituem o meu ponto de equilíbrio.

Agradecimentos

Neste momento de agradecimentos, é hora de prestar a pública homenagem, a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, me apoiaram na elaboração desta Dissertação, bem como neste percurso, quantas vezes sinuoso de cinco anos, que agora culmina na conclusão do Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Não poderia deixar de incluir neste conjunto de pessoas, todos aqueles que de forma silenciosa fizeram esse percurso lado a lado comigo, embora distantes, mas sempre presentes na memória. Incluirei ainda todos quantos os que positivamente me marcaram ao logo destes 5 anos, enquanto profissionais e pessoas. Se porventura de alguém me esquecer, me perdoe tal falha, pois fi-lo de forma involuntária.

Em primeiro lugar, não poderia deixar de agradecer à Rita e ao Simão, meus queridos filhos e à Nela, minha respeitosa mulher. Sem eles, jamais teria conseguido percorrer este caminho, nem tão pouco tê-lo iniciado. São indiscutivelmente credores do meu tempo e formaram o lugar onde sempre consegui buscar energia e coragem para superar tantas adversidades. A eles presto o meu maior tributo de paciência, coragem, humildade, pois constituíram a minha maior fonte de inspiração. Sem vocês não teria conseguido. Rendo-me à vossa força e capacidade de sofrimento, reconhecendo-vos a importância que tiveram para que me conseguisse aguentar e manter o equilíbrio emocional necessário para superar este enorme desafio. Foram o suporte indispensável para que me mantivesse lúcido e são para tamanha batalha. Sois também testemunhas de todo o meu esforço para de vós me manter afastado, bem como da concretização deste meu sonho, que também o levei até ao fim a pensar em vós, em nós. Este é o momento de relembrar o que sabiamente disse Rubinho Pirola “sozinhos vamos mais rápido, juntos vamos mais longe.” Tal aplica-se à nossa caminhada que já vai longa.

Agradeço aos meus pais, pois foram eles que ajudaram a construir o homem em que me tornei, e souberam, sempre, apesar das adversidades conhecidas dar-me tudo que era mais importante. A vós vos devo tudo, e o pouco que vos dei fi-lo sempre de forma descomprometida, da mesma forma que tudo de vós recebi. Sois também vós testemunhas do meu esforço para conseguir realizar este sonho de menino que agora consigo concretizar. Sei que para vós é também um enorme orgulho alcançar tal meta.

Agradecer ainda aos meus irmãos, cunhados e sobrinhos pela família em que nos tornamos. A meus irmãos de um modo muito especial, pois são companheiros e amigos de uma vida. Muito passamos, contudo houvera que mais passou. Pobres e humildes, contudo felizes. Muitas agruras, próprias de uma vida com algumas dificuldades, mas na pobreza honestos e honrados. A vós também muito vos devo, embora pouco vos dei. Sei também que esta minha vitória é também a vossa/nossa vitória.

Não poderia deixar de neste momento agradecer a meus avós, de um modo muito particular aos meus avós maternos José e Matilde. Pelas memórias de infância que comigo guardo e comigo morrerão. Lembrança eterna de Vila Nova e dos momentos em que eu e minha irmã Carla, por lá ficávamos na companhia de nossos avós. Umas idas ao monte apascentar as vacas e as ovelhas e realizar trabalhos agrícolas, sujos de cansaço, mas felizes nesses momentos dignos de uma infância radiante. A vós queridos avós, agradeço e também dedico este trabalho, e onde quer que estejam, me protejam a cada momento. A Vós devo também, parte do que fui e sou.

Ficarei eternamente grato ao Exmo. Senhor Professor Doutor Paulo Machado, pois, desde o primeiro momento, se mostrou entusiasmado com a temática de minha Dissertação. Pela preciosa orientação, pela disponibilidade, pela sapiência de seus ensinamentos, pelo seu esforço e tempo perdido, pela amizade que fica. Se não fosse a sua preciosa orientação este trabalho não seria possível. Muito deste trabalho ao Exmo. Senhor Professor Doutor Paulo Machado se deve. Sou causador de algum tempo de indisponibilidade para com a sua família, pelo que de forma honesta e sincera lhes peço desculpa.

Agradecer à enorme instituição que é a PSP, a quem sirvo, bem como a Portugal, há já quase 20 anos. Pela oportunidade que me concedeu de forma gradual, sustentada e acima de tudo preenchida, percorrer este caminho, que teve o seu início em 1996, enquanto Guarda Provisório, numa grande casa, que será sempre uma referência, a EPP. Passando pelas carreiras de Guarda/Agente, Chefe, às quais orgulhosamente pertenci e jamais olvidarei, e pela esperança de em breve integrar a classe de Oficiais. Fui melhor Chefe que Agente, na esperança de ser ainda melhor Oficial. A instituição é credora desta minha promessa. À PSP devo muito, na certeza de que já lhe dei, também muito de mim.

Ao ISCPSI, pela formação que me deu. Agradecer a todos os elementos policiais que ali estão colocados, e constituem cada serviço, bem como a todos os funcionários sem funções policiais. Agradecer de modo particular aos elementos policiais da messe e bar. A todos o muito obrigado pela simpatia, ajuda e disponibilidade demonstrada em cada momento que deles necessitei.

Ao 28º CFOP, por alguns momentos que passamos, em particular algumas boas amizades que ficam para a vida, nomeadamente aos “três mosqueteiros” e Luis Santos.

Ao Exmo. Senhor Diretor Nacional Adjunto, Superintendente Chefe José Ferreira de Oliveira, Exmo. Senhor Superintendente Chefe Paulo Valente Gomes, Exmo. Senhor Subintendente Hugo Guinote, pela disponibilidade e preciosa ajuda que me deram na realização deste trabalho, contribuindo com as suas enormes experiências nesta temática do Policiamento de Proximidade em geral, e do Programa Escola Segura em particular.

António Ochoa

Agradecer ainda ao Exmo. senhor Subcomissário Jorge Sousa, Comandante da Esquadra da Marinha Grande, onde tive o enorme privilégio de poder estagiar entre outubro de 2015 e janeiro de 2016. Pela enorme referência profissional que para mim se tornou. Oriundo da designada “carreira base”, demonstrou ser um grande profissional, revelando-se generoso nos seus ensinamentos. Fui privilegiado, ao atribuir-me tarefas e responsabilidades, às quais, porventura, nem sempre consegui corresponder, contudo esforcei-me para tal. De lá trouxe muitas e boas recordações e um amigo. Um amigo não, dois amigos, pois jamais poderia esquecer o Exmo. Senhor Chefe Gaspar, Adjunto da Esquadra. Um profissional exemplar, metódico e responsável. Uma formiguinha de trabalho. Companheiro de algumas corridas ao fim do dia e bom ouvinte para alguns desabafos que me foi permitindo. Aos dois o meu muito obrigado pela disponibilidade e pelos ensinamentos. Da Esquadra da Marinha Grande também não poderia deixar de agradecer a todo o efetivo pelo trato e simpatia. De um modo particular aos elementos que compõem as EPES, Exmos. Senhores Agentes Principais Gregório, Margarida e Ana, pela permanente disponibilidade em me acompanharem nas frequentes deslocações às escolas, dado o tema de minha Dissertação.

Agradecer ainda ao Exmo. Senhor Comissário Soares e Exmo. Senhor Comissário Batalha, na qualidade de Coordenador de Estágio do CD Leiria e Comandante da Divisão Policial de Leiria, a permanente preocupação para que em termos logísticos e operacionais o estágio decorresse da melhor forma. Sem dúvida que Leiria poderá bem ser o Comando Modelo no que toca a estágio para Aspirantes. Uma palavra de apreço ainda para o então Comandante do CD Leiria, Exmo. Senhor Superintendente Ismael Jorge.

Agradecer também ao Exmo. Senhor Subcomissário Tito Fernandes, Comandante da Esquadra de Carnaxide, onde estagiei de meados de janeiro a abril de 2016. Pela forma como me recebeu, me apoiou e pelos seus ensinamentos, fruto da enorme experiência que possui. Sempre disponível e preocupado para que o estágio decorresse da melhor forma, como veio acontecer. Agradecer também ao Exmo. Senhor Chefe Ferreira, Adjunto da Esquadra, pela forma competente, séria e disponível, como sempre ocorreu ao que lhe ia solicitando. Um exemplo a seguir, enquanto profissional e como pessoa. Agradecer também a todo o efetivo da Esquadra de Carnaxide, especialmente aos Exmos. Senhores Agentes Pinho e Martins, elementos das EPES, pela ajuda preciosa que em deram na aplicação dos questionários e deslocações às escolas.

Uma palavra de agradecimento ao Exmo. Senhor Subcomissário Sá Santos da Divisão de Oeiras, pela forma como colocou o MIPP disponível para me auxiliar, no que fosse necessário, para realizar alguma tarefa no âmbito de minha Dissertação e no fornecimento de dados necessários para o mesmo efeito. Nesse aspeto um

António Ochoa

agradecimento particular ao Exmo. Senhor Agente Principal Gama, pertencente ao MIPP Divisão Oeiras, que me prestou preciosa ajuda nessa tarefa.

Não poderia deixar de agradecer ao Exmo. Senhor Intendente Neto, Comandante da Divisão Policial de Oeiras, bem como ao seu Adjunto, o Exmo. Senhor Subintendente Ribeiro, que tudo fizeram para que o estágio decorresse da melhor maneira possível. Pelo trato afável, respeito e constante preocupação, o meu muito obrigado por tal acolhimento.

Devo também um enorme agradecimento ao Exmo. Senhor Agente João Pina, da Divisão de Prevenção Pública e Proximidade, da DNPSP, pela disponibilidade e preocupação no envio dos dados da atividade operacional nacional, que constituíram uma parte importante do meu trabalho.

Agradecer ainda a todos os alunos da Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte, Marinha Grande, professores e Associação de Pais desse estabelecimento de ensino, por terem acedido a responder ao questionário aplicado, especialmente à Exma. Senhora Professora Inês Vaz e Exmo. Senhor Professor Mário, na qualidade de subdiretores da escola, por terem agilizado todo o processo de aplicação dos referidos inquéritos (por questionário). A todos os alunos da Escola Secundária Pinhal do Rei, Marinha Grande, professores e Associação de Pais desse estabelecimento de ensino, por terem acedido a responder ao questionário aplicado, especialmente à Exma. Senhora Professora Lígia Almeida, na qualidade de Diretora do Agrupamento de Escolas Nascente, por ter coordenado todo o processo de aplicação dos referidos inquéritos (por questionário). Ainda a todos os alunos da Escola Secundária Camilo Castelo Branco em Carnaxide, professores e Associação de Pais desse estabelecimento de ensino, por terem acedido a responder ao questionário aplicado, especialmente à Exma. Senhora Professora Isabel Dantas, professora daquela escola que organizou a implementação dos inquéritos aplicados. A todos eles o meu muito obrigado.

Ainda agradecer à minha Professora Primária, Exma. Senhora Professora Odete, pela base sólida de conhecimentos que me soube inculcar, para que os níveis de ensino por mim percorridos fossem tarefas mais fáceis. Uma enorme referência para a vida.

Por último, mas não menos importantes, agradecer aos Exmos. Senhores Agentes Principais Carvalho e Marques da Direção de Ensino do ISCPSI, pela simpatia, espírito de ajuda e disponibilidade que sempre para comigo demonstraram. Tudo tornaram mais fácil. A esses dois profissionais de excelência um enorme bem-haja.

Resumo

A segurança escolar deve constituir uma preocupação constante das entidades governamentais, mas acima de tudo da incidência da atividade operacional das polícias. A instituição Escola, por revestir importância primordial nas sociedades contemporâneas, deve ser liberta de ações que possam prejudicar o seu normal funcionamento, para dessa forma melhor se cumprir o preceito constitucional do direito ao ensino.

Para um melhor desenvolvimento da sua ação, as polícias devem procurar conhecer as dinâmicas escolares, usando estratégias de proximidade e visibilidade policial. Dessa forma conquista-se a confiança da comunidade escolar e melhor se intervém nesse âmbito. Daí a razão de ser do Programa Escola Segura.

O PES é um programa direcionado para a segurança escolar, com marcas de natureza social, que é já uma referência nacional. A estratégia de intervenção do PES nas escolas passa pela implementação do modelo de policiamento caracterizado pela proatividade, proximidade e visibilidade.

Apesar de ser um caso de sucesso, não poderá deixar de estar sujeito a uma avaliação (interna, mas sobretudo externa). Nesse sentido, efetuamos uma análise estatística das ocorrências em ambiente escolar, analisámos a atividade operacional do PES, a nível nacional, regional (Comandos da PSP) e ao nível local (Esquadras da Marinha Grande e Carnaxide). Fizemos ainda uma avaliação externa do PES, através da comunidade escolar, e construímos uma proposta de modelo de avaliação, que entendemos adequado às duas realidades em estudo. Realizamos ainda uma análise geral qualitativa ao PES, identificando pontos fortes e vulnerabilidades, apresentando propostas de melhoria.

Palavras-chave: Polícia; comunidade; proximidade; escola; avaliação.

Abstract

School safety must be seen as a constant security concern of governmental entities, but above all, as a priority for the police's operational activity. The School institution, being of utmost importance in contemporary societies, must be free of any actions which may impact its normal operations, inasmuch as this allows the fulfillment of the constitutional-defined right to education.

So as to achieve a better development of its actions, the security forces must strive to understand the school dynamics, through the use of police proximity and visibility strategies. In so doing, the trust of the school community is earned, with all the benefits that entails. And from this stems the Safe School Programme (SSP).

The SSP is a program directed towards school safety, infused with a social axle, which has already constituted itself as a national reference. The SSP's intervention strategy in schools is based on a policing agenda characterized by proactivity, proximity and visibility.

Even though it presents itself as a success case, the SSP can't be above not only an internal, but also an external evaluation. As such, we conducted a statistical analysis of the criminal occurrences in the school environment; we analysed SSP's operational activity at the national, regional (Public Security Police's [PSP] Commands) and local (Police Stations of Marinha Grande and Carnaxide) levels. We also conducted an external evaluation of the SSP, through the school community, having built a proposal for an evaluation model which we find adequate in regards to the two realities we were studying. We also conducted a general qualitative analysis of SSP, identifying both its strengths and shortcomings, presenting improvement proposals.

Keywords: Police; community; proximity; school; evaluation.

“Ser cidadão do Mundo é o destino do Homem
Ser cidadão do céu é a aspiração do cristão”
(Clemente, 2015, p. 19)

Índice

Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Resumo	ix
Abstract	x
Índice	xii
Índice de Gráficos	XVI
Índice de Tabelas	XVI
Índice de Figuras	XVI
Lista de Siglas e Abreviaturas	XVII
Introdução	1
1. Enquadramento geral do tema	3
2. Apresentação, justificação e pertinência do tema	5
3. Problemática da investigação	6
4. Objeto e objetivos de estudo	7
5. Hipóteses de estudo	7
6. Metodologia da investigação	8
Capítulo 1 – Enquadramento Teórico-Concetual dos Modelos de Policiamento	10
1.1 Conceito de Polícia.....	10
1.2 Conceito de Prevenção.....	14
1.3 Conceito de Proximidade	17
1.4 Conceito de Comunidade.....	19
1.5 Conceito de Visibilidade	21
1.6 Modelos de Policiamento	23
1.6.1 Policiamento de Proximidade	25
1.6.2 Modelo de Policiamento na PSP	27
Capítulo 2 – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade da PSP	30
2.1 Origem e evolução do MIPP	30
2.2 Diretiva Estratégica nº 10/2006.....	32
2.3 Diretiva Operacional “Escola Segura”	34
2.4 O Programa Escola Segura (PES).....	35
2.5 Estudo SociNova- FCSH/UNL.....	38
2.5.1 Impacto da avaliação do estudo SociNova- FCSH/UNL.....	39
2.5.2 Importância da monitorização do PES	40
Capítulo 3 – Criação do Modelo de Avaliação do PES	42
3.1. Caracterização dos estudos de caso.....	43

3.2. Evolução criminal em contexto escolar	43
3.3. Atividade Operacional PES.....	48
3.4 Avaliação da comunidade escolar ao PES	53
3.4.1 Os resultados pela ótica dos alunos	54
3.4.2 Os resultados pela ótica dos professores.....	57
3.4.3 Os resultados pela ótica dos pais e encarregados de educação.....	61
3.5 Proposta de Modelo de Avaliação PES.....	64
Limitações do estudo	68
Considerações Finais.....	69
Bibliografia	72
Anexos	80
Anexos Gerais	81
Anexo 1- Guião de Entrevista.....	81
Anexo 2- Despacho 25650/2006 e Regulamento PES.....	84
Anexo 3- Proposta de Modelo de Avaliação. Modelo MGCARX.....	89
Anexo 4- Tabela relativa à análise geral qualitativa do PES	101
Anexo 5- Tabela relativa às propostas de melhoria dos aspetos negativos do PES	106
Anexos do tratamento estatístico das ocorrências PES.....	114
Anexo 1- Tabela de total de ocorrências por categorias (EMG).....	114
Anexo 2- Tabela de Ocorrências Criminais por subcategorias (EMG).....	114
Anexo 3- Tabela de Incivilidades por subcategorias (EMG)	114
Anexo 4- Tabela de reincidências suspeitos (%) (EMG)	114
Anexo 5- Tabela de reincidências vítimas (EMG).....	114
Anexo 6- Tabela de total de ocorrências por categorias (CARX)	114
Anexo 7- Tabela de Ocorrências Criminais por subcategorias (CARX).....	115
Anexo 8- Tabela de Incivilidades por subcategorias (CARX)	115
Anexo 9- Tabela de Reincidências Suspeitos (MG e CARX).....	115
Anexo 10- Tabela de Reincidências Suspeitos (MG e CARX)	115
Anexo 11- Tabela de reincidências vítimas (CARX)	115
Anexo 12- Tabela de reincidências vítimas (EMG e CARX)	115
Anexo 13- Gráfico das incivilidades (CARX).....	115
Anexo 14-Gráfico das reincidências suspeitos (CARX).....	116
Anexo 15- Gráfico das reincidências vítimas (CARX).....	116
Anexos da atividade operacional PES.....	117
Anexo 1- tabela das temáticas ações de sensibilização PES.....	117
Anexo 2- tabela das ações sensibilização PES- dados nacionais 2014	118
Anexo 3- tabela das demonstrações PES- dados nacionais 2014	119

Anexo 4- tabela das visitas PES- dados nacionais 2014	120
Anexo 5- tabela outras ações PES- dados nacionais 2014.....	121
Anexo 6- tabela das ações sensibilização PES- dados nacionais 2015	122
Anexo 7- tabela das demonstrações PES- dados nacionais 2015	123
Anexo 8- tabela das visitas PES- dados nacionais 2015	124
Anexo 9- tabela outras ações PES- dados nacionais 2015.....	125
Anexo 10- tabela da totalidade ações PES- dados locais MG 2014 e 2015	126
Anexo 11- tabela da totalidade ações PES- dados locais CARX 2014 e 2015.....	127
Anexo 12- Público-alvo das ações PES e Formadores Policiais- dados locais CARX 2014 e 2015	128
Anexo 13 – Gráfico da distribuição percentual da atividade operacional PES nacional	129
Anexo 14 – Gráfico comparativo do número de assistentes das ações PES MG e CARX	130
Anexos dos questionários aplicados à comunidade escolar.....	131
Anexo 1- Inquérito (por questionário) aplicado aos alunos.....	131
Anexo 2- Inquérito (por questionário) aplicado aos dirigentes escolares e professores.....	136
Anexo 3- Inquérito (por questionário) aplicado Associações Pais e Encarregados de Educação	141
Anexo 4- Tabela de associação das variáveis idade e sexo dos alunos.....	146
Anexo 5- Tabela relativa ao estatuto social dos alunos	147
Anexo 6- Tabela relativa às habilitações literárias dos progenitores.....	147
Anexo 7- Tabela de associação entre estatuto social e conhecimento PES	148
Anexo 8- Tabela de associação entre conhecimento PES e por que via tiveram conhecimento do PES.....	149
Anexo 9- Tabela de associação entre conhecimento do PES e ações de formação.....	151
Anexo 10- Tabela de associação entre frequência ações formação e a sua classificação	155
Anexo 11- Tabela de associação entre o conhecimento PES e relação proximidade	157
Anexo 12- Tabela de respostas sobre motivos da existência do PES.....	162
Anexo 13- tabela valores médios relativos comportamentos e atitudes segurança escolar..	163
Anexo 14- Tabelas de vitimação dos alunos por furto/roubo	164
Anexo 15- Tabelas de vitimação dos alunos por ofensas integridade física	167
Anexo 16- Tabelas das escolas, estatuto, carga horária, tempo serviço, sexo dos docentes..	171
Anexo 17- Tabela do conhecimento PES e por que vias	172
Anexo 18- tabela de Assistência e avaliação de ações de formação PES.....	173
Anexo 19- Tabela relativa à confiança e satisfação desempenho do PES.....	173
Anexo 20- Tabela relativa à ação PSP/PES e mudança comportamento dentro/fora sala aula	174
Anexo 21- Tabela valores médios avaliação comportamentos e atitudes segurança escolar	175
Anexo 22- Tabela de testes de significância do quadro anterior	176

Anexo 23- Tabela de associação entre proximidade e visibilidade da MG e CARX	178
Anexo 24- Tabela de valores médios sobre importância do PES.....	182
Anexo 25- Tabela valores médios relativos comportamentos e atitudes segurança escolar.	183
Anexo 26- Livro de Códigos do tratamento estatístico em SPSS dos questionários.....	183

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - TOTAL OCORRÊNCIAS (EMG) – VALORES ABSOLUTOS.	44
GRÁFICO 2 - OCORRÊNCIAS CRIMINAIS POR SUBCATEGORIA (EMG). VALORES PERCENTUAIS EM LINHA. ...	45
GRÁFICO 3 - INCIVILIDADES POR SUBCATEGORIA (EMG). VALORES PERCENTUAIS EM LINHA.....	45
GRÁFICO 4 – REINCIDÊNCIA: SUSPEITOS (EMG).....	46
GRÁFICO 5 – REINCIDÊNCIA VÍTIMAS (EMG).....	46
GRÁFICO 6 – TOTAL OCORRÊNCIAS (ECARX).....	46
GRÁFICO 7 – TOTAL OCORRÊNCIAS (ECARX). VALORES PERCENTUAIS EM LINHA.....	47
GRÁFICO 8 – REINCIDÊNCIA SUSPEITOS (ECARX).	47
GRÁFICO 9 – REINCIDÊNCIA: VÍTIMAS (ECARX).....	48
GRÁFICO 10 – AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO POR TIPO (EMG.). VALORES PERCENTUAIS EM LINHA.....	49
GRÁFICO 11 – AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO POR TIPO REALIZADAS (ECARX). VALORES PERCENTUAIS EM LINHA.....	51
GRÁFICO 12 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA ATIVIDADE OPERACIONAL PES EM 2014 - DADOS NACIONAIS.	52
GRÁFICO 13- GRÁFICO DE ASSOCIAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E CONHECIMENTO DO PES.	54
GRÁFICO 14- GRÁFICO RELATIVO AOS MOTIVOS EXISTÊNCIA DO PES.....	56
NOTA: A LINHA VERTICAL TRACEJADA IDENTIFICA O PONTO MÉDIO DA ESCALA.	56
GRÁFICO 15- GRÁFICO DE VALORIZAÇÃO DE ATITUDES RELATIVAS À SEGURANÇA ESCOLAR.	56
GRÁFICO 16- GRÁFICO DA RELAÇÃO ENTRE PROXIMIDADE PES, COM CONFIANÇA DOS DOCENTES TRANSMITIR INFORMAÇÕES.....	59
GRÁFICO 17 - GRÁFICO DA RELAÇÃO ENTRE PROXIMIDADE PES, COM CONFIANÇA DOS DOCENTES TRANSMITIR INFORMAÇÕES.....	59
GRÁFICO 18 - GRÁFICO DE VALORIZAÇÃO SOBRE IMPORTÂNCIA DO PES.....	62
GRÁFICO 19- GRÁFICO DE VALORIZAÇÃO DE ATITUDES RELATIVAS À SEGURANÇA ESCOLAR.	63

Índice de Tabelas

TABELA 1- ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DE DADOS	9
TABELA 2- NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS (MG).	49
TABELA 3- NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS (ECARX).....	50

Índice de Figuras

FIGURA 1- ESQUEMA ESTRUTURANTE DA PROPOSTA DO NOSSO MODELO DE AVALIAÇÃO	65
---	----

Lista de Siglas e Abreviaturas

- CMICP**- Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais
CFOP – Curso de Formação de Oficiais de Polícia
ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
PES – Programa Escola Segura
FSS – Forças e Serviços de Segurança
PSP – Polícia de Segurança Pública
DUDH - Declaração Universal dos Direitos do Homem
CRP – Constituição da República Portuguesa
LSI – Lei de Segurança Interna
OPC – Órgão de Polícia Criminal
LOIC – Lei de Organização e Investigação Criminal
AP- Administração Pública
APC – Autoridade de Polícia Criminal
APA – Autoridade de Polícia Administrativa
ONU – Organização das Nações Unidas
DLS – Diagnóstico Local de Segurança
DNPSP- Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
NEP- Norma de Execução Permanente
BIR- Brigada de Intervenção Rápida
EIR- Equipas de Intervenção Rápida
EPES- Equipas do Programa Escola Segura
PP- Policiamento de Proximidade
FS- Forças de Segurança
MIPP- Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
PIPP- Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
DE- Diretiva Estratégica
EPP- Escola Prática de Polícia
EPAV- Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima
DIROP- Diretiva Operacional
MAI- Ministério da Administração Interna
DNA- Diretor Nacional Adjunto
UORH- Unidade Orgânica de Recursos Humanos
FCSH- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
UNL- Universidade Nova de Lisboa
MG – Marinha Grande

CARX- Carnaxide

CD- Comando Distrital

COMETLIS- Comando Metropolitano de Lisboa

DPPP- Divisão de Prevenção Pública e Proximidade

EMG – Esquadra da Marinha Grande

ECARX- Esquadra de Carnaxide

Notas Prévias:

- (1) A presente Dissertação foi elaborada de acordo com o novo acordo ortográfico.
- (2) Todas as citações transcritas mantiveram-se de acordo com o original.
- (3) As referências bibliográficas estão de acordo com as normas APA, 6ª edição.

António Ochoa

Introdução

No âmbito da Dissertação de Mestrado, do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), vulgo Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP), ministrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), é nosso propósito realizar um estudo centrado no policiamento de proximidade, mais concretamente do Programa Escola Segura (PES), por forma analisar e avaliar a sua implementação e perceber se a sua concretização operacional atinge os objetivos que estão na génese da sua criação. No fundo criar uma ferramenta de avaliação do PES.

“Como não há sociedade sem controlo social de comportamentos dos seus membros, toda a comunidade política delega numa agência formal o controlo social coactivo - um órgão policial detentor privilegiado da função social de polícia” (Clemente, 2000, p. 121). Dado que cabe às Forças e Serviços de Segurança (FSS) garantir a segurança e tranquilidade públicas, impende sob esses organismos a criação e implementação de mecanismos que permitam uma melhor aplicação da lei, que se traduza num aumento do sentimento objetivo e subjetivo de segurança por parte da população. “Os conceitos de segurança, liberdade e justiça tendem hoje a ser reestruturados em função do cidadão e de um novo paradigma de segurança, assente em novas hierarquias geográficas e noções de territorialidade, onde se destaca o conceito de «segurança humana» ” (Rodrigues, 2010, p. 113). Em face dessa alteração, as polícias adaptam-se constantemente na sua ação operacional, já que “lidamos com novas populações, cuja imprevisibilidade de comportamento complexifica a compreensão real dos mesmos e respectivo exercício de previsão” (Rodrigues, 2010, p. 113).

A sociedade global e globalizante em que vivemos, em que se verifica uma crescente densidade e complexidade, onde se podem encontrar interligadas as diferentes formas: económica, social, cultural, religiosa, política e jurídica, (Santos, 1995), faz com que a atividade policial seja cada vez mais diversa e dinâmica. Essa ação policial varia no tempo e espaço, e a “passagem de um Estado Liberal, «minimalista» a um Estado Social mais interventor, traduziu-se necessariamente, no alargamento dos fins da actividade policial e das suas exigências, a diferentes domínios, que vão muito além da célebre trilogia «segurança, tranquilidade e salubridade pública» ” (Oliveira, 2006, p. 15).

De acordo com Fonseca, McGarrigle e Esteves (2013) a diversidade cultural, étnica e religiosa é atualmente uma realidade indiscutível, a sociedade encontra-se cada vez mais fragmentada socialmente. Malheiros, Carvalho e Mendes (2013), entendem que a fragmentação do espaço urbano ocorre devido à existência de novas unidades sociais e urbanas que dividem a homogeneidade que se verifica na cidade, gerando-se relações

descontínuas. A diversidade, especialmente no que toca aos aspetos culturais, verifica-se nas grandes cidades e áreas metropolitanas (Ray, 2003).

No que toca à realidade portuguesa, é na Área Metropolitana de Lisboa, e porventura também na do Porto, onde são visíveis as mudanças nos processos e características que as grandes cidades têm sofrido como consequência da globalização e intensificação dos fluxos migratórios: a polarização da força do trabalho, a segregação espacial urbana e suburbana, e a sua internacionalização a nível político, económico, financeiro, cultural e religioso (Oliveira & Padilha, 2012, pp. 129-162).

Tendo em conta o que explicamos anteriormente, percebe-se uma mudança de organização social do território, a que a Polícia não poderia ficar alheia. Como tal “a polícia teve de se adaptar sendo que, no passado, a segurança era garantida quase exclusivamente através de um modelo de policiamento reactivo, limitando-se por norma a actuar ou a reprimir quando as leis eram violadas e pouco mais” (MAI, 1999, p. 7).

Deste modo, com o evoluir das sociedades, as polícias sentiram necessidade de mudar o cariz repressivo para uma intervenção essencialmente preventiva, no que toca aos modelos de policiamento implementados na sua atividade operacional. Nos anos 90, inicia-se na Europa, a implementação do modelo de policiamento de proximidade que se caracterizava como sendo proativo, de maior proximidade social, mais visível e que se desejava mais eficiente. Tinha como objetivo aumentar por um lado, a qualidade de vida dos cidadãos e, por outro, a melhoria do serviço público prestado ao cidadão conduzindo dessa forma a uma maior e melhor aceitação da Polícia junto das comunidades que serviam. “Uma comunidade é uma colectividade cujos membros estão ligados por um forte sentimento de participação” (Busino, 1998, p. 151).

Este novo modelo de policiamento visava, acima de tudo, a reconquista da confiança da população nas forças policiais, assentando em quatro princípios basilares que orientam a atividade policial: Informações, Prevenção, Reação e Investigação Criminal. O carácter preventivo em que assenta o policiamento de proximidade (PP) faz um enorme apelo à comunidade para que se envolva na produção da sua própria segurança. A colaboração da população na implementação deste modelo de policiamento é essencial, senão mesmo indispensável, já que a comunidade será a fonte de informações que agiliza o próprio modelo. Este compromisso de participação inclui também, no caso do PP, uma forte vontade de todos (Agentes policiais e cidadãos), em cooperar de uma forma ativa no sentido de sinalizar e encontrar soluções para os problemas da comunidade, nomeadamente os que se relacionam com criminalidade, para que o sentimento de insegurança diminua (Lisboa, Dias, & Santana, 2008).

1. Enquadramento geral do tema

Cada vez mais a sociedade civil, a diversos níveis (nas áreas social, política, judicial, entre outras), solicitam o auxílio e a intervenção das FSS e, não raras vezes, a participarem enquanto parceiros no desenvolvimento das ações que decorrem das competências que são conferidas às instituições que compõem essa mesma sociedade. Em determinadas situações, essa intervenção decorre de imperativos legais, noutras é apenas por colaboração institucional, não se traduzindo, obviamente numa ação de somenos importância. Dentro das situações aduzidas estão naturalmente os Programas Especiais de Policiamento de Proximidade, mais concretamente o PES. Isto de alguma forma reflete a importância que as FSS em geral e a Polícia de Segurança Pública (PSP), em particular, têm atualmente na sociedade. A tendência é que essa participação seja cada vez maior e com um contributo decisivo na resolução dos problemas que surgem.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH)¹ estatui, no seu art.º 3º que “todo o indivíduo tem direito à vida, liberdade e à **segurança pessoal**”². A referida DUDH, estabelece ainda no art.º 26º, nº 1, que “toda a pessoa tem direito à educação”.

O preâmbulo da Convenção sobre os Direitos da Criança³ doravante designada de Convenção, aborda os princípios fundamentais das Nações Unidas e as disposições exatas de vários tratados de direitos humanos e outros documentos pertinentes. Lembra ainda o facto de as crianças, dada a sua vulnerabilidade, necessitarem de proteção e atenção especiais, e sublinha de forma particular a responsabilidade fundamental da família [da escola e Estado aditamos nós] no que diz respeito aos cuidados e proteção. A Convenção prevê ainda, no artigo 28º que, a criança tem direito à educação e a disciplina escolar deve respeitar os direitos e a dignidade da criança.

A Constituição da República Portuguesa (CRP) preceitua no artigo 9º, como tarefa fundamental do estado: alínea f) “assegurar o ensino e a valorização permanente” (...). O direito à segurança tem consagração constitucional, enquanto direito fundamental de cada cidadão. Segundo Gomes Canotilho e Vital Moreira para “além do direito à liberdade, o nº1 [do artigo 27 da CRP] garante o direito à segurança, o qual significa essencialmente garantia de exercício seguro e tranquilo dos direitos, liberto de ameaças ou agressões” (Canotilho & Moreira, 2007, p. 478).

No artigo 43º, nº 1 da CRP estabelece-se que “é garantida a liberdade de aprender e ensinar”. Prevê-se ainda que “todos têm direito ao ensino com a garantia do

¹ De 10 de Dezembro de 1948. Texto oficial português, publicado no *Diário da República*, I série, nº 57, de 9 de Março de 1978, pp. 489 e ss, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

² Negrito nosso.

³ Adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990.

António Ochoa

direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.”⁴ Constitui ainda dever constitucional que impende sobre o Estado, a criação de “uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população.”⁵

No artigo 69º da CRP com epígrafe “Infância”, no nº 1 define que “as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral. O artigo 70º da CRP, com epígrafe “Juventude”, preceitua no nº 1, que “os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente: alínea a) no ensino, na formação profissional e na cultura” (...).

“A Constituição da República Portuguesa consagra expressamente um dos artigos à polícia, definindo-lhes as funções e os limites da sua atuação” (Dias, 2012, p. 41). Tal artigo (272º), com a epígrafe “Polícia”, é onde se define e sustenta a atividade das polícias. O nº 1 prevê que “a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”.

A Lei de Segurança Interna⁶ (LSI) confere às FSS, a missão de defesa da segurança interna do País. O seu artigo 1º estabelece que “a segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade (...) o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos (...)”.

Por via dos comandos constitucionais acima referidos, a Lei nº 53/2007, de 31 de Agosto de 2007, que regula e aprova a Orgânica da Polícia de Segurança Pública, no artigo 1º, nº 2, prescreve que “a PSP tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei”. No seu artigo 3º nº 2 refere que “constituem atribuições da PSP:

- a) Garantir as condições de segurança que permitam o exercício de direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos (...);
- b) Garantir a ordem e a tranquilidades públicas e a segurança e protecção das pessoas e bens;
- c) Prevenir a criminalidade em geral (...);

Por sua vez no artigo 6º, com epígrafe “Deveres de Colaboração”, estipula que “a PSP, sem prejuízo das prioridades legais da sua actuação, coopera com as autoridades públicas (...) e outros organismos, nos termos da Lei.”

O Decreto-Lei nº 243/2015, de 19 outubro, que regulamenta o estatuto profissional do pessoal com funções policiais da PSP, no artigo 4º, nº 2, estabelece que “a condição

⁴ Cfr. artº 74, nº 1CRP.

⁵ Cfr. art.º75, nº 1CRP.

⁶ Lei 53/2008, de 29 de Agosto.

policial caracteriza-se: alínea b), pela defesa (...) da segurança interna e dos direitos fundamentais dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei”.

Esta preocupação governamental é visível, nos Programas dos diversos Governos Constitucionais, apostando-se num “policiamento mais visível e eficaz, de integração e proximidade, orientado para a protecção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus tratos” (Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2009).

2. Apresentação, justificação e pertinência do tema

A função primeira das FSS em geral e da PSP em particular é a prevenção, desenvolvendo ações para que o crime não ocorra. A ocorrência de um maior ou menor número de crimes fará crescer ou diminuir o sentimento objetivo e subjetivo de insegurança junto das populações. Por essa via também a ação das FSS é escrutinado, sendo de todo o interesse que nesta matéria, os índices de criminalidade continuem a baixar, especialmente quando as vítimas desses crimes são cidadãos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, e neste caso sob ação do PES.

Como facilmente se percebe nesta matéria, o verdadeiro paradigma está na prevenção da criminalidade que “abrange todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e dos sentimentos de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas directas de dissuasão de actividades criminosas, quer através de políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crime e as suas causas.”⁷

A escolha do tema prende-se com o facto do PP, representar nos dias hoje, uma importante ferramenta operacional que a PSP implementa, no sentido de cada vez mais conseguir uma aproximação desejada com o cidadão, indo ao encontro das suas necessidades e anseios, fazendo crescer o sentimento de segurança, através da redução da criminalidade, da visibilidade policial entre outras medidas. Como este trabalho incide em princípios de investigação baseados na ação concreta do PES “levada a cabo num terreno circunscrito, por actores bem definidos, comporta também um exercício de cidadania, na medida em que coloca em evidência, o trabalho de uma comunidade e consequentemente, os direitos e deveres dos seus actores” (Marçal, 2008, p. 16).

Este novo paradigma policial representado pelo policiamento de proximidade, levou a que as preocupações securitárias se iniciem em cada um de nós, e “não seja um mero *slogan*, mas sim uma efectiva política de prevenção policial e criminal, faz com que

⁷ Jornal Oficial da União Europeia (2004 Prevenção da Criminalidade na União Europeu– [COM (2004) 165 final]- (2004/C92/02) de 16 de Abril – Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu).

António Ochoa

a restante comunidade, quer sejam entidades, mas também os cidadãos em particular e individualmente, se constituam como membros efectivos da prevenção.”⁸ Esta modalidade de policiamento representa uma renovada responsabilidade social da PSP para com os cidadãos, traduzida numa nova cultura relacional com os mesmos. Por outro lado, significa ainda, uma diferente abordagem centrada na proximidade do estado com a comunidade que se traduz numa maior partilha de poderes e responsabilidades.

O tema tem ainda relevância e oportunidade, pois a polícia tem necessidade de melhor conhecer os processos sociais em que está envolvida e redefinir o sentido da sua ação. “Trata-se, essencialmente, de reajustar os seus mecanismos de intervenção numa perspectiva multidisciplinar em ordem à resolução dos problemas acentuando, desta forma, a sua responsabilidade em matéria de desenvolvimento social” (Marçal, 2008, p. 17). Deste modo é nosso desígnio propor um modelo de avaliação PES, no intuito de melhorar a eficácia e eficiência da implementação do mesmo, através de estratégias e práticas a prosseguir na atividade operacional do programa.

3. Problemática da investigação

“A problemática é a abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos adoptar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida. É uma maneira de interrogar os fenómenos estudados. Constitui uma etapa charneira da investigação, entre a ruptura e a construção” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 89).

O fenómeno da globalização altera sistematicamente as comunidades de todo o mundo. Estas alterações geram uma evolução na sociedade, pelo que a ação das polícias deve acompanhar esse mesmo desenvolvimento, para que de uma forma eficaz se consigam reduzir os índices criminais e assim aumentar o sentimento de segurança objetivo e subjetivo dos cidadãos. Estas transformações levam a que as Polícias adaptem os modelos de policiamento a implementar junto das comunidades que servem, de acordo com as necessidades dessas mesmas comunidades. Desta forma mostra-se necessário avaliar a forma como o PES é implementado junto da comunidade escolar, bem como se foi ajustado para fazer face à ocorrência de crimes em ambiente escolar e conseguir a proximidade desejada entre a Polícia e a comunidade.

O estudo que iremos realizar propõe-se responder à seguinte pergunta de partida:

- Quais são as dimensões de análise relevantes que podem contribuir para um modelo de avaliação de desempenho do Programa Escola Segura?

⁸ Entrevista concedida pelo Subintendente Franco no âmbito da Dissertação de Licenciatura da Subcomissária Sónia Henriques – Análise do impacto organizacional do policiamento de proximidade – contributos para um modelo de avaliação (2009) – Anexo 13, pág. 86.

A presente questão de partida levanta algumas questões de investigação pertinentes que passamos a enumerar, cujo carácter provisório é sempre um fator a considerar dado que a ciência e os estudos se encontram em constante mutação:

1. O PES tem aproximado a Polícia à comunidade, no sentido do conhecimento acrescido das suas necessidades em matéria de segurança?
2. O PES pode ser avaliado pela redução dos índices de criminalidade incidentes sobre a comunidade escolar?
3. O que significa para o cidadão sem formação policial, o policiamento de proximidade?
4. O que significa a visibilidade quando falamos de policiamento?
5. A falta de avaliação do PES deve-se a que tipo de obstáculos?
6. A avaliação do PES levaria a um melhor desempenho do programa?

4. Objeto e objetivos de estudo

De acordo com Sarmiento (2013), a definição clara de objetivos mostra-se uma questão fundamental para o investigador e para a realização do próprio estudo, já que sustentam a escolha minuciosa e adequada da literatura a consultar e a analisar. Para o nosso estudo enumeramos os seguintes objetivos:

1. Delimitar e definir os conceitos de proximidade, prevenção e visibilidade.
2. Caracterização do policiamento de proximidade, mais concretamente o PES e, atendendo à sua evolução ao longo dos anos.
3. Avaliar o desempenho do PES junto da comunidade escolar.
4. Perceber a importância do PES junto da comunidade no sentido da redução da criminalidade em ambiente escolar.
5. Perceber a importância do PES junto da comunidade escolar no sentido de uma maior aproximação entre a comunidade e Polícia.
6. Proceder à avaliação do PES, construindo um modelo para que dessa forma se consiga perceber o estágio de implementação do Programa.
7. Analisar a Diretiva 10/2006 e seus objetivos para o MIPP e PES.

5. Hipóteses de estudo

Tendo em conta a formulação da pergunta de partida, bem como as restantes perguntas de investigação levantadas, que no seu conjunto pretendemos que constitua a nossa problemática, apresentamos as seguintes hipóteses de estudo:

1. Relação direta entre a implementação do PES e a redução da criminalidade em ambiente escolar é ambivalente, isto é, não se consegue determinar

inequivocamente, por via estatística, o nível de dependência entre uma e outra variável.

2. Com a implementação do PES verifica-se maior proximidade entre a Polícia e a comunidade, traduzida pelo aumento de conhecimento que a polícia evidencia sobre os problemas de insegurança sentidos pela população.

6. Metodologia da investigação

Metodologia é a “organização crítica das práticas de uma investigação que se desenrola, desde a conceptualização, e que vai permitir chegar a conclusões fiáveis e consonantes com os propósitos iniciais” (Reis, 2010, p. 58) que o estudo se propõe obter.

Para a realização deste estudo apelaremos inevitavelmente ao método científico. Este “é composto por um conjunto de regras básicas que visam obter novo conhecimento científico. Este conhecimento pode ser novo ou resultar do desenvolvimento, expansão, correção de um conhecimento já existente” (Sarmiento, 2013, p. 4).

Quanto à elaboração da Dissertação terá dois grandes momentos. O primeiro será marcado pelo seu carácter teórico e, não menos relevante, esforço descritivo, através da pesquisa e recolha, complementada com análise documental e bibliográfica. A análise documental traduz-se num “conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência” (Bardin, 2009, p. 47). Terá como objetivo construir a contextualização do tema e a sua conveniente justificação no que toca à nossa escolha.

A segunda parte será essencialmente prática, e refletirá a recolha e análise de dados e apuramento de resultados. Esta componente empírica do estudo contemplará a aplicação de questionários, realização de entrevistas e a análise de ocorrências criminais em ambiente escolar, definindo-se para o efeito estudo de casos. Os métodos qualitativos “são direccionados para procedimentos centrados na investigação em profundidade, conduzida de acordo com procedimentos regulares, repetidos, e levados a cabo, sobretudo, em períodos mais centrados no médio e longo prazos” (Santo, 2010, p. 25).

Para o efeito, constituímos duas amostras probabilísticas, compostas por elementos integrantes da comunidade escolar na área de competência territorial da PSP de Carnaxide e da Marinha Grande. A dimensão da amostra será determinada, caracterizada e descrita em capítulo próprio mais à frente nesta Dissertação.

Os questionários serão distribuídos a membros da comunidade escolar, nomeadamente a alunos, professores, conselhos executivos e associações de pais.

A escolha dos entrevistados obedeceu a uma preocupação de recolha de contributos qualificados que ajudem à criação de um modelo de avaliação de

desempenho do PES, mas não exclusivamente dirigidos ou circunscritos ao estudo de caso. Assim, essa escolha foi de acordo com o conhecimento que os entrevistados têm do tema em causa, bem como a importância que tiveram e continuam a ter na implementação do policiamento de proximidade, mais concretamente do PES. Desse modo foi nosso objetivo entrevistar um conjunto de 3 interlocutores privilegiados, provenientes dos quadros superiores e dirigentes da PSP, (anexo geral 1-guião de entrevista). O tipo de entrevistas que aplicamos foi do tipo semiestruturada, como forma de uniformizar o tipo de informação recolhida, libertar o entrevistado para falar mais livremente, e dessa forma permitir uma análise mais em profundidade. Relativamente às entrevistas “contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam ou retificam o campo de investigação das leituras” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 69).

A análise de ocorrências policiais em ambiente escolar, teve fonte de informação interna (PSP), e sendo informação sensível, a mesma foi tratada de forma anonimizada.

A estratégia de recolha e análise de dados para esta investigação está sistematizada na Tabela 1, que a seguir apresentamos:

Suporte	Dados a recolher (por módulos)	Fonte	Análise de dados
ENTREVISTA	<ul style="list-style-type: none">• Experiência pessoal• Narrativa histórica• Contributo técnico para o desenvolvimento do modelo de avaliação do PES	Informadores privilegiados com recurso a entrevista semi-estruturada	Análise discursiva
QUESTIONÁRIO	<ul style="list-style-type: none">• Sociodemográficos (anonimizados)• Avaliação subjetiva dos inquiridos sobre o desempenho do PES• Avaliação subjetiva dos inquiridos sobre o contributo do PES para a redução da criminalidade em ambiente escolar• Avaliação subjetiva da importância do PES para a aproximação entre a comunidade e a Polícia	Questionários aplicados a amostra probabilística, no âmbito das duas comunidades escolares	Análise estatística descritiva univariada e bivariada Testes de significado estatístico (não paramétricos), com prévia criação de ficheiro de dados (em formato suscetível de posterior migração para SPSS) O perfil amostral foi constituído por N= 203 questionários aplicados nas duas comunidades escolares em causa
EXPEDIENTE POLICIAL	Ocorrências criminais, por tipo	Dados da PSP	Análise estatística descritiva para um período máximo de 24 meses

Tabela 1- Estratégia de análise de dados

Capítulo 1 – Enquadramento Teórico-Concetual dos Modelos de Policiamento

Aquele que não prevê as coisas longínquas expõe-se a desgraças próximas
Confúcio

A intervenção policial na sociedade nem sempre é fácil e tão pouco bem entendida. Tal acontece porque a realidade em si é complexa e as áreas de intervenção são também diversas. Para melhor entender as formas de atuação da Polícia, mostra-se necessário decompor a realidade por um lado, e por outro desconstruir essa mesma forma de atuação. “Essa realidade deve ser constituída por elementos que estabeleçam entre si relações de interdependência. E que, a totalidade formada pelo conjunto dos elementos não se reduza à mera soma desses elementos” (Oliveira, 2006, p. 97).

Ao nosso estudo, importa apenas abordar as questões da intervenção policial e, desse modo iremos delimitar alguns conceitos chave que estão na base da atividade operacional e que enformam os modelos de policiamento. Referimo-nos aos conceitos de polícia, prevenção, proximidade, comunidade e visibilidade. A enunciação de” conceitos permite orientar a investigação e, acima de tudo, autonomizar um determinado segmento da realidade imanente à sociabilidade humana. Partindo de uma conceptualização prévia, a experiência advinda da investigação molda o conceito primacial, produzindo então o verdadeiro conceito operacional” (Clemente, 2000, p. 34).

O presente capítulo servirá como enquadramento aos modelos de policiamento que abordaremos, concretamente o modelo de proximidade e o modelo de policiamento na PSP. O primeiro constitui o paradigma da polícia na atualidade, pela sua aplicabilidade e evolução constante. O modelo usado na PSP, apresenta ainda de forma vincada o cariz repressivo, que constituiu a base do policiamento usado pela polícia durante largos anos e não poderemos afirmar que, não constitui essa mesma base, pois a falta de meios materiais e humanos leva, não raras vezes, a esse modelo policiamento reativo. Acompanhamos (Oliveira, 2006, p. 98), quando refere que não existem modelos de policiamento puros ou originários, numa perspetiva *Weberiana*, nos quais se suportariam o funcionamento das policiais enquadradas em determinado contexto de um país.

1.1 Conceito de Polícia

O conceito de polícia evoluiu ao longo dos anos, não existindo ainda, consenso sobre o seu significado e que abranja toda a doutrina produzida pelos diversos autores. “O étimo de Polícia vai buscar a sua raiz ao vocábulo grego *Polis* que significa cidade, urbe” (Clemente, 1998, p. 39) e que tem correspondência no vocábulo latino *politia*.

Começou por estar associado à ordem, cidadania e organização da cidade. “A polícia começou por querer significar a organização política da comunidade e o estatuto dos respectivos membros e, durante muito tempo, há de significar a administração interior, ou o estado de boa ordem da comunidade” (Dias, 2012, p. 67). Poderá ainda ser entendida como “a actividade global do Estado que tinha por fim assegurar o exercício dos seus poderes: legislativo; executivo; judicial” (Clemente, 1998, p. 39).

Com Aristóteles e Platão, as ideias e os conceitos desenvolvem-se em duas grandes realidades: de um lado a Polícia, como conjunto das leis e regulamentos que respeitam a administração geral da cidade, tendo a ver com a ordem pública, a moralidade, a salubridade os aprovisionamentos; de outro lado a Polícia como atividade organizada dos guardas da lei, encarregados de fazer respeitar a regulamentação.

Os Romanos latinizaram a ideia de *politeia*, fazendo surgir o termo *politia*, aditando noções importantes como a de soberania e de poder que se exercem através da ação administrativa, judicial e policial (junta-se à forma administrativa a ação coerciva).

No final da Idade Média a noção reaparece na Europa, significando um estado policiado, uma sociedade bem governada. Era diferente da ideia de estado policial, que surgiu mais tarde e implicou uma inversão de valores, posteriormente corrigida com o surgimento do estado de direito, em que a função polícia consiste em tomar medidas necessárias para garantir a paz pública, vincando o carácter da sua ação preventiva.

Um conceito funcional muito utilizado foi desenvolvido a partir do modelo oriundo da Revolução Francesa, que apresenta a Polícia como instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, e a segurança individual. “O seu carácter principal é a vigilância. A sociedade considerada em massa é o seu objeto” (Valente, 2012, p. 46). Nas sociedades atuais, a Polícia desempenha tarefas para além da que diz respeito à ordem pública e ao combate ao crime, mudando os conceitos em causa com o tempo e o lugar.

É no século XIX que, na Europa, a polícia adquire o significado atual através de duas especializações essenciais: criação de corpos próprios e com preparação específica e, numa segunda fase, especialização judiciária, como auxiliar da justiça penal.

A polícia, “áquella parte da administração, que tem por objecto a manutenção da ordem pública e a segurança individual. (...) a que consiste em impedir as infracções das leis (sendo nesta parte preventiva) e na sustentação da ordem pública em cada lugar, bem como em toda a parte do reino” (Freitas, 1857, p. 144).

A polícia pode ser entendida sob três perspetivas: em sentido funcional ou material, em sentido orgânico ou institucional e em sentido formal. Em sentido funcional ou material e segundo Marcelo Caetano “a polícia apresenta-se como o modo de atuar da autoridade administrativa, que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de pôr em perigo interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam,

ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (Caetano, 1994, p. 1449). A polícia, “na perspectiva da actividade material de polícia, pressupõe uma finalidade própria, distinta das demais formas de actividade administrativa que concorrem para a satisfação do interesse público” (Castro, 1999, p. 16).

Em sentido funcional, a polícia, é um modo de actividade administrativa, todavia, importa distinguir dois ramos dessa actividade. O primeiro ramo assume a designação de polícia administrativa propriamente dita, tendo como objeto a manutenção habitual da ordem pública em toda a parte e em todos os setores da administração. O seu fim assume um carácter preventivo. A polícia administrativa tem duas dimensões: polícia geral e especial. A polícia administrativa geral direciona a actividade policial para a observância e defesa da ordem jurídica globalmente considerada; por sua vez, a polícia administrativa especial compreende as “actividades policiais que têm por objecto a observância e a defesa de determinados setores da ordem jurídica”⁹ (Caetano, 1994, p. 1154). O segundo ramo de actividade, designado de polícia judiciária, tem a finalidade de investigação dos delitos que a polícia administrativa não impediu que se cometessem, reunindo a prova e entregando os seus autores aos tribunais incumbidos por lei de os punir¹⁰. “A polícia administrativa impediria os crimes (pela sua presença e visibilidade no terreno); a polícia judiciária investigaria aquilo que seria a consequência de uma falha ao nível administrativo (os crimes praticados ou conhecidos)” (Cunha, 2006, p. 102).

Em termos legais a polícia judiciária, faz a investigação dos crimes, a descoberta dos seus agentes, a prossecução da instrução preparatória dos respetivos processos e a organização da prevenção da criminalidade¹¹. Tudo aquilo que não se enquadra no âmbito da polícia judiciária enquadra-se no conceito de polícia administrativa.

A polícia no desempenho de tarefas preventivas do crime (prevenção criminal *stricto sensu*), revestido de natureza de órgão auxiliar da administração da justiça, enquanto órgão de polícia criminal (OPC)¹², assume a missão de polícia judiciária, distinguindo-se claramente da natureza administrativa pela “natureza das medidas que aplica em uma e em outra circunstância congregadora” (Valente, 2012, p. 66).

A polícia em sentido orgânico ou institucional é o “conjunto de órgãos e agentes pertencentes a serviços administrativos cuja função essencial consiste no desempenho de tarefas materiais de polícia” (Castro, 1999, p. 16). A polícia constitui-se de diversos órgãos, que por sua vez são representados e compostos por Agentes de Polícia, que em

⁹ Como sejam a saúde pública (polícia sanitária), a economia nacional (polícia económica), os transportes públicos (polícia dos transportes), uso dos meios de comunicação (polícia de viação).

¹⁰ Distinção consagrada pela primeira vez no art. 18º do Código Francês dos Delitos e das Penas de 3 do Brumário do ano IV. Cit in (Raposo, 2006, p. 29)

¹¹ Decreto-Lei nº 35042 de 20 de Outubro de 1945, artigo 1º.

¹² Cf. Artº 1º, nº 1, al). c) do Código d Processo Penal e art.º 3º da LOIC

termos funcionais desempenham as atribuições e competências que lhes advêm da Lei, ou seja, as funções de polícia. “Por polícia em sentido orgânico (ou institucional) entende-se o conjunto de serviços da Administração Pública [AP] com funções exclusiva ou predominantemente de natureza policial” (Raposo, 2006, p. 24).

Polícia em sentido formal “exprime usualmente os modos de actuação da Administração Pública em sentido orgânico, quando exerce a administração pública em sentido material e usa poderes de autoridade que lhe dão supremacia sobre os cidadãos” (Sousa & Matos, 2004, p. 46). Podem ser todas “as actividades desenvolvidas pela polícia em sentido institucional ou orgânico, independentemente de configurarem uma actividade de polícia em sentido material” (Brito, 2009, p. 315). Ou ainda, “seriam todos os poderes desenvolvidos pela polícia, em sentido funcional e orgânico, não apenas no exercício de polícia administrativa geral, mas também quando exerce a polícia administrativa especial e a polícia judiciária” (Dias, 2012, p. 76).

Num Estado de Direito Democrático “toda a polícia é administrativa, tanto do ponto de vista institucional como do ponto de vista funcional – e daí a inserção sistemática da norma constitucional referente à polícia no título da Constituição que tem, precisamente, por epígrafe Administração Pública,” (Raposo, 2006, p. 28), o que caracteriza o serviço da Polícia como um serviço público. “Quando se fala em administração pública, tem-se presente todo um conjunto de necessidades colectivas cuja satisfação é assumida como tarefa fundamental pela colectividade, através de serviços por esta organizados e mantidos” (Amaral, 1998, p. 29). No fundo trata-se de uma forma especial de ação coletiva organizada, que adota modelos funcionais característicos da AP e, por vezes, das organizações militares; e ainda, como instituição social, cumpre papel de grande relevo na vida política das sociedades, pois procura garantir a ordem pública, sem a qual dificilmente se mantém o Estado.

Polícia pode ser entendida como toda a atividade de vigilância, controlo e correção da conduta humana, processada de acordo com os critérios vigorantes em cada organização social e política. A polícia pode ser percebida como um instrumento estatal de controlo social, exógeno e vertical, exercendo um controlo formal sobre os elementos de uma sociedade, assegurando que o seu comportamento se mantenha dentro dos limites estabelecidos ou tolerados pela ordem social.

De acordo com Sérvulo Correia a polícia é “caracterizada pelo fim de prevenção e dos danos ilegais e pela restrição da liberdade das condutas sociais que envolvam o perigo de gerar esses danos” (Correia, 1994, p. 394), pelo que poderá ser “entendida numa perspectiva lata, como uma actividade administrativa que tem por fim prevenir os danos que possam resultar de condutas sociais perigosas” (Oliveira, 2006, p. 106). Os corpos de polícia são agências de controlo social, instituídas pela sociedade para

funcionarem em seu proveito, levando todos a submeterem-se aos ditames do coletivo. Contudo, regista-se nas sociedades democráticas, o peso acrescido dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, que implicam cada vez mais tarefas de segurança.

1.2 Conceito de Prevenção

Durkheim há mais de um século, através dos estudos que realizou, chegou à conclusão que o delito é normal, de acordo com as condições sociais em que se vive e o estado de evolução em que essa sociedade se encontra. “ Que significa a tese: «o crime é normal?» (...) Se o crime é normal, o crime é bom! (...) Nada disso (...). As desordens físicas, mentais e sociais habitam a normalidade” (Kuhn & Agra, 2010, pp. 21-22).

O vocábulo prevenção deriva do étimo latino *praeventionem* e significa o “ato ou efeito de prevenir; conjunto de medidas destinadas a evitar um mal; precaução, cautela.” (Editora, 2009, p. 589) O ato de prevenir, representa “informar com antecedência. Advertir, tomar medidas que evitem (...); impedir que se realize” (Editora, 2009, p. 589).

A prevenção é a função primeira e originária das polícias, como garantia de “uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e liberdades” (Cfr. art.º 28 DUDH). “Segundo Robert Peel, fundador da Metropolitan Police de Londres, esta é a função básica da Polícia” (Gomes P. , 2001, p. 47). A repressão, embora sendo função da polícia, constitui-se como opção secundária e posta em prática, apenas quando a prevenção falha ou se mostra inexistente, não evitando que se infrinjam “as limitações impostas pelas normas e actos das autoridades para a defesa da segurança interna, da legalidade democrática e dos direitos dos cidadãos” (Canotilho & Moreira, 1993, p. 956).

As orientações do Conselho Social e Económico das Nações Unidas (ONU), estruturadas em oito princípios básicos, definem no primeiro deles, no que toca à prevenção do crime, que “todos os sectores de governação devem desempenhar um papel de liderança no desenvolvimento de estratégias de prevenção criminal eficazes” (ONU, 2009, p. 127). Essas orientações estabelecem ainda que “as estratégias, as políticas e as actividades da prevenção criminal devem ser baseadas num vasto e interdisciplinar conhecimento dos problemas inerentes ao crime, nas suas múltiplas causas e nas práticas mais promissoras e comprovadas” (DGAI, 2009, p. 9).

Na prevenção, os diagnósticos locais de segurança (DLS), podem ter papel preponderante. Por serem uma análise sistemática cujo objetivo “é compreender o crime e os problemas relacionados com situações de vitimização numa determinada comunidade, identificando equipamentos e recursos que permitam uma actividade preventiva, identifiquem as prioridades e apoiem o desenvolvimento de uma estratégia que permita atingir os objectivos acordados” (DGAI, 2009, p. 12).

“A intervenção humana na realidade social é simultaneamente acção e ciência, visto que ela permite ao mesmo tempo, modificar o mundo e, ao mudá-lo, conhecê-lo” (Bastide, 1979, p. 112). Os Humanos têm um entendimento daquilo que se designa por segurança e da necessidade de a garantir. Atualmente é entendida como uma necessidade da pessoa e um direito do Homem e das Nações, que permite discernir através dos seus conceitos uma noção de proteção ou de tranquilidade perante ameaças ou ações adversas à própria pessoa, às instituições ou a bens essenciais existentes ou pretendidos. Pode ser definida como o Estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à conduta de atividades no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas (Alves, 2008, pp. 41-47). Neste sentido, as forças policiais incluem, normalmente, nas suas atribuições o desempenho das funções de natureza administrativa e criminal. Estas funções incluem a prevenção do crime, a manutenção da ordem pública, a investigação de crimes e a repressão desses delitos.

Pode dizer-se que as forças de segurança são organizações que têm como missão proteger e garantir o cumprimento da lei, a ordem e a segurança pública, num estado, todavia a prevenção é a atividade primordial na função polícia. A ela deve corresponder o maior empenhamento, de modo a produzir o máximo possível de utilidade social, tendo a capacidade de empregar a força no âmbito do cumprimento da sua missão. Nas sociedades modernas atuais, por motivos de ordem social, criminológica e predominantemente económica, a prevenção constitui-se (hoje e sempre), como uma singular ferramenta das políticas de segurança de forma genérica e de uma forma muito particular da política criminal em geral. “Prevenir a criminalidade custa muito menos que investigá-la e é muito mais eficaz” (Braz, 2006, p. 129), sendo que “a falha dos programas de prevenção conduzirá ao aumento da repressão” (Alves, 2008, p. 173).

A prevenção constitui todo o fundamento da “atividade da polícia e pode exercer-se em diversas oportunidades: imediatamente antes de o dano acontecer, durante a produção do dano (importa neste momento atalhar para que ele não se alastre e não se consolide) e depois da produção do dano,” (Dias, 2012, p. 83), traduzindo-se na aplicação de sanções aos prevaricadores, em momento já não de prevenção, mas de reacção à violação da legalidade, (Gomes C. , 1999, pp. 165-168) atendendo que a repressão encerra também um capítulo da prevenção. “Há, assim, no que respeita à criminalidade habitual, uma tão íntima ligação e dependência entre a prevenção e a repressão, que seria erro desarticular as duas funções” (Cunha, 2006, p. 103).

Mostra-se necessário que a intervenção policial vá para além da atividade administrativa, permitindo atenuar a necessidade de investigação e ação penal, já que a manutenção da segurança não se esgota na função de vigilância. Assim, podemos

afirmar, que a prevenção orienta-se a um fim futuro, a “impedir que um perigo surja ou se concretize em dano – e, para que esteja justificada, há de haver uma ligação direta entre uma conduta contrária à lei e ao direito e um perigo de dano previsto” (Dias, 2012, p. 83).

“A prevenção define-se essencialmente, por oposição à repressão. Podemos defini-la como o conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infracções (a sua frequência, a sua gravidade e as suas consequências), sejam de natureza criminal ou outras,” (Oliveira, 2006, p. 79) especialmente quando sucedam antes da prática do delito. Segundo Dias, a prevenção é a base da ação policial quanto ao controlo dos perigos e pressupõe que as medidas preventivas, do legislador ou da administração policial, sejam tomadas em função da informação que se encontra disponível e seja capaz de identificar e prever a existência de danos (Dias, 2012, pp. 124-125).

A Polícia deve ser o serviço mais visível e próximo dos cidadãos, cuja missão é vigiar a sociedade de forma permanente como forma de assegurar que se não pratiquem atos que perturbem a ordem e o sossego público – papel preventivo. “Os atos de polícia podem ter objeto preventivo ou repressivo (...) e, umas vezes, podem ser genéricos, outros individuais. Os atos preventivos podem consistir em comandos, ordens, proibições (absolutas ou relativas), medidas de polícia, autorizações e licenças” (Dias, 2012, p. 77). Falhada esta missão primeira, emerge o dever repressivo do Estado, que se consubstancia na investigação, descoberta e detenção dos infratores.

Neste sentido, e enquadrado na teoria das necessidades coletivas, concebida enquanto bem jurídico “supra-individual que a todos beneficia como interesse público” (Valente, 2012, p. 107), foi em prol da segurança e no âmbito de funções preventivas que se “obrigaram os homens a ceder parte da sua liberdade: é pois, certo que cada um não quer colocar no depósito público senão a mínima parte possível, aquela que basta para induzir os outros a defendê-lo” (Beccaria, 2009, p. 65). Apesar do “ordenamento prescreve [r] normas de conduta para os cidadãos que, a cada momento, são tentados a violar e a provocar danos sociais, que são susceptíveis de fazer perigar interesses gerais ou colectivos,” (Valente, 2012, p. 48) apenas a desobediência às normas, e cujos danos se refletem na vivência em sociedade, “devem ser evitados pela polícia-, cujo fim se embrenha na prevenção dos danos sociais- por acção de cautela, de vigilância, pois se há perigo de constituição de dano, a polícia deve evitá-lo, restringi-lo” (Valente, 2012, p. 48). Assim, a prevenção poderá ser implementada “quer actuando ao nível dos comportamentos individuais, que podem mesmo ser fonte do conflito, quer actuando em determinadas áreas e matérias que, pela sua controvérsia e inaceitabilidade, darão início a uma escalada que poderá terminar em conflito” (Fernandes J. , 2014, p. 44).

As ações de prevenção do crime, por parte das FSS, são “desenvolvidas com recurso a medidas de polícia de natureza preventiva, como a vigilância e fiscalização de

certas actividades, lugares e estabelecimentos que possam favorecer a prática de crimes, para além da vigilância policial de pessoas por período de tempo determinado” (Fernandes & Valente, 2005, p. 36). Engloba ainda medidas tendentes a cooperar no decréscimo da “criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas directas de dissuasão de actividades criminosas, quer através de políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crime e as suas causas” (Europeia, 2001, p. L 153/1).¹³

Alguns autores, nomeadamente Fiães Fernandes, realçam que as estratégias de prevenção, quando devidamente planeadas e implementadas previnem o “crime e a vitimação, assim como garantem a redução dos custos reais com o sistema de justiça penal e garantem também a segurança da comunidade e contribuem para o desenvolvimento sustentado do Estado, aumentando a qualidade de vida dos cidadãos” (Fernandes L. , 2006, p. 73). Deste modo, “é função da polícia, em sentido amplo, fazer cessar todas as actividades que possam fazer perigar interesses gerais, ou seja, aqueles interesses cuja violação possa colocar em causa o bem estar-social, organizacional e civilizacional de uma comunidade, qualquer que seja” (Fernandes J. , 2014, pp. 88-89).

A prevenção é uma preocupação nas diversas intervenções das entidades públicas, com responsabilidades em matéria de segurança, o que revela a relevância e pertinência do assunto. “Daí se verificar que esta mudança de pensamento, para a população e para a própria estrutura funcional e operacional da PSP, esteja presente, e cada vez mais consolidado, nas medidas policiais a serem tomadas” (David, 2014, p. 12).

1.3 Conceito de Proximidade

O conceito de proximidade, deriva do vocábulo latino *Proximitas* e significa “condição ou estado do que é próximo; Proximidades, (n. f. plural), significa lugares próximos ou vizinhos. Sinónimo de arredores” (Editora, 2009, p. 599). Poderá ainda ser “o que se encontra a curta distância de lugar, de tempo” (Verbo, 2001, p. 2996).

Ao longo dos anos, a proximidade na relação entre a AP e os administrados tem sido uma reivindicação, eventualmente legítima, por parte das populações, se atendermos ao carácter centralizado da AP em Portugal. “A expressão proximidade é um novo paradigma que exprime a forma como se devem processar as relações entre o aparelho administrativo e o exterior, isto é, com os cidadãos. Englobando, assim, uma forte dimensão relacional e territorial” (Oliveira, 2006, p. 85). Apesar dessa reivindicação das populações, para uma maior proximidade com o Estado nas relações que com

¹³ Cfr. nº 3, art.º 1º Decisão do Conselho 2001/427/JAI, de 28 de Maio, que cria Uma Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade
António Ochoa

aquelas estabelece, algumas questões poderão complicar essa aproximação. Com o normal desenvolvimento das sociedades (em resultado de fatores como a globalização), as relações sociais estabelecidas entre as pessoas tornam-se cada vez mais distantes, frias, impessoais e anónimas, mormente pela criação dos grandes aglomerados populacionais, ou seja as áreas metropolitanas (grandes metrópoles, como são o caso de Lisboa e Porto, havendo quem defenda a criação de outras áreas semelhantes). Esse facto, aliado à enorme centralização administrativa do estado, leva ao desgaste natural e progressivo das relações de confiança e alguma proximidade que se estabeleciam entre as pessoas. Este fenómeno social não se limitou apenas e só às pessoas, mas de forma acentuada “afetou a própria relação entre as instituições (polícia inclusa), e entre estas e a comunidade” (Ferret, 2003, p. 7). (tradução nossa)

Assim, investiu-se em medidas de aproximação, pois as políticas de proximidade, e não apenas as de âmbito policial, “são especialmente importantes para reforçar as relações (...) dentro das comunidades ajudando a desenvolver laços de conhecimento e confiança entre as pessoas” (Leitão, 1999, p. 6).

Nesse âmbito e de uma forma geral, a expressão «serviços de proximidade» é entendida como todas as iniciativas, projetos ou atividades consideradas de desenvolvimento local, ou seja, que “respondam a necessidades locais, embora em articulação enriquecedora com recursos exógenos, mobilizando e reforçando as redes de solidariedade locais e exógenas (uma lógica de parceria) e com impacte na comunidade local” (Amaro, 1997, p. 10). Desta forma, podemos afirmar que a noção de proximidade se relaciona de forma direta com o conceito de «desenvolvimento integrado», ou seja, a expressão proximidade deve remeter para a ideia de parceria, de conjugação de esforços e de recursos para alcançar objetivos que, de forma isolada, dificilmente se alcançariam.

Tendo em conta a essência do nosso trabalho entenderemos a proximidade, enquanto polícia de proximidade. Deste modo a “proximidade inscreve-se, claramente, numa lógica de aproximação da polícia à população, no quadro de um aumento da sua eficácia e legitimidade. E pretende ser uma resposta positiva àquelas decisões que geram uma distância entre o Estado e os cidadãos” (Oliveira, 2006, p. 85).

No âmbito policial, a proximidade deve ser encarada numa lógica de aproximação e cooperação com outros atores sociais; traduzir-se em medidas concretas conducentes a manter a paz social, e evidenciar-se ao nível da visibilidade operacional da força policial e da visibilidade institucional, ou seja, no conhecimento e diálogo permanente e contínuo com o cidadão e com as organizações e entidades que o representam. “A polícia de proximidade define-se como uma forma de gestão da segurança, implementada próximo da população, de maneira a responder, através de uma ação policial prioritariamente preventiva, às suas necessidades cuidadosamente identificadas e tomadas em

consideração” (Dieu, 2001, p. 263) (tradução nossa). Deste modo, o cidadão adquire papel de relevo no meio social onde vive, tendo um papel ativo em termos de decisões comunitárias, já que é também uma parte interessada, senão mesmo a mais interessada.

Uma polícia de proximidade “começa a ser defendida em Portugal, impõe algo mais do que a mera «aproximação» da polícia à comunidade. Uma polícia de proximidade é, antes de tudo, uma polícia de imediação, no sentido espacial (de presença), mas também temporal (de rapidez)” (Cunha, 2006, p. 107). Deve existir uma concertação de esforços e recursos com um objetivo comum, ou seja, diálogo constante e contínuo com a sociedade e com as organizações que a representam (ainda que seja apenas e um só cidadão com o seu problema autonomizado – situações raras, pensamos nós), por forma a conseguir-se uma resposta rápida e eficiente e a consolidar no cidadão o sentimento de acompanhamento próximo e permanente.

A proximidade é uma das componentes necessárias para a polícia concretizar o seu modelo de policiamento, que resulta “de uma concepção renovada das relações de proximidade que idealmente devem existir entre a polícia e os cidadãos, reenviando a uma concepção de eficácia policial que deve ter presente a dimensão humana dos problemas e uma preocupação pela coesão social” (Oliveira, 2006, p. 86).

1.4 Conceito de Comunidade

Este conceito mostra-se deveras importante, no que ao policiamento em geral diz respeito, e de uma forma muito particular ao policiamento de proximidade, na medida em que a intervenção policial se faz no seio das diversas comunidades que a PSP serve.

A palavra comunidade deriva do latim *Communitate*, traduzindo-se no “conjunto de pessoas que vivem numa determinada área, sob um governo comum e partilhando uma herança cultural e histórica. Conjunto de organismos que habitam um meio ou ambiente comum e se interrelacionam. Qualidade do que é comum” (Editora, 2009, p. 188). Deste modo, só fará algum sentido compreender os objetivos do policiamento de proximidade, se houver a noção clara do que significa uma comunidade e da forma como evolui e os seus membros interagem, (Trojanowicz, Kappeler, Gaines, & Bucqueroux, 1998, p. 62) (tradução nossa) já que “os homens, com os seus cuidados e com boas leis, tornaram a terra apropriada a ser a sua morada” (Montesquieu, 2011, p. 443).

O conceito de comunidade é de difícil definição, podendo representar um país, uma região, uma cidade, uma freguesia ou ainda um bairro ou lugar. Esta dificuldade levou (Goldstein, 1990, p. 25), a interrogar-se sobre o que se entende por comunidade. É a comunidade toda a cidade? Uma parte desta? Um bairro? Ou os moradores de um edifício de apartamentos específicos? (tradução nossa). A comunidade, quando se refere

à implementação do policiamento de proximidade, traduz-se no conjunto de cidadãos que estão sob a ação desse mesmo policiamento. Numa visão micro, referindo-nos a uma esquadra, a comunidade traduz-se na freguesia, no limite conjunto de freguesias, que é responsabilidade, dessa mesma esquadra policial. Numa visão macro, significa todo o conjunto de cidadãos a nível nacional, sobre os quais incide o policiamento da PSP e cuja responsabilidade última cabe à Direção Nacional da PSP (DNPSP).

“Comunidade ou localidade são uma questão de escala, não de valor. A localidade não deve ser encarada como microcosmos da sociedade mais ampla; ela é desde logo sociedade, situada, fluida, com persistências e mudanças” (DGAI, 2009, p. xii). O conceito de comunidade sofreu ao longo dos tempos, algumas derivações, com o normal evoluir das sociedades, e os efeitos desse movimento brutal que designamos de globalização, pelo que “comunidade nem sempre corresponde a uma área, localização ou bairro; várias vezes refere-se apenas a um grupo de pessoas unidas por interesses comuns tais como uma comunidade escolar” (Trojanowicz, Kappeler, Gaines, & Bucqueroux, 1998, p. 62) (tradução nossa). Facilmente se entende que a existência e os objetivos do PES, encaixam na perfeição neste conceito, que acompanhamos.

A ideia de comunidade, enquanto forma de vida coletiva sugere complexidade, pois padece de indecisão e indeterminabilidade. “Na verdade, com a multiplicação dos contextos, a realidade social adquiriu uma fluidez difusa que se pode expressar através de dualidades do tipo próximo/afastado, próprio/impróprio, familiar/estranho, amigo/inimigo” (Dias, 2012, p. 111). À “fluidez destas oposições se referem conceitos e problemas como os da multiculturalidade, da sociedade aberta, da mobilidade social, da possibilidade de fazer valer pontos de vista marginais, da desorientação dos indivíduos, da crise de sentido, da perda dos metarrelatos” (Innerarity, 2010, p. 147).

“A «sociedade», que nunca é mais do que as interacções múltiplas dos indivíduos num determinado meio, assume assim uma identidade própria e reificada, como se de uma unidade activa com uma consciência própria se tratasse” (Giddens, 2011, p. 211). A identidade própria e de cada um, participa na estrutura que identifica determinada comunidade “daí que nós enformamos uma sociedade e é nesta, também, que nós nos expressamos verdadeiramente, num processo permanente de interacções que estabelecemos entre todos” (Fernandes J. , 2014, pp. 56-57). Nesta construção da estrutura única e identificativa de determinada comunidade, a “harmonia, tranquilidade de vida e eficiência dos serviços públicos, são as mais imediatas vantagens numa sociedade organizada” (Faria, 2015, p. 161). Contudo, tal não obsta a que se atenda à obrigação das “actividades colectivas serem ao mesmo tempo intermitentes e persistentes, inesperadas e previsíveis, inacessíveis e oferecendo também e simultaneamente

possibilidade de experimentação. (...) Geralmente, as atitudes colectivas aparentam ser mais contínuas do que na realidade o são” (Gurvitch, 1977, p. 230).

Numa comunidade, ninguém, enquanto ser individual, consegue viver de forma isolada, nem é autossuficiente. Assim, não raras vezes, se verifica um conflito entre os interesses individuais e coletivos e, “quando os interesses são conflitantes, é necessário arranjar mecanismos que estabeleçam uma separação e que, tanto quanto possível, possam satisfazer equilibradamente ambos os interesses” (Fernandes J. , 2014, p. 40).

Estabelecendo a ligação entre a comunidade e a vivência em sociedade, é a existência de uma entidade reguladora que discipline as relações que se estabelecem. Referimo-nos às leis (estrutura formal) e à polícia, (estrutura orgânica), que é o garante da fiscalização e cumprimento dessa mesma lei. Em termos gerais, a estrutura jurídica de uma comunidade representa “as relações necessárias que derivam da natureza das coisas. E, nesse sentido, todos os seres têm as suas leis; a Divindade tem as suas leis; o mundo material tem as suas leis; (...) o homem tem as suas leis” (Montesquieu, 2011, p. 125). São essas leis que regulam a comunidade e a vivência em sociedade.

Grande parte dos problemas sociais que enfermam as sociedades modernas têm causa no enfraquecimento (nalguns casos trata-se mesmo de desaparecimento) dos mecanismos de controlo social tradicionais e/ou informais, como a família, a igreja, os grupos desportivos, a posição estratégica da própria polícia perante tais problemas, etc. Tais condicionalismos, podem constituir um fator facilitador, ao surgimento dos fenómenos criminais, ou ao seu incremento, pelo que “a psicanálise da sociedade punitiva pretende, (...) descobrir as motivações e os mecanismos da «alma colectiva» que levam uma sociedade a punir os seus delinquentes” (Dias & Andrade, 1992, p. 202). Contudo, segundo Reiner “podem existir sociedades sem organizações policiais, mas não existem ordens sociais sem policiamento” (Reiner, 1996, pp. 501-522). (tradução nossa)

1.5 Conceito de Visibilidade

O conceito de visibilidade está associado ao ato de se tornar visível, de se mostrar. Significa a “qualidade ou estado do que é visível; que permite ver [e ser visto] a uma distância maior ou menor” (Editora, 2009). Neste âmbito, convém delimitar que, quando nos referimos à visibilidade, será enquanto opção tática ao nível do policiamento de visibilidade, em estreita conexão com o policiamento de proximidade.

A visibilidade tem papel fulcral no policiamento de proximidade. Tal assim é que, a DNPS, elaborou uma Norma de Execução Permanente (NEP),¹⁴ onde define o seu significado, o seu enquadramento, como se operacionaliza, e a sua implementação em

¹⁴ NEPAUOOS/DO/01/20 de 06/02/2014 da DNPS

todo o dispositivo territorial da PSP. Com base nessa NEP, todos os Comandos da PSP, elaboram uma outra, vinculando o dispositivo desse Comando, e operacionalizando a visibilidade policial nas áreas territoriais das Esquadras que os compõem. Cada Esquadra define como implementa no terreno esse tipo de policiamento, que meios materiais e humanos lhe afetam e em que zonas o implementa. Para tal, as Subunidades, deverão recolher de forma estruturada um conjunto de “indicadores estatísticos (informação quantitativa e qualitativa – ocorrências criminais, incivildades, reclamações, relatórios policiais) que, depois de analisados e sustentados pela localização geográfica e definição dos lapsos temporais preferenciais, permitirá a definição concreta das Zonas de Policiamento de Visibilidade a prover com policiamento” (DNPSP, 2014, p. 7).

A visibilidade policial constitui-se “como o meio preventivo por excelência, pressupondo-se que tendencialmente, qualquer indivíduo, evitará o cometimento de crimes e incivildades na presença efetiva de elementos policiais uniformizados” (DNPSP, 2014, p. 3). Esta medida preventiva não é mensurável, pois não se conseguem medir factos que desconhecemos se poderiam ter ocorrido ou não. Esta forma de policiar, faz com que o sentimento “de segurança por parte do cidadão também beneficia com esta presunção, considerando que, confrontado com a presença de elementos policiais uniformizados, sentir-se-á, tendencialmente mais seguro” (DNPSP, 2014, p. 3).

O objetivo de criação da NEP da visibilidade policial, alinha-se com a Diretiva Estratégica nº 10/2006 da DNPSP, visando “substituir-se gradualmente o tradicional patrulhamento casuístico e aleatório, por um policiamento de visibilidade direcionado para os locais de forte concentração de pessoas, reequacionando o papel do designado patrulheiro¹⁵ e dos elementos afetos por excelência à prevenção” (DNPSP, 2014, pp. 3-4). Para concretizar tal conceito, é preciso que, de forma eficaz e sobretudo eficiente, se adaptem “os recursos humanos e materiais existentes a novas metodologias de policiamento, visando aumentar a capacidade de intervenção, proatividade, prevenção criminal e criar uma malha policial que corresponda às necessidades dos cidadãos e potencie o seu sentimento de segurança” (DNPSP, 2014, p. 4).

A implementação desta tática de policiamento no terreno visando o “aumento da visibilidade policial e recorrendo à utilização sistemática de coletes refletores e das luzes rotativas por parte dos elementos das BIR [atuais Equipas de Intervenção Rápida (EIR)] e das tripulações dos carros de patrulha,” (Elias, 2007, p. 521) faz aumentar o sentimento de segurança dos cidadãos e cria uma sensação de maior ocupação do território, por parte da polícia. Tais estratégias enformam o policiamento de visibilidade que “constitui

¹⁵ O patrulheiro está associado ao elemento policial uniformizado que, de forma apeada, ou usando meio auto, faz o giro que lhe foi designado, por determinada zona da área territorial da Esquadra a que pertence.

indubitavelmente uma boa prática para o aumento da segurança dos agentes e para o aumento da visibilidade da própria polícia” (Elias, 2007, p. 521).

A NEP prevê que os elementos policiais uniformizados, quando em policiamento de visibilidade, deverão usar sempre coletes refletores de alta visibilidade.¹⁶ Os veículos caracterizados, quando parados, durante a resolução das ocorrências, deverão ter ligados os dispositivos de iluminação (rotativos), assinalando a sua presença, e em deslocação, deverão circular com as luzes de presença acionadas.¹⁷

Este documento prescreve às Equipas do Programa Escola Segura (EPES), missão específica de garantir a segurança e visibilidade policial nas escolas, e “a qualidade do trabalho desenvolvido é diretamente proporcional à quantidade e qualidade dos contatos efetuados com o público-alvo, designadamente alunos, e responsáveis escolares” (DNPSP, 2014, p. 11). Estes contatos devem, preferencialmente, ser efetuados nos períodos de início e fim das aulas, pois é nessa altura, que se verifica uma maior afluência de pessoas nas proximidades das escolas, nomeadamente os pais e encarregados de educação, que devem também ser alvo de atenção por parte das EPES.

Anualmente a DNPSP, através da Unidade Orgânica de Operações e Segurança, emana uma Diretiva Estratégica, vinculando todos os Comandos, com orientações operacionais precisas, quanto à atividade operacional a desenvolver no ano a que respeita. A Diretiva nº1/2015, de 15 de janeiro de 2015, um documento estruturante para a PSP, refere no ponto 1. Situação, alínea a) (12) que se deve “durante o ano de 2015, dar continuidade à afirmação da visibilidade policial atenta a relevância estratégica que esta assume, no domínio da prevenção, na concetualização e enquadramento de todas as atividades da PSP, dando cumprimento ao estipulado na NEP nº AUOOS/DO/01/20, de 06FEV2014” (DNPSP, 2015, p. 2). No ponto 5. b) relativo ao policiamento de proximidade – visibilidade policial - estabelece o que a DNPSP pretende implementar através do dispositivo a nível nacional, fornecendo diretrizes gerais.

1.6 Modelos de Policiamento

“O estado, organização emergente da modernidade, assumiu um papel fundamental, enquanto estrutura política, no estabelecimento de metas sociais coletivas, ressaltando entre estas, como principais, a ordem interna, a segurança, a justiça e, mais recentemente, o bem-estar coletivo” (Fernandes J. , 2014, p. 121). A segurança reforça o “desenvolvimento harmonioso das sociedades contemporâneas” (DNPSP, 2014, p. 2) e revela-se num “sentimento construído e sustentado na vivência do quotidiano, e ao

¹⁶ Previsto na alínea a) do nº1 do artigo 6º do Regulamento de Fardamento do Pessoal com Funções Policiais da PSP, aprovado pela Portaria nº 634/2010 de 9 de Agosto.

¹⁷ Cfr. Ponto 4a) (5) e (6) I e II da (DNPSP, 2014, pp. 7-8)

mesmo tempo um processo de interação social que visa assegurar a confiança, a regularidade e a ordem, como forma de combater as ameaças e riscos gerados pela desordem e imprevisibilidade” (DNPSP, 2014, p. 2).

Num contexto de globalização, onde ameaças e riscos não conhecem fronteiras, os mecanismos tradicionais de controlo social perdem eficácia e legitimidade, enquanto a criminalidade e o sentimento de insegurança teimam em manter-se como questões de eleição no discurso social e político da atualidade. Daí ser cada vez mais pertinente o estudo dos modelos de policiamento, das suas potencialidades e vulnerabilidades, assim como questionar o papel da polícia numa idade pós-moderna (Gomes P. , 2001).

Tal como “cada homem, em diferentes momentos, tem um ponto de vista diverso,” (Beccaria, 2009, p. 69) também a polícia sente necessidade de adaptar a sua estratégia de intervenção operacional, ou seja, a forma como implementam o policiamento em face da realidade onde se inserem. É também dessa forma que os cidadãos alcançam “aquela segurança de si mesmos, que é justa, porque é o objectivo com o qual vivem os homens em sociedade; que é útil, porque [também] os coloca em situação de calcular com precisão os inconvenientes de [cometerem] um crime” (Beccaria, 2009, p. 70).

A insegurança releva que “a resposta política não pode apenas assentar numa ideologia da segurança baseada na repressão de atitudes individuais a punir. É necessário estabelecer um equilíbrio entre prevenção e repressão, entre produção de laços solidários e combate à insegurança e à exclusão” (Lourenço, 2000, p. 48).

Os modelos de policiamento, a implementar no terreno e no decorrer da atividade operacional da polícia, significam a resposta dada às necessidades, preocupações e anseios da comunidade que servem. São o conjunto de táticas¹⁸ e de técnicas¹⁹ ao dispor da intervenção policial e que enformam os modelos de policiamento. Segundo (Ferreira, 2000, p. 2), os modelos de policiamento “traduz [em] fundamentalmente uma filosofia e uma estratégia organizacional, consubstanciada na forma de policiamento, com vista à abordagem da prevenção criminal e das demais atribuições da organização policial.”

Abordaremos em seguida os modelos de policiamento proximidade (PP) e o policiamento usado na PSP, não obstante a polícia usar outros modelos, em função das necessidades e objetivos visados, nomeadamente o policiamento profissional/tradicional, o policiamento orientado para o problema, contudo “o paradigma é cada vez mais o conceito de proximidade, em todos os modelos, sejam eles modelos policiais tradicionais de «law and order» ou modelos descentralizados” (Gomes P. , 2001, p. 1).

¹⁸ Que segundo (Silva, 2008, p. 8), é a “ciência/arte de utilizar, da melhor maneira, os meios disponíveis em função do ambiente operacional e das facilidades proporcionadas pela técnica e tendo em vista reduzir o adversário.”

¹⁹ Segundo Hugo Guinote, (cit. In (Silva, 2008)), é o modo como as táticas são executadas

1.6.1 Policiamento de Proximidade

“Em Portugal começa-se agora a ter consciência de que as velhas respostas não servem aos novos problemas, às novas vítimas, às novas limitações e sobretudo ao cidadão mais informado e exigente” (Leitão, 2001, p. 8). Fatores como a globalização e o desenvolvimento das sociedades concebem uma mudança de paradigma quanto ao sentimento de insegurança. “É cada vez mais consensual que o que incomoda e condiciona o comum dos cidadãos não é tanto o crime organizado, mas antes a pequena criminalidade, ou «criminalidade em massa»”, (Elias, 2007, p. 477), ou ainda os focos de incivildades de natureza antissocial. Outrora, o policiamento reativo era, por norma, a forma de garantir segurança. Segundo (Clemente, 2000, p. VI), este policiamento limitava-se a pouco mais que reprimir a infração à lei. A aposta na prevenção marca decisivamente a mudança de paradigma, de um modelo profissional de policiamento, para o atual modelo de proximidade. Passa-se de um policiamento de base repressivo e “acolhemos e incentivamos uma cultura de serviço policial de proximidade, apostando na prevenção e na firmeza da acção policial” (Coelho, 1999, p. 16).

Desta forma se percebe e sustenta a necessidade de implementação de um PP, por parte da polícia e assim melhor conhecer a realidade social onde se insere. Para tal é necessário, colher informações junto das populações para que a intervenção operacional vá de encontro às suas necessidades, anseios e expectativas. Daí o surgimento de novas soluções, de natureza proactiva, que jamais poderão olvidar a experiência de outros, no que toca aos conceitos produzidos sobre cada domínio em concreto. Assim é necessário “ultrapassar preconceitos, envolver as pessoas (do profissional da base até ao topo da pirâmide hierárquica) para a mudança e conseguir ver mais longe” (Poiares, 2014, p. 71).

“Como sustentam alguns autores, este tipo de policiamento, mais que o policiamento dito tradicional, tem implicações ao nível da população sobre a qual actua mas tem também grandes efeitos ao nível dos elementos que constituem a estrutura policial” (Lisboa, Dias, & Santana, 2008, p. 5).

O PP pode ser considerado como uma das novas práticas policiais, visando uma maior aproximação entre a polícia e o cidadão, tendo necessariamente a polícia que entender o cidadão não apenas e só, como cliente da sua ação, mas acima de tudo como seu auxiliar direto na luta contra o crime e incivildades. A proximidade pressupõe contacto, envolvimento ativo com os cidadãos assente numa “informação interpessoal”(Durão, 2006, p. 109). Pretende ainda o PP aumentar o sentimento de segurança dos cidadãos, através do conhecimento efetivo das reais necessidades e problemas que preocupam a comunidade e, assim, a polícia oriente os seus esforços no sentido de os resolver ou minimizar. “A polícia só conhecendo os processos e estruturas de

funcionamento, melhor pode lidar com elas e exercer autoridade, controlar a ordem e prestar serviço também” (Elias, 2009, p. 752). No PP, a polícia reserva aos cidadãos um papel muito importante, na medida em que “ o Estado não poderá cumprir esta missão (garantir a segurança das pessoas e dos bens) se todos e cada um dos cidadãos não se sentirem parte integrante da sociedade através do Estado, ligados por um contrato social, a que chamamos pacto republicano” (Teixeira, 2002, pp. 25-26).

O PP visa “prevenir os comportamentos incivilizados que, sem terem necessariamente uma moldura penal, contribuem em grande medida, para a instauração ou manutenção de um clima de inquietação no seio da população local” (Clemente, 2000, p. 37). Visa ainda conferir à polícia uma nova visibilidade, uma nova imagem de proximidade, dando-lhe maior capacidade integrativa junto das comunidades que servem.

Não caberá apenas à polícia implementar este modelo de policiamento, deverá contar com o contributo dos atores sociais interessados em que os ilícitos não ocorram de forma indesejada. Deverão ser desenvolvidas parcerias formais e informais, atribuindo direitos e obrigações vinculando todos os intervenientes. “Neste caso os actores são o estado, as polícias, as instituições, organizações e associações locais, os cidadãos organizados e os mais diversos habitantes urbanos individualmente” (DGAI, 2009, p. xii). “Não se trata de levar a polícia a fazer tudo, pois não é só à polícia que compete solucionar a delinquência, mas sim a toda a sociedade” (Gomes P. , 2001, p. 47).

Estas parcerias podem “ser constituídas por grupos institucionais ou informais. Têm por objectivo resolver problemas que não possuem, normalmente, uma natureza exclusivamente securitária ou policial, por via de uma acção concertada, global e concomitante entre os diferentes parceiros” (Oliveira, 2006, p. 86). No âmbito dessas parcerias, em Portugal foram celebrados diversos Contratos Locais de Segurança, em que “as partes definem as cláusulas tendentes à prevenção da delinquência, à redução da criminalidade e do sentimento de insegurança na sua cidade e são responsáveis pelo seu cumprimento, pela prossecução dos objectivos fixados” (Gomes P. , 2001, p. 3).

O cidadão comum “projeta na polícia a responsabilidade da aplicação coerciva da lei, o certo é que cada vez mais a polícia em particular e a administração em geral pensam formas de gerir os conflitos de forma mais pacífica” (Leitão, 2001, p. 8).

A imagem institucional da polícia tem relevância decisiva para o cumprimento da missão, não apenas por quesitos de essência motivacional, mas fundamentalmente pela eficácia e credibilidade junto dos seus inúmeros *stakeholders*. Uma polícia moderna, viva e bem qualificada, obtém de forma mais fácil a aceitação de intervir junto “ da população em geral, obviando eventuais focos de conflitualidade e hostilidade mútua, ao mesmo tempo que gera uma maior propensão para elevar os índices de colaboração por parte dos seus múltiplos parceiros institucionais e indiferenciados” (DNPSP, 2012, p. 5).

“O policiamento de proximidade assenta em três exigências na vanguarda da actuação policial: Visibilidade, capacidade de inserção nas comunidades, orientação para os problemas,” (Machado P. , 2000, p. 166), gerando uma nova estratégia organizacional, permitindo à polícia e às comunidades, trabalharem e explorarem soluções inovadoras e eficientes para ultrapassarem os problemas comuns. A polícia de proximidade “é uma polícia territorial, responsabilizada, familiarizada com os bairros e capaz de actuar em colaboração com todos os actores da segurança” (Chevènement, 2000, p. 5).²⁰

1.6.2 Modelo de Policiamento na PSP

Até meados dos anos 90, a estratégia de policiamento na PSP, fundava-se nos princípios que caracterizavam o modelo tradicional ou profissional de patrulhamento. Tal modelo revestia um cariz essencialmente repressivo e reativo, isto é, a PSP atuava após o facto ter ocorrido e na maior parte das vezes, por solicitação dos intervenientes e/ou lesados. Entendemos que, tal modelo ainda, atualmente, é posto em prática, contudo, é já notória uma preocupação com a prevenção e sobre as causas da criminalidade.

O policiamento traduzia-se na patrulha, que era feito “num movimento dentro de uma área geográfica de uma forma aleatória, sem referência a um padrão pré-estabelecido. Desta forma, é esperado que a sua não previsibilidade actue como factor dissuasor e de instabilidade perante potenciais delinquentes” (Leitão, 2005, p. 112). Era um policiamento sem objetivos ou missões específicas, desprovido de responsabilização, onde a aleatoriedade caracterizava o trabalho diário dos polícias e com poucos ou nenhuns resultados práticos na redução da criminalidade. “Tenta-se desta forma criar uma ideia de omnipresença” (Leitão, 2005, p. 112).

A formação das grandes metrópoles é “acompanhado por efeitos de exclusão e de marginalização de vastos segmentos da população. (...) A cidade surge assim como o espaço para o qual parecem convergir todas as crises e todas as situações de conflito da sociedade,” (Lourenço, 2000, p. 49) levando a que “não houvesse correspondência entre as áreas a policiar e o aumento do número de polícias, tornando os meios motorizados a única alternativa para garantir uma presença policial, nalgumas zonas urbanas, seja de emergência/reactiva, seja reactiva” (Leitão, 2005, p. 112). A resposta do patrulhamento auto incidia mais na rapidez da resposta ao controlo das situações para que era solicitado, numa vertente exclusiva de reposição da ordem e tranquilidades públicas e jamais orientada para as causas do problema. Estes fluxos migratórios para as cidades, provocando a desertificação das zonas do interior do país, fazem proliferar fenómenos

²⁰ Nota Introdutória de Jean Pierre-Chevènement, Ministro da Administração Interna de France, alusiva à Conferência Internacional de Lisboa (14 e 15 de Dezembro de 1998), reservada à temática do policiamento de Proximidade, cujas atas foram editadas no livro citado.

criminais derivados desse isolamento em alguns grupos vulneráveis e de risco. Perante tais mutações, as FSS adaptaram-se, alterando as suas estratégias de atuação, no sentido de proteger as populações, através de uma maior e mais próxima presença policial. Contudo, nunca o policiamento repressivo poderá deixar de ser posto em prática, quanto mais não seja em nome da preservação da autoridade do estado.

No final dos anos 90, surge um novo modelo de policiamento orientado para a comunidade e para as causas do problema. Foi clara a preocupação dos responsáveis governativos, para que a polícia cada vez mais se aproximasse do público, numa estratégia governamental que visava, também por essa via, um estado mais próximo das populações. No prefácio de Fernando Gomes, na altura Ministro Administração Interna, datado do ano 2000, no livro de edição das atas da Conferência Internacional de Lisboa (14 e 15 de Dezembro de 1998), reservada à temática do PP, refletia essa preocupação, pois estava “convencido que todos os esforços que fizemos para aproximar os polícias dos cidadãos pela via do policiamento de proximidade, significarão melhor democracia, mais sentido cívico e maior segurança pública” (Gomes F. , 2000, pp. 3-4).

Esta metamorfose resulta da execução de políticas internacionais²¹ e nacionais²² incidindo sobre as causas do crime, através de medidas preventivas que, por um lado aproximem a polícia da comunidade e vice-versa e, por outro, consigam reduzir os índices criminais. Tais medidas, constituem uma estratégia de policiamento, a par de uma vertente repressiva também necessária, mas que não pode, constituir a base dessa estratégia, já que essa performance não mitiga os problemas da criminalidade e dos que lhe estão associados. Esta estratégia engloba procedimentos que assentam na recolha de informação de modo a prevenir efetivamente o crime. Esta, tratada, transforma-se em *intelligence* policial, e constitui um requisito incontornável da luta contra o crime. Tal estratégia beneficia a comunidade no sentido da não ocorrência de crimes, e onde “sejam tanto mais raros quanto maiores são os males que arrastam para a sociedade. Devem, pois, ser mais fortes os obstáculos que afastam os homens dos delitos na medida em que eles são contrários ao bem público” (Beccaria, 2009, p. 72).

O policiamento na PSP ao apresentar uma matriz de proximidade, sem abandonar algum carácter repressivo necessário, revela-se um policiamento moderno, eficaz e adequado às circunstâncias com que se depara, já que “não havendo receitas nem soluções estanques, parece-nos que os modelos de policiamento implementados,

²¹ Cfr. Artº 29 do Tratado de Amesterdão, que estabelece que “será objectivo da União facultar aos cidadãos um elevado nível de protecção num espaço de liberdade, segurança e justiça”, e onde é referida a prevenção como o caminho a seguir na prossecução desses objetivos.

²² Programa do XVII Governo Constitucional, onde se defende “um policiamento mais visível e eficaz, de integração e proximidade, orientado para a protecção dos cidadãos, em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos, (...)”, é decisivo para inverter a curva ascendente da criminalidade e reforçar o sentimento de segurança.”

deverão procurar integrar as diferentes valências policiais (prevenção e proximidade, ordem pública, investigação criminal e informações policiais)” (Elias, 2007, pp. 467-468).

Segundo (Clemente, 2000, p. VII), a dimensão preventiva deve prevalecer sobre a dimensão repressiva, na medida em que atualmente é consensual identificar as causas que fomentam a delinquência e procurar, em parceria com outras instituições, públicas e privadas, e de forma muito particular com todos os cidadãos, encontrar soluções que consigam evitar situações de risco para a comunidade local. Neste sentido as forças policiais através do seu conhecimento, infraestruturas e experiências, no fundo do *now how* adquirido, em parceria com as comunidades que servem, têm o dever e acima de tudo a obrigação de assumir a responsabilidade da prevenção dos atos delituosos na sua maioria. Este papel preventivo leva a PSP à assunção de uma maior responsabilidade e, também um papel mais profissional e interventivo perante a sociedade, já que as exigências são, também, cada vez maiores e mais difíceis.

Face às transformações sociais, é necessário um modelo de atuação policial que privilegie o contacto com a população, a criação de parcerias e mediação entre os atores locais, havendo sensibilização para a necessidade de participação ativa de toda a comunidade, no encontrar soluções para a criminalidade. “Daí que, o que está em causa é encontrar um novo equilíbrio entre repressão e prevenção ou entre uma polícia de tipo profissional e uma polícia comunitária ou de proximidade” (Oliveira, 2006, p. 113).

A PSP, atualmente também utiliza uma estratégia de visibilidade policial “que consiste em direccionar algum do efetivo policial, (...) para determinados locais em horários específicos, onde se verifique um grande afluxo populacional” (Henriques, 2009, p. 19). Esta matéria está devidamente enquadrada na NEP nºAUUOS/DO/01/20, de 06 de Fevereiro de 2014, da DNPS, a qual foi oportunamente referida e tratada no subcapítulo Visibilidade. Esta técnica não poderá ser confundida isoladamente com o policiamento proximidade, na medida em que lhe faltará a proatividade policial e o contacto com o cidadão. Esta técnica da visibilidade poderá ser implementada sem marcas características de proximidade, contudo surte mais efeito se as duas forem articuladas.

Este modelo de policiamento proativo vem sendo implementado em Portugal ao longo dos anos. Um paradigma em crescimento, que permite melhor “qualidade do serviço policial, em melhoria dos processos de gestão dos recursos, que são por natureza escassos: melhoria da motivação de pessoal, melhoria da formação, melhoria do atendimento- nomeadamente às vítimas de crime e às pessoas com necessidades especiais” (Gomes P. , 2001, p. 1).

Capítulo 2 – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade da PSP

A intervenção humana na realidade social é simultaneamente acção e ciência, visto que ela permite, ao mesmo tempo, modificar o mundo e, ao mudá-lo conhecê-lo.
Roger Bastide

2.1 Origem e evolução do MIPP

No final do século passado, o estado fez uma análise do modelo policiamento utilizado até então pela polícia, pois a estratégia de proteção das pessoas, por meio da prevenção e repressão da criminalidade, revelava-se ineficiente. Ela deverá dar lugar a uma atitude proativa que aspire ao diagnóstico e à prevenção dos riscos sociais (Agra, Quintas, & Fonseca, 2001, pp. 499-513). (tradução nossa)

O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), depois Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP),²³ surge da mudança estratégica de policiamento e, visando a aproximação entre a polícia e o cidadão. Tal “reforma do sistema policial é uma das condições que permitirá [u] uma reforma justa e equilibrada das organizações policiais” (Oliveira, 2006, p. 266). Pretendia-se ainda com este modelo, uma maior articulação no que toca à prevenção, entre as valências de ordem pública, investigação criminal e informações policiais na PSP.

Foi na legislatura de António Guterres (XIII Governo Constitucional -1995-1999) que se criaram os primeiros programas especiais de proximidade, posteriormente integrados no PIPP, nomeadamente o PES, direccionado para as escolas, o programa Segurança a Idosos, o programa Comércio Seguro e ainda o projeto Inovar, vocacionado para as pessoas vítimas de crime. Deste modo criaram-se “mecanismos de coordenação no domínio da prevenção da delinquência e de apoio às vítimas, tendo em vista a actuação convergente dos vários departamentos públicos e instituições da sociedade civil, no sentido de melhorar, em especial, o apoio aos grupos sociais mais vitimizados”²⁴. O XIV Governo Constitucional continuou as políticas de proximidade, tencionando desenvolver a nível “nacional um Programa Integrado de Policiamento de Proximidade, reforçando os programas já existentes (...), dando impulso decisivo a novos programas”.

Esta mudança é operada através de um processo lento e ponderado que atendeu à especialização e ao aperfeiçoamento dos critérios da prevenção, à melhoria dos “padrões de eficácia da actuação policial, ao potenciar parcerias e cooperação com a

²³ Com a OP. nº 4822, de 12 de Julho de 2010. No Plano de Atividades da PSP para 2012, referia-se que “o policiamento de proximidade “assenta na consolidação do MIPP, que traduz a sistematização do conceito anteriormente utilizado (PIPP) e a assunção institucional de que o PP se transformou no verdadeiro modelo e estratégia policial da PSP.” (Plano de Actividades 2012 da PSP, pp. 67-68)

²⁴ Programa do XIII Governo Constitucional de Portugal (1995-1999): pp. 13.

comunidade e o orientar o serviço para os cidadãos, o adequar os projectos às realidades locais, a promoção da confiança e da credibilidade junto do público” (Guinote, 2008, p. 16). De acordo com este autor, a polícia, ao longo dos tempos mantinha uma imagem de pouco dinamismo, conservadora e fechada à sociedade. A implementação do PIPP, através da Diretiva Estratégica (DE) nº 10/2006, de 15 de Maio, constituiu a inversão dessa imagem negativa. A evolução da realidade social estimulou a polícia a integrar-se nas comunidades e a trabalhar em parceria com as instituições, no sentido da partilha de objetivos, recursos e sucessos, sendo um claro exemplo disto a implementação e sedimentação do PES e os Contratos Locais de Segurança. Para o sucesso deste modelo é necessária “uma atitude de mobilização e motivação das comunidades com vista a iniciar um debate lúcido, sereno e informado sobre o seu destino colectivo. Esta mobilização exige [também] empenho por parte dos políticos” (Flores, 2000, p. 74).

Ao longo dos tempos, e até ao ano 2006, foram sendo criados e extintos “inúmeros projectos desconexos e espartilhados por vários Ministérios e onde não existe uma estratégia nacional de prevenção da criminalidade” (Elias, 2007, p. 466). A verdadeira visão global deste modelo de policiamento surge com a DE, que implementa o PIPP. A DE permite uma visão genérica e integrada de todos os programas de proximidade existentes na PSP, agregando-os num só projeto com o intuito de reforçar as parcerias já existentes e procurar implementar outras com entidades parceiras.

Com a implementação do MIPP, houve a “necessidade de ajustar a relação entre polícia e comunidade, não se limitando a ação policial a bairros habitados por minorias. Com um objetivo que vai além da redução dos conflitos e fazer com que se goste da polícia, conclui-se que para o trabalho policial resultar é necessário um maior envolvimento de todos os intervenientes” (Goldstein, 1990, p. 23). (tradução nossa)

O atributo marcante do MIPP é ser “um modelo integrado, ou seja, este modelo de policiamento integra-se numa política mais vasta, que é a política das cidades, de que a polícia é apenas um actor, é uma parte importante mas não a única” (Gomes P. , 2001, p. 2). Integra-se a polícia num modelo mais inclusivo, levando-a a “participar activamente na melhoria da qualidade de vida das cidades e na prevenção da delinquência e da criminalidade, não de forma isolada, mas em conjunto com outros actores sociais, com responsabilidades diretas na segurança da sociedade” (António, 2003, pp. 18-19).

O MIPP congrega atualmente diversos programas que eram implementados de forma autónoma, apesar de apresentarem características comuns de proximidade policial. Falamos do PES, Apoio 65-Idosos em Segurança, Apoio à Vítima, Verão Seguro, Significativo Azul, Comércio Seguro, Táxi Seguro, Abastecimento em Segurança, Farmácia Segura. A “especificidade dos projectos e participação dos destinatários são

provavelmente os elementos que melhor definem a proximidade efectiva entre as forças de segurança e as comunidades locais” (Viegas, 2000, p. 129).²⁵

A DE implementa oficialmente o MIPP. Concretizaram-se um conjunto de orientações que inscreviam de forma clara e particular as funcionalidades, objetivos e finalidades deste modelo integrado de policiamento. A esta implementação não terá sido alheia a Conferência Internacional de Lisboa, a 14 e 15 de Dezembro de 1998, reservada ao PP, onde estiveram presentes várias entidades nacionais e internacionais com responsabilidades na área da segurança. Terá contribuído ainda o bom desempenho obtido, dos programas especiais vocacionados para grupos vulneráveis e de risco, bem como as iniciativas dos Comandos da PSP de natureza preventiva.

O MIPP é o “campo de excelência da dimensão social da polícia e terreno fértil para a criatividade dos elementos policiais que, até então, estavam circunscritos a ordens extremamente rígidas da hierarquia e que vêm aqui uma janela de oportunidades para a constituição de projetos com os restantes agentes locais” (Poiães, 2014, p. 70).

2.2 Diretiva Estratégica nº 10/2006

A DE é a base de aplicação do policiamento de proximidade por parte da PSP a nível nacional, e com a sua criação pretendeu congregar-se no PIPP numa estratégia global, os projetos que tinham sido implementados de uma forma algo espartilhada. Pretendeu-se a uniformização de procedimentos e a negociação das parcerias, através de departamentos centralizados e coordenados pela DNPSP. No ponto 10 do número 1, alínea a), pretende-se que esta Diretiva tenha “uma perspectiva integradora, transversal e instituidora de uma lógica de conjunto aos diversos «Programas Especiais» e projectos de policiamento de proximidade já implementados ou desenvolvidos”. Com a implementação desses programas ao longo dos tempos, sentiu, a PSP, necessidade de alocar recursos policiais como forma de responder às necessidades de públicos-alvo específicos, sendo constituídas equipas policiais para conferir maior segurança aos estabelecimentos de ensino, áreas comerciais ou zonas residenciais com uma população maioritariamente idosa. Todas estas iniciativas se mostraram importantes, ao longo dos tempos, para projeção da boa imagem institucional, contudo alguns desses projetos estavam demasiado centrados nos gestores policiais locais que os implementam e, além disso, careciam de uma avaliação²⁶, pelo que se mostrava premente tal reestruturação.

Dado que se verificaram “profundas alterações sociais e demográficas que contribuem para um debate sobre a acção policial neste estágio de modernidade, ou pós-

²⁵ Intervenção do General José Manuel Silva Viegas, Comandante Geral da GNR, na Conferência Internacional de Lisboa (14 e 15 de Dezembro de 1998) relativa ao tema Policiamento de Proximidade

²⁶ Conforme se descreve no número 1, alínea b), nos pontos 1,2,3,5,8 da DE

modernidade como alguns autores pretendem,” (Leitão, 2005, p. 105) e com o intuito de criar a presente DE, foi criado um Fórum de Policiamento de Proximidade e Prevenção da Criminalidade, que decorreu nos dias 12 e 13 de Dezembro de 2005, na Escola Prática de Polícia (EPP)²⁷ que ainda se mantém atualmente, e de onde resultou que o “desenvolvimento e implementação de um Programa Integrado de Policiamento de Proximidade é um caminho estratégico que a PSP deve adoptar, no contexto de polícia Integral, em especial na vertente de prevenção da criminalidade.”²⁸

Com a criação da DE, pretendeu implementar-se o PIPP, através de projetos-piloto a nível nacional, com indicação de uma subunidade por cada Comando da PSP²⁹, visando a “melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão, a melhoria dos índices de eficiência e de eficácia da actuação policial.”³⁰ O projeto foi avaliado interna e externamente, para perceber da aplicabilidade das fases subseqüentes do mesmo.³¹ No âmbito do PIPP foram criadas as EPES e as Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV)³². As EPAV englobam o Comércio Seguro, as vítimas de violência doméstica e os Idosos em Segurança e as EPES estão direccionadas para a comunidade escolar.

Com a DE, surge também o necessário “estabelecimento de objectivos estratégicos e operacionais, e implementando mecanismos de coordenação, avaliação e de formação,³³ conferindo um maior enfoque na componente de proximidade/prevenção da criminalidade e na melhoria da sua articulação com as componentes de ordem pública, investigação criminal e informações policiais” (Elias, 2007, p. 480).

Um dos objetivos estratégicos da DE prende-se com o potenciar das mais-valias do PP, em detrimento de um policiamento aleatório e de natureza eminentemente reativo. Para tal, a DE refere no nº 3, alínea a) pontos 5 e 7, que o PP “envolve uma abordagem proactiva do serviço público prestado pela PSP, o que implica uma extensão das funções tradicionalmente desempenhadas pelos elementos policiais.” O PP diferencia-se do policiamento tradicional, já que apresenta uma abordagem que se orienta para a resolução dos problemas que mais afetam o sentimento de segurança dos cidadãos, “antes que estes assumam ou dêem origem a formas criminais”. É ainda importante investir na “formação dos elementos policiais afectos a funções de policiamento de proximidade,” e “desenvolver parcerias, potenciar sinergias e cooperação com a

²⁷ Cfr. número 1 b), ponto 6 da DE

²⁸ Ofício nº 221 de 10 de Janeiro de 2006 da DNPS e número 1 b), ponto 6 a) da DE

²⁹ Cfr. número 1, alínea b), ponto 6b) da DE

³⁰ Cfr. número 2 da DE

³¹ Cfr. Número 3, alínea a), ponto 1 da DE. A avaliação externa foi efetuada através de um protocolo com a Universidade Nova de Lisboa, através do estudo designado SOCINOVA e coordenado pelo senhor Professor Doutor Manuel Lisboa e uma equipa de mais três investigadores.

³² Cfr. número 3, ponto 3 c) da DE

³³ Conforme também prevê a DE no número 1, alínea a), ponto 9 da DE

comunidade e orientar o serviço policial para os seus clientes (cidadãos), consolidando a abertura da PSP à sociedade,³⁴ no fundo, a implementação do MIPP.

Quanto aos objetivos operacionais, a DE, alude que a PSP deve “focalizar a atenção nos grupos de risco (menores, idosos, mulheres, deficientes, vítimas de crimes violentos), melhorar os mecanismos de apoio e atendimento às vítimas e apostar na prevenção e investigação dos crimes de violência doméstica.” Outro objetivo operacional seria melhorar a integração da polícia no seio da população, sendo necessário dar uma resposta adaptada e personalizada aos problemas concretos da comunidade.³⁵

A DE estabelece a quem cabe implementar e monitorizar a nível nacional, regional e local o MIPP, enquadramento e estrutura orgânica, sendo para tal criado um grupo de trabalho, com representantes de todos os Comandos, incluindo o ISCPSP e a EPP.

No âmbito do MIPP e segundo (Oliveira, 2006) o PES é uma mais-valia para o aumento da segurança junto da comunidade escolar, vocacionado para a prevenção da criminalidade e dos problemas dessa mesma comunidade; e por outro adequa-se a aumentar a confiança das pessoas na polícia. É o programa mais antigo em Portugal e tem como objetivo estabelecer contactos próximos e personalizados com a comunidade escolar, e assim perceber e solucionar os problemas e o que está na sua génese.

2.3 Diretiva Operacional “Escola Segura”

Na prescrição dos objetivos da DE e sendo o PES considerado um programa de “sucesso pelo consistente nível de elevada qualidade e versatilidade, na interação que tem proporcionado entre intérpretes tão distintos de dois ministérios como são o da Educação (ME) e o da Administração interna, (MAI)”³⁶ e ainda por ter sido “integrado na política do MAI como um programa de referência nos quadros especiais de prevenção criminal,”³⁷ a DNPSP, revê anualmente, em Diretiva Operacional (DIROP)³⁸, toda a atividade a desenvolver junto das escolas a nível nacional. A DIROP operacionaliza os objetivos estabelecidos em matéria de proximidade pela Diretiva Operacional 01/2015, de 15 de janeiro – Planeamento Operacional Anual, da DNPSP, que estabelece, no âmbito do PP “a implementação e consolidação do MIPP, com especial enfoque na prevenção da criminalidade, onde se inclui as crianças e os estabelecimentos de ensino.”³⁹

A “PSP, através do PES pretende consolidar-se como instituição fomentadora de iniciativas, projetos e parcerias direcionadas para a promoção de valores de civismo e

³⁴ Cfr. Nº III, alínea b), ponto c e g da DE.

³⁵ Cfr. Número III, alínea b), ponto 2 c e d da DE

³⁶ Entrevista C (concedida por Oficial Superior da PSP no âmbito deste estudo)

³⁷ Entrevista B (concedida por Oficial Superior da PSP no âmbito deste estudo)

³⁸ Diretiva Operacional nº 22/2015, de 31.08.2015, relativa ao ano letivo 2015/2016

³⁹ Cfr. número I, alínea a), ponto 11 da DIROP nº 22/2015, de 31.08.2015

cidadania no meio escolar tendo em vista o desenvolvimento harmonioso por parte das crianças e jovens⁴⁰, de acordo com a Convenção sobre os direitos da criança.

A DIROP demonstra particular preocupação com fenómenos muito atuais do *bullying*, da internet e riscos associados, consumo de risco e nocivo de álcool e estupefacientes, e a violência doméstica e no namoro.⁴¹ Temáticas estas em que deve incidir preferencialmente a ação da PSP em geral e do PES em particular, através de ações de sensibilização e redobrada atenção às crianças sinalizadas e vítimas de tais práticas. No que toca às ações de sensibilização, a DIROP é exaustiva ao ponto de fixar os períodos temporais em que cada temática específica deve ser ministrada⁴², através da coordenação com os respetivos dirigentes escolares. As ações relativas a outras temáticas, que não as fixadas, podem e devem ser ministradas em outras alturas.

A DIROP determina que os elementos policiais afetos às EPES apenas desenvolvem a sua missão, no âmbito da Operação “Escola Segura- Ano Escolar 2015/2016” I e II, e “tendo em conta as áreas de intervenção do PES, bem como o público-alvo (a comunidade escolar). Assim as EPES desenvolvem a sua ação centrada nas seguintes vertentes: Visibilidade e proximidade; Prevenção de ilícitos criminais e de contra ordenação; Prevenção de incivildades; Fiscalização de trânsito; Segurança Rodoviária; Fiscalização de estabelecimentos comerciais, de restauração e bebidas, e de diversão noturna, entre outros espaços, frequentados por menores e ações de sensibilização e de formação.”⁴³ Estabelece ainda diretrizes gerais, que vinculam as EPES e, também todo o restante dispositivo da PSP, de realizarem ações de natureza preventiva e também repressiva, tais como “detenção em flagrante delito de suspeitos da prática de ilícitos criminais, como o tráfico de estupefacientes, roubo, furto, uso e porte de armas, nas imediações dos estabelecimentos de ensino, bem como de outro tipo de criminalidade geradora do sentimento de insegurança”.⁴⁴ Dessa atividade operacional, que deve ser executada numa perspetiva pedagógica, fiscalizadora, preventiva e dissuasora,⁴⁵ são elaborados relatórios de cada operação⁴⁶, que depois de compilados são enviados à DNPS, para efeitos de monitorização no âmbito do PES.

2.4 O Programa Escola Segura (PES)

A preocupação com as crianças e jovens vem já desde o tempo dos Romanos, pois “«os Germanos, diz Tácito, «não expõem as suas crianças; e entre eles, os bons

⁴⁰ Cfr. número I, alínea b) da DIROP

⁴¹ Idem, ponto 3, 4,5,6 e 7

⁴² Cfr. número III, alínea a), ponto 4 da DIROP

⁴³ Cfr. número II, alínea b) da DIROP

⁴⁴ Cfr. número III, alínea a), pontos 1 e 2 da DIROP

⁴⁵ Cfr. número III, alínea d), ponto 2 da DIROP

⁴⁶ Idem, ponto 10 da DIROP

costumes têm mais força do que têm as boas leis noutros lugares». (...) Não se encontra nenhuma lei romana que permita expor as crianças” (Montesquieu, 2011, p. 615). O estado deve providenciar pela sedimentação de uma cultura séria e comprometida, inculcando nos cidadãos que devem levar a sério as questões da sua própria segurança. “Ora, esta cultura de segurança, que deve incutir-se desde os primeiros anos de idade, terá de constar nos programas escolares e deve envolver o público, aproveitando as novas tecnologias de comunicação e as redes sociais” (Fernandes J. , 2014, p. 27).

O direito ao ensino está consagrado na CRP no artigo 43.º n.º1 com epígrafe “Liberdade de aprender e de ensinar”. Tal artigo, fixa ao Estado, garantir todas as condições necessárias, inclusive de segurança, para que se cumpra tal direito. Em setembro de 1992 foi celebrado um protocolo entre o MAI e o ME. O protocolo visava uma maior presença e visibilidade policial nas portarias e no interior das escolas. “É de realçar que no início deste programa nem todas as escolas foram englobadas por este, apenas um número reduzido foi utilizado como projeto-piloto, vindo este número a ser aumentado com a sua consolidação (David, 2014, p. 39).

No ano letivo 1996/1997, foi implementado o PES, através do Despacho nº 50/96, de 30 de setembro do MAI, e é alargado a mais estabelecimentos de ensino, “em resposta a uma necessidade de segurança transmitida pelos alunos, associações de pais, professores e pessoal auxiliar” (Oliveira, 2006, p. 298). “ Um dos problemas que preocupavam as Polícias à época - e que o PES conseguiu controlar - foi o surgimento de confrontos entre grupos de alunos de diferentes escolas das mesmas localidades.”⁴⁷ O Despacho previa ainda “que os efectivos das Forças de Segurança até agora afectos à segurança das escolas serão, durante a legislatura, acrescidos anualmente com o correspondente a 10% dos novos efectivos admitidos; e que para além dos meios actualmente já empregues e das viaturas com que os Governos Cívicos contribuirão para o programa, as Forças de Segurança aumentassem anualmente o equipamento para essa finalidade, nomeadamente de transporte e comunicações”. “Inicialmente, estes elementos não receberam qualquer formação específica para trabalhar neste tipo de programas, nem tão pouco foi criado qualquer plano de orientação estratégico ou operacional” (Marçal, 2008, p. 35).

Em 2000, após a avaliação do PES nos concelhos do Porto e Lisboa⁴⁸, advieram daí diversas críticas à organização e funcionamento do mesmo e que, segundo (Oliveira, 2006, p. 299) permitiu identificar algumas carências, nomeadamente o facto do PES não ter um modelo de intervenção estruturado; da não definição de objetivos claros e

⁴⁷ Entrevista C (concedida por Oficial Superior da PSP no âmbito deste estudo)

⁴⁸ pela Inspeção-Geral da Administração Interna, da Inspeção-Geral das Finanças e da Inspeção-Geral da Educação

mensuráveis, bem como dos recursos necessários para a concretização do programa; não calendarização das fases de implementação, do controlo, evolução e avaliação do PES; não serem ouvidos os atores sociais e possíveis parceiros, nomeadamente comunidades educativas e associações representativas, na fase de conceção e operacionalização do programa. Da enunciação dessas falhas surge o Grupo Coordenador do PES, que teve a missão de reestruturar e ajustar o programa, que tem atualmente a principal missão de planificação e coordenação do PES a nível nacional.⁴⁹

Com o Despacho conjunto do MAI e ME nº 105-A/05 de 2005, todos os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, passam a estar abrangidos pelo programa, excluindo-se os do ensino superior universitário. “O Programa «Escola Segura» é, hoje em dia, uma iniciativa de sucesso que se encontra institucionalizada junto das forças de segurança e da sociedade civil” (Oliveira, 2006, p. 300).

Com intuito integrador e para consolidar o MIPP, a DE nº 10/2006, da DNPS, agregou todos os programas especiais de proximidade, incluindo o PES. A DE criou as EPES que garantem a segurança e a visibilidade junto das escolas; a prevenção da delinquência juvenil; a deteção de cifras negras no seio das comunidades escolares, e propor ao escalão superior a realização de ações de sensibilização.⁵⁰ Após a criação desta DE, e “considerando que foram detectadas algumas fragilidades na operacionalização do PES, definindo termos jurídico-formais em sede de Despacho conjunto nº 105-A/2005, de 2 de Fevereiro, importava redefinir a estrutura organizacional do PES.”⁵¹ Tais irregularidades têm fundamento na avaliação efetuada e no acumular da experiência da aplicação do referido despacho, pelo que surgiu o Despacho 25650/2006, que ainda vigora e que tem em anexo o Regulamento PES. É intenção Governativa que nas escolas se consolide um, “policiamento orientado para a protecção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças” (Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2009).

Com a implementação do PES os cidadãos transferem para a polícia a protecção dos seus filhos, reconhecendo-se totalmente com esse serviço. Ao elemento afetivo alia-se a visibilidade e o policiamento pedagógico, pois “tanto beneficiários directos do projecto como também os restantes cidadãos pela identificação dos meios afectos ao programa, sentem-se solidários com a ideia e o sinal repressivo normalmente associado às polícias é compensado pela imagem de protecção às crianças” (Viegas, 2000, p. 128).

O PES “ilustra a transversalidade das respostas à insegurança. Assenta numa parceria entre o comandante local da polícia e os directores das escolas. Definem,

⁴⁹ Cfr. artigo 7º do Regulamento do PES, em anexo ao Despacho nº 25650/2006

⁵⁰ Cfr. Nº 3, alínea b), ponto 3 da DE

⁵¹ Preâmbulo, parte final do Despacho 25650/2006

conjuntamente, os percursos escolares difíceis, garantindo que aí exista uma presença policial que proteja as crianças” (Machado P. , 2000, p. 167). É uma resposta conjunta da polícia e das escolas, como solução a uma necessidade e preocupação das famílias. As escolas não se preocupam apenas com o que se passa dentro do perímetro escolar e a polícia presta um novo e melhor serviço. O PES representa um modelo de intervenção proativo, “centrado nas escolas, visando garantir a segurança, prevenindo e reduzindo a violência, comportamentos de risco e incivildades, assim como melhorar o sentimento de segurança no meio escolar e envolvente com a participação de toda a comunidade” (Oliveira, 2015, p. 425). “Pelas dinâmicas e rotinas que se criaram, seria muito difícil justificar perante a opinião pública a eventual extinção deste programa, desde logo pelo sentimento de insegurança que provocaria e pelo risco político de poder provocar um aumento da insegurança e da violência numa área tão sensível como o meio escolar.”⁵²

“No ano lectivo 2014/15 a PSP teve à sua responsabilidade 3.388 escolas, 1,131.900 estudantes, 144.000 professores e auxiliares, com recurso a 397 agentes. Os agentes empreenderam 86.500 contactos individuais (média de 460/dia útil), 7.770 ações de sensibilização (média de 41/dia útil), 300 ações de demonstração e 530 visitas.”⁵³

2.5 Estudo SociNova- FCSH/UNL

Tal como prevê a DE 10/2006, a avaliação é parte integrante do processo de implementação e desenvolvimento do MIPP. Essa avaliação decorreu de forma faseada em 2006 e 2007, com o estudo SociNova, resultante de uma parceria entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa e a DNPS. A equipa de investigação foi constituída pelo Professor Doutor Manuel Lisboa (coordenação geral e científica), Doutora Ana Dias (coordenação operacional) e Doutor Ricardo Santana.

Pretendeu-se com este estudo avaliar, por um lado, “a perspectiva da população relativamente à sua percepção da segurança, do policiamento e dos resultados da actividade policial e, por outro, a dos agentes sobre a forma como se relacionam com a população e com a estrutura em que se inserem” (Lisboa, Dias, & Santana, 2008, p. 7). Para tal foram definidas pela DNPS, 18 subunidades como amostra do estudo. A amostra à população era constituída por pessoas residentes, ou trabalhadores nas freguesias que abrangiam as áreas territoriais dessas mesmas esquadras.

O inquérito à população abrangeu oito módulos, e segundo (Lisboa, Dias, & Santana, 2008) referiam-se ao controlo da administração, caracterização sociocultural dos inquiridos, sentimento de insegurança, vitimação, relação com a PSP- questões de âmbito geral, relação com a PSP-questões específicas, níveis de satisfação global,

⁵² Entrevista B (concedida por Oficial Superior da PSP no âmbito deste estudo)

⁵³ Entrevista C (concedida por Oficial Superior da PSP no âmbito deste estudo)

valores e medidas e perguntas finais. Relativamente ao efetivo policial, englobava os módulos de controlo da administração, caracterização socioprofissional do agente, práticas profissionais e motivação para o serviço, perceção do serviço prestado e das representações do público e relacionamento com o meio envolvente. Consideramos o estudo demasiado generalista, pois abrangeu todos os programas que o PIPP agregou, não permitindo avaliar de forma detalhado e individual, cada um dos programas. Avaliou-se o PIPP e o PP ao nível macro, ao contrário do nosso estudo que pretende de forma isolada (nível micro) debruçar-se sobre o PES, relacionando-o com o PP, como não poderia deixar de ser. Exemplo disso é o facto de o questionário à população conter questões direcionadas a determinados programas especiais, nomeadamente PES, Comércio Seguro, sob pena de a avaliação a um dos programas poder não se adequar a cada um dos outros, dadas as especificidades de cada um em particular.

Este estudo apresentou algumas condicionantes, pois visava que todos os Agentes das esquadras selecionadas fossem inquiridos, o que poderá ter enviesado os resultados. Entendemos que o deveria ser, apenas aos que desempenhassem funções no âmbito do PIPP, pois são quem estabelece os contactos regulares com a população e melhor a conhecem. O estudo não considerou também as parcerias estabelecidas no âmbito do PP e dos programas especiais que engloba, o que, em nosso entender, deveria tê-lo feito, nomeadamente as autarquias locais, escolas, associações, e outras.

2.5.1 Impacto da avaliação do estudo SociNova- FCSH/UNL

Não poderemos neste trabalho apresentar exhaustivamente as conclusões do estudo em causa, contudo, enunciamos aquelas que consideramos pertinentes. O estudo decorreu em duas fases, permitindo, no prazo sensivelmente de um ano, uma análise comparativa e a recolha e apuramento de alguns dados, apresentados em relatório final como «indícios de mudança». Seria difícil num período de tempo tão reduzido detetar mudanças estruturais, definitivas e sustentadas, pois a avaliação sustenta-se na perceção e em representações sociais. Daí, os seus autores considerarem que o estudo não poderá ser uma avaliação final (Lisboa, Dias, & Santana, 2008, pp. 9-10).

O estudo revelou que, apesar do contacto entre agentes e população ser pontual, verificou-se nos anos em referência, um aumento desses contactos bilaterais, o que, “à partida, pode ser um bom indicador de mudança no tipo de relação. Estes contactos, à luz do objecto em estudo, são, sem dúvida, aqueles que desempenham um papel fundamental; a interacção entre população e polícia é muito mais reveladora de uma aproximação do que o aumento dos contactos por iniciativa de um ou do outro lado” (Lisboa, Dias, & Santana, 2008, pp. 10-11). As características relacionais dos agentes foi

o elemento mais destacado pela população, contudo o contacto entre a PSP e a população, continua a fazer-se por iniciativa do cidadão, eventualmente por necessidade.

Avaliando a relação com a polícia e o serviço policial, a população revela percepções positivas sobretudo ao nível de um maior número de agentes na rua e mais policiamento. O PES “sendo o mais antigo e o mais visível, continua a ser o mais reconhecido junto da população tendo-se verificado igualmente uma melhoria no conhecimento dos restantes programas (Lisboa, Dias, & Santana, 2008, p. 11).

Quanto ao público interno, verifica-se que “a acção policial está ainda muito centrada no patrulhamento auto, (...) sendo privilegiada a rapidez de deslocação o que indicia um policiamento ainda centrado na «reação». Um policiamento iminentemente reactivo é percebido pela população dessa mesma forma, o que à partida pode gerar relações mais ou menos conflituosas” (Lisboa, Dias, & Santana, 2008, pp. 13-14).

A metodologia utilizada quanto à escolha da amostra policial resulta que os próprios desconhecem a existência e o que é o PIPP. Contudo quase 85% do efetivo referiu conhecer o PP; a maioria deles apenas conseguiu identificar um dos programas que o PIPP engloba (Lisboa, Dias, & Santana, 2008, pp. 130-132).

2.5.2 Importância da monitorização do PES

A avaliação do trabalho da polícia deveria ser uma função básica de qualquer instituição policial, uma necessidade fundamental (Assistence, 1994, p. 43). Apesar do PES, ser considerado “um programa imagem de marca da PSP, que ganhou a sua autonomia e imprescindibilidade, junto da comunidade escolar, mas também junto da comunidade em geral”⁵⁴ e, apesar de se verificarem melhorias significativas nas parcerias com as escolas e o ME, há ainda muito para fazer, no sentido da eficiência do PES em concreto e do MIPP em geral. É necessário que **toda**⁵⁵ a comunidade se envolva no programa, bem como a PSP em geral e os elementos policiais afetos ao PES em particular. Não raras vezes, a missão não depende exclusivamente da PSP, contudo no que apenas depender, deve ser executado de forma rigorosa e profissional, pois só dessa forma se alcançam os objetivos estipulados para o PES e o MIPP.

Para além desta execução, deve acima de tudo, monitorizar-se no sentido, não da fiscalização (mas também), mas sobretudo na percepção de se estar a executar de forma adequada e eficiente. Numa perspetiva de identificar erros e corrigi-los para implementação de boas práticas. “O impacto real que o PES teve na sociedade portuguesa nos últimos 20 anos está por avaliar. (...) uma avaliação mais consistente

⁵⁴ Entrevista A (concedida por Oficial Superior da PSP no âmbito deste estudo)

⁵⁵ Negrito nosso, para reforçar que terá toda a comunidade de se envolver no PES, aqui se incluindo alunos, professores, escolas, ME, MAI, DNPSP, elementos policiais, Associações de Pais e Encarregados de Educação, autarquias locais, entre outras entidades.

obrigaria a considerar indicadores das ciências sociais e humanas para o qual seria necessário um estudo de elevada complexidade que não está nem feito nem, julgo projetado.”⁵⁶ É necessário que um programa com esta dimensão e de aplicação nacional, seja razão suficiente para a criação de uma ferramenta válida de avaliação. Atendendo a que o PES foi, e continua a ser, um projeto inovador e reformador da atividade policial, é premente essa ferramenta de avaliação, para a sua sustentabilidade, monitorização e aperfeiçoamento. Dotaria ainda os gestores da PSP, de informação adequada e necessária para aferir da implementação e prossecução dos objetivos do PES. Permitirá detetar lacunas e falhas, para se repensar, reajustar ou redirecionar a estratégia a seguir.

A definição de um instrumento de avaliação contínuo e sistemática para o PES, ou para qualquer outro programa do MIPP, pressupõe o envolvimento da instituição para a criação desse mesmo modelo e estipular as variáveis a considerar. Esta avaliação deverá ter um padrão uniforme, porque só dessa forma se conseguem comparar os resultados e aferir da metodologia a seguir para o PES de forma genérica. Neste âmbito, consideramos deveras importante alinhar a estratégia e objetivos da organização, dar a conhecer os mesmos a todo o efetivo (no mínimo aos elementos MIPP), integrando-os e definindo o papel que cada um desempenhará no atingir dos objetivos definidos. “Só vale a pena concentrar atenções na eficiência operacional, depois de ter a certeza que as actuais actividades operacionais são verdadeiramente importantes [e conhecidas] para conduzir aos objectivos estratégicos” (Pinto, 2007, p. 48). Só assim se caminha na melhoria do serviço prestado e em resultado de um modelo de avaliação, que nem sempre é bem acolhido por quem é avaliado, mas que se revela preponderante.

“Entendo que a avaliação deve ser regular, a fim de procurar colmatar as rotinas ou a ideia «que está tudo bem». A avaliação deverá ter as duas componentes, ou seja, a externa (...) e outra interna, conduzida pela DNPS (..) junto de alguns comandos. A avaliação deve ser baseada essencialmente em inquéritos, feitos junto da comunidade escolar, no sentido de perceber o que pensam sobre o papel da polícia.”⁵⁷ Essa avaliação deve ocorrer, pelo menos, todos os dois anos, independentemente da ocorrência de incidentes conjunturais.⁵⁸

⁵⁶ Entrevista C (concedida por Oficial Superior da PSP no âmbito deste estudo)

⁵⁷ Entrevista A (concedida por Oficial Superior da PSP no âmbito deste estudo)

⁵⁸ Entrevista B (concedida por Oficial Superior da PSP no âmbito deste estudo)

Capítulo 3 – Criação do Modelo de Avaliação do PES

Nas coisas mais difíceis, sejam elas quais forem, não deve esperar-se que alguém semeie e logo colha, mas é necessária uma preparação de forma a que elas amadureçam gradualmente. Bacon., Serm. Fidel., n. XLV

A implementação de um modelo de avaliação deverá ter em consideração o local e o momento (i.e., o contexto) em que está a ser implementado, bem como os diversos atores que operam e são alvo da avaliação. A dificuldade na construção de um modelo de Avaliação PES aplicável a todo o dispositivo reside no facto da realidade social – e também operacional – em que a PSP atua ser muito diversa. É, assim, nossa intenção criar um modelo que se adegue às duas realidades estudadas (Marinha Grande e Carnaxide), sem termos a pretensão de ser generalizado. Porém, os princípios e premissas que o fundamentam poderão generalizar-se, caso se lhes reconheça mérito e oportunidade. Pode constituir um contributo que, devidamente adaptado a cada concreto contexto, se revele ser uma ferramenta de avaliação útil.

Na construção do modelo de avaliação PES, e sendo este vocacionado para a comunidade escolar, é essencial a existência de variáveis que mensurem o desempenho (indicadores policiais), a importância, eficácia e satisfação com o Programa, obtendo a perceção do público-alvo quanto ao desempenho policial dos elementos que nele operam. Não poderá ser olvidada a relação de proximidade com a comunidade escolar, pois o PES insere-se no PP. Deverão ouvir-se as entidades parceiras, nomeadamente escolas, professores, dirigentes escolares e associação de pais e encarregados de educação. “Um dos parâmetros essenciais dessa avaliação é o grau de satisfação e de confiança dos membros da comunidade escolar relativamente ao PES e à ação dos seus elementos, (...) sendo manifestamente insuficiente medir o desempenho do PES através das estatísticas da criminalidade e delinquência registadas em meio escolar.”⁵⁹

A necessidade de avaliação é importante pois a questão da eficácia e eficiência se traduz numa maior qualidade do serviço público, e este deve ser objeto de *accountability*. Assistiu-se em Portugal e na Europa, nos últimos anos, a um novo conceito de reforma da Administração Pública, cuja base assenta no princípio de que para gerir é preciso medir, corporizado no prosseguimento de ideias e práticas de gestão visando uma melhoria de desempenho (Pinto, 2007, pp. 23-24).

Em seguida passaremos a analisar a avaliação efetuada em contexto real e atual, para cada um dos aspetos estruturantes que vão de encontro à nossa proposta modelo de avaliação PES.

⁵⁹ Entrevista B (concedida por Oficial Superior da PSP no âmbito deste estudo)
António Ochoa

3.1. Caracterização dos estudos de caso

O nosso estudo incidiu sobre duas realidades distintas ao nível social e também policial, como são as freguesias da Marinha Grande, sede de município e de Carnaxide, freguesia do município de Oeiras.

Em termos policiais verifica-se que na EMG, que pertence à Divisão Policial de Leiria, do Comando Distrital de Leiria (CD Leiria), existem dois elementos policiais femininos afetos ao PES (num total de 51 efetivos da Esquadra) e com um veículo distribuído. Na Esquadra de Carnaxide, que pertence à Divisão Policial de Oeiras, do Comando Metropolitano de Lisboa, existem dois elementos masculinos afetos ao PES (num total de 36 efetivos da Esquadra) e também com um veículo distribuído (nem sempre disponível; por vezes é afeto ao patrulhamento auto das restantes Esquadras da Divisão). Estas realidades serviram para a construção de dois dos três vértices do nosso modelo de avaliação, pois recorreremos ao arquivo das mesmas para consulta das ocorrências em ambiente escolar, e também aos mapas estatísticos da atividade operacional PES, reportando-nos aos anos de 2014 e 2015 (período de 24 meses).

Na Marinha Grande há dois Agrupamentos de Escolas, sendo compostos por diversos estabelecimentos de ensino, desde o pré-primário até ao secundário. O Agrupamento de Escolas Poente é constituído por dez escolas com um total de 2786 alunos, sendo que 945 são do ensino secundário. Já o Agrupamento de Escolas Nascente é composto por 16 escolas, com um total de 1980 alunos, sendo do ensino secundário 261 alunos. Quanto a Carnaxide, verifica-se apenas a existência de um agrupamento escolar, com 5 escolas e 2206 alunos.

3.2. Evolução criminal em contexto escolar

A segurança escolar constitui tarefa importante da polícia e deve ser uma ação preferencial do PES, por forma a garantir a estabilidade e a tranquilidade necessárias para que a instituição Escola consiga exercer de forma competente a sua primeira missão que é ensinar; um direito constitucionalmente consagrado.

Um dos vértices da nossa proposta de modelo de avaliação são as dinâmicas de ilicitude em ambiente escolar de cada uma das comunidades. Embora haja fatores externos e alheios à ação da polícia para que a ilicitude ocorra, é necessário que as ocorrências criminais e as condutas incívicas (distribuídas por subcategorias diversas) sejam alvo de preocupação e tratamento constante, conferindo assim um maior sentimento de segurança à comunidade escolar. Para a análise desta vertente da avaliação, tivemos a necessidade de consultar manualmente todo o expediente policial (arquivos das EMG e ECARX), selecionando todo aquele que foi elaborado no âmbito da comunidade escolar. Consideramos todas as ocorrências elaboradas e registadas no

interior das escolas, nas suas imediações e no trajeto da residência para a escola e vice-versa (incluindo como vítimas ou agressores alunos, professores, dirigentes escolares e auxiliares de ação educativa). De referir que, entre essas ocorrências policiais e os seus intervenientes, teria que existir, necessariamente, um nexo causal entre essa situação em concreto e o ambiente escolar. Concretizando, qualquer ocorrência que envolvesse um elemento da comunidade escolar e que fora vítima ou suspeito nessa mesma condição de elemento dessa comunidade. Desta premissa resulta que uma eventual agressão entre dois adultos nas imediações da escola, sem que alegadamente tal facto estivesse ligado à escola, ela não seria considerada.

De referir que por Despacho de 26/12/2005 do ME, e através do Gabinete de Segurança, relativamente à entrada das forças de segurança no interior das escolas, estabeleceram-se critérios de atuação, no sentido de preservar a polícia de intervenções que devem constituir domínio dos órgãos de gestão da escola. Neste sentido, o referido despacho refere que a entrada e permanência dos agentes no interior das escolas justificam-se em “caso de alteração da ordem pública ou em situações muito excepcionais”. Esta determinação visa pôr termo a um excesso de solicitações por parte das escolas aos agentes do PES, em situações de indisciplina dos alunos, situações em que o órgão de gestão da escola ou os diversos agentes educativos têm o dever de exercer a sua autoridade (Desp.º de 26/12/2005 do ME). Foi ainda criada uma plataforma de participação de registo de ocorrências escolares no ME, durante o ano de 2010 (a primeira ocorrência registada foi em novembro de 2010). Apesar da obrigatoriedade legal, só um número reduzido de escolas a utiliza, não sendo desse modo possível quantificar rigorosamente o número de ocorrências que as escolas resolvem sem recurso à polícia.

Em seguida, passaremos a analisar de forma detalhada a evolução dessas ocorrências por Esquadra, nos 24 meses em referência, e posteriormente comparando as duas realidades em causa.

No Gráfico 1 podemos verificar que, em 2015, na EMG se verificou um ligeiro aumento (4,9%) das Ocorrências Criminais (OC) e também um aumento (10%) das Incivildades (INC).

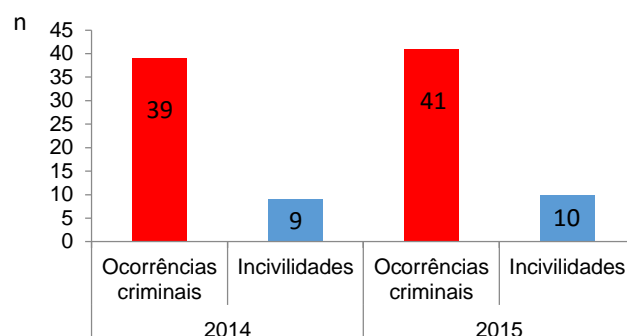


Gráfico 1 - Total ocorrências (EMG) – valores absolutos.

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Este stock de ocorrências corresponde a uma taxa de incidência para esta comunidade escolar de 10,1% e 10,7%, respetivamente em 2014 e 2015.

Relativamente às OC, devidamente agrupadas nas subcategorias definidas, para o período em referência, ficaram distribuídas percentualmente do modo que o Gráfico 2 apresenta.

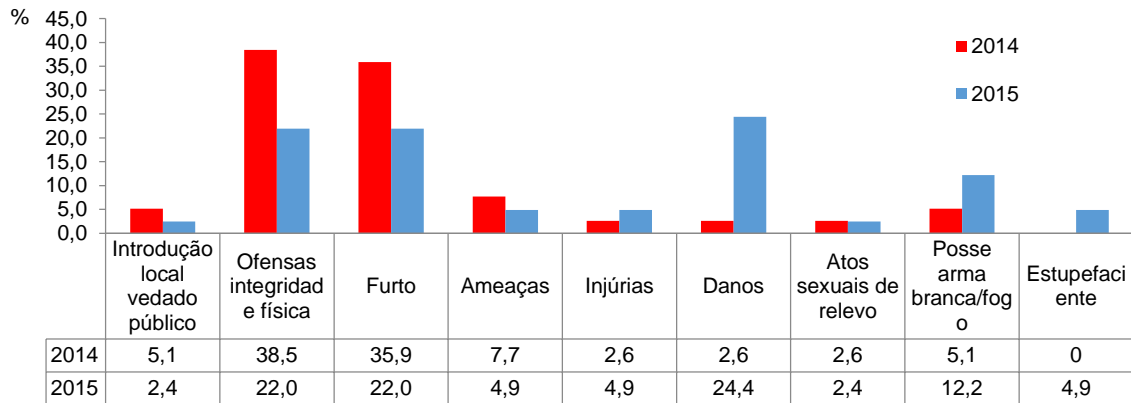


Gráfico 2 - Ocorrências Criminais por subcategoria (EMG). Valores percentuais em linha.

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Os crimes com maior prevalência em 2014 são as ofensas à integridade física (38,5%) e o furto (35,9%). Em 2015 esses crimes decrescem ambos para os 22%, e emergem os danos como subcategoria com maior representatividade. Existem outras diferenças assinaláveis, como sejam a posse de arma branca/fogo e os estupefacientes (neste tipo de crime consideramos a posse, tráfico e consumo de estupefacientes).

Relativamente às INC (Gráfico 3), por subcategorias, verifica-se que a maior percentagem se concentra no abandono escolar para ambos os períodos.

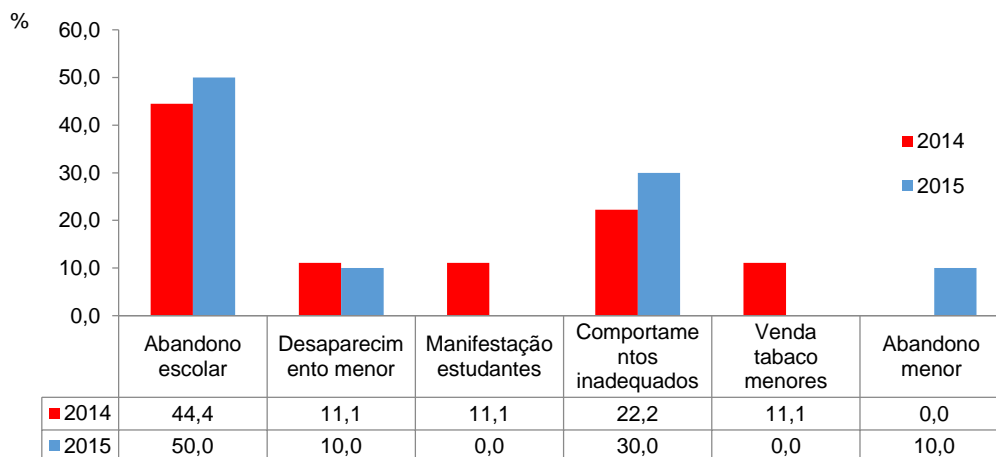


Gráfico 3 - Incividades por subcategoria (EMG). Valores percentuais em linha.

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Quanto às taxas de reincidência, foram calculadas de acordo com o total de ocorrências registadas nos 24 meses. Consideramos ter havido reincidência sempre que

alguém foi referenciado em pelo menos duas ocorrências, independentemente do tipo de ocorrência, enquanto suspeito de ter praticado o facto em causa. No Quadro 4 observa-se uma percentagem de reincidência nas OC de 7,1% e 2,0% nas INC. Também 2,0% da comunidade escolar foi simultaneamente vítima e suspeito (barra verde). Nesta última categoria, foram consideradas as situações em que a mesma pessoa foi referenciada pelo menos uma vez em duas ocorrências, independentemente da qualidade em que o faz (vítima/suspeito).

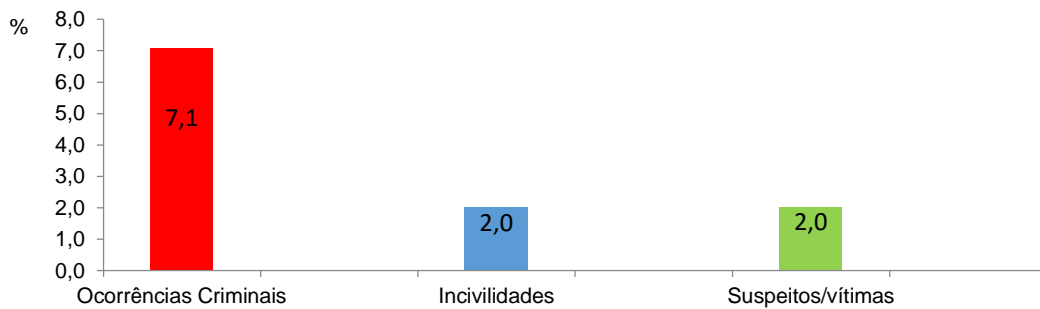


Gráfico 4 – Reincidência: Suspeitos (EMG).

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

A taxa de reincidência das vítimas apresenta para as OC um valor superior ao das INC (+3,1%). Para tal poderá contribuir o facto de as escolas não participarem ao PES tantas ocorrências não criminais, dado a autonomia que detêm para a sua resolução.

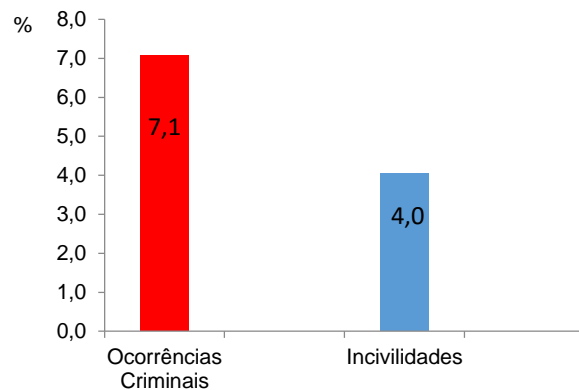


Gráfico 5 – Reincidência Vítimas (EMG).

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.



Gráfico 6 – Total ocorrências (ECARX).

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Na Esquadra de Carnaxide, o número total de ocorrências é menor que na MG. Contudo, as respetivas taxas de incidência nesta comunidade escolar são de 12,7‰ em 2014 e 10,9‰ em 2015.

Assim, verificam-se 52 ocorrências nos 24 meses, destacando-se o facto de em 2015 não ter havido registo de ocorrências não criminais, e ter havido uma diminuição das ocorrências criminais (-7,7%). No que toca às ocorrências por subcategorias (Gráfico 7), destacam-se as agressões e os furtos, à semelhança da MG, mas também neste caso as alterações de um ano para outro são relevantes. Com efeito, regista-se uma ligeira descida desse tipo de crimes e duas subcategorias ganham alguma expressão percentual (“atos sexuais de relevo e posse de arma branca/fogo- cabem nesta categoria: facas, navalhas e reproduções armas de fogo).

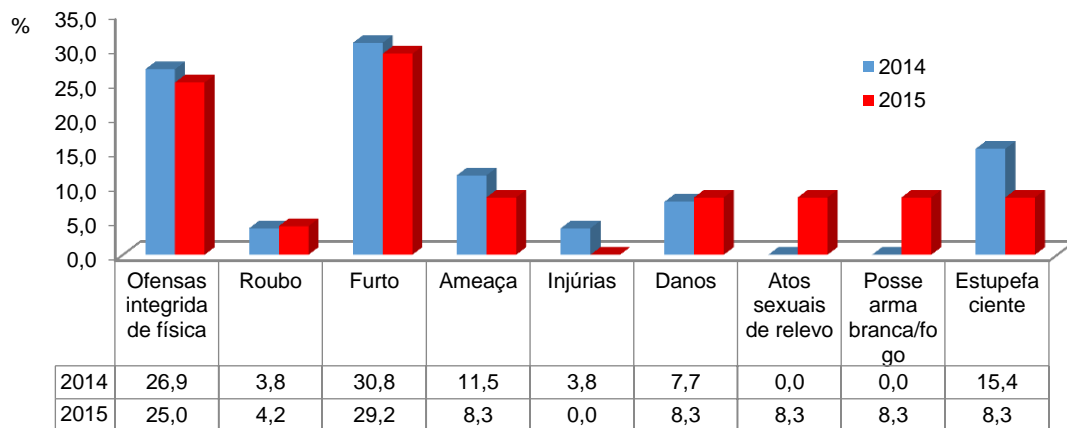


Gráfico 7 – Total ocorrências (ECARX). Valores percentuais em linha.

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Relativamente às incivildades, apresentam uma expressão residual no número total de ocorrências (2 ocorrências, correspondendo a 7,7%), e que foram categorizadas como comportamentos inadequados, pelo que não se apresenta gráfico alusivo a tal categoria (ver anexo 13 do tratamento estatístico).

A taxa de reincidência dos suspeitos e suspeitos/vítima é idêntica em CARX (3,8%). O Gráfico 8 mostra ainda que se verifica uma maior taxa de reincidência na MG do que em CARX. Os valores equiparam-se quando reportamos o facto de as pessoas terem sido vítimas e suspeitos em ocorrências diversas.

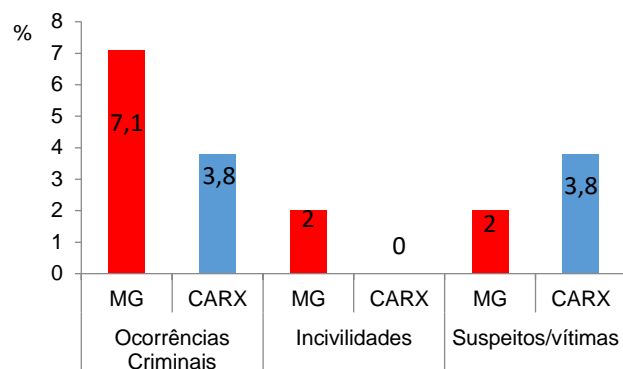


Gráfico 8 – Reincidência Suspeitos (ECARX).

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Quanto à reincidência das vítimas regista-se uma maior percentagem na MG (7,1%), apresentando até a reincidência das INC na MG um valor superior ao da reincidência das OC em CARX.

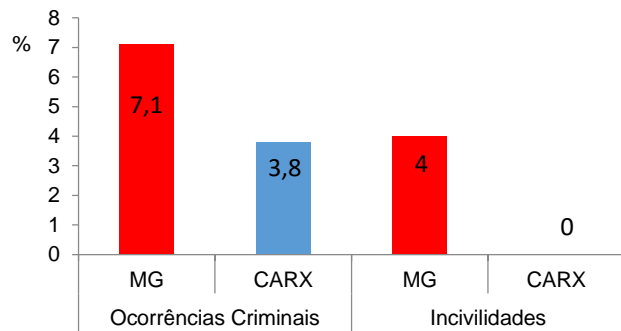


Gráfico 9 – Reincidência: Vítimas (ECARX).

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

A importância dos dados analisados anteriormente, nomeadamente o *stock* de ocorrências, a incidência e a reincidência dos suspeitos e vítimas de crimes e incividades, é de extrema importância para a ação operacional do PES. Dessa análise detalhada será possível direcionar para um perfil de *problem-oriented policing* (com base na estatística criminal), usando a visibilidade e proximidade necessárias, para aumentar o sentimento de segurança escolar, reduzir a vulnerabilidade das vítimas, aumentando a probabilidade de identificação e detenção dos suspeitos e reduzindo-se dessa forma a disponibilidade dos alvos. Será possível ainda, de forma criteriosa, fazer a seleção tanto das temáticas das ações a realizar junto da comunidade escolar, em especial das ações de sensibilização, bem como do público-alvo que se pretende que assistam a tais ações.

3.3. Atividade Operacional PES

Para que seja exequível a construção do modelo de avaliação PES, é necessário que haja indicadores policiais a cumprir, determinados pela DNPSP, através da Divisão de Prevenção Pública e Proximidade (DPPP), que é a entidade que coordena o MIPP a nível nacional. Esses indicadores existem e traduzem-se em ações de sensibilização, demonstrações, visitas e outras ações que os elementos afetos ao PES deverão realizar anualmente junto da comunidade escolar. Estes tipos de ações, especificamente direcionadas para esse público-alvo, deverão “ser fundamentadas e apoiadas através da análise do expediente elaborado, no âmbito do PES. Assim será possível ir de encontro às reais necessidades e problemas da comunidade escolar”⁶⁰. Contudo, o que se verifica atualmente é uma definição quantitativa e não qualitativa das ações a realizar, não se cumprindo com o que a DIROP Escola Segura determina. No fundo, são estabelecidos objetivos em termos do número mínimo dessas ações que cada EPES terá que realizar anualmente. Não há uma preocupação efetiva em realizar essas ações, por forma a ir ao encontro das necessidades da comunidade escolar. Há como que um estabelecer de

⁶⁰ Cfr. Número III, alínea A, ponto 3 da Diretiva Operacional nº 22/2015, de 31/08/2015

objetivos em cascata (da DNPS até às Esquadras) e em que a preocupação será atingir-se, pelo menos, o objetivo mínimo prescrito.

Este modelo de definição de objetivos está subordinado, em larga medida, à conceção quantitativa prevaiente no SIADAP⁶¹. Embora este sistema de avaliação contemple indicadores qualitativos, eles são em menor número e ficam prejudicados pelos objetivos mais quantitativos.

A EPES da MG, nos anos de 2014 e 2015, de acordo com o quadro abaixo, realizou o mesmo número de ações, ou seja 75, sendo que as ações de sensibilização constituíram a maior parte da atividade PES.

Número de ações realizadas		
	2014	2015
Ações de sensibilização	48	62
Demonstrações	0	1
Visitas	9	2
Outras	18	10
	75	75

Tabela 2- Número de ações realizadas (MG).

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

O CD Leiria estabeleceu como objetivo para a EMG a realização de um total de 45 e 73 ações, em 2014 e 2015 respetivamente, salientando-se que, quanto às categorias das ações, à semelhança da realidade nacional, não estabelece objetivo mínimo algum, tendo-se verificado que a EMG cumpriu esses mesmos objetivos, tendo até superado.

As ações de sensibilização foram ministradas de acordo com o que é apresentado no Gráfico 10, tendo prevaecido a temática da prevenção e educação rodoviária (12 ações em 2014 e 31 em 2015, representando 50% da atividade PES nesse ano).

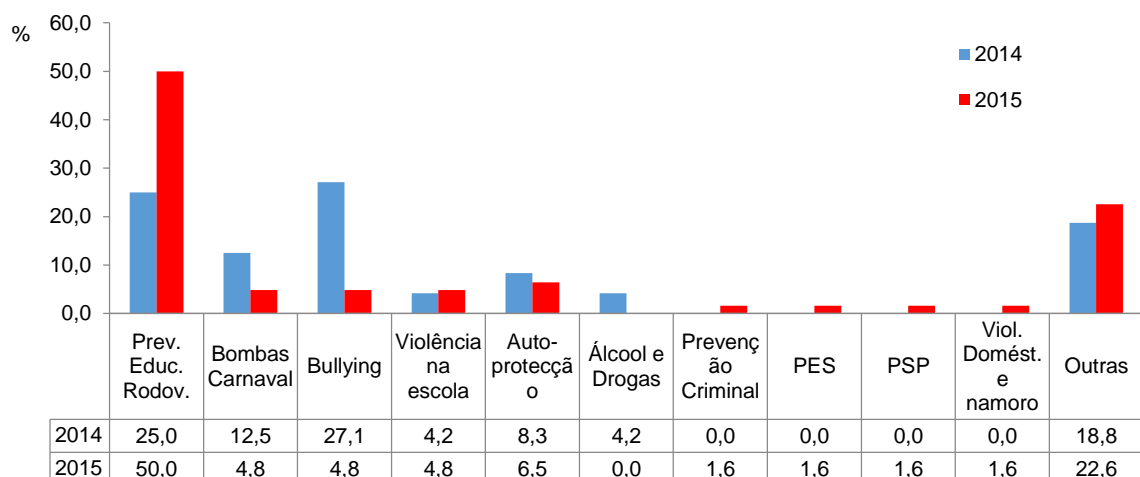


Gráfico 10 – Ações de sensibilização por tipo (EMG). Valores percentuais em linha.

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

⁶¹ Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenha na Administração Pública
António Ochoa

A categoria residual 'outras' também apresenta um peso relativo considerável nos dois anos em referência, cabendo nesta categoria atividades como leitura de um conto, simulacros em escolas, acompanhamento de passeios a pé e bicicleta, corta matos e outras atividades junto da comunidade escolar e que não se enquadrem nas categorias estipuladas pela DNPS, via DPPP (ver anexo 1 da Atividade Operacional PES).

As temáticas do *Bullying* e Bombas de Carnaval também foram preocupação na MG, embora em 2015 o número de ações tenha diminuído (-22,3% e -7,7% respetivamente). De referir que em 2015 verificou-se que três novas temáticas de ações foram ministradas junto da comunidade escolar – PES, PSP e violência doméstica e no namoro (uma ação de cada temática).

Em Carnaxide, a EPES realizou nos 24 meses, um total de 96 ações, em que prevaleceram no período em causa as ações de sensibilização. Verificou-se no ano de 2015 um aumento do número de ações (+25,0%). O COMETLIS estabeleceu como objetivo para 2014 e 2015, para CARX, que deveria realizar o mesmo número de ações (14), pelo que, atendendo aos números registados, se verifica ter atingido e até superado esses objetivos.

Número de ações realizadas		
	2014	2015
Ações de sensibilização	31	50
Demonstrações	0	1
Visitas	2	0
Outras	8	4
	41	55

Tabela 3- Número de ações realizadas (ECARX).

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

A temática das ações de sensibilização foram ministradas de acordo com o que o Gráfico 11 mostra, sendo que as temáticas prevalecentes foram, em 2014, a prevenção e educação rodoviária, à semelhança da MG (11 ações) e da cidadania (7 ações), temática que na MG não foi ministrada. Em 2015 para além da prevenção e educação rodoviária (8 ações), prevaleceu ainda o *bullying* com 15 ações de sensibilização. Em 2015, em CARX, foram ministradas três novas temáticas: igualdade de género (7 ações), internet (utilização) — 5 ações — e violência doméstica e no namoro (1 ação, como na MG).

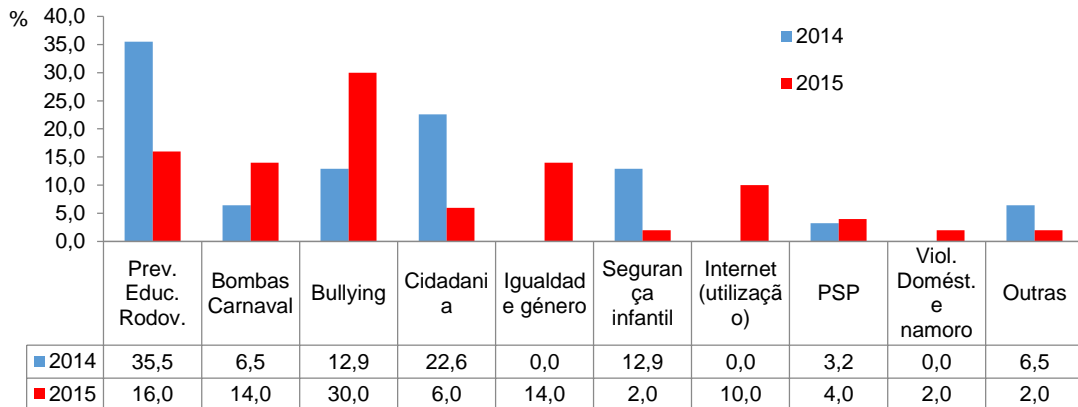


Gráfico 11 – Ações de sensibilização por tipo realizadas (ECARX). Valores percentuais em linha.

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Em termos brutos, nos períodos em questão assistiram a estas ações alunos, pais, professores e encarregados de educação, bem como foram mobilizados recursos humanos afetos ao PES para as ministrarem (ver anexo 12 da atividade operacional PES). Nos 24 meses de referência, na MG realizaram-se 150 ações (cfr. ainda, Tabela 2), e em CARX 96 (cfr. ainda, Tabela 3), verificando-se uma diferença de 54 ações. Se atendermos às ações de sensibilização no ano de 2014, ou seja, aquelas que maior expressão têm, na MG o número médio de alunos que às mesmas assistiram foi de $\mu = 40,4/ação$, sendo menor em CARX ($\mu = 31,2/ação$). Em 2015 essas tendências mantêm-se, já que na MG a média de alunos é de $\mu = 37,8/ação$ e em CARX é de $\mu = 29,8/ação$. A MG apresenta ainda um dado relevante, já que consegue mobilizar os pais a conhecerem as preocupações e necessidades da comunidade escolar, pois durante o período em referência assistiram às ações de sensibilização 160 pais (em 2014 $\mu = 0,9/ação$ e em 2015 $\mu = 1,8/ação$) e um total de 449 pais assistiram às ações desenvolvidas pelo PES nos 24 meses ($\mu = 2,9/ação$). Já em CARX, nenhum pai assistiu a ações realizadas pelo PES.

O número médio de elementos PES que ministraram as ações de sensibilização, na Marinha Grande, em 2014, foi $\mu = 1,5/ação$ e em 2015 $\mu = 1,7/ação$. Em CARX e em 2014 foi $\mu = 1,4/ação$ e em 2015 de $\mu = 1,9/ação$.

Em face dos valores observados em cada um dos estudos de caso, e das diferenças entre eles, pareceu adequado e necessário criar um modelo de referência, que aqui funciona como uma bitola com a qual percebemos melhor as duas realidades em análise, e a variação anual que dentro de cada uma delas existe.

Considerando os dados nacionais (ver anexos 2 a 9 e 13 da atividade operacional PES), e tomando como indicador o peso que cada ação tem na globalidade da atividade operacional nacional, verificamos que em 2014 as ações de sensibilização representaram 80% da totalidade das ações levadas a efeito pelo PES (Gráfico 12).

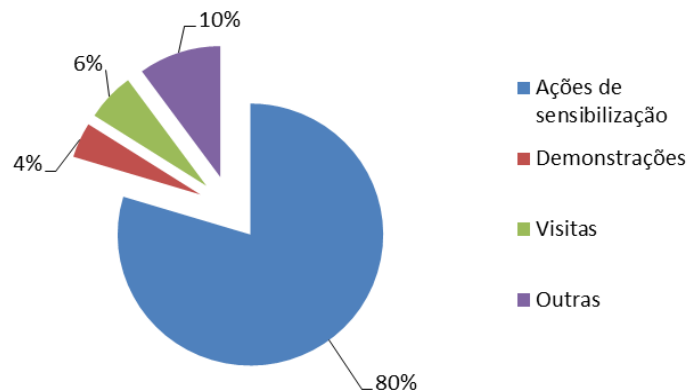


Gráfico 12 - Distribuição percentual da atividade operacional PES em 2014 - dados nacionais.

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Em 2015 a tendência mantém-se, sofrendo uma ligeira subida (de 80% para 83%). Os dados da Tabela 4 permitem ainda uma comparação direta entre a distribuição percentual do tipo de ações ao nível dos Comandos da PSP.

A tabela demonstra ainda que a tendência nacional se generaliza tanto ao contexto regional (COMETLIS e CD Leiria), como local (EMG e ECARX). Verifica-se uma divergência em 2014, na Marinha Grande, onde as ações contempladas na categoria residual 'outras', superam em termos percentuais a atividade nacional (+14 p.p.), mantendo-se essa tendência em 2015, ao contrário do que acontece ao nível regional. Ainda na EMG, a tendência de 2014 mantém-se aplicada às visitas. Em 2014, em CARX, ainda naquele tipo de ações, à semelhança da realidade regional, os valores encontram-se acima da média nacional. Quanto às ações de sensibilização, em 2015, a tendência regional e local superam os totais nacionais.

	2014					2015				
	Nacional	CD Leiria	MG	COMETLIS	CARX	Nacional	CD Leiria	MG	COMETLIS	CARX
Ações de sensibilização	80%	81%	64%	80%	76%	83%	91%	84%	87%	91%
Demonstrações	4%	2%	0%	3%	0%	3%	3%	1%	3%	2%
Visitas	6%	9%	12%	4%	5%	5%	3%	3%	3%	0%
Outras	10%	8%	24%	12%	20%	9%	3%	12%	7%	7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela 4 - Peso relativo de cada ação na atividade nacional, regional e local. Valores percentuais em coluna. Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Atendendo à distribuição das ações pelo ano letivo (ver anexos 10 e 11 da atividade operacional PES), verifica-se que nos anos em referência e para as duas realidades, o maior número de ações é ministrado entre janeiro e abril (2º período do ano letivo). Na MG representam 61% e 49%, respetivamente em 2014 e 2015 da atividade do PES. Em CARX, representam 66% em 2014 e 55% em 2015. Há como que uma

descontinuidade na ação do PES, quer no início do ano letivo, quer no final após o 2º período. Uma situação que o nosso modelo de avaliação tentará resolver.

Em face dos dados analisados acerca da atividade operacional PES, constatamos que o estabelecimento de objetivos às EPES das Esquadras, diverge de Comando para Comando (nas duas Esquadras em referência objetivos quantitativos tão diferentes) e que aquelas equipas ministram as ações um pouco de forma aleatória, sem atender à estatística criminal, nem a qualquer planeamento operacional. Apesar da DIROP do PES estabelecer que em determinados períodos do ano letivo se ministrem temáticas específicas, parece-nos que as restantes ações são realizadas também sem a conveniente articulação com a comunidade escolar, por forma a identificar as suas reais necessidades, que desse modo devem constituir o referido planeamento operacional.

3.4 Avaliação da comunidade escolar ao PES

Para construirmos o último vértice do nosso modelo de avaliação, aplicámos inquéritos (por questionário) à comunidade escolar da MG e CARX (Ver anexos 1 a 3 dos anexos dos questionários aplicados à comunidade escolar) concretamente a alunos, professores, dirigentes escolares e Associações de Pais e Encarregados de Educação (estes com menor representatividade, dada a menor adesão evidenciada).

Quanto aos alunos, optámos por restringir a nossa amostra a alunos do ensino secundário regular, com idades entre os 16 e os 18 anos de idade, que se encontravam a frequentar, no corrente ano letivo de 2015/2016 os 11º e 12º ano de escolaridade, procurando garantir maior consistência nas respostas, dada a presumível maior maturidade destes relativamente aos seus colegas mais jovens.

Foram constituídas duas amostras distintas. Na MG, com 85 alunos respondentes, divididos pelos dois agrupamentos referidos anteriormente (34 questionários na Escola Secundária Pinhal do Rei, - num total de 504 - e 51 na Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte – num total de 1184). Em CARX constituiu-se uma amostra de 47 alunos (num total de 1131) pertencentes à Escola Secundária Camilo Castelo Branco.

Para garantir a aleatoriedade na seleção de cada um dos respondentes, procedemos ao sorteio, em urna, das turmas das três escolas. Contemplou-se a possibilidade de serem necessárias turmas suplentes, mas não se verificou essa necessidade.

Na MG, a amostra de alunos é constituída maioritariamente pelo sexo feminino (55,3%), predominando alunas com 18 anos idade (71,5%); no sexo masculino, 42,9% tem 16 anos. Em CARX, a amostra é constituída por 51,7% de alunos do sexo masculino, prevalecendo os que têm 17 anos de idade (47,7%) e do sexo feminino, 57,5% tem 17 anos de idade (ver anexo 4 dos anexos questionários).

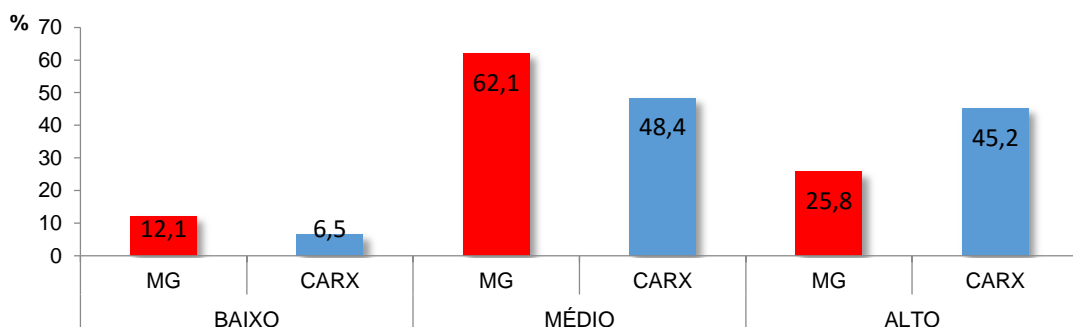
Ambas as amostras, cuja composição foi aleatória com base no sorteio em urna, têm uma dimensão que garante o seu carácter probabilístico para os respetivos universos (11º e 12º ano de escolaridade). Para a MG a margem de erro é de 9% e o nível de confiança de 95%. Em CARX a margem de erro obtida foi de 10% para um nível de confiança de 90%.

3.4.1 Os resultados pela ótica dos alunos

Partindo para a análise descritiva dos resultados, a primeira caracterização recai sobre o estatuto social dos alunos. Estes foram agrupados (a posteriori) de acordo com uma escala quantitativa de 1 a 10, na qual cada um se posicionou (no respetivo questionário) relativamente à posição social da família dos seus colegas, tomando como referência o dinheiro disponível (ver questionário, Questão 2). Nenhum dos respondentes assinalou as posições 1, 2, 9 e 10. Classificámos as respetivas posições sociais em 3 grupos: baixo estatuto (posições 3 e 4), estatuto médio (posições 5 e 6) e elevado estatuto (7 e 8). Nas duas amostras a prevalência é do estatuto médio (ver anexo 5 dos questionários), e não se revelaram diferentes em relação ao estatuto social auto-atribuído pelos respondentes.

Ainda sobre a posição social do aluno, eram pedidas as habilitações literárias dos progenitores, numa aproximação ao conceito de capital cultural. Na amostra de CARX, 78% dos pais possuem habilitações superiores às das mães e na MG verifica-se que 49,0% das mães possui habilitações superiores às dos pais (ver anexo 6 dos questionários).

No estatuto médio, a identificação do PES na comunidade escolar distribui-se tanto no desconhecimento, como no conhecimento do Programa, e esta distribuição observa-se nas duas amostras (ver anexo 7, anexos dos questionários). Ainda assim, o baixo estatuto está mais associado ao grau de desconhecimento do PES, pois apenas 12,1% na MG e 6,5% afirmam conhecer o PES, conforme o gráfico 13 expressa.



Nota: os valores percentuais expressam o conhecimento do PES

Gráfico 13- Gráfico de associação do estatuto social e conhecimento do PES.

Fonte: Inquéritos aplicados. Elaboração própria.

Em CARX, 66,0% da comunidade escolar conhece o PES, aumentando o nível de conhecimento na MG (77,0%). A via pela qual mais os alunos dizem conhecer o Programa é por verem a PSP junto às escolas (60,6% na MG e 54,8% em CARX). A segunda via pela qual os alunos afirmam conhecer o PES é através dos professores, 22,6% em CARX e 13,6% na MG (ver anexo 8 dos questionários). Há aqui uma janela de oportunidade para uma maior e melhor divulgação do programa, envolvendo os professores, que pode gerar um maior número de contactos, e gerar ainda uma maior proximidade. Da amostra de CARX, os alunos que referem desconhecer o PES, 62,5% afirmam já ter assistido a ações de formação realizadas pela PSP, e 50,0% desses responderam algumas vezes (entre duas a três ações). Dos que referem conhecer o PES, 45,2% afirmam que nunca assistiram a qualquer ação de formação da PSP. Na MG, dos alunos que referem não conhecer o PES, 63,2% já assistiram a ações e 29,4% fizeram-no pelo menos uma vez. Foram identificadas diferenças entre as duas amostras no que respeita à assistência a ações de formação, já que na MG a percentagem de alunos que declararam ter assistido a essas ações é superior à de CARX ($F=5,364$; $gl=1$ $p=0,0022$). Os alunos que já assistiram a essas ações de formação, 66,7% na MG e 57,7% classificam-nas como importantes (ver anexo 9 e 10, dos questionários).

Dos alunos de CARX que afirmam conhecer o PES, 67,7% dizem sentir-se pouco próximos ou nada próximos na relação com os agentes da PSP/Escola segura e apenas 16,1% afirma estar próximo nessa relação. Na MG 43,9% afirma sentir-se nada próxima nessa mesma relação e apenas 10,6% se sente próxima ou muito próxima na relação com os elementos policiais PES (ver anexo 11, dos anexos dos questionários). Deste modo se constata que o conhecimento do Programa não gera a proximidade desejada entre a comunidade escolar, o PES e os elementos que nele trabalham.

O gráfico 14 ilustra a média de respostas a um conjunto de afirmações sobre o motivo da existência do PES. As respostas das duas amostras constituídas, apenas apresentam diferenças estatisticamente significativas no item 7.6. Tal facto pressupõe que os alunos, em CARX, associam o trabalho do PES às questões securitárias da comunidade escolar, especialmente em CARX (ver anexo 12, anexos questionários).

O questionário continha também um conjunto de afirmações que se relacionam com comportamentos e atitudes, tendentes a melhorar a segurança individual em ambiente escolar, bem como da própria escola, e que os respondentes deveriam valorizar (numa escala de 1 a 5). A questão continha ainda itens de controlo para apreciar a atenção dos alunos. Os resultados estão expressos no gráfico 15 (ver anexo 13 dos questionários).

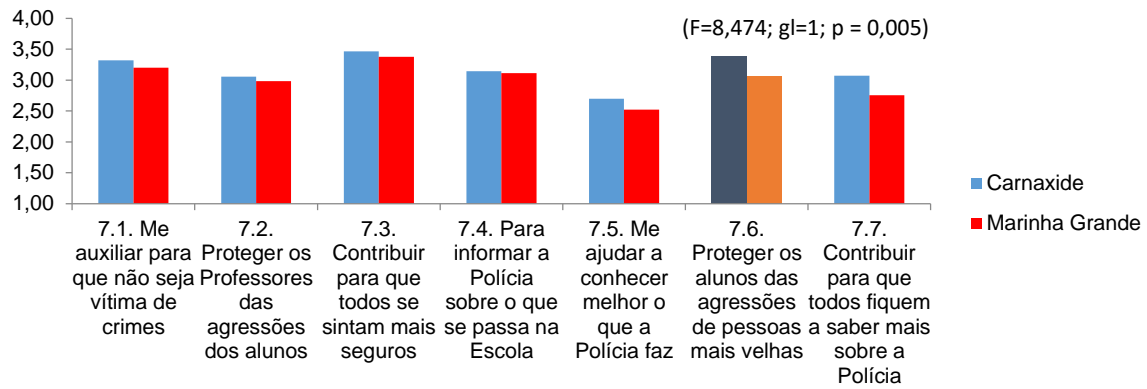
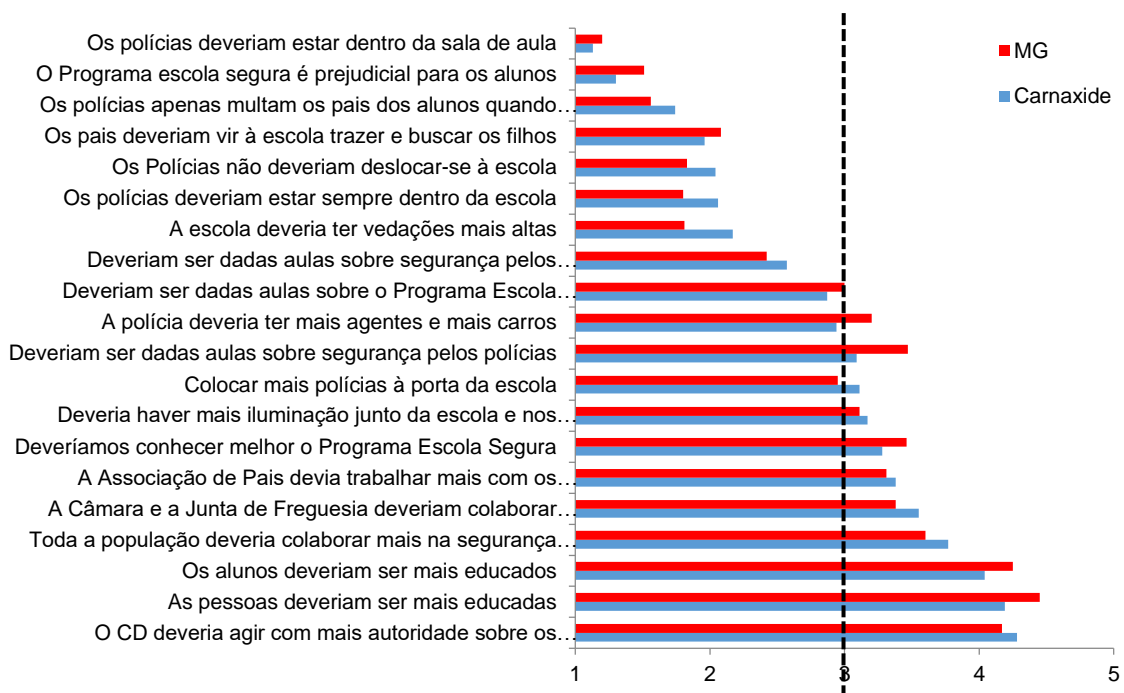


Gráfico 14- Gráfico relativo aos motivos existência do PES.

Fonte: Inquéritos aplicados. Elaboração própria.



Nota: A linha vertical tracejada identifica o ponto médio da escala.

Gráfico 15- Gráfico de valorização de atitudes relativas à segurança escolar.

Fonte: Inquéritos aplicados. Elaboração própria.

Verifica-se uma boa discriminação dos itens (os itens de controlo foram rejeitados – ou seja, os primeiros seis do gráfico com as mais baixas pontuações médias). A escala funcionou bem para ambas as amostras. Apenas alguns dos itens de interesse apresentam diferenças tendencialmente significativas ($p > 0,05$ e $< 0,08$) entre as amostras constituídas (nomeadamente as opções ‘deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos polícias’; ‘a polícia deveria ter mais carros e agentes’; ‘a escola deveria ter vedações mais altas’). Os (7) itens mais valorizados em ambas as amostras (pontuações mais altas, bem acima do ponto médio) remetem para aspetos como civismo, autoridade

escolar, trabalho colaborativo entre diferentes atores públicos da comunidade, empenhamento da comunidade em conhecer o PES. Apenas o 9º item com score médio mais elevado diz diretamente respeito à PSP.

Quanto aos índices de vitimação, as duas amostras não apresentam diferenças significativas estatisticamente. Na MG, 38,3% dos alunos afirma já ter sido vítima de furto/roubo, e em CARX 29,4%. A frequência com que cada um desses alunos é vítima dessa conduta criminal, e considerando apenas aqueles que o foram duas, ou mais de três vezes, constitui um índice de gravidade da vitimação de furto/roubo. Verificamos que na MG esse índice é de 26,7% e em CARX de 11,1%. Em CARX 66,7% e 46,7% na MG dessas vítimas revelou ter dado conhecimento do furto/roubo, e 22,2% em CARX e 40,0% na MG afirmaram não terem comunicado a ninguém. O principal destinatário do conhecimento dos furtos foram os pais das vítimas, sendo que o único motivo de relevo, para que não tivessem comunicado a mais ninguém, foi a assunção de que não resolveria nada. Estes furtos/roubos ocorreram maioritariamente dentro da escola, em 93% dos casos na MG e 67,0% em CARX, sendo que, 6,7% na MG foram vítimas dessa conduta criminal tanto dentro como fora, e em CARX 11,1%. Os autores de tal crime foram, maioritariamente (50,0% em CARX e 56,2% na MG) alunos. Apenas uma proporção mais diminuta (20,0% e 25,0% das situações, respetivamente em CARX e MG) foram atribuídas a desconhecidos (ver anexo 14 dos questionários).

Tratámos ainda dados relativos ao crime de ofensas à integridade física, tendo as amostras revelado homologia de resultados. Em Carx, 23,4% dos alunos diz ter sido vítima de agressões, e 16,5% na MG. Destes, 45,5% em CARX e 57,1% revelaram terem sido vítimas de agressões duas ou mais vezes, o que revela um índice de gravidade de agressões bastante significativo. Este tipo de crime ocorreu dentro da escola na totalidade dos casos na MG; e em CARX em 91,0% das situações. Na MG 92,9% das agressões, os autores foram alunos, e em CARX 91,0%. Em CARX 9,0% das agressões foram praticadas por mais que uma pessoa. Em CARX 54,5% das vítimas de agressões não as comunicou a ninguém e daqueles que comunicaram 36,4% os pais foram os destinatários. Na MG, verifica-se que 42,9% comunicaram tal crime, contudo 14,3% apenas a amigos e 7,1% aos pais. Dos alunos que não comunicaram a agressão, na MG 40,0% e 16,7% em CARX, afirma que o não fez, pois não resolveria nada (anexo 15 dos questionários).

3.4.2 Os resultados pela ótica dos professores

Relativamente aos professores e gestores escolares, a amostra constituída assentou em critérios de vínculos, função e tempo de serviço. Foram aplicados questionários a 61 respondentes. Da Marinha Grande são 38 respondentes (17 na Escola

Secundária Pinhal do Rei e 21 na Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte). De Carnaxide são 23 Professores da Escola Secundária Camilo Castelo Branco. Do conjunto dos respondentes, 59% são do sexo feminino e 41% do sexo masculino.

Importa referir que nesta matéria da avaliação do corpo docente, trataremos da amostra no seu todo, dado que, tendencialmente, as respostas comportam-se de igual modo, e também não haveria aqui motivos para pensar na sua representatividade por Escola. Contudo, as diferenças estatísticas significativas serão realçadas.

A amostra é constituída por 80,3% de professores do quadro do agrupamento, 6,6% do quadro de zona pedagógica e 13,1% contratados. Destes, 90,2% têm carga horária letiva atribuída e 9,8% não têm (por se encontrarem em funções diretivas ou equiparadas). Quanto à duração das carreiras, 85,2% tem mais de 15 anos de serviço (ver anexo 16, dos questionários).

A totalidade da amostra referiu conhecer o PES, tendo 54,1% referido que teve conhecimento do mesmo através de várias vias (não identificando quais). Os respondentes poderiam assinalar diversas possibilidades, pelo que 36,1% também assinalaram a hipótese 'através da PSP (GNR)' e 27,9% referiram que foi através dos meios de comunicação social (ver anexo 17 dos questionários). O anexo 18 dos questionários mostra que a maioria dos professores já assistiu a ações PES (68,9%) pelo menos uma vez, mas 31,1% nunca assistiu a qualquer ação. A avaliação predominante dos que assistiram às ações recaiu na categoria 'importante', e existindo mais 4 possibilidades de resposta, apenas mais uma delas foi assinalada (40,5% responderam que era muito importante).

O anexo 19 dos questionários revela que 65,6% está confiante na capacidade do PES para a resolução dos problemas que surgiram, ou possam surgir, na comunidade escolar, e 54,1% encontra-se satisfeito com o desempenho do Programa. Apenas 3,3% se revela pouco confiante na resolução dos problemas e 1,6% manifesta-se insatisfeito com o PES, traduzindo uma boa implementação do PES nas duas realidades em estudo.

Quanto à ação da PSP em geral, e do PES em particular, junto da comunidade escolar, 37,7% dos docentes entende que muda o comportamento dos alunos dentro da sala de aula, e 42,6% admite que sim, contudo não considera ser generalizável. Quanto aos comportamentos fora da sala de aula, 55,0% refere que altera o comportamento dos alunos e 41,7% admite tal possibilidade, embora não se possa, uma vez mais, generalizar. Há ainda quem admita que nada se altera com a ação do PES, já que 14,8% e 1,7%, dentro e fora da sala de aula respetivamente, respondem nesse sentido (ver anexo 20 questionários).

À semelhança do que se verificou com os alunos (gráfico 15), bem como com os representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação, como adiante

verificaremos (Gráfico 19), o questionário continha um conjunto de afirmações relacionadas com comportamentos e atitudes, tendentes a melhorar a segurança individual, enquanto professor e em ambiente escolar, bem como da própria escola, e que os respondentes deveriam valorizar (numa escala de 1 a 5). Verificou-se uma boa discriminação dos itens (os itens de controlo foram rejeitados). Apenas dois itens apresentaram diferenças estatisticamente significativas. Falamos dos itens “A escola deveria ter vedações mais altas” ($F=9,355$; $gl=2$; $p=0,003$) e ‘A Câmara e Junta deveriam colaborar mais com a Polícia’ ($F=5,733$; $gl=2$; $p=0,020$), em ambos contribuindo a menor valorização dos professores da MG, atribuindo-lhes valores mais baixos ($\mu=1,51$ e $\mu=3,54$) e ($\mu=2,43$ e $\mu=4,17$) (ver anexo 21 e 22 dos questionários).

A relação de proximidade dos elementos PES com a comunidade escolar (na ótica dos docentes) e a confiança dos docentes em transmitir informações importantes a esses elementos PES gerou diferenças significativamente relevantes em relação às duas realidades. Na MG existe uma diferença estatisticamente significativa entre aqueles docentes que declararam ter confiança e aqueles outros que declararam muita confiança (ver Gráfico 16). Os primeiros apresentam um nível de proximidade inferior ao nível de proximidade dos segundos. Em CARX, verifica-se a mesma situação (ver Gráfico 17).

Marinha Grande

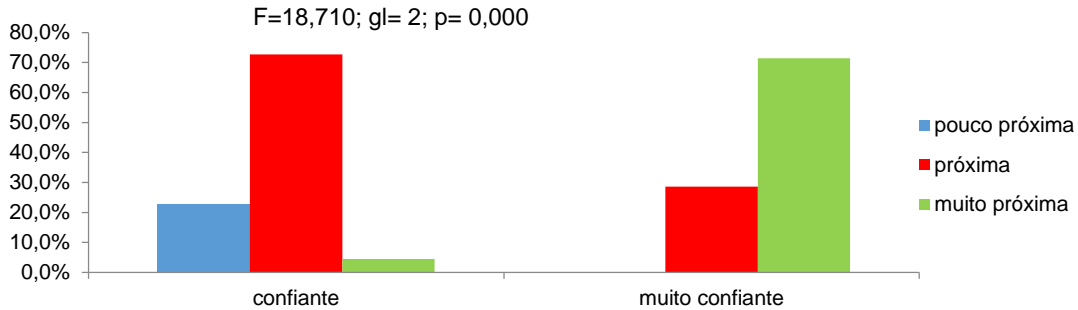


Gráfico 16- Gráfico da relação entre proximidade PES, com confiança dos docentes transmitir informações

Fonte: Inquéritos aplicados. Elaboração própria.

Carnaxide

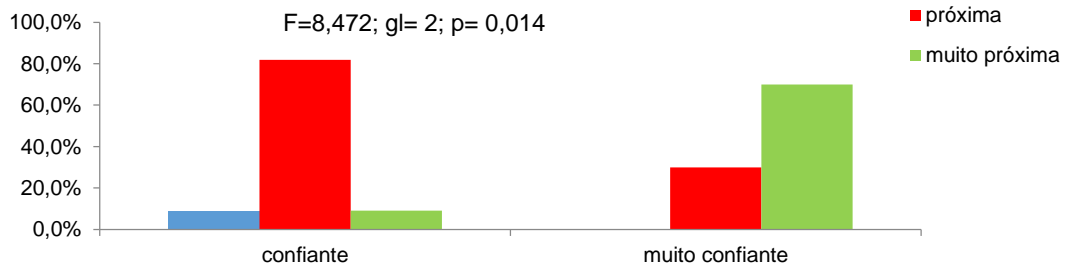


Gráfico 17 - Gráfico da relação entre proximidade PES, com confiança dos docentes transmitir informações

Fonte: Inquéritos aplicados. Elaboração própria.

Esta relação exprime-se coerentemente (muito confiante = muito próximo) e indicia a melhor avaliação do PES. Nesta situação encontramos 71,4% dos respondentes docentes da MG e 70,0% dos respondentes docentes em CARX.

Associando a confiança na resolução dos problemas por parte do PES, ainda encontramos alguma relevância estatística significativa, comparando as duas realidades, nomeadamente com a frequência com que os docentes vêm a PSP/PES junto das escolas onde lecionam. Na MG, a relação entre a elevada 'confiança na resolução dos problemas por parte da PSP' e a maior visibilidade da polícia (avaliada pelos docentes) é muito forte e tem uma boa discriminação estatística ($\chi^2=13,343$; $gl=4$; $p=0,010$). Porém, a relação maioritária (44,0%) ocorre na relação estabelecida entre confiança e frequência da visibilidade, digamos, num grau menos extremado que o anterior. Com efeito, na MG apenas 33,3% dos docentes que se sentem muito confiantes vêm com muita frequência a PSP/PES junto das suas escolas. Em CARX a tendência inverte-se, pois 46,2% dos docentes têm essa perceção. A proximidade e a visibilidade não surtem o mesmo efeito nas realidades em estudo (ver anexo 23 dos questionários).

Apesar de os dados relativos à vitimação não ter muita relevância estatística, optamos por tratar os mesmos, para percebermos de que forma é que os docentes se enquadram nesta temática na comunidade escolar. Do total da amostra 6,5% dos docentes foi vítima de furto/roubo, sendo que 25% destes, esteve nessa condição duas vezes. Esses furtos ocorreram em 75,0% dos casos no interior da escola e de autoria desconhecida. Apenas 25,0% das vítimas não comunicaram as ocorrências a alguém, e por entenderem que nada iria resolver. Em 75,0% dessas situações criminais, foram comunicadas aos Conselhos Diretivos das escolas, e apenas 25,0% desses casos à Polícia. Da totalidade dos docentes, 11,5% afirma já ter sido vítima de agressões, e destes, 1,6% mais que uma vez (3 casos). Todas as situações ocorreram dentro da escola, sendo seus autores os alunos. Apenas 1,6% comunicou a agressão, no caso ao conselho diretivo e à polícia. O docente que sofreu agressões por 3 vezes nunca comunicou as mesmas, por entender que não ia resolver nada. De referir que 71,4% dos docentes que afirmaram serem vítimas de agressões não fornecem mais qualquer dado sobre tal ocorrência. De salientar ainda que 25,0% dos docentes que foram vítimas de furto/roubo também foram vítimas de agressões.

No caso da amostra dos docentes, poderemos concluir que os questionários aplicados por pessoas uniformizadas (no caso o Mestrando) poderão não ser a melhor técnica de inquirir os professores, dado que a tendência das respostas podem estar a ser dadas de acordo com o efeito da desejabilidade social, designado de *síndrome de Zelig*. Este síndrome caracteriza-se pelo facto de o respondente sentir a tentação de responder de forma simpática e de acordo aos interesses do solicitante. Tal verifica-se pela

homogeneidade das respostas. Para que a avaliação possa surtir os efeitos desejados, idealmente os questionários devem ser aplicados por entidades externas à PSP ou, ainda que por polícias, mas sem identificação expressa dessa condição.

3.4.3 Os resultados pela ótica dos pais e encarregados de educação

A aplicação dos questionários aos pais e encarregados de educação ficou limitada a um universo de 10 respostas (6 na Marinha Grande e 4 em Carnaxide). A estratégia de análise estatística semelhante à adotada para os alunos e professores ficou, deste modo, comprometida. No âmbito da reflexão que vimos fazendo nesta dissertação, a reduzida mobilização dos pais e encarregados de educação não pode deixar de ter um significado, menos positivo, sobre o envolvimento da família nos assuntos que respeitam à promoção de segurança dos seus educandos. A questão, parece-nos, não está no menor interesse dos pais em relação à segurança dos filhos, mas provavelmente no modo como o podem fazer, integrando as soluções proativas e fugindo ao velho papel de elementos críticos e externos no que a essa promoção de segurança respeita.

Ainda assim, as 10 respostas, todas de elementos pertencentes à Associação de Pais (sobretudo Presidentes ou Vice-Presidentes das respetivas Associações), com uma média 3 anos no exercício dessas funções, maioritariamente pessoas do sexo masculino (6 homens e 4 mulheres), com idades compreendidas entre os 40 e os 52 anos, são importantes para se compreenderem aspetos decisivos para o nosso estudo. Assim:

1. Todos os 10 respondentes afirmaram conhecer o Programa Escola Segura;
2. O grau de confiança que evidenciaram no programa foi muito elevado ($\mu=4,2$);
3. O grau de satisfação com o programa na resolução dos problemas surgidos na Escola foi igualmente elevado ($\mu=4,3$);
4. Maioritariamente (6 em 10) consideraram que a presença frequente de agentes do PES na escola e na sua envolvente contribui para um comportamento mais correto entre os alunos;
5. Quanto à possível influência da presença frequente dos agentes do PES no comportamento dos alunos na sala de aula, as opiniões divergiram, prevalecendo a de que talvez seja possível admitir essa influência, embora não generalizável;
6. Globalmente, isto é, com largo consenso, os inquiridos atribuíram grande importância ao PES para melhorar a segurança escolar (Gráfico 18);
7. A capacidade de resposta dada pelo PES, aquando da solicitação por parte do Conselho Executivo, foi igualmente avaliada muito positivamente ($\mu=4,4$);
8. Valor médio idêntico ($\mu=4,4$) foi obtido para a avaliação do acompanhamento das situações por parte do PES, após intervenção em ambiente escolar;

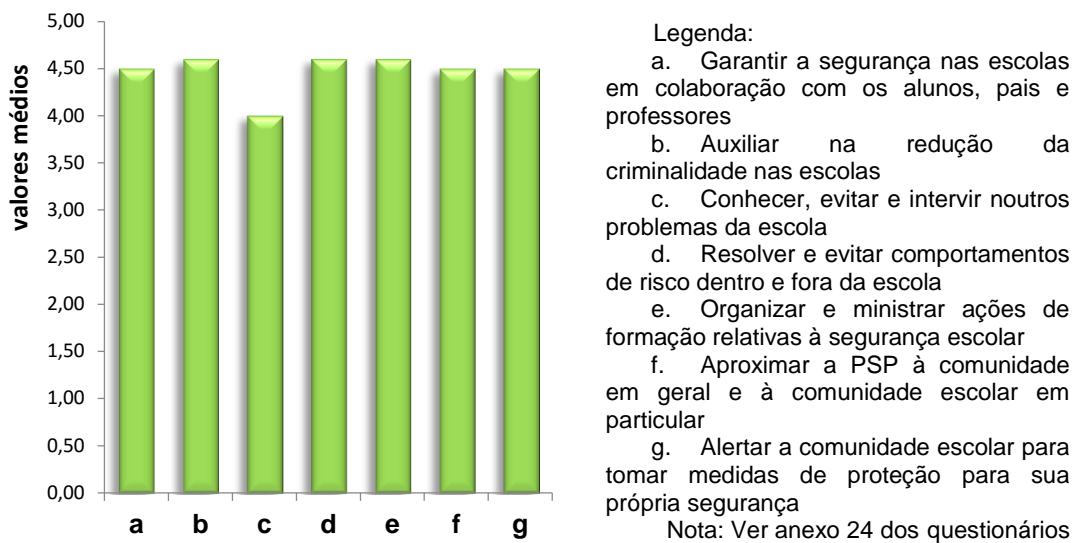


Gráfico 18 - Gráfico de valorização sobre importância do PES

Fonte: Inquéritos aplicados. Elaboração própria.

9. Todos os respondentes assistiram a pelo menos uma ação de formação realizada pela PSP e o tema da segurança na internet foi a que obteve mais assistências (embora em número reduzido);
10. Foram poucos os respondentes que avaliaram essas ações (questão 13 do questionário) mas os que o fizeram atribuíram uma nota máxima;
11. Sobre a visibilidade dos agentes do PES junto da escola frequentada pelos respetivos educandos, as respostas apontam para uma visibilidade frequente ($\mu=4,0$), bastante consensual;
12. A avaliação da relação de proximidade é também elevada ($\mu=4,1$) e consensual;
13. O nível de confiança dos respondentes nos agentes do PES – no item sobre ser necessário transmitir informação relevante – foi ainda mais elevado ($\mu=4,6$).

O questionário aplicado continha também um conjunto de questões sobre o conhecimento dos respondentes relativamente a vitimação na comunidade escolar (furtos, roubos, ofensas à integridade física). Os resultados não são muito concludentes acerca da incidência e prevalência destas ocorrências naquelas comunidades escolares. Nalguns casos foi sinalizada a existência de furtos e roubos mas o conhecimento das situações, a avaliar pelas respostas, parece um pouco difuso. Tão-pouco são elucidativas as respostas sobre a existência de posterior comunicação dessas ocorrências, seja ao Conselho Diretivo da escola, seja aos pais, à polícia.

Em termos de síntese dos dados obtidos junto dos pais e encarregados de educação, cabe apreciar as respostas sobre a valorização de um conjunto de itens – formulados em jeito de afirmações às quais os respondentes deveriam atribuir uma

valorização (numa escala de 1 a 5). A maioria destes itens refere-se a medidas que poderão melhorar a segurança da comunidade escolar. Outros são itens de despiste para apreciar a atenção do respondente ao questionário (ver anexo 25 dos questionários). Os resultados estão representados no Gráfico 19, ordenados por ordem decrescente do valor médio obtido para cada um dos itens.



Gráfico 19- Gráfico de valorização de atitudes relativas à segurança escolar.

Fonte: Inquéritos aplicados. Elaboração própria.

Consideraram-se 4 categorias de referência:

- Itens muito valorizados (valores médios superiores a 4,00);
- Itens com valorização moderada (valores médios entre 3,00 e 4,00);
- Itens pouco valorizados (valores iguais ou superiores a 2,00 e inferiores a 3,00);
- Itens rejeitados (valores inferiores a 1,5).

Os itens mais valorizados correspondem a afirmações que sugerem uma implicação direta da comunidade escolar e das autarquias, de natureza preventiva, na coprodução de ambientes seguros. Desse conjunto de 8 itens apenas dois (*'A polícia deveria ter mais agentes e mais carros'* e *'Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos polícias'*) dizem mais diretamente respeito à PSP.

No grupo dos itens com valorização moderada, o sentido geral de adesão a medidas preventivas está igualmente presente e apenas um item respeita diretamente à ação policial (*'Colocar mais polícias à porta da escola'*).

Os itens pouco valorizados identificam medidas que possam corresponder a uma visão mais passadista da segurança e que não separariam rigorosamente o perímetro de responsabilidade da instituição escolar e o da instituição policial.

Por fim, os itens de controlo foram claramente rejeitados deixando-nos satisfeitos e cómodos com a informação prestada por estes pais e encarregados de educação.

Nesta questão da avaliação do PES junto da comunidade escolar, resulta que uma percentagem significativa afirma conhecer o Programa (no grupo dos docentes e Associação de Pais todos afirmam conhecer). Quanto aos alunos, o desconhecimento do PES, especialmente em CARX, poderá dever-se ao facto de não associarem as ações ao Programa, já que, a maior parte daqueles que afirmam desconhecê-lo, revelam já ter assistido a ações, o que gera algum contrassenso e consubstancia a nossa possibilidade.

Entendemos que, há ainda muito trabalho a realizar pelo PES no que toca à proximidade, confiança e satisfação relativamente ao Programa, principalmente quando nos referimos aos alunos. Tais lacunas revelam e, de algum modo preocupantemente, que a comunidade vítima de crimes acaba por não os comunicar. Daqui resulta que nem ao PES (polícia) essas vítimas fazem chegar tais delitos, o que por um lado revela alguma desconfiança em relação à justiça e ao trabalho da polícia. Por outro lado, não consegue o PES ter uma visão global, integrada e acima de tudo real, da problemática criminal em meio escolar, prejudicando claramente o planeamento operacional a implementar nas escolas. Dessa forma não consegue ter o PES uma imagem real da dimensão dos problemas na comunidade escolar.

3.5 Proposta de Modelo de Avaliação PES

Após a realização da avaliação do PES, nos parâmetros que constituirão a estrutura do modelo de avaliação por nós preconizado, cumpre-nos criar esse mesmo modelo. A proposta do nosso modelo assenta numa base triangular, cujos vértices são as dinâmicas de ilicitude em ambiente escolar, cuja fonte e indicadores terão necessariamente de ser internos (PSP); a atividade operacional da implementação do

PES, em que a fonte e indicadores serão igualmente internos. Referimo-nos às ações de sensibilização, demonstrações, visitas e outras ações implementadas pelo PES. O terceiro vértice decorre da necessidade de ouvir a comunidade escolar, como se aludiu anteriormente. Esta auscultação é realizada através de um inquérito (por questionário), recorrendo-se a uma observação indireta. Defendemos que estes questionários devem ser realizados por entidade externa à PSP, ou em alternativa por elementos policiais, sem que em algum momento se identifiquem enquanto tal. Assim confere-se alguma isenção e transparência aos resultados e, acima de tudo reduzir-se significativamente o *síndrome de Zelig*.



Figura 1- Esquema estruturante da proposta do nosso modelo de avaliação

A nossa proposta está representada na Figura 1. Para cada um dos vértices será identificada uma fonte, variáveis, indicadores e a justificação das dimensões de análise. Os indicadores serão quantitativos e qualitativos, visando atingir tudo que é mensurável e, sobretudo apostar na qualidade do que é realizado, atendendo a critérios rigorosos que fundamentem a ação operacional do PES, numa intervenção suportada nas necessidades da comunidade escolar. No fundo, com a implementação do PES e a sua avaliação, pretende-se “estabelecer contatos regulares com os conselhos diretivos e associações de pais de modo a se perceber dos reais problemas de segurança que mais os preocupam, por forma a se poder estudar a resposta mais adequada às situações de insegurança escolar” (Poiares, 2013, p. 63). O modelo a implementar não poderá ser estanque na sua fase experimental, permitindo os ajustes necessários, mesmo nas realidades estudadas, onde entendemos estar adequado.

A avaliação do PES pela comunidade escolar deverá acontecer a cada dois anos letivos, já que entendemos ser o período ideal para que se percebam tendências e

necessidades dessa mesma comunidade, que se alteram com o decorrer do tempo. No final de cada ano letivo, seria insuficiente para que a avaliação se processasse de forma adequada, dado ser um trabalho demorado e minucioso, e também seria um curto período para estimar as reais necessidades da comunidade escolar. Ao fim de três anos letivos, ou acima deste período, seria já demasiado longo, pois perder-se-ia a oportunidade de intervenção adequada do PES, bem como de ajustar o Programa às necessidades da comunidade escolar, depois de identificadas as falhas ou lacunas na intervenção e na implementação do tipo de ações a realizar.

Todo o efetivo policial (incluindo os elementos que não estejam afetos ao PES, os Comandantes Esquadra e seus Adjuntos), bem como toda a comunidade escolar, devem envolver-se na implementação do PES, para que numa fase posterior, no momento da avaliação, mais capazes estejam os intervenientes de cumprir tal tarefa.

À semelhança do que se faz na MG, deve ser envolvida toda a comunidade escolar para a assistência às ações realizadas pelo PES (não só alunos e professores como acontece em CARX). Devem as associações de pais e encarregados de educação ser estimuladas a assistir e até a convidarem pais interessados (por sugestão do PES se necessário). Dessa forma, dariam um sinal inequívoco da necessidade de entenderem as dinâmicas escolares e do envolvimento do PES junto das escolas, bem como da importante missão que lhe está destinada, nomeadamente as questões de segurança. Perceberem que as escolas têm no PES um parceiro privilegiado e disponível para a resolução dos problemas criminais e das incivildades em ambiente escolar, sem interferir na sua missão, na sua esfera de competências.

Um dos problemas com que se poderá deparar o nosso modelo de avaliação é a falta de meios (materiais e humanos) na PSP. Daí resulta uma menor e justificável atividade operacional. Contudo, entendemos que o PP é o caminho a seguir para tentar resolver os problemas da sociedade em geral e da comunidade escolar em particular.

Entendemos que não deverá existir uma preocupação desmesurada com o estabelecer de objetivos quantitativos. Tal acontece atualmente, com o número de ações a realizar por cada Comando, Divisão e Esquadra. Eles deverão ser atribuídos, fiscalizando-se o seu cumprimento, não só na ótica da fiscalização, mas no sentido de um melhor serviço público prestado. As temáticas das ações devem obedecer a critérios rigorosos de oportunidade, adequabilidade e necessidade, critérios que devem também nortear o público-alvo dessas mesmas ações (podendo usar-se as estatísticas criminais).

Apesar de informação contrária, entendemos que a PSP não tem uma ferramenta formal de avaliação do PES. O que é feito em termos avaliativos é apenas uma verificação anual do cumprimento dos indicadores policiais (número de ações prescritas e não pelo tipo de ações) e nem sempre se percebe o critério dessa prescrição. Veja-se o

caso das realidades estudadas, em que na MG se estabeleceram para os anos em referência 45 ações em 2014 e 73 em 2015. Já em CARX para 2014 e 2015 o mesmo número de ações (14). Em que assentará o critério para tamanha divergência? Não entendemos nem nos foi explicado pelas fontes consultadas.

O nosso modelo visará acima de tudo contrariar a tendência que nos deu o inquérito à comunidade escolar, nomeadamente o facto de o conhecimento do PES não gerar a proximidade necessária e desejada. Este programa deve gerar na comunidade prevenção, segurança, tranquilidade, proximidade, visibilidade, proatividade, confiança, satisfação, moldar comportamentos, capacidade de resposta aos problemas, acompanhamento, compromisso, algum carácter assistencialista em termos sociais, pois só dessa forma cumpre os requisitos de um verdadeiro MIPP. Nestes predicados é necessário o contacto com a comunidade escolar, especialmente com os alunos, pois além de serem em maior número, é a classe mais vulnerável e também onde reside a maior fonte de perigo e insegurança. Esse contacto jamais poderá ser de circunstância, mas um contacto proactivo, prevenindo condutas e comportamentos que ponham em causa o normal funcionamento da instituição Escola e do direito ao ensino consagrado constitucionalmente. A presença constante nas escolas é também essencial, como forma de melhor conhecer as dinâmicas escolares e a comunidade escolar.

No fundo, o que pretendemos do nosso modelo, é que todos os vértices se encontrem em perfeita ligação e comunicação, para que a estratégia de policiamento e a atividade operacional a implementar nas escolas, seja sustentada numa intervenção com maior conhecimento das dinâmicas escolares e a realidade criminal, e assim satisfazer as reais necessidades da comunidade escolar.

A construção da nossa proposta do modelo de avaliação encontra-se no anexo 3, dos anexos gerais, e entendemos encontrar-se adequado às realidades dos casos estudo, considerados que foram a análise da evolução criminal, da atividade operacional e o resultado dos inquéritos (por questionário), referentes à MG e CARX.

Limitações do estudo

Na realização de um estudo verificam-se sempre algumas limitações, que podem dificultar o normal desenvolvimento do mesmo. No nosso caso isso verificou-se igualmente, pelo que passamos a mencionar as limitações mais relevantes e que condicionaram de algum modo a nossa ação.

Desde logo a limitação do número de páginas da Dissertação, fez com que, tanto na contextualização teórica, como na parte empírica, se fizesse uma escolha criteriosa do que é essencial e acessório, embora não constitua verdadeiramente uma limitação. Contudo, dessa seleção é que poderá ter resultado que informação importante não tenha sido suficientemente abordada. Ainda sobre a limitação do número de páginas, resultou que parte da informação recolhida, através dos questionários, não tenha sido alvo de referência e tratamento, no corpo da Dissertação, embora constitua, na nossa opinião, um reservatório de informação que poderá ser usado pelo ISCPSI (no caso algum investigador que deles necessite), e que estamos disponíveis a ceder.

A dificuldade de acesso aos dados solicitados constituiu uma limitação que condicionou a oportunidade de tratamento dos mesmos. Nem sempre chegou em tempo útil e, alguns deles, não nos foram cedidos, apesar de solicitados. Referimo-nos à informação relativa aos conteúdos programáticos da formação PES. A este respeito, referir: “os Agentes afetos ao PES passaram a constituir as EPES, reconhecendo-se uma especialização, ainda que sem a correspondente componente formativa. Foi à época dinamizada uma extensa formação no âmbito do PIPP, onde eram abordados conteúdos relevantes para o efetivo da Escola Segura, sem contudo existir uma autonomização formativa para as EPES. Essa lacuna foi há muito identificada pela atual equipa da Divisão de Prevenção Pública e Proximidade, que tem já praticamente concluído o referencial para um curso para as EPES, faltando apenas definir alguns pormenores técnicos”⁶². Tal facto fez com que deixássemos de analisar a dimensão da formação PES, levando à supressão de uma das nossas hipóteses de estudo, bem como à não clarificação de um objetivo do estudo, e que constavam do nosso projeto de investigação.

Atendendo a que o PES é de implementação nacional, o modelo de avaliação proposto não poderá generalizado, pois apenas se adequa às realidades estudadas. Contudo, os princípios e premissas que o fundamentam poderão generalizar-se, caso se lhes reconheça mérito e oportunidade. Pode constituir um contributo que, devidamente adaptado a cada concreto contexto, se revele ser uma ferramenta de avaliação útil.

⁶² Entrevista A (concedida por Oficial Superior da PSP no âmbito deste estudo)
António Ochoa

Considerações Finais

A segurança escolar tem sido ao longo dos anos uma preocupação constante por parte da polícia, daí a razão da existência do PES. Desde a criação deste Programa em 1996, ao abrigo de um protocolo entre o MAI e o ME, que a comunidade escolar usufrui deste serviço público, orientado exclusivamente para os problemas que surjam ou possam surgir nos estabelecimentos de ensino. Tal preocupação consome recursos (materiais e humanos) ao erário público, pelo que é importante que se caminhe em direção à eficiência e eficácia de tais meios, e daí se retirando proventos para todas as partes envolvidas. Acima de tudo, que os objetivos que estão na gênese de criação do PES sejam alcançados e, que a polícia consiga estar à altura das reais necessidades da comunidade escolar, especialmente os alunos, que são quem mais necessita da atenção do Programa e onde reside a maior fonte de conflito e vulnerabilidade.

Para realizar a sua missão a PSP, implementa no terreno, isto é, nas escolas e envolventes, estratégias de policiamento, normalmente designadas de modelos de policiamento. O PES, por se encontrar integrado no MIPP, adota uma estratégia no âmbito do PP, no fundo, uma maior visibilidade e proximidade junto da comunidade em geral, e neste caso, de modo muito particular, da comunidade escolar. “É indubitável que a sociedade não tem conseguido ficar indiferente à nova postura das forças de segurança, o que corresponde a uma transformação da representação social da profissão polícia” (Poiães, 2013, p. 60). Para a polícia implementar tal estratégia, conceitos como a prevenção, proximidade e a visibilidade são essenciais para conseguir resolver os principais problemas e suprir as necessidades da comunidade escolar.

A DE 10/2006, veio integrar todos os programas especiais de proximidade que eram implementados pela PSP de modo algo espartilhado, definindo orientações precisas, para cada um desses programas. Veio criar no caso específico do PES as EPES, que se traduzem nas equipas da Escola Segura que diariamente contactam com a comunidade escolar e se ocupam, de forma exclusiva, dos problemas que vão surgindo nas escolas. Deste modo, afetaram-se elementos policiais de forma permanente para a segurança escolar, e com especiais preocupações pela segurança dos alunos.

O PES atingiu já tamanha notoriedade e reconhecimento que a DNPS, sente necessidade de rever anualmente, em Diretiva Operacional, a atividade a desenvolver pelo Programa. Esta DIROP estabelece as diretrizes gerais que os Comandos, Divisões e Esquadras terão, enquanto guias orientadores para o desenvolvimento de sua missão. Defendemos que, apesar de estarem vinculados a estas diretrizes gerais emanadas pela DNPS, o PES local deverá também fazer o seu próprio planeamento, a comunicar às escolas, e que se adegue às necessidades da comunidade escolar e, também seja

realista do ponto de vista da sua exequibilidade, atendendo às limitações atualmente sentidas, nomeadamente a enorme falta de meios materiais e humanos.

A importância do trabalho realizado pelo PES remete para a necessidade da existência de um modelo de avaliação, que se mostrará ferramenta imprescindível para um melhor desempenho do Programa. A monitorização permitirá avaliar se a atividade operacional vai ao encontro das expectativas e necessidades da comunidade escolar. A DNPSP, não possui, atualmente, uma ferramenta formal de avaliação. Apenas se monitoriza anualmente, o cumprimento dos indicadores policiais prescritos a cada Comando e, por essa via, a cada PES local. “Se contudo estivermos a considerar uma avaliação do impacto do PES na comunidade, isso seria naturalmente muito interessante até porque, conforme se referiu, nunca foi feito. O ideal é sempre efetuar avaliações regulares, através de avaliadores externos, que permitissem aferir se as ações dos Agentes são bem acolhidas (aferindo temas e técnicas utilizadas) e, sobretudo, se realmente provocam as alterações comportamentais esperadas.”⁶³

Atendendo à pergunta de partida, que formulamos para o nosso estudo, concluímos que as dimensões de análise que entendemos relevantes para a construção do modelo de avaliação de desempenho do PES são: Dinâmicas de ilicitude em ambiente escolar, a atividade operacional orientada para a comunidade escolar e a avaliação da comunidade escolar: factos e perceções. Um triângulo que serviu de base à proposta do nosso modelo de avaliação, tratado anteriormente em subcapítulo próprio, bem como a construção da estrutura do próprio modelo (nomeadamente indicadores, variáveis e as diversas dimensões de análise) que consta no anexo 3, dos anexos gerais. Realizámos ainda uma análise *SWOT* ao PES, nas duas realidades em estudo, conforme anexo 4, dos anexos gerais. Para os aspetos menos conseguidos, propomos melhorias a fazer para cada um desses pontos (anexo 5 dos anexos gerais).

Quanto às hipóteses construídas para o nosso estudo passaremos de seguida a argumentar no sentido de as confirmar ou infirmar para as realidades em estudo. Quanto à primeira hipótese: *a relação direta entre a implementação do PES e a redução da criminalidade em ambiente escolar é ambivalente, isto é, não se consegue determinar inequivocamente, por via estatística, o nível de dependência entre uma e outra variável*, confirmámo-la. Desde logo, pelo tratamento estatístico por nós realizado nas realidades em causa, verificamos que o número de ocorrências na MG aumenta de 2014 para 2015 e em CARX sucede precisamente o contrário. O número de ocorrências registadas pode, efetivamente, não corresponder à realidade criminal que se vive nas escolas em causa. Se atendermos à percentagem de vítimas de crime das amostras constituídas

⁶³ Entrevista C (concedida por Oficial Superior da PSP no âmbito deste estudo)

António Ochoa

(questionários aplicados aos alunos), verificamos que uma parte significativa deles não comunica esses crimes (40,0% na MG e 22,2% em CARX, no caso dos furto/roubo; no caso das agressões 54,5% em Carx e 35,7% na MG não as comunicaram), pelo que, não conseguimos ter uma medida inequívoca dos crimes ocorridos em ambiente escolar. No caso dos professores, 25,0% das vítimas de furto/roubo não comunicaram tal crime e no caso das agressões, apenas 1,6% as comunicaram, no caso à polícia e ao Conselho Diretivo da respetiva escola. Assim, apenas obtemos uma visão dos crimes participados ao PES e que podem divergir grandemente dos crimes ocorridos (ou seja, *criminalidade aparente*). De referir ainda que, apesar de existir uma plataforma de registo de ocorrências no ME, e ser obrigatório que as escolas a usem para inserir as ocorrências que vão acontecendo em meio escolar (com ou sem apoio do PES), verifica-se que são em número reduzido os estabelecimentos de ensino que cumprem com tal requisito legal. Assim, não conseguimos ter uma noção de quantas ocorrências, as escolas conseguem resolver, sem auxílio do PES, dando cumprimento a uma das competências que lhe estão cometidas. Acresce ainda que a prevenção não se consegue mensurar.

A segunda hipótese: *Com a implementação do PES verifica-se maior proximidade entre a Polícia e a comunidade, traduzida pelo aumento de conhecimento que a polícia evidencia sobre os problemas de insegurança sentidos pela população*, infirmamos parcialmente a hipótese. Apesar de nos questionários aplicados aos alunos ter resultado um forte conhecimento do PES (66,0% em CARX e 77,0% na MG), bem como se verificou uma forte presença do PES, através da visibilidade junto das escolas (60,6% na MG e 54,8% em CARX), daí gerando maior conhecimento, verifica-se que esse maior conhecimento não gera a proximidade desejada. A percentagem de alunos que afirma conhecer o PES, 67,7% em CARX, afirma sentir-se pouco ou nada próxima do programa e, na MG, 43,9% diz sentir-se nada próximo. Apenas 16,1% em CARX e 10,6% dos alunos conhecedores do PES afirmam manter uma relação de proximidade com os elementos que operam no Programa. Há como que um forte empenho na presença e visibilidade policial nas escolas, contudo, nestas duas realidades ainda não se trabalha no sentido de haver uma verdadeira proximidade entre a polícia e a comunidade escolar. Já quanto aos professores, 65,6% afirmam-se próximos e confiantes na capacidade do PES, no sentido da resolução dos problemas na comunidade escolar e, 54,1% encontram-se satisfeitos com o desempenho PES. Se com os alunos não se verifica grande proximidade com o PES, o programa consegue a aproximação desejada com os docentes, pelo que apenas confirmamos parcialmente esta segunda hipótese. Constatase que, nestas duas realidades, ainda se verifica muito trabalho no sentido de se conseguir uma maior proximidade entre o PES e os alunos, que são os mais importantes destinatários do Programa.

Bibliografia

- Agra, C., Quintas, J., & E.Fonseca. (2001). *De La Sécurité Democratique à La Démocratique de Sécurité: Le Cas Portugais*. In *Déviance et Societé*, nº 4/2001 (vol. 25)(pp.499-513). Obtido de <http://www.cairn.info/revue-deviance-et-societe-2001-4-page-499.htm>.
- Alves, A. (2008). *Em Busca de Uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Amaral, D. (1998). *Curso de Direito Administrativo (vol. I, 2ª ed. Reimpressão)*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Amaro, R. (1997). *Serviços de Proximidade em Portugal. Principais Tendências e Características*. Lisboa: Ministério para a Qualificação e o Emprego e Formação Profissional.
- António, M. (2003). *Necessidade e Efeitos da Proximidade Policial (Dissertação Final de Licenciatura em Ciências Policiais, não publicada)*. Lisboa: ISCPSI.
- Assistance, B. (1994). *Understanding Community Policing Policing*. Washington Dc: Bureau of Justice Assistance.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo (trad. L.A. Reto e A. Pinheiro)*. Lisboa: Edições 70.
- Bastide, R. (1979). *Antropologia Aplicada (trad. Maria Lúcia Pereira e J. Guinsburg)*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Beccaria, C. (2009). *Dos Delitos e Das Penas (Tradução de José Faria Costa, 3ª ed.)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bente, A., Clemente, A., Cavaco, C., Fernandes, C., Macedo, L., Frias, M., . . . Fraústo, S. (2002). *Intervenção Social e Comunitária : Promover a Inclusão. Guia Prático de Orientação*. Lisboa: Hugin Editores.
- Bratton, W. (2000). *Policiamento Comunitário*. In *Revista Polícia Portuguesa*, nº 125, Setembro/Outubro 2000. Lisboa: DNPSF.
- Braz, J. (2006). *Política Criminal e Sistemas de Coordenação da Investigação Criminal: Segurança e Justiça - Realidades Distintas e Complementares*. In C. Panóias & M. Rodrigues (coord.), *Modelos de Polícia e Investigação Criminal- 1º Congresso de Investigação (pp.111-131)*. V. N. Gaia: Edições Gailviro.
- Braz, J. (2010). *Investigação Criminal: A Organização, o Método e a Prova. Os Desafios da Nova Criminalidade (2ª ed.)*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Brito, M. (2009). *Direito de Polícia*. In P. Otero e P. Gonçalves (coord.), *Tratado de Direito Administrativo Especial (vol.I),(pp.281-456)*. Coimbra: Almedida.
- Busino, G. (1998). *Comunidade*. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Caetano, M. (1994). *Manual de Direito Administrativo (5ª Reimpressão da 10ª ed- revista e atualizada pelo Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral), (vol.II)*. Lisboa: Almedina.
- Canotilho, G., & Moreira, V. (1993). *Constituição da República Portuguesa Anotada (3ª ed.)*. Coimbra: Coimbra Editores.

- Canotilho, J. J., & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa, (4ª ed., vol. I)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Castro, C. (1999). *A Questão das Polícias Municipais (Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas)*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Cazorla, N. (2009). *Le Police de Proximité: Entre Réalités et Mythes*. Paris: L'Harmattan.
- Chevènement, J. (2000). *Prefácio. in Catherine Vourc'h (coord.), Policiamento de Proximidade-Segurança & Democracia. Conferência Internacional Lisboa 14 e 15 de Dezembro de 1998 (trad. Joana Júdice), (pp.5-6)*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Clemente, P. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. Lisboa: Governo Civil do Distrito de Lisboa.
- Clemente, P. (2000). *A Polícia em Portugal: Da Dimensão Política Contemporânea da Seguridade Pública (vol.I)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Clemente, P. (2015). *Cidadania: Polícia e Segurança*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- Código do Processo Penal.
- Coelho, J. (1999). Sessão de Abertura. Atas do Seminário Internacional Sobre Direitos Humanos e Eficácia Policial. Lisboa: IGAI. Obtido de <http://www.igai.pt>.
- Constituição da República Portuguesa*. (2007). Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Convenção sobre os Direitos da Criança*.
- Correia, J. (1994). "Polícia" in *Dicionário Jurídico da Administração Pública (vol.VI)*. Lisboa.
- Costa, R. (2006). *Políticas de Proximidade Com a Comunidade e Modelos Departamentais Concentrados (Dissertação Final de Licenciatura em Ciências Policiais, não publicada)*. Lisboa: ISCPSI.
- Cunha, J. (2006). *O Modelo Português - A Dependência Funcional. In C. Panóias e M. Rodrigues (coord.), Modelos de Polícia e Investigação Criminal- 1º Congresso de Investigação Criminal (pp. 97-110)*. V. N. Gaia: Edições Gailivro.
- David, M. (2014). *Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade: Funcionalidades, Problemas e Potencialidades (Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, não publicada)*. Lisboa: ISCPSI.
- Debarbieux, É. (2006). *Violence à L'école: un Défi Mondial*. Paris: Armand Colin.
- Decreto-Lei nº 35042 de 20 de Outubro de 1945*.
- Decreto-Lei nº 243/2015, de 19 de outubro*.
- Despacho nº 25650/2006, de 29 de Novembro*.
- DGAI. (2009). *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança: Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais (trad. Maria João Correia)*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- DGAI. (2010). *I Jornadas de Segurança Interna 2010*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

- DGAI. (2011). *CPTED: Prevenção Criminal Através do Espaço Construído. Guia de Boas Práticas (trad. Ana Verónica Neves e Filipe Teodorico)*. Lisboa: Direção Geral da Administração Interna.
- Dias, H. (2012). *Metamorfoses da Polícia: Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Dias, J. , & Andrade, M. (1992). *Criminologia: O Homem Delinvente e a Sociedade Criminógena (Reimpressão)*. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.
- Dieu, F. (1999). *Politiques Publiques de Sécurité*. Paris: L`Harmattan.
- Dieu, F. (2001). *Aperçu Sur Les Expériences Françaises de Police de Proximité*. In *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique*. Genève.
- Diretiva Operacional nº 22/2015, de 31/08/2015.*
- DNPSP. (2006). *Diretiva Estratégica nº10/2006:Programa Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP*. Lisboa: DNPSP.
- DNPSP. (2012). *Grandes Opções Estratégicas 2013-2016*. Lisboa : DNPSP.
- DNPSP. (2014). *NEPAUOOS/DO/01/20 Policiamento de Visibilidade*. Lisboa: DNPSP.
- DNPSP. (2015). *Diretiva nº 1/2015 da Unidade Orgânica de Operações e Segurança*. Lisboa: DNPSP.
- DUDH. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*.
- Duque, R. (2015). *Singularidades da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia*. In *Eduardo Pereira Correia (coord.), Liberdade e Segurança (pp.55-69)*. Lisboa: ISCPSP-ICPOL.
- Durão, S. (2006). *Patrulha e Proximidade - Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*. Lisboa: ISCTE.
- Editora, P. (2009). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Editores, T. (1995). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.
- Elias, L. (2007). *Policiamento de Proximidade: Princípios e Fundamentos Para a Implementação de Estratégias de Prevenção Criminal*. In *Manuel Guedes Valente (coord.), Estudos de Homenagem ao Juíz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro (pp.465-536)*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Elias, L. (2009). *A (Nova) Governança da Segurança Numa Contemporaneidade Complexa*. In *Manuel Monteiro Guedes Valente (coord.), Estudos Comemorativos dos 25 Anos do ISCPSP, em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida (pp.752-758)*. Lisboa: Almedida Editores, S.A.
- Europeia, C. (2001). *Decisão do Conselho 2001/427/JAI, de 28 de Maio, que cria Uma Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade*. Bruxelas: Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Obtido de <http://www.dgpj.mj.pt/>.
- Faria, M. (2015). *Criminologia: Epanortologia, Funadamento do Direito de Punir*. Lisboa : ISCPSP-ICPOL.

- Fernandes, J. (2014). *Os Desafios da Segurança Contemporânea: Estado, Identidade e Multiculturalismo*. 2014: Pedro Ferreira- Artes Gráficas, Lda.
- Fernandes, L., & Valente, M. (2005). *Segurança Interna - Reflexões e Legislação*. Lisboa: Edições Almedina, S.A.
- Fernandes, L. (2006). *A Prevenção da Criminalidade*. In Manuel Monteiro Guedes Valente (coord), *II Colóquio de Segurança Interna (pp.69-117)*. Lisboa: Edições Almedida S.A.
- Fernandes, L. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: ISCPSI.
- Fernandes, T. (2015). *Policiamento de Proximidade em Comunidades Socialmente Fragmentadas (Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, não publicada)*. Lisboa: ISCPSI .
- Ferreira, C. (2000). *A Globalização dos Novos Modelos de Policiamento (Dissertação Final de Licenciatura, não publicada)*. Lisboa: ISCPSI.
- Ferret, J. (2003). *Evaluer la police dite de proximité? Certitudes et incertitudes tirées des expériences françaises*. In *Les Cahiers de la Sécurité Intérieure*, nº 53. Paris: Institut des Hautes Études de la Sécurité Intérieure.
- Flores, F. (2000). *Não é Possível Haver Proximidade Sem Consentimento Mútuo*. In Catherine Vourc'h (coord.), *Policiamento de Proximidade- Segurança & Democracia. Conferência Internacional Lisboa 14 e 15 de Dezembro de 1998 (trad. Joana Júdice)*, (pp.73-75). Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Fonseca, M. , McGarrigle, J., & Esteves, A. (2013). *Neighbourhood Integration in European Multi-Ethnic Cities: Evidence From the Geitonies Project*. In *Finisterra:Revista Portuguesa de Geografia*, pp. (7-16). Obtido de <http://revistas.rcaap.pt>.
- Freitas, J. (1857). *Instituições de Direito Administrativo Português*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Freitas, M., & Costa, I. (2015). *A Responsabilidade Social da Polícia Para Uma Melhor Liberdade e Segurança*. In Manuel Monteiro Guedes Valente (coord), *Ciências Policiais e Política Criminal. Justiça e Segurança: Um Discurso de Liberdade Democrática (pp.69-90)*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- Gauer, R. (2015). *A Crise da Democracia na Sociedade de Massa*. In Manuel Monteiro Guedes Valente (coord), *Ciências Policiais e Política Criminal. Justiça e Segurança: Um Discurso de Liberdade Democrática (pp.15-27)*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- Giddens, A. (2011). *Capitalismo e Moderna Teoria Social (trad. Maria do Carmo Cary)*, (7ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Goldstein, H. (1990). *Problem Oriented Policing*. USA: University of Wisconsin- Madison.
- Gomes, C. (1999). *Contributo Para o Estudo das Operações Materiais da Administração Pública e do seu Controlo Jurisdicional* . Coimbra: Coimbra Editores.
- Gomes, F. (2000). *Prefácio*. In Catherine Vourc'h (coord.), *Policiamento de Proximidade- Segurança & Democracia. Conferência Internacional Lisboa 14 e 15 de Dezembro de 1998 (trad. Joana Júdice)*, (pp.3-4). Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Gomes, P. (2001a). *Modelos de policiamento*. In *Infância e Juventude (pp.36-51)*.

- Gomes, P. (2001b). *Modelos de Policiamento*. In *Revista Políca Portuguesa, Separata da Revista nº 128, Março/Abril 2001 (pp.1-4)*. Lisboa: DNPSP.
- Graça, P. (2007). *Prevenção Situacional e Sentimento de Insegurança (Dissertação Final de Licenciatura em Ciências Policiais, não publicada)*. Lisboa: ISCPSI .
- Guedes, A. , & Elias, L. (2010). *Controlos Remotos: Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal*. Lisboa: Edições Almedina, SA.
- Guinote, H. (2008). *Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP)*. In *Boletim do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, edição de outubro-novembro (pp.16-19)*. Lisboa: ISCPSI.
- Gurvitch, G. (1977). *Tratado de Sociologia*. Barcelos: Livraria Editora Figueirinhas, Lda.
- Habermas, J. (1992). *Direito e Moral (tradução Sandra Lippert)* . Lisboa: Instituto Piaget.
- Henriques, S. (2009). *Análise do Impacto Organizacional do Policiamento de Proximidade - Contributos para um Modelo de Avaliação (Dissertação Final de Licenciatura, não publicada)*. Lisboa: ISCPSI.
- Innerarity, D. (2010). *O Novo Espaço Público: Que Significado Pode Ter Hoje Uma Cultura Pública Comum?* Lisboa: Teorema.
- Kuhn, A., & Agra, C. (2010). *Somos Todos Criminosos? Pequena Introdução à Criminologia e ao Direito das Sanções (trad. Joana Agra)*. Alfragide: Casa das Letras.
- Lei 53/2007, de 31 de Agosto.
- Lei nº 49/2008, de 29 de Agosto.
- Lei nº 53/2008, de 29 de Agosto.
- Leitão, J. (1999a). *Causas da Proximidade Policial I*. In *Revista Políca Portuguesa nº 119, Setembro/Outubro 1999 (pp.9-13)*. Lisboa: DNPSP.
- Leitão, J. (1999b). *Causas da Proximidade policial -II*. In *Revista Políca portuguesa, nº 120, Novembro/Dezembro 1999 (pp.3-6)*. Lisboa: DNPSP.
- Leitão, J. (2000). *Causas da Proximidade Policial I*. In *Revista Políca Portuguesa nº 122, Março/Abril 2000 (pp.12-15)*. Lisboa: DNPSP.
- Leitão, J. (2001). *Táticas de Patrulha*. In *Revista Políca Portuguesa nº 128, Separata da Revista Março/Abril 2001 (pp.6-8)*. Lisboa: DNPSP.
- Leitão, J. (2005). *Linhas de Desenvolvimento do Modelo de Policiamento da PSP*. In *Manuel João Pereira & Joaquim Neves(coord.), Estratégia e Gestão Policial em Portugal (pp.103-141)*. Oeiras: INA.
- Leonardo, J. (2009). *As Violências nas Escolas*. Lisboa : Edições Colibri.
- Leonardo, J. (2011). *Violência nas Escolas: O Bullying Escolar- II* . In *Revista Políca Portuguesa IV série nº 1, Jan/Mar 2011 (pp.15-30)*. Lisboa: DNPSP.
- Lisboa, M., Dias, A., & Santana, R. (2008). *Avaliação de Um Programa Integrado de Policiamento de Proximidade*. Lisboa: SociNova- FCSH/UNL.

- Lopes, N. (2013). *Policiamento de Proximidade: Aplicação Prática do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP (Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, não publicada)*. Lisboa: ISCPSI .
- Lourenço, N. (2000). *Cidades, Criminalidade, Insegurança: uma Realidade de Múltiplos Factores*. In Catherine Vourc`h (coord.), *Policiamento de Proximidade- Segurança & Democracia. Conferência Internacional Lisboa 14 e 15 de Dezembro de 1998 (trad. Joana Júdice)*, (pp.48-53). Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Edições Afrontamento.
- Machado, P. (2000). *Policiamento de Proximidade em Portugal: Teoria e Prática*. In Catherine Vourc`h (coord.), *Policiamento de Proximidade- Segurança & Democracia. Conferência Internacional Lisboa 14 e 15 de Dezembro de 1998 (trad. Joana Júdice)*, (pp.165-168). Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- MAI, M. (1999). *Policiamento de Proximidade: Técnicas de Proximidade, Textos de Apoio A*. Lisboa: MAI.
- Malheiros, J., Carvalho, R., & Mendes, L. (2013). Gentrification, Residential Ethnicization and the Social Production of Fragmented Space: A Comparison Between Two Multi-Ethnic Neighbourhoods in Lisbon and Bilbao. In *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, pp. (109-135). Obtido de <http://revistas.rcaap.pt>.
- Marçal, Á. (2001). *Programa Escola Segura: Metodologia de Acção*. In *Revista Políca Portuguesa nº 128, Março/Abril 2001 (pp.27-31)*. Lisboa: DNPSP.
- Marçal, Á. (2008). *Policiamento de Proximidade: Avaliação do Programa Escola Segura no Concelho de Odivelas*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP).
- Matos, M. (2008). *Rosseau e a Lógica da Democracia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Monjardet, D. (1996). *Ce Que Fait la Police: Sociologie de la Force Publique*. Paris: Éditions la Découverte.
- Montesquieu, C. (2011). *Do Espírito das Leis (trad. Miguel Morgado)*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Ofício nº 221 de 10 de Janeiro de 2006 da DNPSP*.
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Oliveira, J. (2015). *A Manutenção da Ordem Pública em Democracia* . Lisboa: ISCPSI.
- Oliveira, N., & Padilha, B. (2012). *A Diversidade Como Elemento de Desenvolvimento/Atração nas Políticas Locais Urbanas: Contrastes e Semelhanças nos Eventos de Celebração Intercultural*. Obtido de <http://ler.letras.up.pt>.
- ONU, C. S. (2009). *Directizes das Nações Unidas Para a Prevenção do Crime*. In *Manual da DGAI, Manual de Diagnósticos Locais de Segurança: Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais (pp.127-132)*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século.

- Pinto, F. (2007). *Balance Scorecard- Alinhar Mudança, Estratégia e Performance nos Serviços Públicos*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Plano de Actividades 2012 da PSP.*
- Poiares, N. (2013). *Mudar a Polícia ou Mudar os Polícias? O Papel da PSP na Sociedade Portuguesa*. Lisboa: bnomics.
- Poiares, N. (2014). *Políticas de Segurança e as Dimensões Simbólicas da Lei: O Caso da Violência Doméstica em Portugal (Tese de Doutoramento)*. Lisboa: ISCTE.
- Poiares, N. (2015). *A Letra e os Espíritos da Lei. A Violência Doméstica em Portugal: Por Um Direito Que Dê Voz ao Silêncio das Vítimas*. Lisboa: Chiado Editora.
- Portaria nº 634/2010, de 09 de Agosto.*
- Programa do XII Governo Constitucional (1991-1995).*
- Programa do XIV Governo Constitucional (1999-2002).*
- Programa do XVII Governo Constitucional (2005-2009).*
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (5ª ed.)*. Lisboa: Gradiva.
- Raposo, J. (2006). *Direito Policial I (Tomo I)*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Ray, B. (2003). *The Role of Cities in Immigrant Integration. Immigration Information Source, October Special Issue: Imigrants and Integration*. Washington : Migration Policy Institute.
- Reiner, R. (1996). *Policing a Postmodern Society. In Robert Reiner, Policing. Cops, Crime and Control: Analysing the Police Function, (2 ed., vol.I), (pp.501-522)*. Aldershot: Dartmouth.
- Reis, F. (2010). *Como Elaborar Uma Dissertação de Mestrado Segundo Bolonha* . Lisboa: Pactor.
- Relatório Anual de Segurança Interna 2012.*
- Roché, S. (2000). *Sentimento de Insegurança, Incivildades e Polícia. In Catherine Vourc`h (coord.), Policiamento de Proximidade- Segurança & Democracia. Conferência Internacional Lisboa 14 e 15 de Dezembro de 1998 (trad. Joana Júdice), (pp.68-73)*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Rodrigues, T. (2010). *Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança: A Velha Europa. Relações internacionais*, pp. (113-129). Obtido de www.scielo.gpeari.mctes.pt.
- Santo, P. (2010). *Introdução à Metodologia em Ciências Sociais: Génese, Fundamentos e Problemas*. Lisboa: Sílabo.
- Santos, B. (1995). *Globalização, Estados-Nações e Campo Jurídico. Da Diáspora Jurídica ao Ecumenismo Jurídico. Toward a New Common Sense, Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. London: Routledge.
- Sarmiento, M. (2013) a). *Metodologia Científica Para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

- Sarmento, M. (2013) b). *Guia Prático Sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada (3ª ed.)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, A. (2008). *A Aplicabilidade do Policiamento Orientado Pelas Informações no Modelo Integral do Policiamento (Dissertação final de Licenciatura, não publicado)*. Lisboa: ISCPSI.
- Soares, V. (2002). *O Programa Escola Segura: Um Estudo na Cidade do Porto*. In *Forças de Segurança e Investigação Científica: Um Espaço de Reflexão*(pp.287-337). Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Sousa, M., & Matos, A. (2004). *Direito Administrativo Geral: Introdução e Princípios Fundamentais (Tomo I)* . Lisboa : Dom Quixote.
- Teixeira, N. (2002). *Contributos Para a Política de Segurança Interna*. Lisboa : Ministério da Administração Interna.
- Thiesse, A.(2000). *A Criação das Identidades Nacionais - Europa- Séculos XVIII-XX (Coleção Memórias do Mundo)*. Lisboa: Editorial Temas e Debates.
- Trojanowicz, R., Kappeler, V., Gaines, L., & Bucqueroux, B. (1998). *Community Policing: a Contemporary Perspective (2ª ed.)*. Cincinnati OH: Anderson Publishing Co.
- Valente, A. (2002). *Policiamento de Proximidade: o Exemplo da GNR de Coimbra*. In *Forças de Segurança e Investigação Científica: Um Espaço de Reflexão* (pp.141-211). Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Valente, M. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial (3ª ed.)*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Valente, M. (2013). *Segurança: Um Tópico Jurídico em Reconstrução*. Lisboa: Âncora Editora.
- Verbo. (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (vol. II)*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Viegas, J. (2000). *O Desafio da Qualidade*. In *Catherine Vourc'h (coord.), Policiamento de Proximidade- Segurança & Democracia. Conferência Internacional Lisboa 14 e 15 de Dezembro de 1998 (trad. Joana Júdice), (pp.124-133)*. Lisboa: Ministro da Administração Interna.

Lisboa, 22 de abril de 2016

António Manuel Azevedo Ochoa

Aspirante a Oficial de Polícia

Anexos

Anexos Gerais

Anexo 1- Guião de Entrevista

Termo de Consentimento Informado

Tomei conhecimento que o Aspirante a Oficial de Polícia, António Manuel Azevedo Ochoa, se encontra a desenvolver um estudo subordinado ao tema “Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades”.

Esta Dissertação de final de Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, está sob orientação do Professor Doutor Paulo Machado, docente do ISCPSI. Neste âmbito foram explicados os objetivos do trabalho e foi solicitada a minha colaboração para responder a uma entrevista.

Fui esclarecido sobre todos os aspetos que considero importantes e as perguntas que coloquei foram respondidas.

Aceito colaborar neste estudo e assino onde indicado.

(Local) _____, de, _____, de 201__.

Guião de Entrevista

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

Nome: _____

Cargo/Posto: _____

Função: _____

Data ____/____/____

1. Perceção do Programa Escola Segura (PES)

1.1. Após quase 20 anos de atividade policial desenvolvida no âmbito do Programa Escola Segura, qual o balanço que faz? *(por favor considere nesse balanço, sobretudo, a perspetiva interna da PSP, a leitura da própria instituição sobre este programa de policiamento de proximidade).*

1.2. Subscreveria a opinião que este Programa é essencialmente justificado pelas condições específicas de segurança da comunidade escolar em meio urbano?

2. Formação dos elementos policiais que trabalham diretamente no PES

2.1. Gostaria que me desse a sua opinião sobre a formação dos elementos policiais afetos ao Programa Escola Segura *(por favor mencione aspetos relacionados sobre o que se tem feito neste domínio da formação, mas também sobre o que, em seu entender, se poderia fazer).*

3. Avaliação do PES

3.1. Qual a perceção que tem acerca da avaliação que a comunidade faz deste programa de policiamento de proximidade? *(diferentemente do que lhe solicitei na Questão 1.1., interessa agora privilegiar a visão externa, a da comunidade).*

3.2. Em que medida um melhor desempenho do Programa beneficiaria de uma diferente avaliação de desempenho da ação policial desenvolvida no âmbito do PES?

Por favor, na sua resposta indique se considera que essa avaliação deve ser regular ou, pelo contrário, apenas decorrente da existência de problemas que possam surgir

Por favor, na sua resposta indique a sua preferência por uma avaliação externa ou por uma avaliação interna

Por favor, na sua resposta mencione quais os parâmetros dessa avaliação que seria, em sua opinião, indiscutivelmente necessários

3.3. Qual ou quais os fatores que condicionam o facto de a DNPSP não ter uma ferramenta de avaliação do PES?

(Apenas temos conhecimento da avaliação efetuada pelo Professor Manuel Lisboa, através do estudo “Avaliação de um Programa de Integrado de Policiamento de Proximidade” em 2006/2007, e a avaliação que possa ser efetuada pela IGAI.

Se, porventura, esta informação estiver incompleta ou desatualizada, por favor agradeço que me ajude a corrigi-la).

Dou por concluída a entrevista e agradeço a sua disponibilidade.

Se pretender acrescentar mais algum aspeto que considere relevante, e que não tenha sido objeto de alguma destas Questões, por favor não hesite em fazê-lo.

Anexo 2- Despacho 25650/2006 e Regulamento PES
REGULAMENTO DO PROGRAMA ESCOLA SEGURA

Despacho n.º 25 650/2006

As escolas são um espaço privilegiado de liberdade, convívio e segurança onde se reproduzem os valores fundamentais de uma sociedade democrática.

Contudo, a ocorrência de comportamentos desviantes e ou anti-sociais pode criar, junto de pais, alunos e professores, pessoal não docente e opinião pública em geral, a percepção das escolas como um meio social violento, com repercussões negativas no processo de ensino/aprendizagem e nas dinâmicas de inclusão social.

A preservação de um ambiente favorável ao normal desenvolvimento da missão da escola é tarefa prioritária do Estado e das comunidades locais. Considerando que não é possível uma educação de qualidade num ambiente escolar de violência ou insegurança, que inviabiliza o pleno exercício do direito à educação, direito constitucionalmente consagrado, têm vindo a ser desenvolvidas acções neste domínio, através do Programa Escola Segura, um instrumento de actuação preventiva, que visa reduzir ou erradicar as situações de violência e insegurança nas escolas e meio envolvente.

Considerando que se pretende que o Programa Escola Segura se consolide como fomentador de iniciativas e projectos direccionados para a promoção de valores de cidadania e de civismo no meio escolar, tendo em vista um desenvolvimento harmonioso por parte das crianças e jovens.

Considerando que se pretende que o Programa Escola Segura continue a promover parcerias e sinergias entre diversas entidades e actores, tanto ao nível nacional como local, de forma a garantir um ambiente seguro nos estabelecimentos de ensino e meio envolvente.

Considerando que foram detectadas algumas fragilidades na operacionalização do Programa Escola Segura, definido em termos jurídico-formais em sede de despacho conjunto n.º 105-A/2005, de 2 de Fevereiro, importa redefinir a estrutura organizacional do Programa Escola Segura, tendo por base as avaliações efectuadas e a experiência da aplicação do referido despacho.

Assim, determina-se:

1 - É aprovado o Regulamento do Programa Escola Segura, anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

2 - É revogado o Despacho Conjunto n.º 105-A/2005, de 19 de Janeiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 23, de 2 de Fevereiro.

29 de Novembro de 2006

- O *Ministro de Estado e da Administração Interna*, António Luís Santos Costa

- A *Ministra da Educação*, Maria de Lurdes Reis Rodrigues

ANEXO

Regulamento do Programa Escola Segura

Artigo 1.º

Objecto

Pelo presente regulamento são definidas as regras do Programa Escola Segura.

Artigo 2.º

Âmbito

1 - O Programa constitui um modelo de actuação pró-activo, centrado nas escolas, que visa garantir a segurança, prevenindo e reduzindo a violência, comportamentos de risco e incivildades, bem como melhorar o sentimento de segurança no meio escolar e envolvente, com a participação de toda a comunidade.

2 - O Programa tem âmbito nacional e inclui todos os estabelecimentos de educação e ensino, públicos, privados e cooperativos, com excepção dos estabelecimentos do ensino superior.

Artigo 3.º

Objectivos

O Programa tem como objectivos prioritários:

- a) Promover uma cultura de segurança nas escolas;
- b) Fomentar o civismo e a cidadania, contribuindo deste modo para a afirmação da comunidade escolar enquanto espaço privilegiado de integração e socialização;
- c) Diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas;
- d) Determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes;
- e) Promover, de forma concertada com os respectivos parceiros, a realização de acções de sensibilização e de formação sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar, destinadas às forças de segurança, pessoal docente e não docente e demais elementos da comunidade educativa e à opinião pública em geral;
- f) Recolher informações e dados estatísticos e realizar estudos que permitam dotar as entidades competentes de um conhecimento objectivo sobre a violência, os sentimentos de insegurança e a vitimação na comunidade educativa.

Artigo 4.º

Princípios estratégicos

O Programa assenta nos seguintes princípios estratégicos:

- a) Territorialização do Programa ao nível local, centrando-o nas escolas, com a participação activa de toda a comunidade;
- b) Promoção e desenvolvimento de parcerias quer ao nível nacional, quer ao nível local;
- c) Formação destinada a todos os elementos da comunidade educativa e aos elementos das forças de segurança envolvidos no Programa;
- d) Monitorização dos fenómenos de violência, comportamentos de risco e incivildades nas escolas.

Artigo 5.º

Parceiros institucionais

O Programa é uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Administração Interna e da Educação, que neste contexto se assumem como parceiros institucionais.

Artigo 6.º

Estrutura organizacional

A estrutura organizacional do programa assenta na existência de um grupo coordenador do Programa Escola Segura e de uma comissão consultiva do Programa Escola Segura.

Artigo 7.º

Grupo coordenador do Programa Escola Segura

1 - O grupo coordenador do Programa Escola Segura é constituído por:

- a) Três representantes do Ministério da Administração Interna, sendo um da Guarda Nacional Republicana (GNR) e um da Polícia de Segurança Pública (PSP);
- b) Três representantes do Ministério da Educação, sendo um do Gabinete de Segurança do Ministério da Educação.

2 - Ao grupo coordenador do Programa Escola Segura compete coordenar e acompanhar a nível nacional o Programa e propor às tutelas a adopção das medidas pertinentes, visando a consecução dos objectivos que se encontram definidos.

3 - A Direcção-Geral da Administração Interna, o Observatório de Segurança na Escola e o Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo são parceiros privilegiados do grupo coordenador do Programa Escola Segura, podendo, sempre que for entendido por qualquer das partes, ter assento nas reuniões deste órgão.

4 - As atribuições do grupo coordenador do Programa Escola Segura desenvolvem-se mediante a prossecução das seguintes tarefas:

- a) Planificação e coordenação do Programa a nível nacional;
- b) Definição e dinamização dos modelos de formação;
- c) Harmonização, a nível nacional, dos procedimentos de segurança entre os diferentes intervenientes do Programa Escola Segura;

d) Participação na definição dos modelos de recolha e tratamento de informação e de monitorização da situação de segurança nas escolas;

e) Promoção de contactos com outras entidades visando a prossecução dos objectivos do Programa.

5 - O grupo coordenador do Programa Escola Segura elabora e apresenta anualmente, às tutelas, um plano de actividades por ano lectivo e um relatório global referente ao mesmo período.

Artigo 8.º

Comissão consultiva do Programa Escola Segura

1 - A comissão consultiva do Programa Escola Segura é um órgão de consulta, competindo-lhe pronunciar-se sobre todas as questões relativas ao Programa, que lhe sejam submetidas pelo grupo coordenador do Programa Escola Segura, bem como apreciar os relatórios anuais do grupo coordenador.

2 - A comissão consultiva do Programa Escola Segura poderá propor ao grupo coordenador a análise de aspectos particulares deste e medidas que visem concretizar os seus objectivos.

3 - A comissão consultiva do Programa Escola Segura é constituída por:

- a) Um representante do Ministério da Presidência (MP);
- b) Um representante do Ministério da Saúde (MS);
- c) Um representante do Ministério da Justiça (MJ);
- d) Um representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS);
- e) Um representante da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP);
- f) Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

4 - Podem ser também consultadas outras entidades, caso se revele pertinente.

Artigo 9.º

Escolas e agrupamentos de escolas

1 - É exigido, por parte dos conselhos executivos das escolas e agrupamentos de escolas, o cumprimento de directivas, orientações e procedimentos emanados do Ministério da Educação e das direcções regionais de educação no âmbito do Programa Escola Segura.

2 - No âmbito do Programa devem igualmente coordenar acções e cooperar de forma estreita com as forças de segurança e comunidades locais.

3 - Em consonância com o artigo 2.º deste despacho, compete aos conselhos executivos das escolas e agrupamentos de escolas a organização da segurança escolar em cada estabelecimento de educação e ensino e assegurar o dever de comunicação das ocorrências sobre segurança escolar, utilizando para tal os instrumentos criados para o efeito.

Artigo 10.º

Forças de segurança

Compete às forças de segurança, no âmbito das suas atribuições:

- 1)** Garantir a segurança das áreas envolventes dos estabelecimentos de ensino;
- 2)** Promover acções de sensibilização e prevenção junto das escolas em parceria com os conselhos executivos e a comunidade local;
- 3)** Prosseguir os demais objectivos no âmbito do Programa.

Artigo 11.º

Outras entidades

As direcções regionais de educação e os governos civis, a nível regional e distrital, através das respectivas estruturas, colaboram na consecução dos objectivos do Programa.

Artigo 12.º

Financiamento

- 1** - O financiamento do Programa deverá ser assegurado pelos Ministérios da Administração Interna e da Educação, no âmbito das respectivas atribuições.
- 2** - A realização de actividades que visem prosseguir os objectivos do Programa poderá ser promovida mediante o recurso a outras formas de financiamento legal, nomeadamente o patrocínio.

Artigo 13.º

Acesso à informação

As regras de acesso à informação produzida no âmbito do sistema de informação de segurança na escola serão propostas pelo grupo coordenador do Programa Escola Segura e aprovadas pelos Ministros da Administração Interna e da Educação.

Anexo 3- Proposta de Modelo de Avaliação. Modelo MGCARX

	VARIÁVEIS	INDICADORES	JUSTIFICAÇÃO	FONTES
1. CRIMINALIDADE E INCIVILIDADE JUVENIL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ocorrências Criminais 2. Ocorrências de Incivilidades 3. Ocorrências diversas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de Crimes 2. Tipo de Crimes 3. Número de Incivilidades 4. Tipo de Incivilidades 5. Tendências Criminais 6. <i>Hot spots</i> 7. Outras tendências 	<ul style="list-style-type: none"> — Perceber a intensidade e profundidade que o PES capta, no que toca à realidade da segurança da comunidade escolar e à percepção do sentimento de insegurança nessa comunidade mais vulnerável; — Perceber como é que o PES se expressa a nível local e regional; — Direcionar e promover as ações de sensibilização e outras ações e iniciativas, para as dinâmicas do crime/incivilidades em ambiente escolar; — Perceber a existência ou não de tendências criminais, podendo aqui usar-se as estatísticas criminais em ambiente escolar; — Em face dessas tendências podem identificar-se <i>hot spots</i> criminais; 	<ul style="list-style-type: none"> — Interna: PSP — Inquéritos (por questionário)
2. VITIMAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 4. Vítimas 5. Suspeitos 6. Rede social de apoio 7. Rede de suporte judiciário 	<ol style="list-style-type: none"> 8. Número de vítimas 9. Reincidências de vítimas 10. Número de suspeitos 11. Reincidências de suspeitos 	<ul style="list-style-type: none"> — Perceber as dinâmicas do crime/incivilidades em ambiente escolar, bem como conseguir identificar inequivocamente índices de vitimação e de suspeitos; — Tal permitirá realizar um trabalho mais próximo e de acompanhamento das vítimas (sobretudo as reincidências) no sentido de prevenir que essas pessoas voltem a ser vítimas e promover acompanhamento para a rede social, nomeadamente apoio psicológico, assistência social, hospitais, etc. — Permitirá monitorizar os suspeitos, fiscalizando suas condutas e encaminhando-os para ajuda necessária (rede social) 	<ul style="list-style-type: none"> — Interna: PSP — Inquéritos (por questionário)

			<ul style="list-style-type: none"> — Sinalização de tais pessoas junto das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Tribunal de Família e Menores, Segurança Social, Instituto de Reinserção Social, entre outras instituições, conforme cada caso específico; 	
<p>3. AÇÃO POLICIAL PREVENTIVA</p>	<p>8. <i>Hot spots</i> criminais e de incivildades</p> <p>9. Propostas concretas de prevenção</p> <p>10. Estratégias de prevenção criminal</p> <p>11. Redução dos índices criminais</p>	<p>12. Locais de maior incidência criminal e incivildades</p> <p>13. Propostas de medidas preventivas de carácter situacional e ambiental</p> <p>14. Planeamento operacional de prevenção criminal</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Identificar <i>hot spots</i>, tanto no perímetro interior das escolas, como nas suas imediações, nomeadamente nos trajetos usados pelos alunos de casa para a escola e vice-versa, como forma de alertar os alunos para evitarem passagens nesses locais onde ocorrem mais fenómenos criminais. — Poderá ainda o PES valer-se dos dados estatísticos criminais gerais da área da Esquadra, para identificar outros <i>hot spots</i>, foram do âmbito escolar, alertando a comunidade escolar para tal, enquanto medida preventiva. — Depois de analisada a estatística criminal em ambiente escolar, o PES, e atendendo aos <i>hot spots</i> verificados, pode e deve, propor medidas de alteração do mobiliário urbano escolar, requalificação de locais mais conotados com o crime e incivildades, como forma de reduzir a oportunidade e a probabilidade dos suspeitos cometerem os ilícitos, e por essa via, diminuir a vulnerabilidade das vítimas e dos alvos disponíveis. — Em face das tendências criminais, dos <i>hot spots</i>, identificação de suspeitos, apoio às vítimas, poder-se-á delinear um planeamento estratégico e operacional de prevenção criminal, como forma de evitar 	<ul style="list-style-type: none"> — Interna: PSP

			<p>que tais fenómenos aconteçam, pelo menos com menor frequência. Nesta fase devem as escolas ser ouvidas e chamadas a participar nesse planeamento operacional, na medida em que são elas quem poderá autorizar a intervenção do PES, no interior das escolas. Desta forma evitam-se conflitos institucionais e/ou legais e será importante que todos os atos levados a cabo pelo PES seja a coberto de autorização e conhecimento dos conselhos diretivos das escolas.</p>	
<p>4. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR</p>	<p>12. Ações de sensibilização 13. Visitas 14. Demonstrações 15. Outras 16. Planeamento operacional PES 17. Contatos individuais 18. Denúncia de Crimes 19. Denúncia de Incivildades 20. Reuniões de trabalho 21. Parcerias</p>	<p>15. Temática das ações 16. Público-alvo 17. Frequência de cada ação 18. Momento da aplicação de cada ação 19. Proximidade PES 20. Confiança PES 21. Satisfação PES 22. Conhecimento PES 23. Parcerias com a comunidade escolar 24. Objetivos de cada ação 25. Organização e planeamento dos eventos a realizar 26. Especificidade de cada contato individual 27. Acompanhamento das vítimas 28. Estratégia de prevenção 29. Conhecimento realidade escolar</p>	<p>— A aplicação de determinada ação de sensibilização deve obedecer a critérios específicos, que vão de encontro às necessidades do público-alvo. Ex. Se em determinada escola estiverem a ocorrer determinadas tendências criminais – p.e. <i>bullying</i>- deve nessa escola incidir-se na temática em apreço. Ainda que não haja tendências criminais visíveis, contudo estando a ocorrer um maior número de crimes, poderão ser aplicadas ações de sensibilização de âmbito generalista – prevenção criminal, autoproteção, entre outras. Deve existir na questão das temáticas alguma maleabilidade e diversidade, tentando-se, por um lado, ir de encontro às reais necessidades da comunidade escolar e, por outro, que daí se retirem ganhos efetivos em matéria de prevenção e/ou mudança e molde de comportamentos por parte dos alunos, nisso se traduzindo num melhor serviço público prestado (incluindo o campo social). Para tal é necessário que os elementos PES se mantenham atentos à realidade escolar e analisem com regularidade os fenómenos criminais em ambiente escolar. O mesmo se</p>	<p>— Interna: PSP — Inquéritos (por questionário) — Externa (Escolas)</p>

			<p>aplica às incivildades. Desta forma revela-se um maior e melhor conhecimento das dinâmicas escolares</p> <ul style="list-style-type: none">— Devem ainda continuar-se a ministrar ações de sensibilização relativas às temáticas estabelecidas pela DNPSP, como até aqui, com critérios de aplicação claros e precisos.— As temáticas das ações devem obedecer a critérios rigorosos da sua oportunidade, adequabilidade e necessidade, critérios que devem também nortear a escolha do público-alvo dessas mesmas ações (podendo usar-se as estatísticas criminais).— Deverá tentar-se abranger o maior número de alunos, por se mostrarem aqueles com maior nível de vulnerabilidade.— Deve envolver-se nestas atividades também os professores, pois é essa classe profissional também vitimizada e um bom veículo de fazer chegar informação pertinente e de interesse à restante comunidade escolar. Relembrar que, nos inquéritos que aplicámos, uma boa percentagem de alunos (22,6% em Carnaxide e 13,6% na Marinha Grande), afirma ter tido conhecimento do PES, através dos professores.— Entendemos ser também importante envolver as Associações de Pais e Encarregados de Educação das escolas, tal como se faz na Marinha Grande, contudo não acontece em Carnaxide – o que revelou o resultado dos questionários- para que, também eles, melhor conheçam as dinâmicas escolares, e mais se interessem em implementar estratégias de subida dos níveis de segurança em ambiente escolar;— A frequência de cada ação de sensibilização	
--	--	--	---	--

			<p>deve ser adequada, enquanto os critérios que estiveram na base de sua implementação se mantiverem atuais e necessários. Pegando no exemplo do <i>bullying</i>, enquanto esse fenómeno se mantiver será oportuno ministrarem-se essas ações de sensibilização, caso contrário deverá diversificar-se a temática das mesmas, não se caindo no exagero e na inadequabilidade dessas ações. Ou até pode ocorrer de se mostrar necessária a aplicação de outra temática e insistir-se numa outra desenquadrada do que está ocorrer naquele momento na comunidade escolar.</p> <ul style="list-style-type: none">— A frequência de cada ação deve também contemplar em que escolas se mostra necessário ministrar cada uma das ações de sensibilização e de acordo com cada temática e público-alvo.— O momento da aplicação das ações de sensibilização será o principal indicador, já que determinará a temática da ação, a sua oportunidade, adequabilidade e necessidade, o público-alvo e a frequência com que cada ação será ministrada. Este momento será caracterizado de acordo com a realidade do momento do ambiente escolar (daquilo que estiver acontecer nas escolas).— Será importante que o PES ministre ações de sensibilização relativa à temática da Denúncia dos crimes em ambiente escolar, ainda que num primeiro momento, se pudesse verificar que os índices criminais subissem, contudo auxiliaria a ter uma melhor perspectiva no que diz respeito à realidade criminal em ambiente escolar. Permitiria ainda conseguir-se adotar uma	
--	--	--	--	--

			<p>melhor e mais eficaz estratégia de diminuição dos índices criminais. Este tipo de ações faria com que se verificasse uma maior proximidade e confiança entre o PES e a comunidade escolar e, de certa forma, contrariar o resultado dos inquéritos no que a esses indicadores diz respeito, bem como ao facto de as vítimas não comunicarem os crimes de que são vítimas à polícia (nesta matéria as vítimas que afirmaram ter comunicado os crimes, ser relativamente alta, contudo aqueles que o fizeram à polícia é um percentagem residual);</p> <ul style="list-style-type: none">— As visitas consistirão em levar os alunos (desde os mais novos aos mais velhos) a conhecer as instalações das esquadras locais, por forma a gerar, por um lado, a proximidade desejada, e por outro lado, um maior conhecimento do trabalho da polícia em geral e do PES em particular. Indicadores estes que podem gerar a confiança e até a satisfação com o Programa. Poder-se-á, através deste indicador, conseguir junto da comunidade escolar, uma maior aceitação e compreensão sobre o trabalho da polícia;— Poderão ainda ser organizadas visitas a outros serviços da PSP, nomeadamente à UEP, à sede dos Comandos, Divisões, com o intuito de conhecerem mais e melhor a polícia; Conhecimento não gera proximidade, tal como os inquéritos revelaram, contudo estas visitas poderão funcionar precisamente como a quebra dessa tendência, pois há contacto, há proximidade com a comunidade escolar, num ambiente muito mais direccionado para a exposição e abertura para se conhecer a instituição;	
--	--	--	--	--

			<ul style="list-style-type: none">— Este trabalho seria fundamental a médio, longo prazo (o caminho terá de ser nesse sentido), pois ajudaria a mudar a imagem institucional negativa que parte dos cidadãos ainda têm. Trabalhando com jovens em idade escolar (os adultos de amanhã) seria “semear” a montante, para “colher” os resultados a jusante;— As demonstrações serviriam para que a comunidade escolar melhor conhecesse a polícia, das suas limitações, das suas potencialidades. Com esta iniciativa poder-se-ia aumentar o nível de proximidade entre a polícia e a comunidade.— Este tipo de ações consistiria ainda em organizar-se um evento de demonstração de meios, recorrendo a algumas valências da PSP (UEP-GOC, UEP-CIEEXSS, Banda da PSP, etc.) tendo como público-alvo todos os alunos de um Agrupamento de Escolas (implementar-se um esquema de rotatividade em cada cidade/localidade por entre os diversos agrupamentos no caso de existirem). Nestas iniciativas devem empenhar-se as Associações de Pais e Encarregados de Educação.— As ações designadas de Outras seriam todas as que se realizassem e que não tivessem enquadramento em nenhuma das restantes. Neste quadro de ações idealmente deveriam estabelecer-se parcerias, ainda que informais, com as escolas, Associações de Pais e Encarregados de Educação, Associações de Estudantes, no sentido de se promoverem eventos de forma conjunta. A título de exemplo mencionar: desfiles de carnaval, torneios de desportos, assinalar dias importantes- dia da árvore, dia dos	
--	--	--	---	--

			<p>namorados, dia da escola respetiva, aniversários da esquadra local, levar alguns alunos ao gabinete do PES/MIPP para realizarem um <i>graffity</i> na parede, passeios BTT, corta-mato, entre outras iniciativas. Fará algum sentido o PES dar algum apoio logístico para a realização do evento, sem que com isso se envolvam custos insuportáveis. Por exemplo, nos torneios de desportos, os árbitros serem elementos do PES.</p> <ul style="list-style-type: none">— Em nosso entender um destes eventos de maior envergadura deveria ser realizado em cada um dos períodos do ano letivo. Desta forma estimula-se um contato com maior regularidade, um maior conhecimento do PES sobre a comunidade escolar e também um maior conhecimento da polícia por parte da comunidade escolar;— À semelhança do PES Nacional, deve o PES local elaborar um planeamento para o ano letivo em referência, onde prevê os eventos que pretende realizar em cada escola ou agrupamento de escolas (algumas dessas atividades poderão ser meramente indicativas). Apesar desta menor obrigatoriedade da realização de determinados eventos, devem tais objetivos ser monitorizados pelo gestor local do MIPP/CMDT Esquadra, para que se cumpram minimamente com tais eventos;— Este planeamento deve, previamente ser comunicadas às escolas em causa, para que também se organizem e validem tais eventos. Com este procedimento, cria-se a imagem de uma instituição moderna, cada vez mais profissional, organizada e acima de tudo envolvida e integrada na comunidade escolar;	
--	--	--	--	--

			<ul style="list-style-type: none">— Devem ser estabelecidos contatos individuais personalizados com as vítimas de crime, por forma a prestar-se-lhes o acompanhamento devido e necessário. Dessa forma realiza-se um processo de vitimação que poderá ser essencial no que toca à não reincidência e também a quebrar alguns receios que as vítimas possam ter no sentido das suas vivências escolares.— Estes contactos, entendemos nós, devem ser feitos pelo PES, mas coordenados com as estruturas da investigação criminal da PSP, que são quem detem a competência delegada pelo Ministério Público, para a investigação dos crimes em causa; No fundo, poder-se-á falar de uma investigação criminal de proximidade. Conceito que defendemos, especialmente no que toca a estas pessoas mais vulneráveis aos fenómenos criminosos.— O tipo de contatos a realizar, não se devem apenas resumir, aquando da resolução das ocorrências, pois estes tendem a ser negativos e têm um efeito contrário à proximidade desejada;— Os contactos devem revestir também um carácter informal como forma de gerar conhecimento e proximidade;— Apelar e sensibilizar à denúncia dos crimes permitiria melhor conhecer a realidade criminal em ambiente escolar e dessa forma adotar a estratégia adequada a reduzir os índices criminais;— O Envolvimento de toda a comunidade escolar serviria para uma maior proximidade, visibilidade e conhecimento da polícia em geral e do PES em particular. A comunidade escolar conseguiria ter a	
--	--	--	---	--

			<p>perceção de qual o verdadeiro papel que o PES desempenha nas escolas. Dessa forma, ainda se dará realce ao esforço efetuado pelo Programa, para que se integre na comunidade escolar. Dessa integração pode gerar-se maior proximidade já que o PES deve contar com as escolas e a comunidade escolar, como parceiros fundamentais para o desenvolvimento de sua missão. Da mesma forma deve esperar e exigir das escolas e da comunidade escolar que seja o PES também esse parceiro fundamental, numa relação estabelecida com base na confiança e nos superiores interesses dos alunos;</p> <p>— As reuniões de trabalho são deveras importantes e devem acontecer com toda a comunidade escolar (alunos, professores, dirigentes escolares, Associação de Pais e Encarregados de Educação e Associação de Estudantes), para que se alinhem estratégias conjuntas para a tomada de decisão e implementação de medidas para aumentar o nível de segurança nas escolas; Daqui resulta um trabalho conjunto, ao jeito de uma parceria em que todos são beneficiados mas também responsáveis pela realização da função que lhe está cometida;</p>	
5. AVALIAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	<p>22. Inquéritos (por questionários)</p> <p>23. Reuniões de trabalho</p>	<p>30. Dados sociodemográficos (anonimizados)</p> <p>No caso dos alunos:</p> <p>-Tipo de ensino</p> <p>-Sexo</p> <p>-Idade</p> <p>-Nível de escolaridade</p>	<p>— A aplicação dos questionários deve ser a toda a comunidade escolar, nomeadamente alunos, professores, dirigentes escolares e membros das Associações de Pais e Encarregados de Educação das escolas;</p> <p>— Relativamente aos alunos, devem os inquéritos ser aplicados a alunos, preferencialmente entre o 9º e o 12º anos, dada a presumível maior maturidade e seriedade nas respostas dadas;</p>	<p>— Externa (comunidade Escolar)</p>

		<p>No caso da restante comunidade escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Função desempenhada - Sexo -Idade <p>31. Avaliação subjetiva dos inquiridos sobre o desempenho do PES</p> <ul style="list-style-type: none"> -Conhecimento PES -Por que via -Função do PES -Ações assistidas -Importância ações -Vitimação -Frequência -Local crime -Autores -Denúncia do crime -Motivo da não denúncia -Capacidade de resposta aos problemas 	<ul style="list-style-type: none"> — Eventualmente aos professores poder-se-á considerar uma outra forma de medir as avaliações que fazem do PES. Um pouco à imagem dos resultados que obtivemos nos questionários aplicados, as respostas poderão ser dados indo ao encontro da desejabilidade social – <i>síndrome de Zelig</i>. Em alternativa, poderemos neste aspeto considerar aplicação dos questionários por entidade externa à Polícia, ou ainda por polícias, sem que em algum momento se identifiquem como tal; — Com a aplicação dos questionários, pretendemos medir o grau de conhecimento do PES, por parte da comunidade escolar e por que vias teve conhecimento. Desta forma avaliar e apostar na divulgação do PES, pelas vias que mais conhecimento geram. No caso dos questionários que aplicamos, a visibilidade policial e os professores foram as vias privilegiadas que geraram um maior conhecimento do Programa. Como tal em Carnaxide e Marinha Grande a aposta num maior conhecimento do PES, far-se-ia através destes meios de divulgação; — Mensurar a avaliação que a comunidade escolar faz da implementação e atividade operacional do PES. Neste caso das ações e de que tipo de ações a comunidade já foi contemplada; — Medir o número de alunos, professores, dirigentes escolares e Associações de Pais e Encarregados de Educação que já assistiram a ações PES; — Medir a importância dessas ações — Medir os índices de vitimação e sua frequência; 	
--	--	---	---	--

		<p>-Satisfação PES</p> <p>-Acompanhamento das vítimas/suspeitos</p> <p>32. Avaliação subjetiva dos inquiridos sobre o contributo do PES para a redução da criminalidade em ambiente escolar</p> <p>- Visibilidade do PES nas escolas</p> <p>-Confiança no PES</p> <p>-Medidas importantes para a segurança escolar</p> <p>-Mudança de Comportamentos da comunidade escolar</p> <p>33. Avaliação subjetiva da importância do PES para a aproximação entre a comunidade e a Polícia</p> <p>-Relação proximidade</p> <p>-Importância do PES</p>	<p>— Mensurar o nível de acompanhamento e encaminhamento das vítimas;</p> <p>— Identificar localização das ocorrências (criação de <i>hot spots</i>);</p> <p>— Identificar suspeitos dos crimes (autoria);</p> <p>— Índices de denúncia ou não denúncia dos crimes;</p> <p>— Identificar motivos da não comunicação do crime;</p> <p>— Quantificar cifras negras (através de uma re vitimização);</p> <p>— Mensurar a capacidade de resposta do PES aos problemas surgidos;</p> <p>— Medir o nível de proximidade da comunidade escolar com o PES;</p> <p>— Medir o nível de confiança que a comunidade escolar tem no PES;</p> <p>— Medir o grau de satisfação que a comunidade escolar tem no PES;</p> <p>— A proximidade, a confiança e a satisfação poderá ser conseguida e medida através dos contactos informais com os alunos;</p> <p>— Mensurar a visibilidade e presença policial junto e no interior das escolas;</p> <p>— Influência do PES nos comportamentos dos alunos em ambiente escolar (dentro e fora da sala de aula);</p> <p>— Medir o grau de importância do PES na comunidade escolar;</p> <p>— As reuniões de trabalho serviriam para alinhar estratégias conjuntas para uma maior segurança escolar.</p>	
--	--	--	--	--

Anexo 4- Tabela relativa à análise geral qualitativa do PES

	Marinha Grande		Carnaxide	
	Aspetos positivos	Aspetos negativos	Aspetos positivos	Aspetos negativos
1. Dinâmicas de ilicitude em ambiente escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apesar da falta de efetivos, o PES da MG, manteve no período em referência, taxas de incidência de ocorrências inferiores a CARX (índice de ocorrências por cada 1000 alunos); 2. OC com estupefacientes com pouco peso relativo nos dois anos em referência; 3. Maior número de ocorrências registadas e participadas, inclusivamente em relação às incivilidades. Tal facto pode significar uma maior proximidade, visibilidade e presença nas escolas, no fundo maior proatividade; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de efetivos que integram o PES; 2. Aumento das OC em 2015 (+4,9%) e +10,0% nas INC; 3. Alta percentagem de ocorrências, relativas aos crimes de Ofensas à integridade física e furto; 4. As OC categorizadas como posse de arma de branca/de fogo apresentam grande peso relativo, sofrendo um aumento de 7,1% em 2015; 5. Aumento de 21,8% na categoria de ocorrências de danos em 2015; 6. Aumento de 100% nas ocorrências com estupefacientes em 2015; 7. Falta de Arquivo próprio do PES, no que toca às ocorrências participadas e registadas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Menor número de ocorrências, contudo, apresenta, nos períodos em referência, maiores taxas de incidência, quando comparada à realidade da MG; 2. Descida considerável das OC em 2015 (-7,7%); 3. Ausência ou pouca expressividade das ocorrências de INC; 4. Baixa taxa de reincidência nas vítimas e suspeitos (3,8% em ambas); 5. OC com estupefacientes decresceram em 2015 (-7,1%) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de efetivos que integram o PES; 2. A falta de veículo em alguns momentos dificulta a ação do Programa; 3. Alta percentagem de ocorrências, relativas aos crimes de Ofensas à integridade física e furto; 4. As ocorrências de roubo apresentam ainda valores significativos. Em 2014 – 3,8% e em 2015 com uma subida de quase meio ponto percentual (4,2%); 5. Subida de 100% nas OC categorizadas como atos sexuais de relevo e posse de arma branca/de fogo em 2015; 6. OC com estupefacientes apresentam nos dois anos um grande peso relativo; 7. Falta de Arquivo próprio do PES, no que toca às ocorrências participadas e registadas.

2. Atividade Operacional PES	<ol style="list-style-type: none"> Cumprimentos dos objetivos definidos pelo CD Leiria Maior número de ações realizadas; Maior criatividade, iniciativa e diversidade quanto às temáticas das ações de sensibilização (a temática outras apresenta valores altos de realização); Maior média de alunos assistir às ações realizadas pelo PES; Mobilização dos pais e encarregados de educação para assistirem às ações realizadas; Maior número de realização de visitas; Forte atividade operacional no segundo período letivo; 	<ol style="list-style-type: none"> Definição quantitativa de objetivos (indicadores policiais); Baixa incidência nas ações de sensibilização sobre o PES e a PSP); Atividade PES na MG acompanha, em termos gerais, a tendência nacional; Fraca atividade operacional nos 1º e 3º períodos letivos; Por vezes os elementos do PES são afetos a outro tipo de serviços, o que não deveria acontecer; 	<ol style="list-style-type: none"> Cumprimentos dos objetivos definidos pelo COMETLIS; Forte atividade operacional no segundo período letivo; Maior número de ações realizadas em 2015 (+25%); 	<ol style="list-style-type: none"> Definição quantitativa de objetivos (indicadores policiais); Menor número de ações realizadas; Ausência de ações de sensibilização sobre o PES e a PSP); Menor atividade operacional do PES Atividade PES em CARX acompanha, em termos gerais, a tendência nacional; Ausência de pais a assistir às ações realizadas; Fraca atividade operacional nos 1º e 3º períodos letivos; Por vezes os elementos do PES são afetos a outro tipo de serviços, o que não deveria acontecer;
	Alunos			
1. Avaliação da Comunidade Escolar	<ol style="list-style-type: none"> A grande maior parte dos alunos, afirma conhecer o PES (77%); Visibilidade Policial gera um maior conhecimento do PES; A maioria dos alunos considera as ações importantes; 	<ol style="list-style-type: none"> Má divulgação do PES, pois 62,3% dos alunos que afirmam desconhecer o PES, já assistiu ações do Programa (29,4% desses pelo menos uma vez); Dos alunos que conhecem o PES, 43,9% diz sentir-se nada próximo do Programa; Apesar de grande parte dos alunos vítimas de furto/roubo ter 	<ol style="list-style-type: none"> A maior parte dos alunos, afirma conhecer o PES (66,0%); Visibilidade Policial gera um maior conhecimento do PES; A maioria dos alunos considera as ações importantes; 	<ol style="list-style-type: none"> Quase metade dos alunos que afirma conhecer o PES, nunca assistiu a ações do PES; Má divulgação do PES, pois 62,5% dos alunos que afirmam desconhecer o PES, já assistiu ações do Programa (50% desses mais que uma vez); Dos alunos que conhecem o PES, 67,7% diz sentir-se pouco ou nada próximo

		<p>comunicado esses furtos a alguém (principalmente aos pais), o PES não teve conhecimento dos mesmos. Esses crimes não foram participados à polícia pela assunção da ideia de que nada iria resolver;</p> <p>4. Índice de gravidade de furto/roubo (duas ou mais vezes) é considerável (38,3%);</p> <p>5. 40,0% dos alunos não comunicaram os furtos/roubos a ninguém;</p> <p>6. Maioria dos furtos/roubos foi cometido dentro da escola e por alunos;</p> <p>7. 16,5% da comunidade afirma já ter sido vítima de agressões;</p> <p>8. Índice de gravidade das agressões (duas ou mais vezes) é significativo (57,1%);</p> <p>9. Totalidade das agressões ocorreu dentro da escola e em 92,9% cometido por alunos;</p> <p>10. Dos que não comunicaram a agressão, 40,0% não o fez por entender que não iria resolver nada;</p>		<p>do Programa;</p> <p>4. Apesar da maioria dos alunos vítimas de furto/roubo ter comunicado esses furtos a alguém (principalmente aos pais), o PES não teve conhecimento dos mesmos. Esses crimes não foram participados à polícia pela assunção da ideia de que nada iria resolver;</p> <p>5. Índice de gravidade de furto/roubo (duas ou mais vezes) é considerável (29,4%);</p> <p>6. 22,2% dos alunos não comunicaram os furtos/roubos a ninguém;</p> <p>7. Maioria dos furtos/roubos foi cometido dentro da escola e por alunos;</p> <p>8. 23,4% da comunidade afirma já ter sido vítima de agressões;</p> <p>9. Índice de gravidade das agressões (duas ou mais vezes) é significativo (45,5%);</p> <p>10. 91% das agressões ocorreu no interior das escolas e cometido por alunos;</p> <p>11. Maioria dos alunos não comunicou a agressão a ninguém (54,5%) e dos</p>
--	--	---	--	---

				<p>que comunicaram, grande parte fê-lo aos pais (36,4%);</p> <p>12. Dos que não comunicaram a agressão, 16,7% não o fez por entender que não iria resolver nada;</p>
Professores				
(Nota: Os dados da amostra dos professores foram tratados, quase na totalidade em conjunto, pelo que os pontos fortes e fracos são idênticos, apenas se verificando algumas divergências)				
<p>1. Todos os docentes afirmam conhecer o PES;</p> <p>2. Maioria está confiante e satisfeito com a ação do PES;</p> <p>3. Maioria entende que o PES muda o comportamento dos alunos, mas só fora da sala de aula; Dentro da sala de aula apenas 37,7% consideram tal;</p> <p>4. Maior visibilidade junto das escolas gera mais confiança;</p>	<p>1. Maior proximidade não gera maior confiança;</p> <p>2. Maior visibilidade junto das escolas por parte do PES, não gera maior confiança no Programa</p> <p>3. Parte dos docentes não comunicou furto/roubo por entenderem que nada iria resolver;</p> <p>4. Baixo índice de comunicação dos furtos/roubos à polícia;</p> <p>5. Uma boa parte dos docentes vítimas de furto/roubo, também já foi vítima de agressões;</p>	<p>1. Todos os docentes afirmam conhecer o PES;</p> <p>2. Maioria está confiante e satisfeito com a ação do PES;</p> <p>3. Maioria entende que o PES muda o comportamento dos alunos, mas só fora da sala de aula; Dentro da sala de aula apenas 37,7% consideram tal;</p>	<p>1. Maior proximidade não gera maior confiança;</p> <p>2. Maior visibilidade junto das escolas por parte do PES, não gera maior confiança no Programa;</p> <p>3. Parte dos docentes não comunicou furto/roubo por entenderem que nada iria resolver;</p> <p>4. Baixo índice de comunicação dos furtos/roubos à polícia;</p> <p>5. Uma boa parte dos docentes vítimas de furto/roubo, também já foi vítima de agressões;</p>	
Associação de pais e Encarregados de Educação das escolas				
(Nota: Os dados desta amostra foram tratados em conjunto, pelo que os pontos fortes e fracos são idênticos)				
<p>1. Todos afirmam conhecer o PES;</p> <p>2. Sentem-se confiantes e satisfeitos com a ação do PES;</p> <p>3. Consideram que a</p>	<p>1. Fraca mobilização dos pais na avaliação;</p>	<p>1. Todos afirmam conhecer o PES;</p> <p>2. Sentem-se confiantes e satisfeitos com a ação do PES;</p> <p>3. Consideram que a</p>	<p>1. Fraca mobilização dos pais na avaliação;</p>	

	<p>presença dos elementos do PES, nas escolas contribui para um comportamento mais correto dos alunos;</p> <p>4. Presença do PES, contribui para uma maior segurança da comunidade escolar;</p> <p>5. Boa capacidade de resposta na intervenção e acompanhamento dos problemas em ambiente escolar;</p> <p>6. Todos já assistiram a ações realizadas pelo PES, avaliando-as como muito importantes;</p> <p>7. Maioria afirma ver com regularidade o PES, junto às escolas, bem como se sentem próximos do Programa;</p>		<p>presença dos elementos do PES, nas escolas contribui para um comportamento mais correto dos alunos;</p> <p>4. Presença do PES, contribui para uma maior segurança da comunidade escolar;</p> <p>5. Boa capacidade de resposta na intervenção e acompanhamento dos problemas em ambiente escolar;</p> <p>6. Todos já assistiram a ações realizadas pelo PES, avaliando-as como muito importantes;</p> <p>7. Maioria afirma ver com regularidade o PES, junto às escolas, bem como se sentem próximos do Programa;</p>	
--	---	--	---	--

Fonte: dados PSP e questionários aplicados.
Elaboração Própria

Anexo 5- Tabela relativa às propostas de melhoria dos aspetos negativos do PES

	Marinha Grande		Carnaxide	
	Aspetos negativos	Propostas melhorias	Aspetos negativos	Propostas melhorias
3. Dinâmicas de ilicitude em ambiente escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de efetivos que integram o PES; 2. Aumento das OC em 2015 (+4,9%) e +10,0% nas INC; 3. Alta percentagem de ocorrências, relativas aos crimes de Ofensas à integridade física e furto; 4. As OC categorizadas como posse de arma de branca/de fogo apresentam grande peso relativo, sofrendo um aumento de 7,1% em 2015; 5. Aumento de 21,8% na categoria de ocorrências de danos em 2015; 6. Aumento de 100% nas ocorrências com estupefacientes em 2015; 7. Falta de Arquivo próprio do PES, no que toca às ocorrências participadas e registadas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforço do efetivo do PES com pelo menos mais dois elementos. Assim, permitiria que cada EPES fosse constituída por 2 elementos cada e se fizesse a distribuição dos estabelecimentos de ensino por duas EPES; 2. Relativamente às ocorrências verificadas, mostra-se necessário que o PES, oriente o policiamento, ações de sensibilização, contactos individuais para os problemas da criminalidade, por forma alertar a comunidade escolar desta problemática. 3. Devem os elementos PES, acompanhar de perto tanto as vítimas de crimes, mas principalmente identificar e efetuar vigilância aos suspeitos referenciados, para reduzir os índices criminais; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de efetivos que integram o PES; 2. A falta de veículo em alguns momentos dificulta a ação do Programa; 3. Alta percentagem de ocorrências, relativas aos crimes de Ofensas à integridade física e furto; 4. As ocorrências de roubo apresentam ainda valores significativos. Em 2014 – 3,8% e em 2015 com uma subida de quase meio ponto percentual (4,2%); 5. Subida de 100% nas OC categorizadas como atos sexuais de relevo e posse de arma branca/de fogo em 2015; 6. OC com estupefacientes apresentam nos dois anos um grande peso relativo; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforço do efetivo do PES com pelo menos mais um elemento. Dessa forma haveria uma distribuição mais equitativa das escolas pelo PES; 2. Entendemos que o veículo da Escola segura deve estar apenas afeto ao Programa; Só assim se aumentam a disponibilidade e uma maior mobilidade do PES, conseguindo acorrer às situações com maior rapidez (em caso de necessidade); 3. Relativamente às ocorrências as medidas de melhoria propostas são no mesmo sentido das apresentadas para a MG; 4. Só dessa forma o PES consegue orientar a sua ação para os problemas criminais da comunidade escolar; 5. Entendemos que o PES deve manter um arquivo sempre atualizado para que consiga ter uma ideia clara do que vai acontecendo na comunidade escolar;

		<ol style="list-style-type: none">4. Entendemos que o PES deve manter um arquivo sempre atualizado para que consiga ter uma ideia clara do que vai acontecendo na comunidade escolar;5. Dessa forma consegue o PES ter uma visão geral sobre as reais necessidades da comunidade escolar e orientar a sua ação para a sua satisfação;6. Dado o aumento das ocorrências com estupefacientes, deve o PES, solicitar auxílio à estrutura da investigação criminal para que se investigue tais fenómenos e por essa via reduzir esse tipo de ocorrências;7. O mesmo se poderá aplicar às ocorrências com armas brancas/de fogo;	<ol style="list-style-type: none">7. Falta de Arquivo próprio do PES, no que toca às ocorrências participadas e registadas .	<ol style="list-style-type: none">6. A questão dos roubos poderá constituir um problema acrescido na comunidade escolar, pelo que devem ser ministradas ações reservadas ao tema da prevenção criminal e/ou autoproteção, enquanto medida preventiva e de alerta para tal crime;7. Dado o peso relativo das ocorrências com estupefacientes deve o PES, solicitar auxílio à estrutura da investigação criminal para que se investigue tais fenómenos e por essa via reduzir esse tipo de ocorrências;8. O mesmo se poderá aplicar às ocorrências com armas brancas/de fogo;
--	--	--	--	---

<p>2. Atividade Operacional PES</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definição quantitativa de objetivos (indicadores policiais); 2. Baixa incidência nas ações de sensibilização sobre o PES e a PSP); 3. Atividade PES na MG, acompanha, em termos gerais, a tendência nacional; 4. Fraca atividade operacional nos 1º e 3º períodos letivos; 5. Por vezes os elementos do PES são afetos a outro tipo de serviços, o que não deveria acontecer; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Para além da distribuição quantitativa de indicadores, devem, acima de tudo, tais indicadores serem conseguidos tendo em conta as reais necessidades da comunidade escolar; 2. A temática das ações a realizar pelo PES, devem atender às estatísticas criminais, bem como ao resultado da avaliação da comunidade; 3. Devem ministrar-se ações (não só de sensibilização, mas também demonstrações e visitas) relativas à PSP e PES. Dessa forma gera-se maior conhecimento e maior probabilidade existirá de se aumentar a proximidade desejada; 4. A tendência local, não terá que acompanhar a tendência nacional, pois são diversas e nem sempre a atividade nacional servirá os interesses e necessidades da realidade local; 5. Para contrariar tal, devem as EPES local ter o seu próprio planeamento, após levantamento de necessidades da comunidade escolar; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definição quantitativa de objetivos (indicadores policiais); 2. Menor número de ações realizadas; 3. Ausência de ações de sensibilização sobre o PES e a PSP); 4. Menor atividade operacional do PES 5. Atividade PES em CARX acompanha, em termos gerais, a tendência nacional; 6. Ausência de pais a assistir às ações realizadas; 7. Fraca atividade operacional nos 1º e 3º períodos letivos; 8. Por vezes os elementos do PES são afetos a outro tipo de serviços, o que não deveria acontecer; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Para além da distribuição quantitativa de indicadores, devem, acima de tudo, tais indicadores serem conseguidos tendo em conta as reais necessidades da comunidade escolar; 2. A temática das ações a realizar pelo PES, devem atender às estatísticas criminais, bem como ao resultado da avaliação da comunidade; 3. Devem ministrar-se ações (não só de sensibilização, mas também demonstrações e visitas) relativas à PSP e PES. Dessa forma gera-se maior conhecimento e maior probabilidade existirá de se aumentar a proximidade desejada; 4. A tendência local, não terá que acompanhar a tendência nacional, pois são diversas e nem sempre a atividade nacional servirá os interesses e necessidades da realidade local; 5. Para contrariar tal, devem as EPES local ter o seu próprio planeamento, após levantamento de necessidades da comunidade escolar;
--	--	--	--	--

		<ol style="list-style-type: none">6. A atividade operacional deve incidir de forma equitativa durante os três períodos do ano letivo;7. Não deve ser excluída a possibilidade de essa atividade ter até maior incidência (pouca mais) no início do ano letivo, por forma a alertar os alunos para as questões da segurança em meio escolar; Permitindo assim que os alunos novos da escola em causa se sensibilizem para tal problemática e se sintam até mais integrados na comunidade escolar;8. No final do ano letivo entendemos que as ações se devem intensificar no sentido de alertar para os cuidados de segurança a ter nas férias escolares (nomeadamente temáticas como a segurança na internet; segurança rodoviária; autoproteção; prevenção criminal; etc;9. Devem os CMDT ESQ.^a afetar elementos PES só ao programa;		<ol style="list-style-type: none">6. Devem solicitar a presença dos pais nas ações do PES7. A atividade operacional deve incidir de forma equitativa durante os três períodos do ano letivo;8. Não deve ser excluída a possibilidade de essa atividade ter até maior incidência (pouca mais) no início do ano letivo, por forma a alertar os alunos para as questões da segurança em meio escolar; Permitindo assim que os alunos novos da escola em causa se sensibilizem para tal problemática e se sintam até mais integrados na comunidade escolar;9. No final do ano letivo entendemos que as ações se devem intensificar no sentido de alertar para os cuidados de segurança a ter nas férias escolares (nomeadamente temáticas como a segurança na internet; segurança rodoviária; autoproteção; prevenção criminal; etc;10. Devem os CMDT ESQ.^a afetar elementos PES só ao programa;
--	--	--	--	---

		Alunos			
3. Avaliação da Comunidade Escolar	1. Má divulgação do PES, pois 62,3% dos alunos que afirmam desconhecer o PES, já assistiu ações do Programa (29,4% desses pelo menos uma vez);	1. Deverão ser ministradas ações de sensibilização, visitas e outro tipo de ações, reservadas à temática do PES;	1. Quase metade dos alunos que afirma conhecer o PES, nunca assistiu a ações do PES;	1. A seleção dos alunos para assistirem a ações realizadas deve ser feita de forma rigorosa, por forma a abranger a maior parte deles; Verifica-se que uma boa parte dos alunos já assistiu a mais que uma ação, e quase metade da comunidade escolar nunca assistiu a nenhuma;	
	2. Dos alunos que conhecem o PES, 43,9% diz sentir-se nada próximo do Programa;	2. Recorrer-se a <i>layouts</i> (ex. <i>roll ups</i> , telas, etc) que suportem e identifiquem que as ações realizadas são ministradas pelo PES. Desse modo gera mais conhecimento do Programa;	2. Má divulgação do PES, pois 62,5% dos alunos que afirmam desconhecer o PES, já assistiu ações do Programa (50% desses mais que uma vez);	2. Deverão ser ministradas ações de sensibilização, visitas e outro tipo de ações, reservadas à temática do PES;	
	3. Apesar de grande parte dos alunos vítimas de furto/roubo ter comunicado esses furtos a alguém (principalmente aos pais), o PES não teve conhecimento dos mesmos. Esses crimes não foram participados à polícia pela assunção da ideia de que nada iria resolver;	3. Deve aproveitar-se o facto de os professores serem a segunda via mais referida nos questionários como forma de conhecimento do PES, para divulgação do Programa;	3. Dos alunos que conhecem o PES, 67,7% diz sentir-se pouco ou nada próximo do Programa;	3. Recorrer-se a <i>layouts</i> (ex. <i>roll ups</i> , telas, etc) que suportem e identifiquem que as ações realizadas são ministradas pelo PES. Desse modo gera mais conhecimento do Programa;	
	4. Índice de gravidade de furto/roubo (duas ou mais vezes) é considerável (38,3%);	4. Como forma de contrariar a menor proximidade dos alunos com o PES, devem os elementos que o compõem, estabelecer contactos individuais, informais e personalizados com todos os alunos; Esse contacto deve ser diário e constante. Esse contacto mais regular e ativo poderá gerar uma maior proximidade;	4. Apesar da maioria dos alunos vítimas de furto/roubo ter comunicado esses furtos a alguém (principalment e aos pais), o PES não teve conhecimento dos mesmos. Esses crimes não foram participados à polícia pela assunção da ideia de que nada iria resolver;	4. Deve aproveitar-se o facto de os professores serem a segunda via mais referida nos questionários como forma de conhecimento do PES, para divulgação do Programa;	
	5. 40,0% dos alunos não comunicaram os furtos/roubos a ninguém;	5. Nas ações realizadas nas escolas, devem os elementos PES, reservar alguns minutos das mesmas para sensibilizar os alunos para	5. Índice de gravidade de furto/roubo (duas ou mais vezes) é considerável (29,4%);	5. Como forma de contrariar a menor proximidade dos alunos com o PES, devem os elementos que o compõem, estabelecer contactos individuais, informais e personalizados com todos os alunos; Esse contacto deve ser diário e constante. Esse	
	6. Maioria dos furtos/roubos foi cometido dentro da escola e por alunos;		6. 22,2% dos alunos não comunicaram os furtos/roubos a ninguém;		
	7. 16,5% da comunidade afirma já ter sido vítima de agressões;				
	8. Índice de gravidade das agressões (duas ou mais vezes) é significativo (57,1%);				
	9. Totalidade das agressões ocorreu dentro da escola e				

<p>em 92,9% cometido por alunos;</p> <p>10. Dos que não comunicaram a agressão, 40,0% não o fez por entender que não iria resolver nada;</p>	<p>comunicarem à polícia, os crimes de que forem vítimas; devem ainda ser-lhes explicados o motivo e as vantagens dessa comunicação. O importante é fazer-lhes ver que tal prática, por um lado, ajudaria os alunos e por outro lado auxiliaria o PES a melhor conhecer a realidade escolar e a intervir em prol dos interesses dos alunos, no que à sua segurança diz respeito;</p> <p>6. Com tal perspectiva, poderia o PES intervir de uma forma mais global e integral na comunidade escolar, recorrendo a outras valências da polícia, caso se mostrasse necessário;</p>	<p>7. Maioria dos furtos/roubos foi cometido dentro da escola e por alunos;</p> <p>8. 23,4% da comunidade afirma já ter sido vítima de agressões;</p> <p>9. Índice de gravidade das agressões (duas ou mais vezes) é significativo (45,5%);</p> <p>10. 91% das agressões ocorreu no interior das escolas e cometido por alunos;</p> <p>11. Maioria dos alunos não comunicou a agressão a ninguém (54,5%) e dos que comunicaram, grande parte fê-lo aos pais (36,4);</p> <p>12. Dos que não comunicaram a agressão, 16,7% não o fez por entender que não iria resolver nada;</p>	<p>contacto mais regular e ativo poderá gerar uma maior proximidade;</p> <p>6. Nas ações realizadas nas escolas, devem os elementos PES, reservar alguns minutos das mesmas para sensibilizar os alunos para comunicarem à polícia, os crimes de que forem vítimas; devem ainda ser-lhes explicados o motivo e as vantagens dessa comunicação. O importante é fazer-lhes ver que tal prática, por um lado, ajudaria os alunos e por outro lado auxiliaria o PES a melhor conhecer a realidade escolar e a intervir em prol dos interesses dos alunos, no que à sua segurança diz respeito;</p> <p>7. Com tal perspectiva, poderia o PES intervir de uma forma mais global e integral na comunidade escolar, recorrendo a outras valências da polícia, caso se mostrasse necessário;</p>
<p>Professores</p> <p>(Nota: Os dados da amostra dos professores foram tratados em conjunto, pelo que as propostas poderão ser semelhantes)</p>			
<p>1. Maior proximidade não gera maior confiança;</p> <p>2. Parte dos docentes não comunicou furto/roubo por entenderem que nada iria resolver;</p> <p>3. Baixo índice de comunicação dos furtos/roubos à polícia;</p>	<p>1. Para além da proximidade e da visibilidade junto da comunidade escolar, devem os elementos PES, estabelecer contactos regulares com os professores, explicando os motivos da</p>	<p>1. Maior proximidade não gera maior confiança;</p> <p>2. Maior visibilidade junto das escolas por parte do PES, não gera maior confiança no Programa;</p>	<p>1. Para além da proximidade e da visibilidade junto da comunidade escolar, devem os elementos PES, estabelecer contactos regulares com os professores, explicando os motivos da intervenção do PES na comunidade</p>

	<p>4. Uma boa parte dos docentes vítimas de furto/roubo, também já foi vítima de agressões;</p>	<p>intervenção do PES na comunidade escolar e principalmente o que sustenta e legitima a sua atuação. Desse modo, a confiança no PES poderá aumentar, se a mensagem passada for no sentido de quebrar barreiras e ideias pré-concebidas acerca da má qualidade da justiça em Portugal. A intervenção do PES terá que ir muito além da realização da justiça: Acima de tudo deverá atuar antes do ato criminoso ocorrer;</p> <p>2. Os docentes devem também assistir a ações subordinadas ao tema da PSP e do PES, sendo-lhe explicado o motivo da intervenção na comunidade escolar e o quanto facilitaria a tarefa se os crimes fossem todos comunicados (explicar a diferença entre comunicação e denúncia); Mais que Denunciar interessa comunicar tais crimes para que a intervenção seja orientada para os fenómenos criminais que se vão sucedendo;</p>	<p>3. Parte dos docentes não comunicou furto/roubo por entenderem que nada iria resolver;</p> <p>4. Baixo índice de comunicação dos furtos/roubos à polícia;</p> <p>5. Uma boa parte dos docentes vítimas de furto/roubo, também já foi vítima de agressões</p>	<p>escolar e principalmente o que sustenta e legitima a sua atuação. Desse modo, a confiança no PES poderá aumentar, se a mensagem passada for no sentido de quebrar barreiras e ideias pré-concebidas acerca da má qualidade da justiça em Portugal. A intervenção do PES terá que ir muito além da realização da justiça: Acima de tudo deverá atuar antes do ato criminoso ocorrer;</p> <p>2. A visibilidade por si só nada gera, a não ser algum pendor preventivo e dissuasor. À visibilidade policial junto às escolas, deve ser adicionado o contacto com a comunidade escolar e por via desse contacto, que deve ser continuado, pode advir a confiança necessária para que os professores abandonem a presunção de que não comunicam os crimes porque nada iria resolver. Uma ideia errada e prejudicial tanto para a intervenção do PES em meio escolar, como para a própria segurança da comunidade (um criminoso motivado e com a sensação de não ser acusado é incentivador para a continuação da prática criminal)</p>
--	---	---	---	--

Associação de pais e Encarregados de Educação das escolas				
<p>(Nota: Os dados desta amostra foram tratados em conjunto, pelo que as propostas poderão ser semelhantes)</p>				
1. Fraca mobilização dos pais na avaliação;	1. Devem os pais ser sensibilizados para a importância da sua participação nestes processos de avaliação do PES, pois terão eles também algo a dizer sobre a ação do Programa (é também a segurança de seus filhos que está em causa);	1. Fraca mobilização dos pais na avaliação;	1. Devem os pais ser sensibilizados para a importância da sua participação nestes processos de avaliação do PES, pois terão eles também algo a dizer sobre a ação do Programa (é também a segurança de seus filhos que está em causa);	1. Devem os pais ser sensibilizados para a importância da sua participação nestes processos de avaliação do PES, pois terão eles também algo a dizer sobre a ação do Programa (é também a segurança de seus filhos que está em causa);
	2. É importante ouvir as pessoas que, embora não estando de forma permanente integradas na comunidade escolar, para que a avaliação externa (da comunidade) possa contribuir para uma visão mais ampla da segurança escolar;		2. É importante ouvir as pessoas que, embora não estando de forma permanente integradas na comunidade escolar, para que uma avaliação externa (à comunidade) possa contribuir para uma visão mais ampla da segurança escolar;	2. É importante ouvir as pessoas que, embora não estando de forma permanente integradas na comunidade escolar, para que uma avaliação externa (à comunidade) possa contribuir para uma visão mais ampla da segurança escolar;
	3. Entendemos que o PES deve recolher o contributo destas associações, para melhoria da segurança nas escolas;		3. Entendemos que o PES deve recolher o contributo destas associações, no sentido da melhoria da segurança em meio escolar;	3. Entendemos que o PES deve recolher o contributo destas associações, no sentido da melhoria da segurança em meio escolar;
	4. Devem os pais ser envolvidos na realização de atividades/ações para que acompanhem e conheçam as dinâmicas escolares;		4. Devem os pais ser envolvidos ainda na realização de atividades/ações para que estes acompanhem e se inteirem das dinâmicas escolares;	4. Devem os pais ser envolvidos ainda na realização de atividades/ações para que estes acompanhem e se inteirem das dinâmicas escolares;

Anexos do tratamento estatístico das ocorrências PES

(as tabelas que se seguem têm como fonte o tratamento estatístico das ocorrências em ambiente escolar. Os dados têm como fonte a PSP)

Anexo 1- Tabela de total de ocorrências por categorias (EMG)

2014		2015	
Ocorrências criminais	Incivilidades	Ocorrências criminais	Incivilidades
39	9	41	10

Anexo 2- Tabela de Ocorrências Criminais por subcategorias (EMG)

Ocorrências criminais (%)		
	2014	2015
Introdução local vedado público	5,1	2,4
Ofensas integridade física	38,5	22,0
Furto	35,9	22,0
Ameaças	7,7	4,9
Injúrias	2,6	4,9
Danos	2,6	24,4
Atos sexuais de relevo	2,6	2,4
Posse arma branca/fogo	5,1	12,2
Estupefaciente	0	4,9
	100,0	100,0

Anexo 3- Tabela de Incivilidades por subcategorias (EMG)

Incivilidades (%)		
	2014	2015
Abandono escolar	44,4	50,0
Desaparecimento menor	11,1	10,0
Manifestação estudantes	11,1	0,0
Comportamentos inadequados	22,2	30,0
Venda tabaco a menores	11,1	0,0
Abandono menor	0,0	10,0
	100,0	100,0

Anexo 4- Tabela de reincidências suspeitos (%) (EMG)

	Ocorrências Criminais	Incivilidades	Suspeitos/vítimas
Reincidências	7,1	2,0	2,0

Anexo 5- Tabela de reincidências vítimas (EMG)

	Ocorrências Criminais (%)	Incivilidades (%)
Reincidências Vítimas	7,1	4,0

Anexo 6- Tabela de total de ocorrências por categorias (CARX)

2014		2015	
Ocorrências criminais	Incivilidades	Ocorrências criminais	Incivilidades
26	2	24	0

Anexo 7- Tabela de Ocorrências Criminais por subcategorias (CARX)

Ocorrências Criminais (%)	2014	2015
Ofensas integridade física	26,9	25,0
Roubo	3,8	4,2
Furto	30,8	29,2
Ameaça	11,5	8,3
Injúrias	3,8	0,0
Danos	7,7	8,3
Atos sexuais de relevo	0,0	8,3
Posse arma branca/fogo	0,0	8,3
Estupefaciente	15,4	8,3
	100,0	100,0

Anexo 8- Tabela de Incivilidades por subcategorias (CARX)

Incivilidades (%)	2014	2015
Comportamentos inadequados	7,7	0,0

Anexo 9- Tabela de Reincidências Suspeitos (MG e CARX)

	Ocorrências Criminais		Incivilidades		Suspeitos/vítimas	
	MG	CARX	MG	CARX	MG	CARX
Reincidências Suspeitos (%)	7,1	3,8	2	0	2	3,8

Anexo 10- Tabela de Reincidências Suspeitos (MG e CARX)

	Ocorrências Criminais	Incivilidades	Suspeitos/vítimas
Reincidências (%)	3,8	0,0	3,8

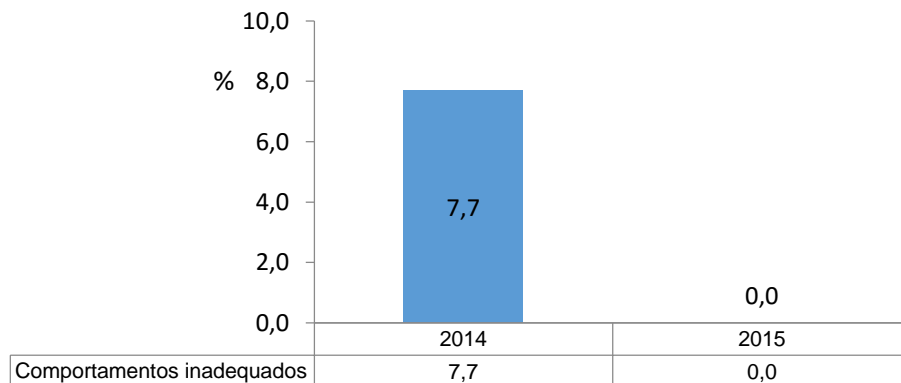
Anexo 11- Tabela de reincidências vítimas (CARX)

	Ocorrências Criminais	Incivilidades
Reincidências Vítimas (%)	3,8	0,0

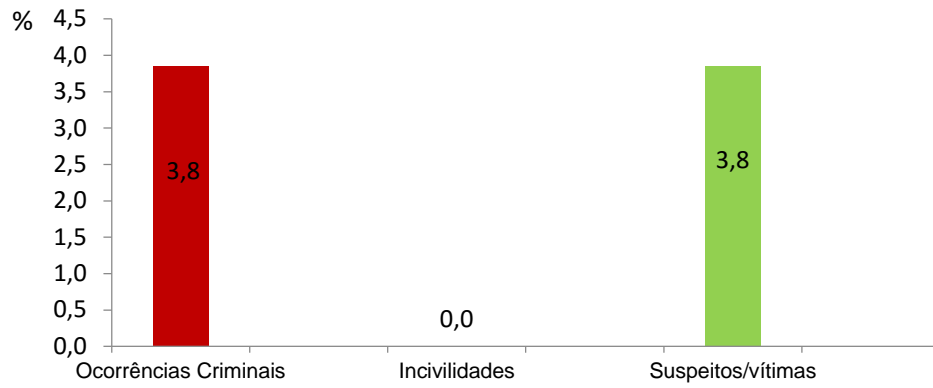
Anexo 12- Tabela de reincidências vítimas (EMG e CARX)

	Ocorrências Criminais		Incivilidades	
	MG	CARX	MG	CARX
Reincidências Vítimas (%)	7,1	3,8	4	0

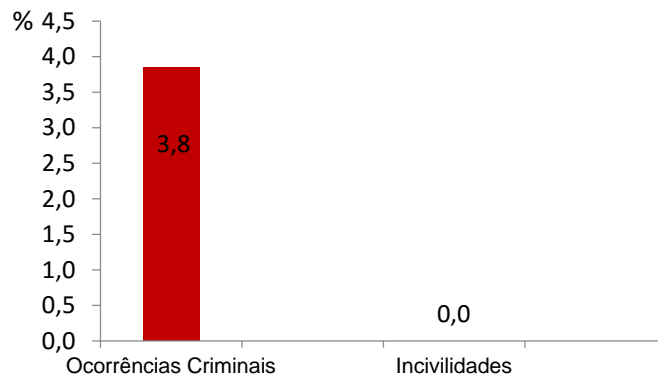
Anexo 13- Gráfico das incivilidades (CARX)



Anexo 14-Gráfico das reincidências suspeitos (CARX)



Anexo 15- Gráfico das reincidências vítimas (CARX)



Anexos da atividade operacional PES

Anexo 1- tabela das temáticas ações de sensibilização PES

Temática das ações de sensibilização da DNPSP
Álcool e Drogas
Diálogo intercultural
Animais de companhia
Autoproteção
Bombas Carnaval
Bullying
Cidadania
Delinquência infantil
Igualdade de género
Internet (utilização)
Prevenção Criminal
Prevenção e educação rodoviária
Programa escola segura
Polícia de Segurança Pública
Segurança infantil
Violência na escola
Violência doméstica e no namoro
Outras

Fonte: Relatório de ações de sensibilização e formação da PSP. Elaboração própria

Anexo 2- tabela das ações sensibilização PES- dados nacionais 2014

COMANDOS	2014												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CR Açores	46	123	58	34	47	11	8	3	18	20	29	16	413
CR Madeira	47	82	28	29	35	22	8	3	0	39	17	49	359
CM Lisboa	233	609	289	221	218	96	30	4	78	10	224	22	2034
CM Porto	255	367	128	83	98	57	18	0	71	101	7	40	1225
CD Aveiro	50	121	48	12	54	10	1	0	37	98	27	113	571
CD Beja	1	18	11	4	4	4	3	2	7	19	9	8	90
CD Braga	39	93	25	7	12	19	2	2	6	6	20	12	243
CD Bragança	11	43	9	2	26	8	14	1	7	16	4	8	149
CD Castelo Branco	7	21	6	4	7	6	3	0	5	7	5	4	75
CD Coimbra	24	86	22	8	11	9	1	0	5	4	9	25	204
CD Évora	13	26	0	0	2	1	0	0	19	19	10	9	99
CD Faro	25	114	15	24	19	23	5	0	31	28	27	30	341
CD Guarda	0	47	3	1	4	0	1	0	2	1	4	4	67
CD Leiria	51	118	42	26	15	10	4	0	15	24	10	18	333
CD Portalegre	0	31	6	3	51	15	2	0	6	10	7	16	147
CD Santarém	18	104	11	14	11	9	5	3	15	17	2	17	226
CD Setúbal	124	190	69	47	33	12	7	2	29	43	75	0	631
CD Viana Castelo	20	62	17	11	11	3	1	1	2	58	13	32	231
CD Vila Real	24	24	15	12	27	24	0	4	13	16	20	44	223
CD Viseu	3	38	20	8	10	6	5	1	6	9	1	3	110
TOTAL	991	2317	822	550	695	345	118	26	372	545	520	470	7771

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Anexo 3- tabela das demonstrações PES- dados nacionais 2014

	2014												
COMANDOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CR Açores	0	3	0	5	4	6	3	0	0	0	1	0	22
CR Madeira	6	6	3	0	4	4	2	0	0	1	0	0	26
CM Lisboa	6	11	13	8	12	11	3	1	1	3	11	7	87
CM Porto	2	7	8	16	23	15	6	0	3	1	1	1	83
CD Aveiro	0	1	8	0	1	4	0	0	0	0	0	1	15
CD Beja	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CD Braga	3	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	6
CD Bragança	0	8	7	1	23	7	6	0	0	0	0	0	52
CD Castelo Branco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
CD Coimbra	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	4
CD Évora	5	4	8	4	8	8	0	0	0	0	5	5	47
CD Faro	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	2	6
CD Guarda	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
CD Leiria	4	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	8
CD Portalegre	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
CD Santarém	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CD Setúbal	0	0	4	2	10	1	5	0	0	10	0	0	32
CD Viana Castelo	1	1	3	4	3	0	0	0	0	0	0	0	12
CD Vila Real	1	11	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	13
CD Viseu	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	4
TOTAL	29	53	55	42	94	62	28	2	4	18	21	16	424

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Anexo 4- tabela das visitas PES- dados nacionais 2014

COMANDOS	2014												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CR Açores	0	0	11	2	4	3	11	1	0	0	1	3	36
CR Madeira	2	8	6	3	7	2	18	6	0	4	2	3	61
CM Lisboa	4	13	16	10	14	12	8	3	2	12	4	4	102
CM Porto	3	0	1	2	4	4	2	0	0	1	0	7	24
CD Aveiro	2	0	0	4	0	0	7	0	0	1	2	0	16
CD Beja	2	0	0	0	1	1	1	0	0	2	0	1	8
CD Braga	0	0	3	1	3	1	4	0	0	0	0	0	12
CD Bragança	13	44	5	1	5	1	9	3	0	13	4	0	98
CD Castelo Branco	0	0	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4
CD Coimbra	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2
CD Évora	1	0	1	2	0	0	0	1	0	0	1	0	6
CD Faro	8	12	10	15	9	10	5	6	5	5	7	5	97
CD Guarda	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CD Leiria	1	5	3	0	2	7	12	1	0	3	0	1	35
CD Portalegre	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	1	4
CD Santarém	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CD Setúbal	0	0	5	4	1	3	1	0	3	3	20	3	43
CD Viana Castelo	1	0	0	1	1	1	1	0	1	0	1	0	7
CD Vila Real	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	1	4
CD Viseu	0	0	0	0	4	2	10	2	0	0	0	0	18
TOTAL	37	83	64	45	56	47	91	29	11	44	42	29	578

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Anexo 5- tabela outras ações PES- dados nacionais 2014

	2014												
COMANDOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CR Açores	8	16	9	7	3	16	5	10	0	0	1	3	78
CR Madeira	1	9	3	2	18	10	3	1	0	4	2	3	56
CM Lisboa	7	95	16	27	59	52	30	4	2	12	4	4	312
CM Porto	10	58	14	4	15	14	13	0	0	1	0	7	136
CD Aveiro	1	12	8	0	3	8	0	0	0	1	2	0	35
CD Beja	0	0	3	0	0	0	0	0	0	2	0	1	6
CD Braga	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	5
CD Bragança	1	0	2	0	1	0	4	2	0	13	4	0	27
CD Castelo Branco	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	4
CD Coimbra	0	8	1	2	10	8	3	3	0	0	0	0	35
CD Évora	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
CD Faro	7	25	14	9	14	17	0	1	5	5	7	5	109
CD Guarda	0	9	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	13
CD Leiria	5	2	0	6	6	10	1	0	0	3	0	1	34
CD Portalegre	4	15	1	3	5	1	0	0	0	0	0	1	30
CD Santarém	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CD Setúbal	0	12	0	1	2	1	0	0	3	3	20	3	45
CD Viana Castelo	2	4	2	0	0	0	0	0	1	0	1	0	10
CD Vila Real	2	3	2	3	6	3	0	0	0	0	0	1	20
CD Viseu	0	11	1	2	1	9	0	0	0	0	0	0	24
TOTAL	48	282	79	67	146	151	60	22	11	44	42	29	981

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Anexo 6- tabela das ações sensibilização PES- dados nacionais 2015

	2015												
COMANDOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CR Açores	33	107	41	40	47	27	6	0	59	30	105	26	521
CR Madeira	39	28	36	45	46	16	2	2	23	14	85	20	356
CM Lisboa	170	670	209	223	235	113	21	3	241	127	434	158	2604
CM Porto	169	331	154	174	27	31	22	1	111	66	149	52	1287
CD Aveiro	75	15	0	54	12	24	5	0	5	12	39	42	283
CD Beja	0	33	7	13	5	9	1	10	36	3	17	9	143
CD Braga	6	80	19	15	18	28	8	2	22	12	53	23	286
CD Bragança	8	17	18	15	19	11	8	0	19	4	12	2	133
CD Castelo Branco	0	20	9	4	8	7	9	7	14	6	9	9	102
CD Coimbra	18	30	4	0	37	34	7	0	45	5	68	27	275
CD Évora	14	21	10	3	9	5	1	0	18	17	26	8	132
CD Faro	26	167	15	22	69	25	11	1	55	21	89	32	533
CD Guarda	5	17	8	3	14	0	8	0	7	1	12	4	79
CD Leiria	20	111	77	23	15	26	21	5	29	25	65	14	431
CD Portalegre	1	17	18	22	20	20	2	0	10	4	24	4	142
CD Santarém	11	30	14	5	29	19	5	1	18	18	59	20	229
CD Setúbal	31	259	69	77	26	25	3	0	51	94	163	20	818
CD Viana Castelo	10	25	14	9	25	16	0	0	10	8	44	7	168
CD Vila Real	23	12	15	23	26	16	0	3	16	34	58	13	239
CD Viseu	14	19	6	17	10	16	9	2	1	15	24	5	138
TOTAL	673	2009	743	787	697	468	149	37	790	516	1535	495	8899

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Anexo 7- tabela das demonstrações PES- dados nacionais 2015

	2015												
COMANDOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CR Açores	2	10	4	0	2	5	0	3	0	1	1	1	29
CR Madeira	0	10	5	2	2	6	1	0	0	0	4	0	30
CM Lisboa	6	11	13	8	12	11	3	1	1	9	8	1	84
CM Porto	4	2	8	8	5	8	3	0	0	1	1	2	42
CD Aveiro	0	0	0	1	0	3	0	0	10	1	0	0	15
CD Beja	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
CD Braga	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	4
CD Bragança	0	0	4	16	10	13	7	0	0	1	0	0	51
CD Castelo Branco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
CD Coimbra	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	1	5
CD Évora	3	6	3	4	12	9	0	0	1	0	0	0	38
CD Faro	0	0	3	1	0	2	0	0	1	0	0	0	7
CD Guarda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
CD Leiria	0	0	2	0	0	1	0	0	8	1	0	2	14
CD Portalegre	0	0	0	0	2	3	1	0	0	0	0	0	6
CD Santarém	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
CD Setúbal	0	0	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	6
CD Viana Castelo	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
CD Vila Real	0	0	8	0	0	1	0	0	0	0	0	0	9
CD Viseu	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
TOTAL	15	42	52	42	49	66	16	5	23	18	16	9	353

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Anexo 8- tabela das visitas PES- dados nacionais 2015

COMANDOS	2015												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CR Açores	2	0	7	0	8	1	6	0	0	0	5	4	33
CR Madeira	6	13	6	4	8	4	13	5	1	0	2	1	63
CM Lisboa	11	4	9	5	11	16	11	3	4	6	5	7	92
CM Porto	2	1	0	2	0	2	2	1	0	2	0	0	12
CD Aveiro	1	0	0	2	0	2	5	0	1	4	0	2	17
CD Beja	0	0	1	0	0	2	2	6	0	0	1	0	12
CD Braga	2	0	0	3	5	5	9	1	1	1	1	2	30
CD Bragança	10	17	13	12	10	15	5	0	3	4	12	0	101
CD Castelo Branco	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	0	0	5
CD Coimbra	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	5	7	14
CD Évora	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
CD Faro	9	4	14	16	9	13	7	4	2	4	1	2	85
CD Guarda	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	4
CD Leiria	1	0	0	0	1	1	1	2	1	1	0	6	14
CD Portalegre	1	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	4
CD Santarém	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	5	0	7
CD Setúbal	1	1	0	2	0	3	2	0	0	4	3	0	16
CD Viana Castelo	0	0	0	0	1	0	2	0	6	1	0	0	10
CD Vila Real	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	3
CD Viseu	2	0	3	0	0	1	0	0	0	1	0	0	7
TOTAL	49	41	53	47	54	69	69	23	21	32	40	32	530

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Anexo 9- tabela outras ações PES- dados nacionais 2015

COMANDOS	2015												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CR Açores	2	0	7	0	8	1	6	0	3	5	8	5	45
CR Madeira	6	13	6	4	8	4	13	5	1	5	0	10	75
CM Lisboa	11	4	9	5	11	16	11	3	13	47	37	52	219
CM Porto	2	1	0	2	0	2	2	1	9	5	5	14	43
CD Aveiro	1	0	0	2	0	2	5	0	4	3	12	7	36
CD Beja	0	0	1	0	0	2	2	6	10	0	0	0	21
CD Braga	2	0	0	3	5	5	9	1	6	0	2	0	33
CD Bragança	10	17	13	12	10	15	5	0	3	2	2	0	89
CD Castelo Branco	0	0	0	0	1	1	1	0	1	3	0	4	11
CD Coimbra	0	0	0	0	0	0	0	0	18	79	30	5	132
CD Évora	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	4	7
CD Faro	9	4	14	16	9	13	7	4	2	4	13	14	109
CD Guarda	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
CD Leiria	1	0	0	0	1	1	1	2	1	2	4	3	16
CD Portalegre	1	0	0	0	0	3	0	0	0	1	4	4	13
CD Santarém	0	0	0	1	0	0	0	0	3	12	0	4	20
CD Setúbal	1	1	0	2	0	3	2	0	3	2	5	3	22
CD Viana Castelo	0	0	0	0	1	0	2	0	4	4	3	0	14
CD Vila Real	0	0	0	0	0	0	1	1	0	6	2	7	17
CD Viseu	2	0	3	0	0	1	0	0	7	0	0	2	15
TOTAL	49	41	53	47	54	69	69	23	88	182	127	138	940

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Anexo 10- tabela da totalidade ações PES- dados locais MG 2014 e 2015

2014													
Tipo de ações	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ações de sensibilização	0	25	10	1	5	0	0	0	0	5	0	2	48
Demonstrações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Visitas	0	5	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	9
Outras	0	1	2	1	2	9	1	0	1	0	0	1	18
Total	0	31	13	2	8	9	2	0	1	5	0	4	75
2015													
Tipo de ações	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ações de sensibilização	4	20	6	1	10	1	3	0	4	3	5	5	62
Demonstrações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Visitas	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Outras	0	1	3	1	1	3	0	0	1	0	0	0	10
Total	5	21	8	2	12	4	3	0	5	3	5	6	75

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Anexo 11- tabela da totalidade ações PES- dados locais CARX 2014 e 2015

2014													
Tipo de ações	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ações de sensibilização	0	10	14	0	0	0	0	0	1	1	1	4	31
Demonstrações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Visitas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Outras	1	0	0	1	4	1	0	0	0	1	0	0	8
Total	2	10	14	1	4	1	0	0	1	2	2	4	41
2015													
Tipo de ações	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ações de sensibilização	6	11	9	3	2	3	0	0	1	2	6	7	50
Demonstrações	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Visitas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras	0	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	4
Total	6	12	9	3	4	4	0	0	2	2	6	7	55

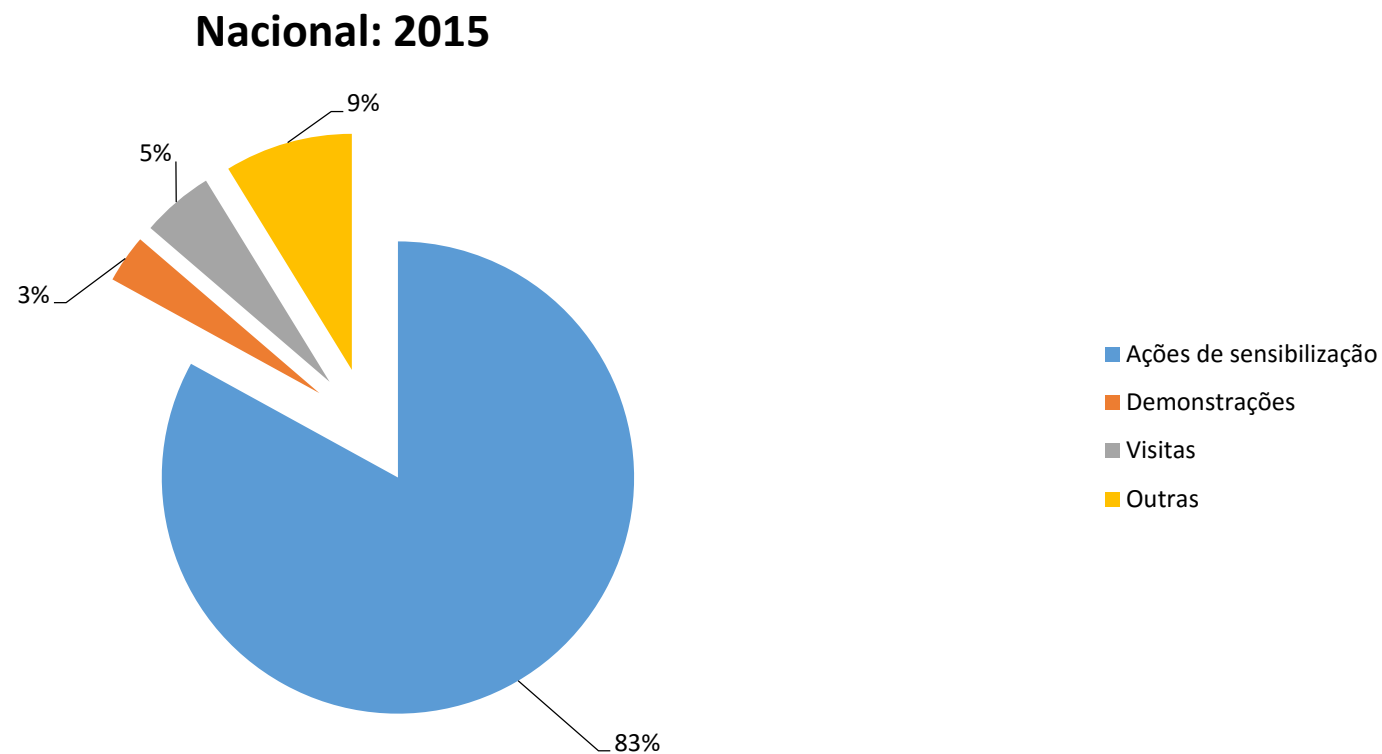
Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Anexo 12- Público-alvo das ações PES e Formadores Policiais- dados locais CARX 2014 e 2015

Destino ações	Público-alvo							
Ano	2014							
Esquadra	M G				Carx			
Tipo de ação	A. sens.	Dem.	Vis.	Out.	A. sens.	Dem.	Vis.	Out.
Nº alunos	1941	0	287	3169	968	0	33	406
Nº Professores	99	0	20	238	47	0	4	19
Nº pais	44	0	10	170	0	0	2	2
Nº formadores Policiais	72	0	10	50	44	0	4	24
Total parcial 1	2084	0	317	3577	1015	0	39	427
Ano	2015							
Esquadra	M G				Carx			
Tipo de ação	A. sens.	Dem.	Vis.	Out.	A. sens.	Dem.	Vis.	Out.
Nº alunos	2345	230	37	2237	1490	60	0	1785
Nº Professores	167	15	4	121	74	5	0	74
Nº pais	116	0	3	106	0	0	0	0
Nº formadores Policiais	108	12	2	22	95	3	0	33
Total parcial 2	2628	245	44	2464	1564	65	0	1859
Total	4712	245	361	6041	2579	65	39	2286

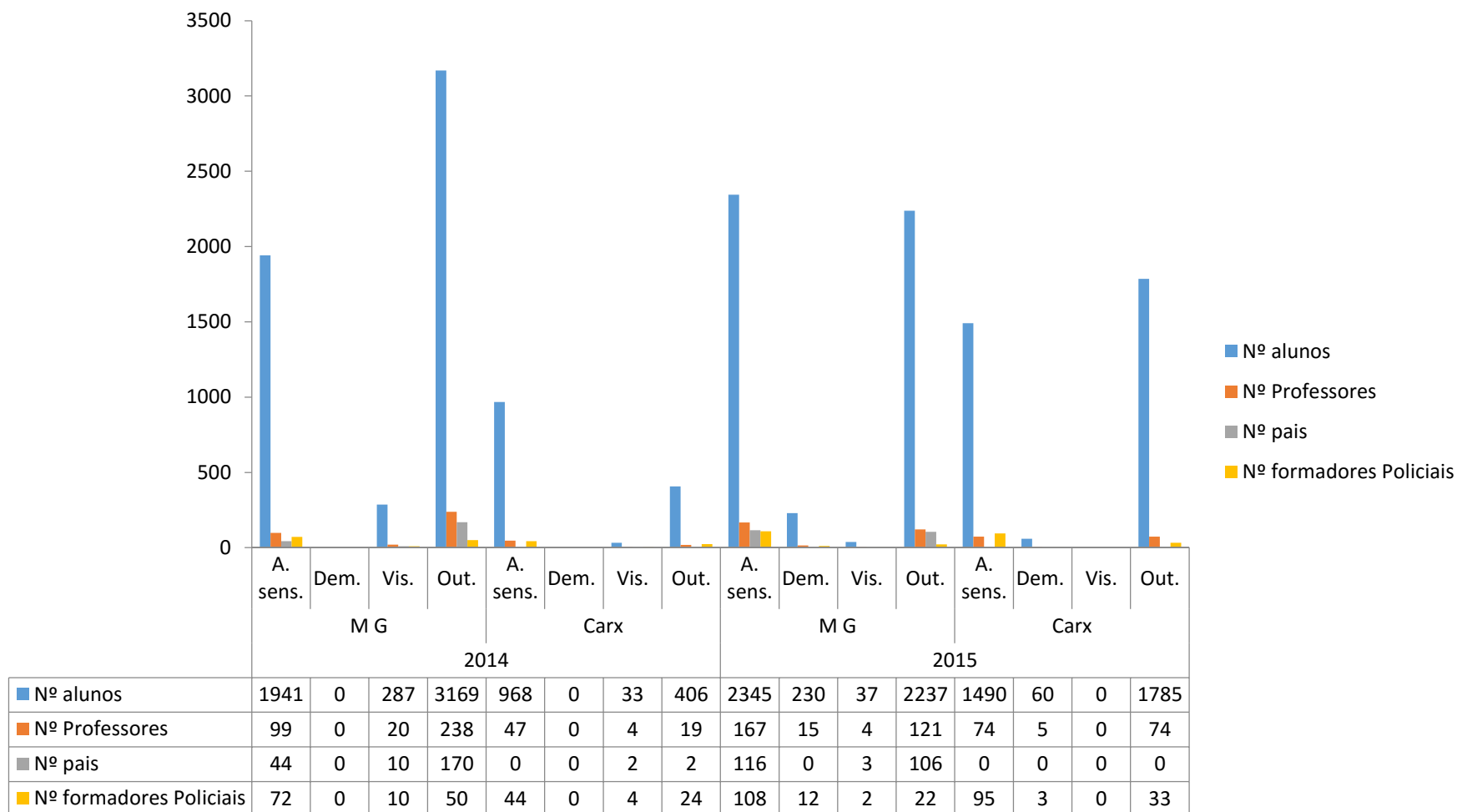
Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Anexo 13 – Gráfico da distribuição percentual da atividade operacional PES nacional



Fonte: Dados PSP. Elaboração própria

Anexo 14 – Gráfico comparativo do número de assistentes das ações PES MG e CARX



Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Anexos dos questionários aplicados à comunidade escolar

Anexo 1- Inquérito (por questionário) aplicado aos alunos

Data: ___/___/2016

Questionário nº _____

Instruções de preenchimento do questionário:

Este questionário enquadra-se num projeto de Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais,

Lê atentamente cada questão. Por favor, responde a todas as questões de forma objetiva, responsável e sincera, evitando tanto quanto possível as respostas neutras (não sabe/não se lembra; sem opinião). Neste sentido, deverás selecionar com um cada questão apenas com uma resposta, ou seja, aquela que for mais de acordo com o que pensas. A tua colaboração é para nós da maior importância.

Todas as informações recolhidas são anónimas e estritamente confidenciais. Não debes colocar a tua identificação em qualquer parte do questionário.

QUALIDADE DO INQUIRIDO: (assinala a opção correta)

Aluno do Ensino: Profissional (1) Vocacional (2) Regular (3)

1 – Sexo: Masculino (1) Feminino (2) 1.1 – Idade _____ anos

2- Em que posição achas que a tua família se encontra em relação à maioria das famílias dos teus colegas da Escola?

(Utiliza uma escala de 1 a 10, em que 1 corresponde a muito menos dinheiro; 5 o mesmo dinheiro; e 10 a muito mais dinheiro)

- Acho que a minha família se encontra na posição _____

3- Qual o nível de escolaridade do teu pai? _____ E o da tua mãe? _____

4- Qual o ano de escolaridade que frequentas neste ano letivo?

(Coloca uma cruz no ano de escolaridade que estás a frequentar)

9º	10º	11º	12º

5 – Já ouviste falar do Programa Escola Segura, da PSP?

5.1- Sim (1) 5.2- Não (2) (Se respondeste não, por favor passa à questão 8)

6 – Se respondeste “Sim”, como é que tiveste conhecimento desse Programa?

(assinala a resposta que melhor corresponde ao teu caso. Por favor assinala apenas uma X)

6.1- Pelos professores (1)

6.2- Por ver a PSP junto da minha Escola (2)

6.3- Por ouvir falar aos meus amigos/colegas (3)

6.4- Pelos meus pais (4)

6.5- Pelos meios de comunicação social (televisão, rádio, jornais) (5)

6.6- Pela internet/redes sociais (6)

6.7- Conheço o Programa Escola Segura mas não me lembro como tive conhecimento dele (7)

7 – Nas alíneas seguintes usa apenas uma X para cada uma das frases.

O Programa Escola Segura existe para:	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	DISCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
Me auxiliar para que não seja vítima de crimes (roubos, furtos, violência) na Escola					
Proteger os Professores das agressões dos alunos					
Contribuir para que todos os alunos, professores e outros funcionários se sintam mais seguros dentro e fora da Escola					
Para informar a Polícia sobre o que se passa na Escola					
Me ajudar a conhecer melhor o que a Polícia faz					
Proteger os alunos das agressões de pessoas mais velhas					
Contribuir para que todos os alunos, professores e outros funcionários fiquem a saber mais sobre a Polícia					

8 – Ao longo do teu percurso escolar já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia?

Várias vezes (4) Algumas vezes (3) Apenas uma vez (2) Nunca (1)
(Se respondeste **nunca**, passa à pergunta 11)

9- Qual foi o tema da ação a que assististe?

(Se participaste em mais do que uma ação, podes colocar mais do que uma X)

- | | |
|--|--|
| 9.1- Prevenção e educação rodoviárias <input type="checkbox"/> (1) | 9.6 Violência doméstica e no namoro <input type="checkbox"/> (6) |
| 9.2-Auto proteção <input type="checkbox"/> (2) | 9.7- Maus tratos e abusos sexuais <input type="checkbox"/> (7) |
| 9.3- Segurança na Internet <input type="checkbox"/> (3) | 9.8- Cidadania <input type="checkbox"/> (8) |
| 9.4- Bullying <input type="checkbox"/> (4) | 9.9- Violência na escola <input type="checkbox"/> (9) |
| 9.5- Álcool e drogas <input type="checkbox"/> (5) | 9.10- Delinquência Juvenil <input type="checkbox"/> (10) |
| 9.11- Outras: <input type="checkbox"/> (11) Quais? _____ | |

10 – Como avalias a importância da ação ou ações de formação a que assististe?

(Coloca uma cruz no quadrado que melhor representa a tua opinião)

MUITO IMPORTANTE	IMPORTANTE	SEM OPINIÃO	POUCO IMPORTANTE	NADA IMPORTANTE

(5) (4) (3) (2) (1)

“A SEGURANÇA DENTRO E FORA DA ESCOLA”

11 – Ao longo do teu percurso escolar, alguma vez foste vítima de furto/roubo?

11.1- Sim (1) 11.2- Não (2) (se respondeste não, passa à questão 17)

12 – No total do teu percurso escolar quantas vezes foste vítima de furto/roubo?

12.1- 1 vez (1) 12.3- 3 vezes (3)

12.2- 2 vezes (2) 12.4- + de 3 vezes (4)

13- Quem foi o autor desse(s) furto(s)/ roubo(s): (neste caso podes assinalar mais que uma opção)

13.1- Aluno (1) 13.5- Desconhecidos (5)

13.2- Outra pessoa (2) Quem? _____

13.3- Pais de aluno (3)

13.4- Funcionário da Escola (4)

14 – Se já foste vítima de furto/roubo indica se foi: (aqui poderás assinalar as duas hipóteses no caso de se aplicar à tua situação)

14.1- Dentro da escola (1) 14.2- Fora da escola (2)

15 – Comunicaste o furto/roubo a alguém?

15.1- Sim (1)

15.2- Não comuniquei a ninguém (2)

15.3- Comuniquei apenas aos meus pais (3)

15.3.1- Porque motivo comunicaste apenas aos teus pais? _____

15.3.2- Comuniquei aos meus pais e também (indica a quem mais comunicaste) _____

15.4- Comuniquei apenas aos meus amigos (4)

16- Porque motivo não comunicaste a alguém? Indica o motivo por que não o fizeste:

16.1- Acho que não resolvia nada (1) 16.4- Tive medo de represálias (4)

16.2- A Polícia não fazia nada (2) 16.5- Não sabia a quem comunicar (5)

16.3- Ninguém comunica e eu não quis ser o único (3) 16.6- Tive vergonha (6)

16.7- Outro motivo (7) Qual _____

17 – Ao longo do teu percurso escolar já foste agredido?

17.1- Sim (1)

17.2- Não (2) (se respondeste não passa à questão 23)

18 – No total do teu percurso escolar, quantas vezes foste agredido?

18.1- 1 vez (1) 18.2- 2 vezes (4)

18.3- 3 vezes (2) 18.4- 4 vezes (5)

18.5- 5 vezes (3) 18.6- + de 5 vezes (6)

19- Quem foi o autor dessa (s) agressão (ões): (neste caso podes assinalar mais que uma opção)

19.1- Aluno (1) 19.5- Desconhecidos (5)

19.2- Outra pessoa (2) Quem? _____

19.3- Pais de aluno (3)

19.4- Funcionário (4)

20 – Se já foste agredido, indica se foi: (aqui poderás assinalar as duas hipóteses no caso de se aplicar na tua situação)

20.1- Dentro da escola (1)

20.2- Fora da escola (2)

21 – Comunicaste a agressão a alguém?

21.1- Sim (1)

21.2- Não comuniquei a ninguém (2)

21.3- Comuniquei apenas aos meus pais (3)

21.3.1- Porque motivo comunicaste apenas aos teus pais? _____

21.3.2- Comuniquei aos meus pais e também (indica a quem mais comunicaste) _____

21.4- Comuniquei apenas aos meus amigos (4)

22- Porque motivo não comunicaste a alguém? Indica o motivo por que não o fizeste:

22.1- Acho que não resolvia nada (1) 22.4- Tive medo de represálias (4)

22.2- A Polícia não fazia nada (2) 22.5- Não sabia a quem comunicar (5)

22.3- Ninguém comunica e eu não quis ser o único (3) 22.6- Tive vergonha (6)

22.7- Outro motivo (7) Qual _____

23 – Ajuda-nos a conhecer a tua opinião sobre as seguintes ideias:

(Assinala a tua resposta com o número que achares ser o mais adequado)

Muito importante 5

Importante 4

Relativamente importante 3

Pouco importante 2

Nada importante 1

23.1- Colocar mais polícias à porta da escola _____

23.2- Os pais deveriam vir à escola trazer e buscar os filhos _____

23.3- Os Polícias não deveriam deslocar-se à escola _____

23.4- Deveríamos conhecer melhor o Programa Escola Segura _____

23.5- Deveria haver mais iluminação junto da escola e nos acessos _____

23.6- Os polícias deveriam estar sempre dentro da escola _____

23.7- O Programa escola segura é prejudicial para os alunos _____

23.8- Toda a população deveria colaborar mais na segurança da escola _____

23.9- Os polícias deveriam estar dentro da sala de aula _____

23.10- Os alunos deveriam ser mais educados _____

23.11- Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos polícias _____

23.12- Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos professores _____

23.13- Deveriam ser dadas aulas sobre o Programa Escola Segura _____

23.14- A polícia deveria ter mais agentes e mais carros _____

23.15- As pessoas deveriam ser mais educadas _____

23.16- Os polícias apenas multam os pais dos alunos quando os levam à escola _____

23.17- A Câmara e a Junta de Freguesia deveriam colaborar mais com a Polícia _____

23.18- A escola deveria ter vedações mais altas _____

23.19- O Conselho Diretivo deveria agir com mais autoridade sobre os alunos que agredem ou roubam outros alunos _____

23.20- A Associação de Pais devia trabalhar mais com os alunos para a segurança na escola _____

24- Com que frequência costumas ver os agentes da PSP/Programa Escola Segura na escola que frequentas?

MUITO FREQUENTE	FREQUENTE	NÃO SABE/NÃO SE LEMBRA	POUCO FREQUENTE	NADA FREQUENTE
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

25- Pensando no teu caso pessoal, como classificas a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?

MUITO PRÓXIMA	PRÓXIMA	NÃO SABE/NÃO RESPONDE	POUCO PRÓXIMA	NADA PRÓXIMA
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

26- Como classificas o teu grau de confiança no caso de teres de transmitir informações importantes aos agentes da PSP/Escola Segura?

MUITO CONFIANTE	CONFIANTE	SEM OPINIÃO	POUCO CONFIANTE	NADA CONFIANTE
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

O nosso questionário terminou

Se achares adequado fazer algum comentário adicional sobre o Tema, usa o espaço seguinte.

Agradecemos a tua participação

Anexo 2- Inquérito (por questionário) aplicado aos dirigentes escolares e professores

Questionário

Data: ___/___/2016

Questionário nº _____

Instruções de preenchimento do questionário:

Este questionário enquadra-se num projeto de Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais,

Leia atentamente cada questão. Por favor, responda a todas as questões de forma objetiva, responsável e sincera, evitando tanto quanto possível as respostas neutras (não sabe/não se lembra; sem opinião). Neste sentido, deverá selecionar com um cada questão apenas com uma resposta, ou seja, aquela que for mais de acordo com o que pensa. A sua colaboração é para nós da maior importância.

Todas as informações recolhidas são anónimas e estritamente confidenciais. Não deve colocar a sua identificação em qualquer parte do questionário.

Professor

Quadro de agrupamento (1)

Quadro de zona pedagógica (2)

Contratado (3)

Área disciplinar:

Com carga horária letiva atribuída (1) Sem carga horária letiva atribuída (2)

Tempo de serviço: Mais de 15 anos (1) Menos de 15 anos (2)

1- Sexo 1.1 Masculino (1) Feminino (2) 1.2 Idade _____

2 – Já ouviu falar do Programa Escola Segura da PSP?

2.1- Sim (1) 2.2- Não (2) (se respondeu não, por favor passe à questão 4)

3 – Se respondeu “Sim”, como é que teve conhecimento deste Programa?

3.1- Pelos alunos (1)

3.2- Pela PSP (ou GNR) (2)

3.3- Pelos meus colegas/amigos (3)

3.4- Pelos pais dos alunos (4)

3.5- Pelos meios de comunicação social (5)

3.6- Pelo que li na internet/redes sociais (6)

3.7- Por várias vias (7)

3.8. Indique, se lhe ocorrer, qual terá sido a primeira das vias pela qual teve conhecimento deste programa: _____

4 – Qual o seu grau de confiança na resolução dos problemas que possam surgir na escola, por parte dos polícias do Programa Escola Segura?

(Coloque uma cruz no quadrado que melhor representa a sua opinião)

MUITO CONFIANTE	CONFIANTE	SEM OPINIÃO	POUCO CONFIANTE	NADA CONFIANTE
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

5 – Como avalia o seu grau de satisfação com o Programa Escola Segura na resolução dos problemas que surgiram na escola?

(Coloque uma cruz no quadrado que melhor representa a sua opinião)

NÃO SE APLICA (no caso de não terem surgido problemas na escola)	MUITO SATISFEITO	SATISFEITO	NEM SATISFEITO NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO	MUITO INSATISFEITO
(0)	(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

6- Entende que os alunos, com uma presença frequente dos polícias da Escola Segura na escola, adotam um comportamento mais correto com os colegas e professores nas relações que estabelecem dentro da sala de aula?

- 6.1 - Sim, sem dúvida (1) 6.2- Talvez sim, mas não é generalizável (2)
 6.3 – Não, nada se altera (3) 6.4 – Não sei avaliar (4)

7- Entende que os alunos, com uma presença frequente dos polícias da Escola Segura na escola, adotam um comportamento mais correto com os colegas nas relações que estabelecem em ambiente escolar (mas fora da sala de aula)?

- 7.1 - Sim, sem dúvida (1) 7.2- Talvez sim, mas não é generalizável (2)
 7.3 – Não, nada se altera (3) 7.4 – Não sei avaliar (4)

8 – Nas alíneas seguintes assinale, com a utilização de uma escala de 1 a 5, (em que 1 corresponde a muito pouca importância e 5 a máxima importância), a importância que atribui ao Programa Escola Segura para:

- 8.1 Garantir a segurança nas escolas em colaboração com os alunos, pais e professores _____
 8.2 Auxiliar na redução da criminalidade nas escolas _____
 8.3 Conhecer, evitar e intervir noutros problemas da escola _____
 8.4 Resolver e evitar comportamentos de risco dentro e fora da escola _____
 8.5 Organizar e ministrar ações de formação relativas à segurança escolar _____
 8.6 Aproximar a PSP à comunidade em geral e à comunidade escolar em particular _____
 8.7 Alertar a comunidade escolar para tomar medidas de proteção para sua própria segurança _____
 8.8 Outras. _____
 Quais? _____

9 - Como avalia, de um modo geral, a capacidade de resposta dada pelo Programa Escola Segura, aquando da solicitação por parte do Conselho Executivo da escola, para a necessidade de intervenção em ambiente escolar?

MUITO SATISFATÓRIA	SATISFATÓRIA	SEM OPINIÃO	POUCO SATISFATÓRIA	NADA SATISFATÓRIA
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

10 - Como avalia, de um modo geral, o acompanhamento das situações por parte do Programa Escola Segura, após intervenção em ambiente escolar em determinada ocorrência?

MUITO SATISFATÓRIA	SATISFATÓRIA	SEM OPINIÃO	POUCO SATISFATÓRIA	NADA SATISFATÓRIA
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

11 – Ao longo do seu percurso profissional, enquanto professor, assistiu a ações de formação realizadas pela Polícia sobre segurança escolar?

- Várias vezes (4) Algumas vezes (3) Apenas uma vez (2) Nunca (1)
 (Se respondeu **nunca**, passe à pergunta 14)

12- Em que tipo de ações participou?

- 12.1- Prevenção e educação rodoviárias (1) 12.6 Violência doméstica e no namoro (6)
 12.2- Autoproteção (2) 12.7- Maus tratos e abusos sexuais (7)
 12.3- Segurança na Internet (3) 12.8- Cidadania (8)
 12.4- Bullying (4) 12.9- Violência na escola (9)
 12.5- Álcool e drogas (5) 12.10- Delinquência Juvenil (10)
 12.11- Outras: (11)
 Quais? _____

13 – Como avalia a importância da ação de formação referida na questão anterior?

(Coloque uma cruz no quadrado que melhor representa a sua opinião)

MUITO IMPORTANTE	IMPORTANTE	SEM OPINIÃO	POUCO IMPORTANTE	NADA IMPORTANTE
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

“A SEGURANÇA DENTRO E FORA DA ESCOLA”

14 – Ao longo do seu percurso profissional, enquanto professor, alguma vez foi vítima de furto/roubo na Escola ou nas suas imediações?

- 14.1- Sim (1) 14.2- Não (2) (se respondeu não, passe à questão 21)

15 – No total do seu percurso profissional, enquanto professor, quantas vezes foi vítima de furto/roubo na Escola ou nas suas imediações?

- 15.1- 1 vez (1) 15.3- 3 vezes (3)
 15.2- 2 vezes (2) 15.4- + 3 vezes (4)

16 – Se já foi vítima de furto/roubo indique se o foi: (aqui poderá assinalar as duas hipóteses no caso de se aplicar na sua situação)

- 16.1- Dentro da escola (1) 16.2- Fora da escola (2)

17- Quem foi o autor desse (s) furto (s) / roubo(s): (neste caso pode ser assinalada mais que uma opção)

- 17.1- Aluno (s) (1) 17.5- Desconhecidos (5)
 17.2- Professor (es) (2) 17.6- Outra (s) pessoa (s) (6)
 17.3- Pais de aluno (3) Quem? _____
 17.4- Funcionário (s) (4)

18 – Comunicou o furto/roubo a alguém?

- 18.1- Sim (1) (Se respondeu sim, coloque uma cruz no quadrado correspondente no quadro abaixo)
 18.2- Não (2)

AO SEU CÔNJUGE	AO CONSELHO DIRETIVO	A UM FUNCIONÁRIO	À POLÍCIA	AOS PAIS
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

19 – Se respondeu não à pergunta anterior, indique o motivo por que não o fez:

- 19.1- Acho que não resolvia nada (1) 19.4- A Polícia não fazia nada (4)
 19.2- Prescindi do procedimento criminal (2) 19.5- Tive medo de represálias (5)
 19.3- Não sabia a quem comunicar (3) 19.6- Tive vergonha (6)
 19.7- Outro motivo (7) Qual _____

20 – Ao longo do seu percurso profissional, enquanto professor/dirigente escolar, já foi agredido?

20.1- Sim (1) 20.2- Não (2) (se respondeu não passe à questão 26)

21 – No total do seu percurso profissional, enquanto professor/dirigente escolar, quantas vezes foi agredido?

21.1- 1 vez (1) 21.2- 2 vezes (2)

21.3- 3 vezes (3) 21.4- 4 vezes (4)

21.5- 5 vezes (5) 21.6- + de 5 vezes (6)

22 – Se já foi agredido indique se foi: (aqui poderá assinalar as duas hipóteses no caso de se aplicar na sua situação)

22.1- Dentro da escola (1) 22.2- Fora da escola (2)

23- Quem foi o autor dessa (s) agressão (ões): (neste caso podem ser assinaladas mais que uma opções)

23.1- Aluno (s) (1) 23.5- Desconhecidos (5)

23.2- Professor (es) (2) 23.6- Outra (s) pessoa (s) (6)

23.3- Pais de aluno (3) Quem? _____

23.4- Funcionário (s) (4)

24 – Comunicou a agressão a alguém?

24.1- Sim (1) (Se respondeu sim, coloque uma cruz no quadrado correspondente no quadro abaixo)

24.2- Não (2)

AO SEU CÔNJUGE	AO CONSELHO DIRETIVO	A UM FUNCIONÁRIO	À POLÍCIA	AOS PAIS
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

25 – Se respondeu não à pergunta anterior, indique o motivo porque não o fez:

25.1- Acho que não resolvia nada (1) 25.2- A Polícia não fazia nada (4)

25.3- Prescindi do procedimento criminal (2) 25.4- Tive medo de represálias (5)

25.5- Não sabia a quem comunicar (3) 25.6- Tive vergonha (6)

25.7- Outro motivo (7) Qual _____

26 – Como valoriza cada uma das seguintes medidas para que o Programa Escola Segura possa melhorar a sua segurança enquanto professor?

(Assinale a sua resposta com o número que achar ser mais adequado)

Muito importante 5

Importante 4

Relativamente importante 3

Pouco importante 2

Nada importante 1

26.1- Colocar mais polícias à porta da escola _____

26.2- Os pais deveriam vir à escola trazer e buscar os filhos _____

26.3- Os Polícias não deveriam deslocar-se à escola _____

26.4- Deveríamos conhecer melhor o Programa Escola Segura _____

26.5- Deveria haver mais iluminação junto da escola e nos acessos _____

26.6- Os polícias deveriam estar sempre dentro da escola _____

26.7- O Programa escola segura é prejudicial para os alunos _____

26.8- Toda a população deveria colaborar mais na segurança da escola _____

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

- 26.9- Os polícias deveriam estar dentro da sala de aula _____
- 26.10- Os alunos deveriam ser mais educados _____
- 26.11- Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos polícias _____
- 26.12- Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos professores _____
- 26.13- Deveriam ser dadas aulas sobre o Programa Escola Segura _____
- 26.14- A polícia deveria ter mais agentes e mais carros _____
- 26.15- As pessoas deveriam ser mais educadas _____
- 26.16- Os polícias apenas multam os pais dos alunos quando os levam à escola _____
- 26.17- A Câmara e a Junta de Freguesia deveriam colaborar mais com a Polícia _____
- 26.18- A escola deveria ter vedações mais altas _____
- 26.19- O Conselho Diretivo deveria agir com mais autoridade sobre os alunos
que agredem ou roubam outros alunos _____
- 26.20- A Associação de Pais devia trabalhar mais com os alunos para a
segurança na escola _____

27 – Com que frequência costuma ver os elementos da PSP/Programa Escola Segura na escola onde é dirigente escolar/leciona?

MUITO FREQUENTE	FREQUENTE	NÃO SABE/NÃO SE LEMBRA	POUCO FREQUENTE	NADA FREQUENTE
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

28 – Tendo em conta os contactos que foi tendo com os elementos da PSP/Escola Segura durante o seu percurso profissional, enquanto professor/dirigente escolar, como classifica a relação de proximidade com a comunidade escolar?

MUITO PRÓXIMA	PRÓXIMA	NÃO SABE/NÃO RESPONDE	POUCO PRÓXIMA	NADA PRÓXIMA
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

29 – Como classifica o seu grau de confiança no caso de ter de transmitir informações importantes aos elementos da PSP/Escola Segura?

MUITO CONFIANTE	CONFIANTE	SEM OPINIÃO	POUCO CONFIANTE	NADA CONFIANTE
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

O nosso questionário terminou

Se achar adequado fazer algum comentário adicional sobre o Tema, use o espaço seguinte.

Agradecemos a sua participação

Anexo 3- Inquérito (por questionário) aplicado Associações Pais e Encarregados de Educação

Questionário

Data: ___/___/2016

Questionário nº _____

Instruções de preenchimento do questionário:

Este questionário enquadra-se num projeto de Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais,

Leia atentamente cada questão. Por favor, responda a todas as questões de forma objetiva, responsável e sincera, evitando tanto quanto possível as respostas neutras (não sabe/não se lembra; sem opinião). Neste sentido, deverá selecionar com um cada questão apenas com uma resposta, ou seja, aquela que for mais de acordo com o que pensa. A sua colaboração é para nós da maior importância.

Todas as informações recolhidas são anónimas e estritamente confidenciais. Não deve colocar a sua identificação em qualquer parte do questionário.

Membro da Associação de Pais (1)

Função:

Presidente (1) Vogal (3)

Vice-presidente (2) Outra (3) Qual: _____

Há quanto tempo exerce tal função: _____ anos

1- 1.1 Sexo: Masculino (1) Feminino (2) 1.2 Idade _____

2 – Já ouviu falar do Programa Escola Segura da PSP?

2.1- Sim (1) 2.2- Não (2) (se respondeu não, por favor passe à questão 11)

3 – Se respondeu “Sim”, como é que teve conhecimento deste Programa?

3.1- Pelos alunos (1)

3.2- Pela PSP (ou GNR) (2)

3.3- Pelos meus colegas/amigos (3)

3.4- Pelos pais dos alunos (4)

3.5- Pelos meios de comunicação social (5)

3.6- Pelo que li na internet/redes sociais (6)

3.7- Por várias vias (7)

3.8. Indique, se lhe ocorrer, qual terá sido a primeira das vias pela qual teve conhecimento deste programa: _____

4 – Qual o seu grau de confiança na resolução dos problemas que possam surgir na escola, por parte dos polícias do Programa Escola Segura?

(Coloque uma cruz no quadrado que melhor representa a sua opinião)

MUITO CONFIANTE	CONFIANTE	SEM OPINIÃO	POUCO CONFIANTE	NADA CONFIANTE
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

5 – Como avalia o seu grau de satisfação com o Programa Escola Segura na resolução dos problemas que surgiram na escola?

(Coloque uma cruz no quadrado que melhor representa a sua opinião)

NÃO SE APLICA (no caso de não terem surgido problemas na escola)	MUITO SATISFEITO	SATISFEITO	NEM SATISFEITO NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO	MUITO INSATISFEITO
(0)	(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

6- Entende que os alunos, com uma presença frequente dos polícias da Escola Segura na escola, adotam um comportamento mais correto com os colegas e professores nas relações que estabelecem dentro da sala de aula?

- 6.1 - Sim, sem dúvida (1) 6.2- Talvez sim, mas não é generalizável (2)
 6.3 – Não, nada se altera (3) 6.4 – Não sei avaliar (4)

7- Entende que os alunos, com uma presença frequente dos polícias da Escola Segura na escola, adotam um comportamento mais correto com os colegas nas relações que estabelecem em ambiente escolar (mas fora da sala de aula)?

- 7.1 - Sim, sem dúvida (1) 7.2- Talvez sim, mas não é generalizável (2)
 7.3 – Não, nada se altera (3) 7.4 – Não sei avaliar (4)

8 – Nas alíneas seguintes assinale, com a utilização de uma escala de **1 a 5, (em que 1 corresponde a muito pouca importância e 5 a máxima importância)**, a importância que atribui ao Programa Escola Segura para:

- 8.1 Garantir a segurança nas escolas em colaboração com os alunos, pais e professores _____
 8.2 Auxiliar na redução da criminalidade nas escolas _____
 8.3 Conhecer, evitar e intervir noutros problemas da escola _____
 8.4 Resolver e evitar comportamentos de risco dentro e fora da escola _____
 8.5 Organizar e ministrar ações de formação relativas à segurança escolar _____
 8.6 Aproximar a PSP à comunidade em geral e à comunidade escolar em particular _____
 8.7 Alertar a comunidade escolar para tomar medidas de proteção para sua própria segurança _____
 8.8 Outras. _____
 Quais ? _____

9 - Como avalia, de um modo geral, a capacidade de resposta dada pelo Programa Escola Segura, aquando da solicitação por parte do Conselho Executivo da escola, para a necessidade de intervenção em ambiente escolar?

MUITO SATISFATÓRIA	SATISFATÓRIA	SEM OPINIÃO	POUCO SATISFATÓRIA	NADA SATISFATÓRIA
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

10 - Como avalia, de um modo geral, o acompanhamento das situações por parte do Programa Escola Segura, após intervenção em ambiente escolar em determinada ocorrência?

MUITO SATISFATÓRIA	SATISFATÓRIA	SEM OPINIÃO	POUCO SATISFATÓRIA	NADA SATISFATÓRIA
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

11 – Desde que desempenha funções na Associação de Pais, assistiu a ações de formação realizadas pela Polícia sobre segurança escolar?

Várias vezes (4) Algumas vezes (3) Apenas uma vez (2) Nunca (1)

(Se respondeu **nunca**, passe à pergunta 14)

12- Em que tipo de ações participou?

- 12.1- Prevenção e educação rodoviárias (1) 12.6 Violência doméstica e no namoro (6)
 12.2- Autoproteção (2) 12.7- Maus tratos e abusos sexuais (7)
 12.3- Segurança na Internet (3) 12.8- Cidadania (8)
 12.4- Bullying (4) 12.9- Violência na escola (9)
 12.5- Álcool e drogas (5) 12.10- Delinquência Juvenil (10)
 12.11- Outras: (11)

Quais? _____

13 – Como avalia a importância da ação de formação referida na questão anterior?

(Coloque uma cruz no quadrado que melhor representa a sua opinião)

MUITO IMPORTANTE	IMPORTANTE	SEM OPINIÃO	POUCO IMPORTANTE	NADA IMPORTANTE
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

14 – No tempo em que desempenha funções na Associação de Pais, teve conhecimento de que algum aluno, professor ou funcionário foi vítima de furto/roubo?

14.1- Sim (1) 14.2- Não (2) (se respondeu não, passe à questão 19)

15 – No caso de ter respondido sim à pergunta anterior, indiquem quem foi vítima de furto/roubo?

(pode responder a mais do que uma alínea)

- 15.1- Aluno (s) (1) 15.3- Funcionário (s) (3)
 15.2- Professor (es) (2) 15.4- Outra (s) pessoa(s) (4) Quem: _____

16 – Tem conhecimento se esse furto/roubo foi: (aqui poderá assinalar as duas hipóteses no caso de se aplicar na sua situação)

16.1- Dentro da escola (1) 16.2- Fora da escola (2)

17- Tem conhecimento de quem foi o autor desse (s) furto (s) / roubo(s):

(pode responder a mais do que uma alínea)

- 17.1- Aluno (s) (1) 17.3- Funcionário (s) (3)
 17.2- Professor (es) (2) 17.4- Outra (s) pessoa(s) (4) Quem: _____

18 – Tem conhecimento se a pessoa comunicou o furto/roubo a alguém?

18.1- Sim (1) (Se respondeu sim, coloque uma cruz no quadrado correspondente no quadro abaixo)

18.2- Não (2)

A OUTRAS PESSOAS	AO CONSELHO DIRETIVO	A UM FUNCIONÁRIO	À POLÍCIA	AOS PAIS
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

19 – No tempo em que desempenha funções na Associação de Pais, teve conhecimento de que algum aluno, professor ou funcionário, já foi agredido?

19.1- Sim (1) 19.2- Não (2) (se respondeu não passe à questão 24)

20 - No caso de ter respondido sim à pergunta anterior, indiquem quem foi vítima de agressão?

20.1- Aluno (1) 20.3- Funcionário (3)
 20.2- Professor (2) 20.4- Outra pessoa (4) Quem: _____

21 – Tem conhecimento se essa agressão foi: (aqui poderá assinalar as duas hipóteses no caso de se aplicar na sua situação)

21.1- Dentro da escola (1) 21.2- Fora da escola (2)

22 - Tem conhecimento de quem foi o autor dessa (s) agressão (ões):

(pode responder a mais do que uma alínea)

22.1- Aluno (1) 22.5- Desconhecidos (5)
 22.2- Professor (2) 22.6- Outra pessoa (6)
 22.3- Pais de aluno (3) Qual: _____
 22.4- Funcionário (4)

23 – Tem conhecimento se essa pessoa comunicou a agressão a alguém?

23.1- Sim (1) (Se respondeu sim, coloque uma cruz no quadrado correspondente no quadro abaixo)

23.2- Não (2)

A OUTRAS PESSOAS	AO CONSELHO DIRETIVO	A UM FUNCIONÁRIO	À POLÍCIA	AOS PAIS
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

24 – Como valoriza cada uma das seguintes medidas para que o Programa Escola Segura possa melhorar a segurança da comunidade escolar em que o seu filho estuda?

(Assinale a sua resposta com o número que achar ser mais adequado)

Muito importante 5
 Importante 4
 Relativamente importante 3
 Pouco importante 2
 Nada importante 1

- 24.1- Colocar mais polícias à porta da escola _____
- 24.2- Os pais deveriam vir à escola trazer e buscar os filhos _____
- 24.3- Os Polícias não deveriam deslocar-se à escola _____
- 24.4- Deveríamos conhecer melhor o Programa Escola Segura _____
- 24.5- Deveria haver mais iluminação junto da escola e nos acessos _____
- 24.6- Os polícias deveriam estar sempre dentro da escola _____
- 24.7- O Programa escola segura é prejudicial para os alunos _____
- 24.8- Toda a população deveria colaborar mais na segurança da escola _____
- 24.9- Os polícias deveriam estar dentro da sala de aula _____
- 24.10- Os alunos deveriam ser mais educados _____
- 24.11- Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos polícias _____
- 24.12- Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos professores _____
- 24.13- Deveriam ser dadas aulas sobre o Programa Escola Segura _____
- 24.14- A polícia deveria ter mais agentes e mais carros _____
- 24.15- As pessoas deveriam ser mais educadas _____
- 24.16- Os polícias apenas multam os pais dos alunos quando os levam à escola _____

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

- 24.17- A Câmara e a Junta de Freguesia deveriam colaborar mais com a Polícia ____
24.18- A escola deveria ter vedações mais altas ____
24.19- O Conselho Diretivo deveria agir com mais autoridade sobre os alunos
que agredem ou roubam outros alunos ____
24.20- A Associação de Pais devia trabalhar mais com os alunos para a
segurança na escola ____

25 – Com que frequência costuma ver os elementos da PSP/Programa Escola Segura na escola que o seu filho frequenta?

MUITO FREQUENTE	FREQUENTE	NÃO SABE/NÃO SE LEMBRA	POUCO FREQUENTE	NADA FREQUENTE
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

26 – Tendo em conta os contactos que foi tendo com os elementos da PSP/Escola Segura durante o período em que pertence à Associação de Pais, como classifica a relação de proximidade com a comunidade escolar?

MUITO PRÓXIMA	PRÓXIMA	NÃO SABE/NÃO RESPONDE	POUCO PRÓXIMA	NADA PRÓXIMA
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

27 – Como classifica o seu grau de confiança no caso de ter de transmitir informações importantes aos elementos da PSP/Escola Segura?

MUITO CONFIANTE	CONFIANTE	SEM OPINIÃO	POUCO CONFIANTE	NADA CONFIANTE
(5)	(4)	(3)	(2)	(1)

O nosso questionário terminou

Se achar adequado fazer algum comentário adicional sobre o Tema, use o espaço seguinte.

Agradecemos a sua participação

Nota: Todas as tabelas que se seguem têm como fonte os questionários aplicados e foram retirados do SPSS, após o tratamento estatístico das variáveis.

Anexo 4- Tabela de associação das variáveis idade e sexo dos alunos

sexo do respondente * idade do respondente * Escola Crosstabulation							
Escola				idade do respondente			Total
				16	17	18	
Carnaxide	sexo do respondente	masculino	Count	9	8	4	21
			Expected Count	5,4	9,4	6,3	21,0
			% within sexo do respondente	42,9%	38,1%	19,0%	100,0%
			% within idade do respondente	75,0%	38,1%	28,6%	44,7%
			% of Total	19,1%	17,0%	8,5%	44,7%
			Adjusted Residual	2,4	-,8	-1,4	
	feminino	Count	3	13	10	26	
		Expected Count	6,6	11,6	7,7	26,0	
		% within sexo do respondente	11,5%	50,0%	38,5%	100,0%	
		% within idade do respondente	25,0%	61,9%	71,4%	55,3%	
		% of Total	6,4%	27,7%	21,3%	55,3%	
		Adjusted Residual	-2,4	,8	1,4		
Total	Count	12	21	14	47		
	Expected Count	12,0	21,0	14,0	47,0		
	% within sexo do respondente	25,5%	44,7%	29,8%	100,0%		
	% within idade do respondente	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
	% of Total	25,5%	44,7%	29,8%	100,0%		
	Adjusted Residual						
Marinha Grande	sexo do respondente	masculino	Count	15	21	8	44
			Expected Count	15,2	23,0	5,8	44,0
			% within sexo do respondente	34,1%	47,7%	18,2%	100,0%
			% within idade do respondente	51,7%	47,7%	72,7%	52,4%
			% of Total	17,9%	25,0%	9,5%	52,4%
			Adjusted Residual	-,1	-,9	1,4	
	feminino	Count	14	23	3	40	
		Expected Count	13,8	21,0	5,2	40,0	
		% within sexo do respondente	35,0%	57,5%	7,5%	100,0%	
		% within idade do respondente	48,3%	52,3%	27,3%	47,6%	
		% of Total	16,7%	27,4%	3,6%	47,6%	
		Adjusted Residual	,1	,9	-1,4		
Total	Count	29	44	11	84		

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

Expected Count	29,0	44,0	11,0	84,0
% within sexo do respondente	34,5%	52,4%	13,1%	100,0%
% within idade do respondente	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% of Total	34,5%	52,4%	13,1%	100,0%

Anexo 5- Tabela relativa ao estatuto social dos alunos

amostra * estatuto social Crosstabulation

			estatuto social			Total
			baixo estatuto	estatuto médio	elevado estatuto	
amostra	Carnaxide	Count	5	23	17	45
		Expected Count	6,2	25,6	13,2	45,0
		% within amostra	11,1%	51,1%	37,8%	100,0%
		% within estatuto social	27,8%	31,1%	44,7%	34,6%
	Marinha Grande	Adjusted Residual	-,7	-1,0	1,6	
		Count	13	51	21	85
		Expected Count	11,8	48,4	24,8	85,0
		% within amostra	15,3%	60,0%	24,7%	100,0%
		% within estatuto social	72,2%	68,9%	55,3%	65,4%
		Adjusted Residual	,7	1,0	-1,6	
		% within estatuto social	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Anexo 6- Tabela relativa às habilitações literárias dos progenitores

nível de escolaridade do pai * nível de escolaridade da mãe * amostra Crosstabulation

amostra			nível de escolaridade da mãe											Total		
			3	4	5	6	7	9	10	11	12	13	14		15	
amostra	nível de escolaridade do pai	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		4	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
		5	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
		6	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		7	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
		8	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		9	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
		11	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
		12	0	0	0	0	0	1	0	0	8	4	0	0	0	13
		13	0	0	0	0	0	2	0	0	1	2	2	0	0	21
		14	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
		Total		1	2	1	2	5	5	0	1	2	2	1	0	46

Marinha Grande	nível de escolaridade do pai	4	1	1	1	2	2	0	2	0	0	9
		6	0	2	0	0	0	0	1	1	0	4
		7	0	1	0	1	0	0	1	0	0	3
		8	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
		9	0	0	2	4	0	1	6	1	0	14
		11	1	1	0	1	0	0	2	0	0	5
		12	0	0	0	3	0	2	12	9	2	28
		13	0	0	0	0	0	0	0	11	1	12
		14	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
	Total		2	5	3	11	2	3	25	24	3	78

Anexo 7- Tabela de associação entre estatuto social e conhecimento PES

conhecimento do PES * estatuto social * amostra Crosstabulation							
amostra		estatuto social			Total		
		baixo estatuto	estatuto médio	elevado estatuto			
Carnaxide	conhecimento do PES	Sim	Count	2	15	14	31
			Expected Count	3,4	15,8	11,7	31,0
			% within conhecimento do PES	6,5%	48,4%	45,2%	100,0%
			% within estatuto social	40,0%	65,2%	82,4%	68,9%
			Adjusted Residual	-1,5	-,5	1,5	
		Não	Count	3	8	3	14
		Expected Count	1,6	7,2	5,3	14,0	
		% within conhecimento do PES	21,4%	57,1%	21,4%	100,0%	
		% within estatuto social	60,0%	34,8%	17,6%	31,1%	
		Adjusted Residual	1,5	,5	-1,5		
Total		Count	5	23	17	45	
		Expected Count	5,0	23,0	17,0	45,0	
		% within conhecimento do PES	11,1%	51,1%	37,8%	100,0%	
		% within estatuto social	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Marinha Grande	conhecimento do PES	Sim	Count	8	41	17	66
			Expected Count	10,1	39,6	16,3	66,0
			% within conhecimento do PES	12,1%	62,1%	25,8%	100,0%

	% within estatuto social	61,5%	80,4%	81,0%	77,6%
	Adjusted Residual	-1,5	,7	,4	
Não	Count	5	10	4	19
	Expected Count	2,9	11,4	4,7	19,0
	% within conhecimento do PES	26,3%	52,6%	21,1%	100,0%
	% within estatuto social	38,5%	19,6%	19,0%	22,4%
	Adjusted Residual	1,5	-,7	-,4	
Total	Count	13	51	21	85
	Expected Count	13,0	51,0	21,0	85,0
	% within conhecimento do PES	15,3%	60,0%	24,7%	100,0%
	% within estatuto social	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Anexo 8- Tabela de associação entre conhecimento PES e por que via tiveram conhecimento do PES

via pela qual teve conhecimento do PES * estatuto social * amostra Crosstabulation

amostra		estatuto social			Total		
		baixo estatuto	estatuto médio	elevado estatuto			
Carnaxide	via pela qual teve conhecimento do PES	Pelos Professores	Count	0	3	4	7
			Expected Count	,5	3,4	3,2	7,0
			% within via pela qual teve conhecimento do PES	0,0%	42,9%	57,1%	100,0%
		% within estatuto social	0,0%	20,0%	28,6%	22,6%	
		Adjusted Residual	-,8	-,3	,7		
	Por ver a PSP junto da minha Escola	Count	1	8	8	17	
		Expected Count	1,1	8,2	7,7	17,0	
		% within via pela qual teve conhecimento do PES	5,9%	47,1%	47,1%	100,0%	
		% within estatuto social	50,0%	53,3%	57,1%	54,8%	
		Adjusted Residual	-,1	-,2	,2		
Por ouvir falar aos meus amigos/colegas	Count	0	1	0	1		
	Expected Count	,1	,5	,5	1,0		
	% within via pela qual teve conhecimento do PES	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%		
	% within estatuto social	0,0%	6,7%	0,0%	3,2%		
	Adjusted Residual	-,3	1,0	-,9			
	Count	1	1	0	2		

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

		Pais	Expected Count	,1	1,0	,9	2,0
			% within via pela qual teve conhecimento do PES	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%
			% within estatuto social	50,0%	6,7%	0,0%	6,5%
			Adjusted Residual	2,6	,0	-1,3	
		Pelos meios de comunicação social	Count	0	1	0	1
			Expected Count	,1	,5	,5	1,0
			% within via pela qual teve conhecimento do PES	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
			% within estatuto social	0,0%	6,7%	0,0%	3,2%
			Adjusted Residual	-,3	1,0	-,9	
		Conheço mas não me lembro como tomei conhecimento	Count	0	1	2	3
			Expected Count	,2	1,5	1,4	3,0
			% within via pela qual teve conhecimento do PES	0,0%	33,3%	66,7%	100,0%
			% within estatuto social	0,0%	6,7%	14,3%	9,7%
			Adjusted Residual	-,5	-,5	,8	
		Total	Count	2	15	14	31
			Expected Count	2,0	15,0	14,0	31,0
			% within via pela qual teve conhecimento do PES	6,5%	48,4%	45,2%	100,0%
			% within estatuto social	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
			Count	3	4	2	9
Marinha Grande	via pela qual teve conhecimento do PES	Pelos Professores	Expected Count	1,1	5,6	2,3	9,0
			% within via pela qual teve conhecimento do PES	33,3%	44,4%	22,2%	100,0%
			% within estatuto social	37,5%	9,8%	11,8%	13,6%
			Adjusted Residual	2,1	-,2	-,3	
		Por ver a PSP junto da minha Escola	Count	3	23	14	40
			Expected Count	4,8	24,8	10,3	40,0
			% within via pela qual teve conhecimento do PES	7,5%	57,5%	35,0%	100,0%
			% within estatuto social	37,5%	56,1%	82,4%	60,6%
			Adjusted Residual	-,4	-,0	2,1	
		Por ouvir falar aos meus amigos/colegas	Count	1	1	0	2
			Expected Count	,2	1,2	,5	2,0

		% within via pela qual teve conhecimento do PES	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%
		% within estatuto social	12,5%	2,4%	0,0%	3,0%
		Adjusted Residual	1,7	-,4	-,8	
	Pelos meus Pais	Count	0	1	1	2
		Expected Count	,2	1,2	,5	2,0
		% within via pela qual teve conhecimento do PES	0,0%	50,0%	50,0%	100,0%
		% within estatuto social	0,0%	2,4%	5,9%	3,0%
		Adjusted Residual	-,5	-,4	,8	
	Pelos meios de comunicação social	Count	0	3	0	3
		Expected Count	,4	1,9	,8	3,0
		% within via pela qual teve conhecimento do PES	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
		% within estatuto social	0,0%	7,3%	0,0%	4,5%
		Adjusted Residual	-,7	1,4	-,10	
	Conheço mas não me lembro como tomei conhecimento	Count	1	9	0	10
		Expected Count	1,2	6,2	2,6	10,0
		% within via pela qual teve conhecimento do PES	10,0%	90,0%	0,0%	100,0%
		% within estatuto social	12,5%	22,0%	0,0%	15,2%
		Adjusted Residual	-,2	2,0	-,20	
	Total	Count	8	41	17	66
		Expected Count	8,0	41,0	17,0	66,0
		% within via pela qual teve conhecimento do PES	12,1%	62,1%	25,8%	100,0%
		% within estatuto social	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Anexo 9- Tabela de associação entre conhecimento do PES e ações de formação

Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia * conhecimento do PES * amostra
Crosstabulation

amostra				conhecimento do PES		Total
				Sim	Não	
Carnaxide	Já	nunca	Count	14	6	20
	alguma vez		Expected Count	13,2	6,8	20,0

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

	assististe a ações de formação realizadas pela Polícia	% within Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia	70,0%	30,0%	100,0%
		% within conhecimento do PES	45,2%	37,5%	42,6%
		Adjusted Residual	,5	-,5	
	apenas uma vez	Count	6	4	10
		Expected Count	6,6	3,4	10,0
		% within Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia	60,0%	40,0%	100,0%
		% within conhecimento do PES	19,4%	25,0%	21,3%
		Adjusted Residual	-,4	,4	
	algumas vezes	Count	4	4	8
		Expected Count	5,3	2,7	8,0
		% within Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia	50,0%	50,0%	100,0%
		% within conhecimento do PES	12,9%	25,0%	17,0%
		Adjusted Residual	-1,0	1,0	

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

		várias vezes	Count	7	2	9
			Expected Count	5,9	3,1	9,0
			% within Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia	77,8%	22,2%	100,0%
			% within conhecimento do PES	22,6%	12,5%	19,1%
			Adjusted Residual	,8	-,8	
	Total		Count	31	16	47
			Expected Count	31,0	16,0	47,0
			% within Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia	66,0%	34,0%	100,0%
			% within conhecimento do PES	100,0%	100,0%	100,0%
Marinha Grande	Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia	nunca	Count	12	7	19
			Expected Count	14,8	4,2	19,0
			% within Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia	63,2%	36,8%	100,0%
			% within conhecimento do PES	18,2%	36,8%	22,4%

		Adjusted Residual	-1,7	1,7		
apenas uma vez	Count		12	5	17	
	Expected Count		13,2	3,8	17,0	
	% within	Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia	70,6%	29,4%	100,0%	
		% within conhecimento do PES	18,2%	26,3%	20,0%	
algumas vezes	Adjusted Residual		-,8	,8		
	Count		22	6	28	
	Expected Count		21,7	6,3	28,0	
		% within	Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia	78,6%	21,4%	100,0%
		% within conhecimento do PES	33,3%	31,6%	32,9%	
várias vezes	Adjusted Residual		,1	-,1		
	Count		20	1	21	
	Expected Count		16,3	4,7	21,0	
		% within	Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia	95,2%	4,8%	100,0%

	% within conhecimento do PES	30,3%	5,3%	24,7%
	Adjusted Residual	2,2	-2,2	
Total	Count	66	19	85
	Expected Count	66,0	19,0	85,0
	% within Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia	77,6%	22,4%	100,0%
	% within conhecimento do PES	100,0%	100,0%	100,0%

Anexo 10- Tabela de associação entre frequência ações formação e a sua classificação

estatuto social * avaliação da importância das ações de formação * amostra Crosstabulation

amostra			avaliação da importância das ações de formação					Total	
			nada importante	pouco importante	sem opinião	importante	muito importante		
Carnaxide	estatuto social	baixo estatuto	Count			0	3	1	4
		Expected Count			,3	2,3	1,4	4,0	
		% within estatuto social			0,0%	75,0%	25,0%	100,0%	
		% within avaliação da importância das ações de formação			0,0%	20,0%	11,1%	15,4%	
	Adjusted Residual			-6	,8	-4			
	estatuto médio	Count			1	8	3	12	
		Expected Count			,9	6,9	4,2	12,0	
		% within estatuto social			8,3%	66,7%	25,0%	100,0%	
		% within avaliação da importância das ações de formação			50,0%	53,3%	33,3%	46,2%	
	Adjusted Residual			,1	,9	-1,0			
estatuto elevado	Count			1	4	5	10		

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

		estatuto	Expected Count			,8	5,8	3,5	10,0
			% within estatuto social			10,0%	40,0%	50,0%	100,0%
			% within avaliação da importância das ações de formação			50,0%	26,7%	55,6%	38,5%
			Adjusted Residual Count			,3	-1,4	1,3	
		Total	Expected Count			2	15	9	26
			% within estatuto social			7,7%	57,7%	34,6%	100,0%
			% within avaliação da importância das ações de formação			100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Marinha Grande	estatuto social	baixo estatuto	Count	0	0	2	6	1	9
			Expected Count	,1	,4	1,0	6,0	1,5	9,0
			% within estatuto social	0,0%	0,0%	22,2%	66,7%	11,1%	100,0%
			% within avaliação da importância das ações de formação	0,0%	0,0%	28,6%	13,6%	9,1%	13,6%
			Adjusted Residual Count	-4	-7	1,2	0,0	-5	
		estatuto médio	Count	1	2	4	25	7	39
			Expected Count	,6	1,8	4,1	26,0	6,5	39,0
			% within estatuto social	2,6%	5,1%	10,3%	64,1%	17,9%	100,0%
			% within avaliação da importância das ações de formação	100,0%	66,7%	57,1%	56,8%	63,6%	59,1%
			Adjusted Residual Count	,8	,3	-1	-5	,3	
		elevado estatuto	Count	0	1	1	13	3	18
			Expected Count	,3	,8	1,9	12,0	3,0	18,0
			% within estatuto social	0,0%	5,6%	5,6%	72,2%	16,7%	100,0%
			% within avaliação da importância das ações de formação	0,0%	33,3%	14,3%	29,5%	27,3%	27,3%
			Adjusted Residual Count	-6	,2	-8	,6	0,0	
		Total	Count	1	3	7	44	11	66
			Expected Count	1,0	3,0	7,0	44,0	11,0	66,0
			% within estatuto social	1,5%	4,5%	10,6%	66,7%	16,7%	100,0%
			% within avaliação da importância das ações de formação	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total	estatuto	baixo	Count	0	0	2	9	2	13

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

social	estatuto	Expected Count	,1	,4	1,3	8,3	2,8	13,0
		% within estatuto social	0,0%	0,0%	15,4%	69,2%	15,4%	100,0%
		% within avaliação da importância das ações de formação	0,0%	0,0%	22,2%	15,3%	10,0%	14,1%
		Adjusted Residual	-,4	-,7	,7	,4	-,6	
	estatuto médio	Count	1	2	5	33	10	51
		Expected Count	,6	1,7	5,0	32,7	11,1	51,0
		% within estatuto social	2,0%	3,9%	9,8%	64,7%	19,6%	100,0%
		% within avaliação da importância das ações de formação	100,0%	66,7%	55,6%	55,9%	50,0%	55,4%
		Adjusted Residual	,9	,4	,0	,1	-,6	
	elevado estatuto	Count	0	1	2	17	8	28
		Expected Count	,3	,9	2,7	18,0	6,1	28,0
		% within estatuto social	0,0%	3,6%	7,1%	60,7%	28,6%	100,0%
		% within avaliação da importância das ações de formação	0,0%	33,3%	22,2%	28,8%	40,0%	30,4%

Anexo 11- Tabela de associação entre o conhecimento PES e relação proximidade

como classificas a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura? * conhecimento do PES * amostra
Crosstabulation

			conhecimento do PES		Total	
			Sim	Não		
amostra						
Carnaxide	como classificas a	nada próxima	Count	12	4	16

tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	Expected Count	10,6	5,4	16,0
	% within como classificas a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	75,0%	25,0%	100,0%
	% within conhecimento do PES	38,7%	25,0%	34,0%
	Adjusted Residual Count	,9	-,9	
pouco próxima	Expected Count	9	6	15
	Expected Count	9,9	5,1	15,0
	% within como classificas a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	60,0%	40,0%	100,0%
	% within conhecimento do PES	29,0%	37,5%	31,9%
	Adjusted Residual Count	-,6	,6	
não sabe/não responde	Expected Count	5	5	10
	Expected Count	6,6	3,4	10,0
	% within como classificas a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	50,0%	50,0%	100,0%
	% within conhecimento do PES	16,1%	31,3%	21,3%

		próxima	Adjusted Residual	-1,2	1,2	
			Count	5	1	6
			Expected Count	4,0	2,0	6,0
			% within como classificas a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	83,3%	16,7%	100,0%
			% within conhecimento do PES	16,1%	6,3%	12,8%
			Adjusted Residual	1,0	-1,0	
	Total		Count	31	16	47
			Expected Count	31,0	16,0	47,0
			% within como classificas a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	66,0%	34,0%	100,0%
			% within conhecimento do PES	100,0%	100,0%	100,0%
Marinha Grande	como classificas a tua relação	nada próxima	Count	29	13	42
			Expected Count	32,6	9,4	42,0

	com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	% within como classificas a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	69,0%	31,0%	100,0%
		% within conhecimento do PES	43,9%	68,4%	49,4%
		Adjusted Residual	-1,9	1,9	
	pouco próxima	Count	10	2	12
		Expected Count	9,3	2,7	12,0
		% within como classificas a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	83,3%	16,7%	100,0%
		% within conhecimento do PES	15,2%	10,5%	14,1%
		Adjusted Residual	,5	-,5	
	não sabe/não responde	Count	20	4	24
		Expected Count	18,6	5,4	24,0
		% within como classificas a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	83,3%	16,7%	100,0%
		% within conhecimento do PES	30,3%	21,1%	28,2%

		Adjusted Residual	,8	-,8	
	próxima	Count	4	0	4
		Expected Count	3,1	,9	4,0
		% within como classifica a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	100,0%	0,0%	100,0%
		% within conhecimento do PES	6,1%	0,0%	4,7%
		Adjusted Residual	1,1	-1,1	
	muito próxima	Count	3	0	3
		Expected Count	2,3	,7	3,0
		% within como classifica a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	100,0%	0,0%	100,0%
		% within conhecimento do PES	4,5%	0,0%	3,5%
		Adjusted Residual	,9	-,9	
Total		Count	66	19	85
		Expected Count	66,0	19,0	85,0

% within como classifica a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?	77,6%	22,4%	100,0%
% within conhecimento do PES	100,0%	100,0%	100,0%

Anexo 12- Tabela de respostas sobre motivos da existência do PES

amostra	7.1. Me auxiliar para que não seja vítima de crimes	7.2. Proteger os Professores das agressões dos alunos	7.3. Contribuir para que todos se sintam mais seguros	7.4. Para informar a Polícia sobre o que se passa na Escola	7.5. Me ajudar a conhecer melhor o que a Polícia faz	7.6. Proteger os alunos das agressões de pessoas mais velhas	7.7. Contribuir para que todos fiquem a saber mais sobre a Polícia
Carnaxide	3,32 31 ,541	3,06 18 ,938	3,47 30 ,507	3,14 21 ,573	2,70 10 ,675	3,39 23 ,499	3,07 14 ,730
Marinha Grande	3,13 53 ,680	2,96 49 ,706	3,33 57 ,664	3,10 50 ,647	2,47 30 ,937	2,89 45 ,745	2,63 35 ,877
Total	3,20 84 ,636	2,99 67 ,769	3,38 87 ,615	3,11 71 ,622	2,53 40 ,877	3,06 68 ,710	2,76 49 ,855

Anexo 13- tabela valores médios relativos comportamentos e atitudes segurança escolar

amostra		Colocar mais polícias à porta da escola	Os pais deveriam vir à escola trazer e buscar os filhos	Os Polícias não deveriam deslocar-se à escola	Deveríamos conhecer melhor o Programa Escola Segura	Deveria haver mais iluminação junto da escola e nos acessos	Os polícias deveriam estar sempre dentro da escola	O Programa escola segura é prejudicial para os alunos	Toda a população deveria colaborar mais na segurança da escola	Os polícias deveriam estar dentro da sala de aula	Os alunos deveriam ser mais educados	Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos polícias	Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos professores	Deveriam ser dadas aulas sobre o Programa Escola Segura	A polícia deveria ter mais agentes e mais carros	As pessoas deveriam ser mais educadas	Os polícias apenas multam os pais dos alunos quando os levam à escola	A Câmara e a Junta de Freguesia deveriam colaborar mais com a Polícia	A escola deveria ter vedações mais altas	O CD deveria agir com mais autoridade sobre os alunos que agride ou rouba outros alunos	A Associação de Pais devia trabalhar mais com os alunos para a segurança na escola
Carnaxide	Mean	3,11	1,96	2,04	3,28	3,17	2,06	1,30	3,77	1,13	4,04	3,09	2,57	2,87	2,94	4,19	1,74	3,55	2,17	4,28	3,38
	N	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47
	Std. Deviation	1,108	,932	1,215	,877	1,148	1,150	,749	1,108	,397	1,083	1,349	1,078	1,172	1,275	,900	1,113	1,157	1,185	1,015	,968
Marinha Grande	Mean	2,95	2,08	1,83	3,46	3,11	1,80	1,51	3,60	1,20	4,25	3,47	2,42	3,00	3,20	4,45	1,56	3,38	1,81	4,17	3,31
	N	85	84	84	85	85	85	85	85	85	85	85	85	85	84	85	82	84	85	84	84
	Std. Deviation	1,154	,839	1,170	,920	1,175	,910	,971	1,082	,720	,872	1,108	1,084	1,000	1,200	,779	,904	1,097	,994	,955	1,251

Anexo 14- Tabelas de vitimação dos alunos por furto/roubo

alguma vez foste vítima de furto/roubo * amostra Crosstabulation					
			amostra Carnaxide	Marinha Grande	
alguma vez foste vítima de furto/roubo	sim	Count	18	25	
		% within amostra	38,3%	29,4%	
	não	Count	29	60	
		% within amostra	61,7%	70,6%	
		% within amostra	100,0%	100,0%	
		% within amostra			
frequência da vitimação por furto * amostra Crosstabulation					
			amostra Carnaxide	Marinha Grande	
frequência da vitimação por furto	uma vez	Count	8	11	
		% within amostra	88,9%	73,3%	
	duas vezes	Count	0	3	
		% within amostra	0,0%	20,0%	
	mais de três vezes	Count	1	1	
		% within amostra	11,1%	6,7%	
		% within amostra	100,0%	100,0%	
		% within amostra			
	a quem o respondente comunicou o(s) furtos(s) * amostra Crosstabulation				
				amostra Carnaxide	Marinha Grande
	a quem o respondente comunicou o(s) furtos(s)	sim	Count	6	7
			% within amostra	66,7%	46,7%
não comunicou a ninguém		Count	2	6	
		% within amostra	22,2%	40,0%	
comunicou apenas aos pais		Count	1	2	
		% within amostra	11,1%	13,3%	
		% within amostra	100,0%	100,0%	
		% within amostra			

COMPUTE local_sum=localoc1 + localoc2 * amostra Crosstabulation				
		amostra		
		Carnaxide	Marinha Grande	
COMPUTE	1	Count	8	14
local_sum=localoc1		%	88,9%	93,3%
+ localoc2		within amostra		
	2	Count	1	1
		%	11,1%	6,7%
		within amostra		
		%	100,0%	100,0%
		within amostra		
local onde o furto ocorreu_dentro da Escola * amostra Crosstabulation				
		amostra		
		Carnaxide	Marinha Grande	
local onde o furto	1	Count	6	14
ocorreu_dentro da		%	100,0%	100,0%
Escola		within amostra		
		%	100,0%	100,0%
		within amostra		
autor do(s) furto(s)_aluno * local onde o furto ocorreu_dentro da Escola * amostra Crosstabulation				
Count				
			local onde o furto ocorreu_dentro da Escola	
			1	Total
amostra	autor do(s)	1	5	5
Carnaxide	furto(s)_aluno			
	Total		5	5
Marinha Grande	autor do(s)	1	9	9
	furto(s)_aluno			
	Total		9	9
Total	autor do(s)	1	14	14
	furto(s)_aluno			
	Total		14	14
autor do(s) furto(s)_pais de aluno * local onde o furto ocorreu_dentro da Escola * amostra Crosstabulation				
Count				
			local onde o furto ocorreu_dentro da Escola	
			1	Total
amostra				

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

Marinha Grande	autor do(s) furto(s)_pais de aluno	1,00	1	1
	Total		1	1
Total	autor do(s) furto(s)_pais de aluno	1,00	1	1
	Total		1	1
autor do(s) furto(s)_funcionário da escola * local onde o furto ocorreu_dentro da Escola * amostra Crosstabulation				
Count				
			local onde o furto ocorreu_dentro da Escola	Total
amostra			1	Total
Marinha Grande	autor do(s) furto(s)_funcionário da escola	1,00	1	1
	Total		1	1
Total	autor do(s) furto(s)_funcionário da escola	1,00	1	1
	Total		1	1
autor do(s) furto(s)_desconhecidos * local onde o furto ocorreu_dentro da Escola * amostra Crosstabulation				
Count				
			local onde o furto ocorreu_dentro da Escola	Total
amostra			1	Total
Carnaxide	autor do(s) furto(s)_desconhecidos	1	2	2
	Total		2	2
Marinha Grande	autor do(s) furto(s)_desconhecidos	1	4	4
	Total		4	4
Total	autor do(s) furto(s)_desconhecidos	1	6	6
	Total		6	6

Case Processing Summary						
Valid		Cases Missing		Total		
N	Percent	N	Percent	N	Percent	

Acho que não resolvia nada * local onde o furto ocorreu_dentro da Escola * amostra	5	3,8%	127	96,2%	132	100,0%
A Polícia não fazia nada * local onde o furto ocorreu_dentro da Escola * amostra	1	,8%	131	99,2%	132	100,0%
Tive medo de represálias * local onde o furto ocorreu_dentro da Escola * amostra	1	,8%	131	99,2%	132	100,0%
comunicou aos pais e a mais alguém * local onde o furto ocorreu_dentro da Escola * amostra	20	15,2%	112	84,8%	132	100,0%

Anexo 15- Tabelas de vitimação dos alunos por ofensas integridade física

Ao longo do teu percurso escolar já foste agredido? * amostra Crosstabulation				
			amostra	
			Carnaxide	Marinha Grande
Ao longo do teu percurso escolar já foste agredido?	sim	Count	11	14
		% within amostra	23,4%	16,5%
	não	Count	36	71
		% within amostra	76,6%	83,5%

No total do teu percurso escolar, quantas vezes foste agredido? * amostra Crosstabulation				
			amostra	
			Carnaxide	Marinha Grande
No total do teu percurso escolar, quantas vezes foste agredido?		Count	5	8
	uma vez	% within amostra	45,5%	57,1%
		Count	4	1
	duas vezes	% within amostra	36,4%	7,1%
		Count	0	1
	três vezes	% within amostra	0,0%	7,1%
		Count	1	0
	quatro vezes	% within amostra	9,1%	0,0%
		Count	1	4
	mais de cinco vezes	% within amostra	9,1%	28,6%

Local da agressão: dentro da escola * amostra Crosstabulation				
			amostra	
			Carnaxide	Marinha Grande
Local da agressão: dentro da escola	1	Count	10	14
		% within amostra	100,0%	100,0%

local da agressão: fora da escola * amostra Crosstabulation				
			amostra	
			Carnaxide	Marinha Grande
local da agressão: fora da escola	1	Count	2	2
		% within amostra	100,0%	100,0%

Comunicaste a agressão a alguém? * amostra Crosstabulation					
			amostra		
			Carnaxide	Marinha Grande	
Comunicaste a agressão a alguém?	1	Count	1	6	
		% within Comunicaste a agressão a alguém?	14,3%	85,7%	
		% within amostra	9,1%	42,9%	
			Adjusted Residual	-1,9	1,9
	2	Count	6	5	
		% within Comunicaste a agressão a alguém?	54,5%	45,5%	
		% within amostra	54,5%	35,7%	
			Adjusted Residual	,9	-,9
	3	Count	4	1	
		% within Comunicaste a agressão a alguém?	80,0%	20,0%	
		% within amostra	36,4%	7,1%	
			Adjusted Residual	1,8	-1,8
4	Count	0	2		
	% within Comunicaste a agressão a alguém?	0,0%	100,0%		
	% within amostra	0,0%	14,3%		
		Adjusted Residual	-1,3	1,3	
Total	Count	11	14		
	% within Comunicaste a agressão a alguém?	44,0%	56,0%		
	% within amostra	100,0%	100,0%		

Crosstab

			amostra	
			Carnaxide	Marinha Grande
Acho que não resolvia nada	1	Count	1	2
		% within amostra	2,1%	2,4%

Crosstab

			amostra	
			Carnaxide	Marinha Grande
A Polícia não fazia nada	1	Count	0	1
		% within amostra	0,0%	1,2%

Crosstab

			amostra	
			Carnaxide	Marinha Grande
Ninguém comunica e eu não quis ser o único	1	Count	0	1
		% within amostra	0,0%	1,2%

Crosstab

			amostra	
			Carnaxide	Marinha Grande
Tive medo de				

represálias			
1	Count	0	1
	% within amostra	0,0%	1,2%

Anexo 16- Tabelas das escolas, estatuto, carga horária, tempo serviço, sexo dos docentes

estabelecimento de ensino

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Marinha Grande	38	62,3	62,3	62,3
	Carnaxide	23	37,7	37,7	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

estatuto do docente

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	quadro de agrupamento	49	80,3	80,3	80,3
	quadro de zona pedagógica	4	6,6	6,6	86,9
	contratados	8	13,1	13,1	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

carga horária atribuída

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	com carga horária letiva atribuída	55	90,2	90,2	90,2
	sem carga horária letiva	6	9,8	9,8	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

tempo serviço

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

Valid	mais de 15 anos	52	85,2	85,2	85,2
	menos 15 anos	9	14,8	14,8	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

sexo do docente

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	masculino	25	41,0	41,0	41,0
	feminino	36	59,0	59,0	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

Anexo 17- Tabela do conhecimento PES e por que vias

Conhecimento PES

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1,00	61	100,0	100,0	100,0

por via dos alunos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	2	3,3	100,0	100,0
Missing	System	59	96,7		
Total		61	100,0		

por via da PSP/GNR

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	22	36,1	100,0	100,0
Missing	System	39	63,9		
Total		61	100,0		

por via dos colegas/amigos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	14	23,0	100,0	100,0
Missing	System	47	77,0		
Total		61	100,0		

por via dos pais dos alunos

		Frequency	Percent
Missing	System	61	100,0

por via dos meios de comunicação social

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	17	27,9	100,0	100,0

Missing	System	44	72,1		
Total		61	100,0		

por via da internet e redes sociais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	3	4,9	100,0	100,0
Missing	System	58	95,1		
Total		61	100,0		

por várias vias

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	33	54,1	100,0	100,0
Missing	System	28	45,9		
Total		61	100,0		

Anexo 18– tabela de Assistência e avaliação de ações de formação PES

assistência a ações de formação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nunca	19	31,1	31,1	31,1
	apenas uma vez	10	16,4	16,4	47,5
	algumas vezes	24	39,3	39,3	86,9
	várias vezes	8	13,1	13,1	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

Avaliação da importância das ações

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importante	25	41,0	59,5	59,5
	muito importante	17	27,9	40,5	100,0
	Total	42	68,9	100,0	
Missing	3	1	1,6		
	System	18	29,5		
	Total	19	31,1		
Total		61	100,0		

Anexo 19- Tabela relativa à confiança e satisfação desempenho do PES

grau de confiança na resolução dos problemas por parte da PSP

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
--	-----------	---------	---------------	--------------------

Valid	pouco confiante	2	3,3	3,3	3,3
	confiante	40	65,6	66,7	70,0
	muito confiante	18	29,5	30,0	100,0
	Total	60	98,4	100,0	
Missing	3	1	1,6		
Total		61	100,0		

grau de satisfação com o PES

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não se aplica	3	4,9	5,5	5,5
	insatisfeito	1	1,6	1,8	7,3
	satisfeito	33	54,1	60,0	67,3
	muito satisfeito	18	29,5	32,7	100,0
	Total	55	90,2	100,0	
Missing	3	6	9,8		
Total		61	100,0		

Anexo 20- Tabela relativa à ação PSP/PES e mudança comportamento dentro/fora sala aula

PES muda comportamento DENTRO da sala de aula

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim, sem dúvida	23	37,7	37,7	37,7
	talvez sim mas não é generalizável	26	42,6	42,6	80,3
	não, nada se altera	9	14,8	14,8	95,1
	não sei avaliar	3	4,9	4,9	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

PES muda comportamento FORA da sala de aula

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim, sem dúvida	33	54,1	55,0	55,0
	talvez sim mas não é generalizável	25	41,0	41,7	96,7
	não, nada se altera	1	1,6	1,7	98,3
	não sei avaliar	1	1,6	1,7	100,0

	Total	60	98,4	100,0
Missing	System	1	1,6	
Total		61	100,0	

Anexo 21- Tabela valores médios avaliação comportamentos e atitudes segurança escolar

Valores médios sobre atitudes e comportamentos segurança escolar		
Amostras	Marinha Grande Mean	Carnaxid e Mean
Colocar mais polícias à porta da escola * estabelecimento de ensino	3,87	3,85
Os pais deveriam vir à escola trazer e buscar os filhos * estabelecimento de ensino	2,47	2,41
Os Polícias não deveriam deslocar-se à escola * estabelecimento de ensino	1,31	1,50
Deveríamos conhecer melhor o Programa Escola Segura * estabelecimento de ensino	4,11	4,05
Deveria haver mais iluminação junto da escola e nos acessos * estabelecimento de ensino	3,89	4,18
Os polícias deveriam estar sempre dentro da escola * estabelecimento de ensino	1,89	2,68
O Programa escola segura é prejudicial para os alunos * estabelecimento de ensino	1,00	1,36
Toda a população deveria colaborar mais na segurança da escola * estabelecimento de ensino	3,92	3,91
Os polícias deveriam estar dentro da sala de aula * estabelecimento de ensino	1,11	1,27
Os alunos deveriam ser mais educados * estabelecimento de ensino	4,78	4,82
Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos polícias * estabelecimento de ensino	3,46	3,77
Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos professores * estabelecimento de ensino	2,89	2,59
Deveriam ser dadas aulas sobre o Programa Escola Segura * estabelecimento de ensino	3,06	3,36
A polícia deveria ter mais agentes e mais carros * estabelecimento de ensino	4,44	4,09

As pessoas deveriam ser mais educadas * estabelecimento de ensino	4,63	4,68
Os polícias apenas multam os pais dos alunos quando os levam a escola * estabelecimento de ensino	1,51	1,32
A Câmara e a Junta de Freguesia deveriam colaborar mais com a Polícia * estabelecimento de ensino	3,54	4,17
A escola deveria ter vedações mais altas * estabelecimento de ensino	1,51	2,43
O Conselho Diretivo deveria agir com mais autoridade sobre os alunos que agredem ou roubam outros alunos * estabelecimento de ensino	3,81	4,09
A Associação de Pais devia trabalhar mais com os alunos para a segurança na escola * estabelecimento de ensino	4,11	3,96

Anexo 22- Tabela de testes de significância do quadro anterior

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Colocar mais polícias à porta da escola * estabelecimento de ensino	Between Groups (Combined)	,000	1	,000	,000	,988
	Within Groups	84,933	58	1,464		
	Total	84,933	59			
Os pais deveriam vir à escola trazer e buscar os filhos * estabelecimento de ensino	Between Groups (Combined)	,054	1	,054	,042	,838
	Within Groups	72,290	56	1,291		
	Total	72,345	57			
Os Polícias não deveriam deslocar-se à escola * estabelecimento de ensino	Between Groups (Combined)	,486	1	,486	,716	,401
	Within Groups	36,639	54	,678		
	Total	37,125	55			
Deveríamos conhecer melhor o Programa Escola Segura * estabelecimento de ensino	Between Groups (Combined)	,059	1	,059	,074	,787
	Within Groups	44,510	56	,795		
	Total	44,569	57			
Deveria haver mais iluminação junto da escola e nos acessos * estabelecimento de ensino	Between Groups (Combined)	1,184	1	1,184	1,108	,297
	Within Groups	58,816	55	1,069		
	Total	60,000	56			

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

Os polícias deveriam estar sempre dentro da escola * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	8,562	1	8,562	7,101	,010
	Within Groups	66,316	55	1,206		
	Total	74,877	56			
O Programa escola segura é prejudicial para os alunos * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	1,766	1	1,766	4,996	,030
	Within Groups	19,091	54	,354		
	Total	20,857	55			
Toda a população deveria colaborar mais na segurança da escola * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	,001	1	,001	,001	,980
	Within Groups	66,568	56	1,189		
	Total	66,569	57			
Os polícias deveriam estar dentro da sala de aula * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	,339	1	,339	,851	,360
	Within Groups	21,906	55	,398		
	Total	22,246	56			
Os alunos deveriam ser mais educados * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	,016	1	,016	,081	,777
	Within Groups	11,543	57	,203		
	Total	11,559	58			
Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos polícias * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	1,345	1	1,345	,919	,342
	Within Groups	80,549	55	1,465		
	Total	81,895	56			
Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos professores * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	1,174	1	1,174	1,027	,315
	Within Groups	62,861	55	1,143		
	Total	64,035	56			
Deveriam ser dadas aulas sobre o Programa Escola Segura * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	1,269	1	1,269	,884	,351
	Within Groups	78,977	55	1,436		
	Total	80,246	56			
A polícia deveria ter mais agentes e mais carros * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	1,707	1	1,707	2,046	,158
	Within Groups	46,707	56	,834		
	Total	48,414	57			
As pessoas deveriam ser mais educadas * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	,038	1	,038	,057	,812
	Within Groups	36,944	55	,672		
	Total	36,982	56			

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

Os polícias apenas multam os pais dos alunos quando os levam a escola * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	,520	1	,520	,907	,345
	Within Groups	31,516	55	,573		
	Total	32,035	56			
A Câmara e a Junta de Freguesia deveriam colaborar mais com a Polícia * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	5,527	1	5,527	5,733	,020
	Within Groups	53,990	56	,964		
	Total	59,517	57			
A escola deveria ter vedações mais altas * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	11,760	1	11,760	9,355	,003
	Within Groups	70,395	56	1,257		
	Total	82,155	57			
O Conselho Diretivo deveria agir com mais autoridade sobre os alunos que agridem ou roubam outros alunos * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	1,111	1	1,111	,939	,337
	Within Groups	67,465	57	1,184		
	Total	68,576	58			
A Associação de Pais devia trabalhar mais com os alunos para a segurança na escola * estabelecimento de ensino	Between (Combined) Groups	,335	1	,335	,472	,495
	Within Groups	40,512	57	,711		
	Total	40,847	58			

Anexo 23- Tabela de associação entre proximidade e visibilidade da MG e CARX

Grau de confiança na resolução dos problemas por parte da PSP * Com que frequência costuma ver os elementos da PSP/Programa Escola Segura na escola onde leciona * estabelecimento de ensino							
Crosstabulation							
				Com que frequência costuma ver os elementos da PSP/Programa Escola Segura na escola onde leciona			
				nada frequente	pouco frequente	frequente	muito frequente
estabelecimento de ensino							
Marinha Grande	grau de confiança na	pouco confiante	Count Expected Count		2,8	0,1	0,2
							2,0

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

	resolução dos problemas por parte da PSP	% within grau de confiança na resolução dos problemas por parte da PSP	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Com que frequência costuma ver os elementos da PSP/Programa Escola Segura na escola onde leciona	14,3%	0,0%	0,0%	5,6%
		Adjusted Residual	1,8	-1,5	-,4	
	confiante	Count	9	16	0	25
		Expected Count	9,7	13,2	2,1	25,0
		% within grau de confiança na resolução dos problemas por parte da PSP	36,0%	64,0%	0,0%	100,0%
		% within Com que frequência costuma ver os elementos da PSP/Programa Escola Segura na escola onde leciona	64,3%	84,2%	0,0%	69,4%
		Adjusted Residual	-,5	2,0	-2,7	
	muito	Count	3	3	3	9

	confiante	Expected Count	3,5	4,8	,8	9,0
		% within grau de confiança na resolução dos problemas por parte da PSP	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%
		% within Com que frequência costuma ver os elementos da PSP/Programa Escola Segura na escola onde leciona	21,4%	15,8%	100,0%	25,0%
		Adjusted Residual	-,4	-1,3	3,1	
Total		Count	14	19	3	36
		Expected Count	14,0	19,0	3,0	36,0
		% within grau de confiança na resolução dos problemas por parte da PSP	38,9%	52,8%	8,3%	100,0%
		% within Com que frequência costuma ver os elementos da PSP/Programa Escola Segura na escola onde leciona	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Carnaxide	grau de confiante	Count	1	6	5	13

	confiança na resolução dos problemas por parte da PSP	Expected Count	,6	,6	5,0	6,8	13,0
		% within grau de confiança na resolução dos problemas por parte da PSP	7,7%	7,7%	46,2%	38,5%	100,0%
		% within Com que frequência costuma ver os elementos da PSP/Programa Escola Segura na escola onde leciona	100,0%	100,0%	75,0%	45,5%	61,9%
		Adjusted Residual	,8	,8	1,0	-1,6	
	muito confiante	Count	0	0	2	6	8
		Expected Count	,4	,4	3,0	4,2	8,0
		% within grau de confiança na resolução dos problemas por parte da PSP	0,0%	0,0%	25,0%	75,0%	100,0%
		% within Com que frequência costuma ver os elementos da PSP/Programa Escola Segura na escola onde leciona	0,0%	0,0%	25,0%	54,5%	38,1%

Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades

Total	Adjusted Residual	-,8	-,8	-1,0	1,6	
	Count	1	1	8	11	21
	Expected Count	1,0	1,0	8,0	11,0	21,0
	% within grau de confiança na resolução dos problemas por parte da PSP	4,8%	4,8%	38,1%	52,4%	100,0%
	% within Com que frequência costuma ver os elementos da PSP/Programa Escola Segura na escola onde leciona	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Anexo 24- Tabela de valores médios sobre importância do PES

Garantir a segurança nas escolas em colaboração com os alunos, pais e professores	Auxiliar na redução da criminalidade nas escolas	Conhecer, evitar e intervir noutros problemas da escola	Resolver e evitar comportamentos de risco dentro e fora da escola	Organizar e ministrar ações de formação relativas à segurança escolar	Aproximar a PSP à comunidade em geral e à comunidade escolar em particular	Alertar a comunidade escolar para tomar medidas de proteção para sua própria segurança
a	b	c	d	e	f	g
4,5	4,6	4	4,6	4,6	4,5	4,5

Fonte: Questionários aplicados.
Elaboração própria.

Anexo 25- Tabela valores médios relativos comportamentos e atitudes segurança escolar

As pessoas deveriam ser mais educadas	4,70
Deveríamos conhecer melhor o Programa Escola Segura	4,50
Os alunos deveriam ser mais educados	4,50
Toda a população deveria colaborar mais na segurança da escola	4,40
A Câmara e a Junta de Freguesia deveriam colaborar mais com a Polícia	4,40
Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos polícias	4,20
A polícia deveria ter mais agentes e mais carros	4,20
Conselho Diretivo deveria agir com mais autoridade sobre os alunos que agridem ou roubam outros alunos	4,20
Deveria haver mais iluminação junto da escola e nos acessos	4,00
Deveriam ser dadas aulas sobre o Programa Escola Segura	4,00
A Associação de Pais devia trabalhar mais com os alunos para a segurança na escola	3,89
Colocar mais polícias à porta da escola	3,80
Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos professores	2,90
Os pais deveriam vir à escola trazer e buscar os filhos	2,60
A escola deveria ter vedações mais altas	2,20
Os polícias deveriam estar sempre dentro da escola	2,10
O Programa escola segura é prejudicial para os alunos	1,50
Os polícias apenas multam os pais dos alunos quando os levam à escola	1,50
Os Polícias não deveriam deslocar-se à escola	1,22
Os polícias deveriam estar dentro da sala de aula	1,00

Fonte: Questionários aplicados.
Elaboração própria.

Anexo 26- Livro de Códigos do tratamento estatístico em SPSS dos questionários

Codebook

Notes

Comments	
Input	Data
	Active Dataset
	N of Rows in Working Data File
	DataSet1
	132

Syntax	<pre> CODEBOOK question [s] escola [n] sexo [n] idade [s] possocial [s] status_Recod [o] nescpai [s] nescmae [s] anoescol [s] ESegura [n] conheç [n] ES_proposito71 [o] ES_proposito72 [o] ES_proposito73 [o] ES_proposito74 [o] ES_proposito75 [o] ES_proposito76 [o] ES_proposito77 [o] assaforma [o] tema91 [s] tema92 [s] tema93 [s] tema94 [s] tema95 [s] tema96 [s] tema97 [s] tema98 [s] tema99 [s] tema910 [s] tema911 [s] indfreq [s] avaimpor [o] vitim_furto [n] freq_vitimafurto [o] autoria1 [n] autoria3 [n] autoria4 [n] autoria5 [n] localoc1 [s] localoc2 [s] local_sum [s] comunic [n] motiv1 [n] motiv2 [n] motiv4 [n] Q16_7_1 [n] vitimagr [n] freq_agressao [o] auto1_Agressor [s] auto2_Agressor [s] auto2_quem [n] auto4_agressor [s] auto5_agressor [s] localagr_1 [s] localagr_2 [s] localagr_sum [n] com_agressao [n] motiv1_agr [n] motiv2_agr [n] motiv3_agr [n] motiv4_agr [n] motiv7_agr [n] Q23_1 [o] Q23_2 [o] Q23_3 [o] Q23_4 [o] Q23_5 [o] Q23_6 [o] Q23_7 [o] Q23_8 [o] Q23_9 [o] Q23_10 [o] Q23_11 [o] Q23_12 [o] Q23_13 [o] Q23_14 [o] Q23_15 [o] Q23_16 [o] Q23_17 [o] Q23_18 [o] Q23_19 [o] Q23_20 [o] Ver [o] Classif [o] Confian [o] capital_Escolar [s] classif_recode [o] /VARINFO POSITION LABEL TYPE FORMAT MEASURE VALUELABELS MISSING /OPTIONS VARORDER=VARLIST SORT=ASCENDING MAXCATS=200 /STATISTICS NONE. </pre>
Resources	Processor Time 00:00:00,11
	Elapsed Time 00:00:00,11

question

		Value
Standard Attributes	Position	1
	Label	Nº questionário
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

escola

		Value
Standard Attributes	Position	2
	Label	amostra
	Type	String
	Format	A5
	Measurement	Nominal
Valid Values	MG	Marinha Grande
	CARNX	Carnaxide

sexo

		Value
Standard Attributes	Position	3
	Label	sexo do respondente
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Nominal
Valid Values	1	masculino
	2	feminino

idade

		Value
Standard Attributes	Position	4
	Label	idade do respondente
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

possocial

		Value
Standard Attributes	Position	5
	Label	posição social da família
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

status_Recod

		Value
Standard Attributes	Position	6
	Label	estatuto social
	Type	Numeric
	Format	F8.2
	Measurement	Ordinal
Valid Values	10,00	baixo estatuto
	20,00	estatuto médio
	30,00	elevado estatuto

nescpai

		Value
Standard Attributes	Position	7
	Label	nível de escolaridade do pai
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

nescmae

		Value
Standard Attributes	Position	8
	Label	nível de escolaridade da mãe
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

anoescol

		Value
Standard Attributes	Position	9
	Label	ano de escolaridade que o respondente frequenta
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

ESegura

		Value
Standard Attributes	Position	10
	Label	conhecimento do PES
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Nominal
Valid Values	1	Sim
	2	Não

conhec

		Value
Standard Attributes	Position	11
	Label	via pela qual teve conhecimento do PES
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Nominal
Valid Values	1	Pelos Professores
	2	Por ver a PSP junto da minha Escola
	3	Por ouvir falar aos meus amigos/colegas
	4	Pelos meus Pais
	5	Pelos meios de comunicação social
	6	Pela internet/redes sociais
	7	Conheço mas não me lembro como tomei conhecimento

ES_proposito71

		Value
Standard Attributes	Position	12
	Label	7.1. Me auxiliar para que não seja vítima de crimes
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	discordo totalmente
	2	discordo
	3	não concordo nem discordo
	4	concordo
	5	concordo totalmente

ES_proposito72

		Value
Standard Attributes	Position	13
	Label	7.2. Proteger os Professores das agressões dos alunos
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	discordo totalmente
	2	discordo
	3	não concordo nem discordo
	4	concordo
	5	concordo totalmente

ES_proposito73

		Value
Standard Attributes	Position	14
	Label	7.3. Contribuir para que todos se sintam mais seguros
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	discordo totalmente
	2	discordo
	3	não concordo nem discordo
	4	concordo
	5	concordo totalmente

ES_proposito74

		Value
Standard Attributes	Position	15
	Label	7.4. Para informar a Polícia sobre o que se passa na Escola
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	discordo totalmente
	2	discordo
	3	não concordo nem discordo
	4	concordo
	5	concordo totalmente

ES_proposito75

		Value
Standard Attributes	Position	16
	Label	7.5. Me ajudar a conhecer melhor o que a Polícia faz
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	discordo totalmente
	2	discordo
	3	não concordo nem discordo
	4	concordo
	5	concordo totalmente

ES_proposito76

		Value
Standard Attributes	Position	17
	Label	7.6. Proteger os alunos das agressões de pessoas mais velhas
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	discordo totalmente
	2	discordo
	3	não concordo nem discordo
	4	concordo
	5	concordo totalmente

ES_proposito77

		Value
Standard Attributes	Position	18
	Label	7.7. Contribuir para que todos fiquem a saber mais sobre a Polícia
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	discordo totalmente
	2	discordo
	3	não concordo nem discordo
	4	concordo
	5	concordo totalmente

assaforma

		Value
Standard Attributes	Position	19
	Label	Já alguma vez assististe a ações de formação realizadas pela Polícia
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nunca
	2	apenas uma vez
	3	algumas vezes
	4	várias vezes

tema91

		Value
Standard Attributes	Position	20
	Label	Prevenção e educação rodoviárias
	Type	Numeric

Format	F5
Measurement	Scale

tema92

		Value
Standard Attributes	Position	21
	Label	Auto proteção
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

tema93

		Value
Standard Attributes	Position	22
	Label	Segurança na Internet
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

tema94

		Value
Standard Attributes	Position	23
	Label	Bullying
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

tema95

		Value
Standard Attributes	Position	24
	Label	Álcool e drogas
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

tema96

		Value
Standard Attributes	Position	25
	Label	Violência doméstica e no namoro

Type	Numeric
Format	F5
Measurement	Scale

tema97

		Value
Standard Attributes	Position	26
	Label	Maus tratos e abusos sexuais
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

tema98

		Value
Standard Attributes	Position	27
	Label	Cidadania
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

tema99

		Value
Standard Attributes	Position	28
	Label	Violência na escola
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

tema910

		Value
Standard Attributes	Position	29
	Label	Delinquência Juvenil
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

tema911

		Value
Standard Attributes	Position	30
	Label	Outras
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

indfreq

		Value
Standard Attributes	Position	31
	Label	Índice de frequência a ações de formação
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

avaimpor

		Value
Standard Attributes	Position	32
	Label	avaliação da importância das ações de formação
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	sem opinião
	4	importante
	5	muito importante

vitim_furto

		Value
Standard Attributes	Position	33
	Label	alguma vez foste vítima de furto/roubo
	Type	Numeric

	Format	F5
	Measurement	Nominal
Valid Values	1	sim
	2	não

freq_vitimafurto

		Value	34
Standard Attributes	Position		
	Label	frequência da vitimação por furto	
	Type	Numeric	
	Format	F5	
	Measurement	Ordinal	
Valid Values	1	uma vez	
	2	duas vezes	
	3	três vezes	
	4	mais de três vezes	

autoria1

		Value	35
Standard Attributes	Position		
	Label	autor do(s) furto(s)_aluno	
	Type	Numeric	
	Format	F5	
	Measurement	Nominal	

autoria3

		Value	36
Standard Attributes	Position		
	Label	autor do(s) furto(s)_pais de aluno	
	Type	Numeric	
	Format	F5.2	
	Measurement	Nominal	

autoria4

		Value
Standard Attributes	Position	37
	Label	autor do(s) furto(s)_funcionário da escola
	Type	Numeric
	Format	F5.2
	Measurement	Nominal

autoria5

		Value
Standard Attributes	Position	38
	Label	autor do(s) furto(s)_desconhecidos
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Nominal

localoc1

		Value
Standard Attributes	Position	39
	Label	local onde o furto ocorreu_dentro da Escola
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

localoc2

		Value
Standard Attributes	Position	40
	Label	local onde o furto ocorreu_fora da Escola
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

local_sum

		Value
Standard Attributes	Position	41
	Label	COMPUTE local_sum=localoc1 + localoc2
	Type	Numeric
	Format	F8
	Measurement	Scale

comunic

		Value
Standard Attributes	Position	42
	Label	a quem o respondente comunicou o(s) furtos(s)
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Nominal
Valid Values	1	sim
	2	não comunicou a ninguém
	3	comunicou apenas aos pais
	4	só comunicou aos amigos

motiv1

		Value
Standard Attributes	Position	43
	Label	Acho que não resolvia nada
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Nominal

motiv2

		Value
Standard Attributes	Position	44
	Label	A Polícia não fazia nada
	Type	Numeric

Format	F5
Measurement	Nominal

motiv4

		Value
Standard Attributes	Position	45
	Label	Tive medo de represálias
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Nominal

Q16_7_1

		Value
Standard Attributes	Position	46
	Label	comunicou aos pais e a mais alguém
	Type	String
	Format	A41
	Measurement	Nominal

vitimagr

		Value
Standard Attributes	Position	47
	Label	Ao longo do teu percurso escolar já foste agredido?
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Nominal
Valid Values	1	sim
	2	não

freq_agressao

		Value
Standard Attributes	Position	48

	Label	No total do teu percurso escolar, quantas vezes foste agredido?
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	uma vez
	2	duas vezes
	3	três vezes
	4	quatro vezes
	5	cinco vezes
	6	mais de cinco vezes

auto1_Agressor

		Value	
Standard Attributes	Position		49
	Label	Agressor:aluno	
	Type	Numeric	
	Format	F5	
	Measurement	Scale	

auto2_Agressor

		Value	
Standard Attributes	Position		50
	Label	Agressor: outra pessoa	
	Type	Numeric	
	Format	F5	
	Measurement	Scale	

auto2_quem

		Value	
Standard Attributes	Position		51
	Label	Agressor: quem	
	Type	String	
	Format	A5	
	Measurement	Nominal	

auto4_agressor

		Value
Standard Attributes	Position	52
	Label	Agressor: funcionário
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

auto5_agressor

		Value
Standard Attributes	Position	53
	Label	Agressor: desconhecido
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

localagr_1

		Value
Standard Attributes	Position	54
	Label	Local da agressão: dentro da escola
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

localagr_2

		Value
Standard Attributes	Position	55
	Label	local da agressão: fora da escola
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Scale

localagr_sum

		Value
Standard Attributes	Position	56
	Label	COMPUTE localagr_sum=localagr_1 + localagr_2
	Type	Numeric
	Format	F8
	Measurement	Nominal

com_agressao

		Value
Standard Attributes	Position	57
	Label	Comunicaste a agressão a alguém?
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Nominal
Valid Values	0	só comunicou aos amigos

motiv1_agr

		Value
Standard Attributes	Position	58
	Label	Acho que não resolvia nada
	Type	String
	Format	A5
	Measurement	Nominal

motiv2_agr

		Value
Standard Attributes	Position	59
	Label	A Polícia não fazia nada
	Type	String
	Format	A5
	Measurement	Nominal

motiv3_agr

		Value
Standard Attributes	Position	60
	Label	Ninguém comunica e eu não quis ser o único
	Type	String
	Format	A5
	Measurement	Nominal

motiv4_agr

		Value
Standard Attributes	Position	61
	Label	Tive medo de represálias
	Type	String
	Format	A5
	Measurement	Nominal

motiv7_agr

		Value
Standard Attributes	Position	62
	Label	Outro motivo
	Type	String
	Format	A5
	Measurement	Nominal

Q23_1

		Value
Standard Attributes	Position	63
	Label	Colocar mais polícias à porta da escola
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante

5	muito importante
---	------------------

Q23_2

		Value
Standard Attributes	Position	64
	Label	Os pais deveriam vir à escola trazer e buscar os filhos
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_3

		Value
Standard Attributes	Position	65
	Label	Os Polícias não deveriam deslocar-se à escola
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_4

		Value
Standard Attributes	Position	66
	Label	Deveríamos conhecer melhor o Programa Escola Segura
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_5

		Value
Standard Attributes	Position	67
	Label	Deveria haver mais iluminação junto da escola e nos acessos
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_6

		Value
Standard Attributes	Position	68
	Label	Os polícias deveriam estar sempre dentro da escola
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_7

		Value
Standard Attributes	Position	69
	Label	O Programa escola segura é prejudicial para os alunos
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_8

		Value
Standard Attributes	Position	70
	Label	Toda a população deveria colaborar mais na segurança da escola
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_9

		Value
Standard Attributes	Position	71
	Label	Os polícias deveriam estar dentro da sala de aula
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_10

		Value
Standard Attributes	Position	72
	Label	Os alunos deveriam ser mais educados
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_11

		Value
Standard Attributes	Position	73
	Label	Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos polícias
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_12

		Value
Standard Attributes	Position	74
	Label	Deveriam ser dadas aulas sobre segurança pelos professores
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_13

		Value
Standard Attributes	Position	75
	Label	Deveriam ser dadas aulas sobre o Programa Escola Segura
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_14

		Value
Standard Attributes	Position	76
	Label	A polícia deveria ter mais agentes e mais carros
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_15

		Value
Standard Attributes	Position	77
	Label	As pessoas deveriam ser mais educadas
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_16

		Value
Standard Attributes	Position	78
	Label	Os polícias apenas multam os pais dos alunos quando os levam à escola
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_17

		Value
Standard Attributes	Position	79
	Label	A Câmara e a Junta de Freguesia deveriam colaborar mais com a Polícia
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_18

		Value
Standard Attributes	Position	80
	Label	A escola deveria ter vedações mais altas
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_19

		Value
Standard Attributes	Position	81
	Label	O CD deveria agir com mais autoridade sobre os alunos que agridem ou roubam outros alunos
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Q23_20

		Value
Standard Attributes	Position	82
	Label	A Associação de Pais devia trabalhar mais com os alunos para a segurança na escola
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada importante
	2	pouco importante
	3	relativamente importante
	4	importante
	5	muito importante

Ver

		Value
Standard Attributes	Position	83
	Label	Com que frequência costumás ver os agentes da PSP/Programa Escola Segura
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada frequente
	2	pouco frequente
	3	não sabe/não se lembra
	4	frequente
	5	muito frequente

Classif

		Value
Standard Attributes	Position	84
	Label	como classificas a tua relação com os agentes da PSP/Programa Escola Segura?
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada próxima
	2	pouco próxima
	3	não sabe/não responde
	4	próxima
	5	muito próxima

Confian

		Value
Standard Attributes	Position	85
	Label	Como classificas o teu grau de confiança no caso de teres de transmitir informações
	Type	Numeric
	Format	F5
	Measurement	Ordinal
Valid Values	1	nada confiante
	2	pouco confiante
	3	sem opinião
	4	confiante
	5	muito confiante

capital_Escolar

		Value
Standard Attributes	Position	86
	Label	COMPUTE capital_Escolar=(nescpai + nescmae) / 2
	Type	Numeric
	Format	F8.2
	Measurement	Scale

classif_recode

		Value
Standard Attributes	Position	87
	Label	relação com os agentes do Programa_recodificada
	Type	Numeric
	Format	F8.2
	Measurement	Ordinal